



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7479/2022 - Terça-feira, 25 de Outubro de 2022

### PRESIDENTE

Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

### VICE-PRESIDENTE

Des. RONALDO MARQUES VALLE

### CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

### CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN

Des. RONALDO MARQUES VALLE

Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Desª. EVA DO AMARAL COELHO

Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

### DESEMBARGADORES

MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

MAIRTON MARQUES CARNEIRO

LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR

EZILDA PASTANA MUTRAN

RONALDO MARQUES VALLE

MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

GLEIDE PEREIRA DE MOURA

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

EVA DO AMARAL COELHO

ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

KÉDIMA PACÍFICO LYRA

MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

MARGUI GASPAR BITTENCOURT

### SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

#### Plenário da Seção de Direito Público

##### Sessões às terças-feiras

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

Desembargador Mairton Marques Carneiro

Desembargadora Ezilda Pastana Mutran

Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira

Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

### 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

#### Plenário de Direito Público

##### Sessões às segundas-feiras

Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento

Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)

Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

Desembargador Mairton Marques Carneiro

### SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

#### Plenário da Seção de Direito Privado

##### Sessões às quintas-feiras

Desembargador Constantino Augusto Guerreiro (Presidente)

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Desembargadora Gleide Pereira de Moura

Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães

Desembargadora Margui Gaspar Bittencourt

Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

### SEÇÃO DE DIREITO PENAL

#### Plenário da Seção de Direito Penal

##### Sessões às segundas-feiras

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes

Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Desembargador Ronaldo Marques Vale

Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)

Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

Desembargadora Eva do Amaral Coelho

Desembargadora Kédima Pacífico Lyra

Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

### 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

#### Plenário de Direito Privado

##### Sessões às segundas-feiras

Desembargador Constantino Augusto Guerreiro

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares (Presidente)

Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho

Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque

Desembargadora Margui Gaspar Bittencourt

### 1ª TURMA DE DIREITO PENAL

#### Plenário de Direito Penal

##### Sessões às terças-feiras

Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira

Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato (Presidente)

Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

### 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

#### Plenário de Direito Privado

##### Sessões às terças-feiras

Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

Desembargadora Gleide Pereira de Moura

Desembargador Amilcar Roberto Bezerra Guimarães

Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

### 2ª TURMA DE DIREITO PENAL

#### Plenário de Direito Penal

##### Sessões às terças-feiras

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes (Presidente)

Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha

Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior

Desembargador Ronaldo Marques Vale

Juiz Convocado Altemar da Silva Paes

### 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

#### Plenário de Direito Público

##### Sessões às segundas-feiras

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

Desembargador Roberto Gonçalves de Moura

Desembargadora Ezilda Pastana Mutran (Presidente)

Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira

Desembargadora Rosileide Maria da Costa

### 3ª TURMA DE DIREITO PENAL

#### Plenário de Direito Penal

##### Sessões às quintas-feiras

Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

Desembargadora Eva do Amaral Coelho (Presidente)

Desembargadora Kédima Pacífico Lyra

## SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA .....	3
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA .....	17
SECRETARIA JUDICIÁRIA .....	25
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO .....	29
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ CEJUSC	
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM .....	317
SEÇÃO DE DIREITO PENAL .....	319
TURMAS DE DIREITO PENAL	
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ .....	340
FÓRUM CÍVEL	
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 1 VARA DE FAMÍLIA .....	373
UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS .....	374
FÓRUM CRIMINAL	
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL .....	375
FÓRUM DE ICOARACI	
SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI .....	377
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI .....	381
FÓRUM DE MOSQUEIRO	
COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE MOSQUEIRO .....	382
FÓRUM DE ANANINDEUA	
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA .....	385
EDITAIS	
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS .....	387
COMARCA DE ABAETETUBA	
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA .....	392
COMARCA DE SANTARÉM	
UPJ DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM .....	395
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 3 VARA CRIMINAL .....	402
COMARCA DE FARO .....	433
COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS	
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS .....	447
COMARCA DE MUANÁ	
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL DE MUANÁ .....	465
COMARCA DE AFUÁ	
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ .....	485
COMARCA DE CAMETÁ	
SECRETARIA DA 1ª VARA DE CAMETÁ .....	487
COMARCA DE CURUÇÁ	
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURUÇÁ .....	488
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO	
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO .....	493

**PRESIDÊNCIA**

**A Desembargadora Célia REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:**

**PORTARIA Nº 2190/2022-GP. Belém, 27 de junho de 2022. \* Republicada por retificação**

Considerando os termos do art. 4º da Lei nº 13.140/2015, art. 8º, §1º, da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e art. 5º, I) da Resolução nº 24/2018 - TJPA;

Considerando o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/27585.

Art. 1º DESIGNAR a senhora MARIA ODAZILMA MIRANDA DO CARMO para exercer a função de Mediadora Judicial voluntária junto à Vara Única da Comarca de Tomé-Açú, pelo período de 12 (doze) meses.

**PORTARIA Nº 3821/2022-GP. Belém, 19 de outubro de 2022. \* Republicada por retificação**

CONSIDERANDO o afastamento funcional na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em razão de participação em compromisso institucional, no período de 25 a 27 de outubro de 2022, fora do Estado;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

DESIGNAR o Desembargador Ronaldo Marques Valle, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para responder pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará nos dias 26 e 27 de outubro de 2022.

**PORTARIA Nº 3822/2022-GP. Belém, 19 de outubro de 2022. \* Republicada por retificação**

CONSIDERANDO os termos das Portaria nº 3821/2022-GP;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

DESIGNAR o Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes para responder pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará nos dias 26 e 27 de outubro de 2022.

**PORTARIA Nº 3879/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o afastamento funcional na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em razão de participação em compromisso institucional, no período de 25 a 27 de outubro de 2022, fora do Estado;

CONSIDERANDO a licença para tratamento de saúde formalizada pelo Desembargador Ronaldo Marques Valle, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no dia 25 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

DESIGNAR o Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes para responder pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no dia 25 de outubro de 2022.

**PORTARIA Nº 3880/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO os termos das Portaria nº 3879/2022-GP;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 34 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

DESIGNAR a Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira para responder pela Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no dia 25 de outubro de 2022.

**PORTARIA Nº 3882/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando o pedido de licença médica da Juíza de Direito Edilene de Jesus Barros Soares,

DESIGNAR a Juíza de Direito Vanessa Ramos Couto, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Benevides e Direção do Fórum, no período de 20 a 24 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3883/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção da Juíza de Direito Vanessa Ramos Couto,

DESIGNAR a Juíza de Direito Vanessa Ramos Couto, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a 12ª Vara Cível e Empresarial da Capital, no período de 25 a 28 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3884/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3883/2022-GP,

DESIGNAR a Juíza de Direito Danielly Modesto de Lima Abreu, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3885/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção da Juíza de Direito Diana Cristina Ferreira da Cunha;

Considerando, ainda, o gozo de férias do Juiz de Direito Roberto Andres Itzcovitch,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 1622/2020-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou a Juíza de Direito Diana Cristina Ferreira da Cunha, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba, para exercer, sem prejuízo de sua jurisdição, a Função de Diretora do fórum da Comarca de Abaetetuba.

Art. 2º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 3703/2022-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou a Juíza de Direito Diana Cristina Ferreira da Cunha, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pelo Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba.

Art. 3º DESIGNAR a Juíza de Direito Diana Cristina Ferreira da Cunha, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, no período de 25 de outubro a 2 de novembro do ano de 2022.

Art. 4º DESIGNAR a Juíza de Direito Diana Cristina Ferreira da Cunha, Auxiliar de 3ª Entrância, para

responder pela 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, no período de 3 de novembro a 2 de dezembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3886/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3885/2022-GP,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Adriano Farias Fernandes, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Adriano Farias Fernandes, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pelo Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba e Direção do Fórum, no período de 25 a 31 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3887/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3885/2022-GP,

DESIGNAR a Juíza de Direito Pamela Carneiro Lameira, titular da Vara Criminal de Abaetetuba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pelo Juizado Especial Cível e Criminal de Abaetetuba e Direção do Fórum, a partir de 1º de novembro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3888/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção da Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone;

Considerando, ainda, o gozo de folgas, por compensa o de plantão, do Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral,

Art. 1º DESIGNAR a Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito da Capital, no período de 25 a 28 de outubro do ano de 2022.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito da Capital, no dia 3 de novembro do ano de 2022.

Art. 3º DESIGNAR a Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito da Capital, nos dias 4 e 5 de novembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3889/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Heyder Tavares da Silva Ferreira,

DESIGNAR a Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais da Capital, no período de 7 a 11 de novembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3890/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Vanderley de Oliveira Silva,

DESIGNAR a Juíza de Direito Carla Sodré da Mota Dessimone, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, no período de 16 a 30 de novembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3891/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3888/2022-GP,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 3733/2022-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou a Juíza de Direito Substituta Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo para auxiliar a Comarca de Santa Luzia do Pará.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo para responder pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3892/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção da Juíza de Direito Rachel Rocha Mesquita;

Considerando, ainda, o gozo de férias do Juiz de Direito Sérgio Ricardo Lima da Costa,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 1971/2022-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou a Juíza Rachel Rocha Mesquita, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, para exercer, sem prejuízo de sua jurisdição, a Função de Diretora do fórum da Comarca de Barcarena.

Art. 2º TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 3636/2022-GP, que designou a Juíza Rachel Rocha Mesquita, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro do ano de 2022.

Art. 3º DESIGNAR a Juíza de Direito Rachel Rocha Mesquita, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, no período de 25 a 31 de outubro do ano de 2022.

Art. 4º DESIGNAR a Juíza de Direito Rachel Rocha Mesquita, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, no período 1 a 30 de novembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3893/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3892/2022-GP,

DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo para responder pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3894/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3892/2022-GP,

DESIGNAR o Juiz de Direito Álvaro José da Silva Sousa, titular da Vara Criminal de Barcarena, para exercer, sem prejuízo de sua jurisdição, a Função de Diretor do Fórum da Comarca de Barcarena, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3895/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção do Juiz de Direito Acrísio Tajra de Figueiredo;

Considerando, ainda, o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito José Antônio Ferreira Cavalcante,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Acrísio Tajra de Figueiredo, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a 5ª Vara de Família da Capital, nos períodos de 25 de outubro a 2 de novembro do ano de 2022 e no período de 16 a 27 de novembro do ano de 2022.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Acrísio Tajra de Figueiredo, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 5ª Vara de Família da Capital, nos dias 3 e 4 de novembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3896/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3895/2022-GP,

DESIGNAR o Juiz de Direito Sérgio Cardoso Bastos, titular da Comarca de Inhangapí, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3897/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção da Juíza de Direito Maria de Fátima Alves da Silva,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 234/2022-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou a Juíza Substituta Luana Assunção Pinheiro para responder pela 1ª Vara de Cível e Empresarial de Capanema.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Luana Assunção Pinheiro para responder pela 1ª Vara de Cível e Empresarial de Capanema, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3898/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção da Juíza de Direito Juliana Lima Souto Augusto,

DESIGNAR o Juiz de Direito Thiago Vinicius de Melo Quedas, titular da Comarca de Curionópolis, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Eldorado dos Carajás, no período de 25 a 27 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3899/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3898/2022-GP,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 3319/2022-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou o Juiz Substituto Ítalo de Oliveira Cardoso Boaventura para responder pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz Substituto Ítalo de Oliveira Cardoso Boaventura para responder pela Comarca de Eldorado dos Carajás, a partir de 28 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

**PORTARIA Nº 3900/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3898/2022-GP,

TORNAR SEM EFEITO a Portaria Nº 3573/2022-GP, que designou o Juiz Lauro Fontes Júnior, titular da Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal de Parauapebas, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas, no período de 25 a 27 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3901/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando o pedido de licença médica do Juiz de Direito Rafael do Vale Souza,

DESIGNAR o Juiz Substituto David Weber Aguiar Costa para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Comarca de Terra Santa, no período de 21 a 30 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3902/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-EXT-2022/03856,

PRORROGAR, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 24/09/2022, o prazo estabelecido no art. 2º da Portaria nº 3239/2021-GP, de 22/09/2021, publicada no DJ nº 7232 de 24/09/2022, que autorizou a REQUISICÃO da servidora ZILKA MANOELA VILLARIM GOMES DE TORRES, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 172855, para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sem ônus para o órgão requisitante.

**PORTARIA Nº 3903/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-EXT-2022/04616,

PRORROGAR, até 02/11/2023, o prazo estabelecido na Portaria nº 3755/2021-GP, de 28/10/2021, publicada no DJe nº 7255 de 03/11/2021, que autorizou a CESSÃO da servidora NECILENE ALFA RODRIGUES FERREIRA, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 172642, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região/8ª Vara da Seção Judiciária do Pará, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento.

**PORTARIA Nº 3904/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-EXT-2022/04892,

PRORROGAR, até 31/12/2023, o prazo estabelecido na Portaria nº 5985/2019-GP, de 19/12/2019, publicada no DJe nº 6809 de 07/01/2020, que autorizou a CESSÃO do servidor PAULON MIRANDA LABRE RODRIGUES, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 174408, para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento.

**PORTARIA Nº 3905/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-EXT-2022/04863,

PRORROGAR, pelo período de 01 (um) ano, a contar de 02/01/2023, o prazo estabelecido na Portaria nº 5943/2019-GP, de 17/12/2019, publicada no DJe nº 6807 de 18/12/2019, que autorizou a CESSÃO da servidora KARLA AZEVEDO CEBOLAO, Analista Judiciário - Área Judiciária, matrícula nº 172995, para o Tribunal de Contas do Estado do Pará, com ônus para o órgão cessionário, mediante ressarcimento.

**PORTARIA Nº 3906/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2022/45582,



DESIGNAR o servidor GIORGIO SOARES DE OLIVEIRA, Auxiliar Judiciário, matrícula 199303, para exercer, em caráter excepcional, a função de Oficial de Justiça Ad hoc, junto à Comarca de Ourilândia do Norte, especificamente durante o afastamento por férias do servidor Cássio Brito Pinto, Oficial de Justiça Avaliador, matrícula nº 150151, no período de 10/10/2022 a 25/10/2022.

**PORTARIA Nº 3907/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2022/46745,

DESIGNAR o servidor JOÃO MAGALHÃES COSTA, matrícula nº 62480, para responder pelo Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, REF-CJS-3, junto à Secretaria da 2ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua, durante o afastamento por licença da titular, Carla Fabiana Correa Reuter, matrícula nº 41470, no período de 13/10/2022 a 27/10/2022.

**PORTARIA Nº 3908/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº TJPA-MEM-2022/47971,

DESIGNAR a servidora LÚCIA DE FÁTIMA LOBO DA SILVA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 9482, para responder pela Função Gratificada de Chefe de Serviço, REF-FG-2, junto ao Serviço de Protocolo Administrativo, durante as férias da titular, Izabela dos Santos Cavalcante, matrícula nº 62162, no período de 16/11/2022 a 30/11/2022.

**PORTARIA Nº 3909/2022-GP, 21 DE OUTUBRO DE 2022.**

CONSIDERANDO a autonomia administrativa atribuída ao Poder Judiciário, conforme prevê o art.99 da Constituição Federal e os arts. 148 e 160 da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da administração pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 20 da Constituição do Estado do Pará, especialmente os da legalidade, eficiência e publicidade;

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a meta de priorização da 1ª instância constante na recomendação 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

CONSIDERANDO que a eficiência e a efetividade da prestação jurisdicional, requerem a adoção de medidas estratégicas estruturantes de governança colaborativa, uniformização e implementação de novas formas de gestão, objetivando à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados;

CONSIDERANDO as metas estabelecidas no Plano de Gestão do Biênio 2021 a 2023, em relação a implementação do Macrodesafio de Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional visando o aperfeiçoamento da estrutura de gestão das unidades judiciárias,

Art. 1º Implantar a Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, competindo-lhe executar os serviços auxiliares das Secretarias da 1ª; 2ª; 3ª; 4ª e 6ª Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém.

Art.2º A Unidade de Processamento Judicial das Varas Cíveis e Empresariais de que trata o art. 1º desta Portaria, é resultante da unificação das Secretarias da 1ª; 2ª; 3ª; 4ª e 6ª Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém, com a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação Geral;

II - Secretaria Geral;

III - Núcleo de Atendimento;

IV - Núcleo de Movimentação Processual;

V - Núcleo de Cumprimento e Audiências.

§1º A Coordenação Geral da I (UPJ) das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém, será exercida por um dos juízes titulares de uma das varas que trata o caput, pelo período de 12 (doze) meses conforme ato de designação da Presidência do Tribunal de Justiça.

§2º O Juiz responsável pela Coordenação Geral da UPJ das Varas Cíveis e Empresariais de que trata esta Portaria, se reportará diretamente a Presidência do Tribunal de Justiça, competindo-lhe as atribuições de coordenação geral das atividades da unidade, reunindo-se periodicamente com o Secretário Geral e Coordenadores de Núcleos; aprovar o planejamento estratégico da UPJ; monitorar a produtividade da unidade; gerir o pessoal da Unidade; fomentar a uniformização de procedimentos, rotinas de trabalho e atos processuais; aprovar e publicar atos normativos e portarias que estabeleçam rotinas e procedimentos de trabalho da unidade, respeitando a independência funcional dos magistrados responsáveis pelas unidades judiciárias componentes da UPJ.

§3º A designação do Secretário Geral e dos Coordenadores de Núcleo serão efetuadas por ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

§4º O Secretário Geral se reportará ao Coordenador Geral, competindo-lhe as atribuições de gestão administrativa colaborativa em parceria com os Núcleos que integram a UPJ; a elaboração do planejamento estratégico das ações; a elaboração de minutas de atos normativos e portarias que estabeleçam rotinas e procedimentos de trabalho; a supervisão das atividades; a aferição da produtividade; o acompanhamento e a produção de informações gerenciais; a gestão operacional de pessoal; o atendimento de demandas internas e externas da Unidade de Processamento Judicial, dentre outras funções inerentes ao exercício do cargo.

§5º Os Coordenadores de Núcleo se reportarão ao Secretário Geral, competindo-lhes a Gestão Colaborativa Compartilhada Inter Núcleos e com a Secretaria Geral; o atendimento de demandas internas e externas; a aferição de produtividade; a execução das rotinas e procedimentos de trabalho internos de cada Núcleo; a realização da conclusão diária dos feitos em tramitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PORTARIA Nº 3910/2022-GP, 21 DE OUTUBRO DE 2022.**

CONSIDERANDO a autonomia administrativa atribuída ao Poder Judiciário, conforme prevê o art.99 da Constituição Federal e os arts. 148 e 160 da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO as disposições constantes na Portaria nº 3909/2022-GP, de 21 de outubro de 2022, que dispõe sobre a implantação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém;

CONSIDERANDO a necessidade de efetuar a designação dos integrantes das unidades organizacionais da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém, implantada pela Portaria nº 3909 /2022-GP, de 21 de outubro de 2022,

Art. 1º Designar, como responsável pela Coordenação Geral da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém, o Juiz de Direito Alexandre José Chaves Trindade, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Santarém.

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para comporem a estrutura organizacional da UPJ das Varas Cíveis e Empresariais da Comarca de Santarém.

I- Secretária Geral - Shirley Sara Amazonas Ribeiro - Analista Judiciária, matrícula: 32379;

II- Coordenadora do Núcleo de Atendimento - Cristiana Calderaro Maciel - Analista Judiciário, matrícula: 79596;

III- Coordenador do Núcleo de Movimentação Processual - Charlesson Fernandes do Carmo - Analista Judiciário, matrícula: 81221;

IV - Coordenadora do Núcleo de Cumprimento e Audiências - Laurivane Pena de Souza - Analista Judiciária, matrícula:55697.

Art. 3º Ficam lotados (as) na Unidade de Processamento Judicial de que trata esta Portaria, os (as) servidores (as) e estagiários (as) abaixo relacionados:

I. Manoel Pereira Vieira Neto - matrícula: 121720;

II. João Georgios Ninos - matrícula: 38620;

III. Rui Otavio Pimentel Lourido - matrícula: 67032;

IV. Maria Eduarda Nascimento Angelo (Estagiária) - matrícula: 195642;

V. Fátima dos Santos Frota Silva - matrícula: 68683;

VI. Marcos Wildes Figueira Costa - matrícula: 104167;

VII. Maria das Graças Ferreira de Souza - matrícula: 20073;

VIII. Ana Maria Costa de Medina - matrícula: 52029;

IX. Orlando Ferreira da Silva - matrícula: 20940;

X. Wendy Silva de Sousa - matrícula: 93254;

XI. José Rafael Araújo Montoril - matrícula: 68349;

XII. Carlos Gomes de Sousa Gama - matrícula: 126250;

XIII. Edson Pinto Pereira - matrícula: 56812;

XIV. Leili Oliveira Lima Melo - matrícula: 170097;

XV. Carmen Elisabete Meurer - matrícula: 46060;

XVI. Francilene Sara Amazonas Ribeiro - matrícula: 32379;

XVII. Cristiana Calderaro Maciel - matrícula: 79596;

XVIII. Laurivane Pena de Souza - matrícula: 55697;

XIX. Shirley Sara Amazonas Ribeiro - matrícula: 32379;

XX. Charlesson Fernandes do Carmo - matrícula: 81221.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 3912/2022-GP, 21 DE OUTUBRO DE 2022.**

CONSIDERANDO a autonomia administrativa atribuída ao Poder Judiciário, conforme prevê o art.99 da Constituição Federal e os arts. 148 e 160 da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da administração pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal e no art. 20 da Constituição do Estado do Pará, especialmente os da legalidade, eficiência e publicidade;

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

CONSIDERANDO a meta de priorização da 1ª instância constante na recomendação 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

CONSIDERANDO que a eficiência e a efetividade da prestação jurisdicional, requerem a adoção de medidas estratégicas estruturantes de governança colaborativa, uniformização e implementação de novas formas de gestão, objetivando à melhoria da qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados;

CONSIDERANDO as metas estabelecidas no Plano de Gestão do Biênio 2021 a 2023, em relação a implementação do Macrodesafio de Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional visando o aperfeiçoamento da estrutura de gestão das unidades judiciárias,

Art. 1º Implantar a Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Criminais da Comarca de Santarém, vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, competindo-lhe executar os serviços auxiliares das Secretarias da 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais da Comarca de Santarém.

Art.2º A Unidade de Processamento Judicial das Varas Criminais de que trata o art. 1º desta Portaria, é resultante da unificação das Secretarias da 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais da Comarca de Santarém, com a seguinte estrutura organizacional:

I - Coordenação Geral;

II - Secretaria Geral;

III - Núcleo de Atendimento;

IV - Núcleo de Movimentação Processual;

V - Núcleo de Cumprimento e Audiências.

§1º A Coordenação Geral da I (UPJ) das Varas Criminais da Comarca de Santarém, será exercida por um dos juízes titulares de uma das varas que trata o caput, pelo período de 12 (doze) meses conforme ato de

designação da Presidência do Tribunal de Justiça.

§2º O Juiz responsável pela Coordenação Geral da UPJ das Varas Criminais de que trata esta Portaria, se reportará diretamente a Presidência do Tribunal de Justiça, competindo-lhe as atribuições de coordenação geral das atividades da unidade, reunindo-se periodicamente com o Secretário Geral e Coordenadores de Núcleos; aprovar o planejamento estratégico da UPJ; monitorar a produtividade da unidade; gerir o pessoal da Unidade; fomentar a uniformização de procedimentos, rotinas de trabalho e atos processuais; aprovar e publicar atos normativos e portarias que estabeleçam rotinas e procedimentos de trabalho da unidade, respeitando a independência funcional dos magistrados responsáveis pelas unidades judiciárias componentes da UPJ.

§3º A designação do Secretário Geral e dos Coordenadores de Núcleo serão efetuadas por ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

§4º O Secretário Geral se reportará ao Coordenador Geral, competindo-lhe as atribuições de gestão administrativa colaborativa em parceria com os Núcleos que integram a UPJ; a elaboração do planejamento estratégico das ações; a elaboração de minutas de atos normativos e portarias que estabeleçam rotinas e procedimentos de trabalho; a supervisão das atividades; a aferição da produtividade; o acompanhamento e a produção de informações gerenciais; a gestão operacional de pessoal; o atendimento de demandas internas e externas da Unidade de Processamento Judicial, dentre outras funções inerentes ao exercício do cargo.

§5º Os Coordenadores de Núcleo se reportarão ao Secretário Geral, competindo-lhes a Gestão Colaborativa Compartilhada Inter Núcleos e com a Secretaria Geral; o atendimento de demandas internas e externas; a aferição de produtividade; a execução das rotinas e procedimentos de trabalho internos de cada Núcleo; a realização da conclusão diária dos feitos em tramitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PORTARIA Nº 3913/2022-GP, 21 DE OUTUBRO DE 2022.**

CONSIDERANDO a autonomia administrativa atribuída ao Poder Judiciário, conforme prevê o art.99 da Constituição Federal e os arts. 148 e 160 da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO as disposições constantes na Portaria nº 3912/2022 - GP, de 21 de outubro de 2022, que dispõe sobre a implantação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Criminais da Comarca de Santarém;

CONSIDERANDO a necessidade de efetuar a designação dos integrantes das unidades organizacionais da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Criminais da Comarca de Santarém, implantada pela Portaria nº 3912/2022-GP, de 21 de outubro de 2022,

Art. 1º Designar, como responsável pela Coordenação Geral da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas Criminais da Comarca de Santarém, o Juiz de Direito Rômulo Nogueira Brito, titular da 2ª Vara Criminal de Santarém.

Art. 2º Designar os (as) servidores (as) abaixo relacionados, para comporem a estrutura organizacional da UPJ das Varas Criminais da Comarca de Santarém.

I- Secretário Geral - Genildo Sousa Miranda - Analista Judiciária, matrícula: 32409;

II- Coordenador do Núcleo de Atendimento - Mauro Liberal de Almeida - Analista Judiciário, matrícula: 86096;

III- Coordenadora do Núcleo de Movimentação Processual - Grace Patricia Neves Henrique Monteiro - Analista Judiciário, matrícula: 102598;

IV- Coordenadora do Núcleo de Cumprimento e Audiências - Ediane Nogueira Campos Jati - Analista Judiciária, matrícula: 32360.

Art. 3º Ficam lotados (as) na Unidade de Processamento Judicial de que trata esta Portaria, os (as) servidores (as) e estagiários (as) abaixo relacionados:

I. Robson Nazare da Silva - matrícula: 79316;

II. Suellen Gualberto de Sousa - matrícula: 102628;

III. Walter José Nunes Vidal Vidal - matrícula: 188774;

IV. Ana Karolina Rocha Gamboa (estagiária) - matrícula: 199508;

V. Yasmin de Jesus Silva Carvalho (estagiária) - matrícula: 200701;

VI. Maria Madalena Rodrigues Lopes - matrícula: 20061;

VII. Danniele Martins Marinho Paiva - matrícula: 118397;

VIII. Genildo Sousa Miranda - matrícula: 32409;

IX. Ediane Nogueira Campos Jati - matrícula: 32360;

X. Mauro Liberal de Almeida - matrícula: 86096;

XI. Grace Patricia Neves Henrique - matrícula: 102598.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA Nº 3914/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando a promoção do Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez;

Considerando, ainda, o gozo de férias do Juiz de Direito Otávio dos Santos Albuquerque,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 4506/2022-GP, a contar de 25 de outubro do ano de 2022, que designou o Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez, titular da Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, para exercer, sem prejuízo de sua jurisdição, a Função de Diretor do fórum da Comarca de Santa Izabel do Pará.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar a 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, no período de 25 de outubro a 2 de novembro do ano de 2022.

Art. 3º DESIGNAR o Juiz de Direito Ivan Delaquis Perez, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, no período de 3 de novembro a 2 de dezembro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3915/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3914/2022-GP,

Art. 1º DESIGNAR o Juiz de Direito Paulo Pereira da Silva Evangelista, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, para exercer, sem prejuízo de sua jurisdição, a Função de Diretor do Fórum da Comarca de Santa Izabel do Pará, a partir de 25 de outubro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Paulo Pereira da Silva Evangelista, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, no período de 25 a 31 de outubro do ano de 2022.

**PORTARIA Nº 3916/2022-GP. Belém, 21 de outubro de 2022.**

Considerando os termos da Portaria Nº 3915/2022-GP,

DESIGNAR a Juíza de Direito Caroline Slongo Assad, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, a partir de 1º de novembro do ano de 2022, até ulterior deliberação.

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

### DIVISÃO DE ARQUIVO

### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO

A Presidenta da Comissão Permanente de Avaliação Documental, designada pela Portaria nº 2959/2020-GP, de 15 de dezembro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 7050, de 16 de dezembro de 2020, de acordo com a **Listagem de Eliminação de Documentos** anexa, aprovada pela chefe da Divisão de Arquivo do Tribunal de Justiça do Pará, faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico, se não houver oposição, a Divisão de Arquivo **eliminará 20.277 autos processuais** do período de 1982 a 2016, da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Pará.

Endereço para consultar a Listagem de Eliminação:

C h r o m e -  
extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArqui  
vo=1175267

Belém, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Desa. Rosi Maria Gomes De Farias

Presidenta da Comissão Permanente de Avaliação Documental

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

### DIVISÃO DE ARQUIVO

### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO

A Presidenta da Comissão Permanente de Avaliação Documental, designada pela Portaria nº 2959/2020-GP, de 15 de dezembro de 2020, publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 7050, de 16 de dezembro de 2020, de acordo com a **Listagem de Eliminação de Documentos** anexa, aprovada pela chefe da Divisão de Arquivo do Tribunal de Justiça do Pará, faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico, se não houver oposição, a Divisão de Arquivo **eliminará 21.665 autos processuais** do período de 1982 a 2016, da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém.

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Pará.

Endereço para consultar a Listagem de Eliminação:

c h r o m e -  
extension://efaidnbmnnnibpcajpcgltclefindmkaj/https://www.tjpa.jus.br/CMSPortal/VisualizarArquivo?idArquivo=1175270

Belém, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Desa. Rosi Maria Gomes De Farias

Presidenta da Comissão Permanente de Avaliação Documental



**CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 219/2022-CGJ**

A Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Corregedora Geral de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e,

**CONSIDERANDO** as razões de fato e de direito expendidas nos autos de **Processo Administrativo Disciplinar nº 0003141-39.2020.2.00.0814**, bem como os motivos e as motivações existentes nos autos;

**CONSIDERANDO** a certidão ID 2081957 emitida pela Secretaria desta Corregedoria, certificando que a decisão ID 1895336, publicada no DJ de 14/09/2022, transitou livremente em julgado.

**RESOLVE:**

**I** - **APLICAR** a penalidade de **SUSPENSÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS** ao Senhor **FERNANDO NAZARÉ ALVES FERREIRA**, Oficial Titular Cartório Extrajudicial do Único Ofício da Comarca de Maracanã, por infringência ao artigo 30, incisos X, XI da Lei nº 8.935/94 e art. 1200, incisos I, V e VII do Código de Normas do Estado do Pará.

**II - AUTORIZO** o substituto mais antigo a responder pela serventia durante o período de suspensão do oficial titular, nos termos do que dispõe o art. 20, §5º da Lei nº 8.935/94.

Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Belém, 21/10/2022.

Desa. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora Geral de Justiça

**PROCESSO Nº 0001086-18.2020.2.00.0814**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

**PROCESSADO: MARCOS ALBERTO PEREIRA SANTOS - 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE MARABÁ**

**ADVOGADO: MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE, OAB/PA 11260 E ARLEN PINTO MOREIRA, OAB/PA 9232**

**EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SERVENTIA EXTRAJUDICIAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO.**

**DECISÃO**

O presente feito teve início com a finalidade de apurar a responsabilidade administrativa sobre fatos imputados e a infração às regras disciplinares previstas no artigo 31, I e III, da Lei nº 8.935/94 e artigo 1.200, II, III, V e VII do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará em desfavor do Senhor Marcos Alberto Pereira dos Santos investido formalmente na Serventia, por meio da Portaria Conjunta nº 110/2018 - CJRMB/CJCI, tendo entrado em efetivo exercício no dia 30.05.2018.

Recebido o relatório final da Comissão Processante, verificando-se preponderar opinião pela penalidade de penalidade de repreensão quanto ao fato 04, e arquivamento em relação aos demais fatos, em 28/09/2022, esta CGJ nos termos da decisão vinculada ao id nº 1987222, **aplicou a penalidade de suspensão por 90 (noventa) dias ao processado.**

Vieram-me os autos conclusos com o pedido de reconsideração acostado ao id nº 2095045, por meio do qual o processado entabulou os seguintes eixos argumentativos-jurídicos:

- Da Prescrição da punibilidade, conforme artigo **1.209, II, do Código de Normas de 2019 e 2022.**
- Da ausência de conduta dolosa ou culposa.
- Da inobservância da garantia da individualização da sanção disciplinar.
- Da reconsideração com base na proporcionalidade.

Ao final, requer que seja previamente reconsiderada a r. Decisão impugnada, para declarar o arquivamento do Processo 0001086-18.2020.2.00.0814, tendo em vista a prescrição de punibilidade.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Como é cediço, a infração disciplinar ocorre quando a conduta do agente público não obedeceu à norma hierárquica ou de comportamento determinada na legislação garantidora da regularidade dos serviços administrativos e das relações funcionais.

De sua parte, o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registros do Estado do Pará assim regula a matéria:

**Art. 1.204.** São circunstâncias atenuantes que reduzem as penas administrativas, salvo no caso de perda da delegação:

- I** - a confissão espontânea, perante a autoridade, do ilícito administrativo praticado;
- II** - antes da instauração do processo administrativo disciplinar, a regularização do ato praticado e/ou a recomposição dos danos eventualmente causados;
- III** - a existência de divergência na interpretação da norma reguladora do ato irregular;
- IV** - a inexistência de normas técnicas que regulamentem a matéria ou de orientação expressa da autoridade competente.

**Art. 1.205.** As penas serão aplicadas:

- I** - a de repreensão, no caso de falta leve;
- II** - a de multa, em caso de reincidência ou de infração que não configure falta mais grave;

III - a de suspensão, em caso de reiterado descumprimento dos deveres ou de falta grave.

IV - a aplicação da pena de perda da delegação dependerá de:

1. sentença judicial transitada em julgado; ou
2. condenação decorrente de processo administrativo instaurado pela autoridade competente, assegurado amplo direito de defesa.

(...)

§ 2º As penas serão impostas pela autoridade competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato.

§ 3º À exceção da perda da delegação, as demais penas poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que se refiram a fatos distintos.

§ 4º Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior se, entre a data do cumprimento ou a extinção da pena e a data da infração posterior, houver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.

Como bem pode se perceber, a aplicação da penalidade deve observar as peculiaridades do caso concreto, em atenção ao princípio da proporcionalidade.

Sobre a gradação das penas nos processos disciplinares, segue a lição de Marçal Justen Filho:

(...) o art. 127 da Lei 8.112 consagrou um elenco de penalidades disciplinares, fazendo referência a advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. Essas sanções deverão ser aplicadas conforme a natureza e a gravidade da infração, segundo o princípio da proporcionalidade. Essa é a disciplina determinada pelo art. 128, que determina que a aplicação da penalidade será graduada **em função da natureza e gravidade da infração cometida, dos danos dela derivados, das circunstâncias agravantes ou atenuantes e dos antecedentes funcionais**. (Curso de Direito Administrativo, 7ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 979) (destaquei)

Nesse viés, é importante sopesar que a *ratio decidendi* dos termos acostados ao id nº 1987222 se coaduna com o espírito da norma prevista em abstrato, precisamente no sentido de que certos comportamentos são previstos como sendo censuráveis pela norma, demandando, via de regra, penalidades com o claro objetivo de desestimular sua prática ou constranger ao seu fiel cumprimento.

O objetivo da composição das figuras infracionais e da correlata penalização detém natureza preventiva, uma vez que induz eventuais infratores a não pratiquem os comportamentos proibidos ou incentiva os administrados a atuarem na conformidade de regra que lhes demanda comportamento positivo.

Verifica-se, portanto, que quando uma sanção abstrata recebe aplicação no plano concreto, pretende-se despertar no infrator um estímulo para que não reincida e passe a cumprir seu mister de forma exemplar para a sociedade, o que não deve ser confundido com o desígnio de causar aflição, um "mal", ou castigo, levá-lo à expiação pela nocividade de sua conduta.

Em se tratando de Direito enquanto a finalidade é unicamente a disciplina da vida social, a conveniente organização dela, para o bom convívio de todos e bom sucesso do todo social, nisto se esgotando seu objeto.

De outra banda, é de suma importância pontuar que a missão deste Censório não se limita a punir, mas, para além disso, persiste o dever de orientar e, sobre esse vetor interpretativo, cabível o registro para que o recorrente envide todos os esforços necessários com vistas a evitar que o evento objeto do presente

PAD não venha a se repetir no futuro.

Nessa senda, concluído o trabalho disciplinar, verificou-se a ocorrência de infração disciplinar de natureza grave, tendo por fato gerador os fatos comprovados, todos mencionados na decisão vinculada ao id nº 1987222.

Note-se que a instauração do processo administrativo disciplinar afigura-se como legítima, considerando a existência de expressa tipificação da conduta imputada ao processado.

Sob essa perspectiva, entende-se que a averiguação de notícias acerca de desvios atribuídos aos notários e registradores obriga o Corregedor de Justiça a promover a devida apuração de forma imediata, conforme impõe o art. 236 da CF que assim prevê:

**Art. 236.** Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. (Regulamento)

De outra banda, o art. 199 do RJU dispõe que:

Art. 199 - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Como bem pode se perceber, no presente caso, em que restaram comprovados os atos praticados pelo processado, salutar a aplicação da penalidade correlata, conforme restou detalhado na decisão vinculada ao id nº 1987222.

Ocorre que, de outra banda, incide no presente caso, causa extintiva da punibilidade, que deve ser reconhecida por se tratar de matéria de ordem pública.

À guisa da compreensão destacada no parágrafo anterior, é importante trazer à baila o posicionamento sumulado no verbete nº 635, senão veja-se:

SÚMULA N. 635 - Os prazos prescricionais previstos no art. 142 da Lei n. 8.112/1990 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo toma conhecimento do fato, interrompem-se com o primeiro ato de instauração válido ¿ sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar ¿ e voltam a fluir por inteiro, após decorridos 140 dias desde a interrupção.

O instituto da prescrição funda-se na estabilidade das relações jurídicas, na impossibilidade de se eternizar a ação punitiva do Estado e no próprio princípio da segurança jurídica.

No presente caso, em que houve a aplicação da penalidade de suspensão, o prazo a ser considerado para fins de contagem do prazo prescricional, segue os termos do art. 1.209 do Código de Normas:

*Art. 1.209. A ação disciplinar prescreverá em:*

*I - 5 (cinco) anos, no caso de infração punível com perda da delegação ou do cargo, no caso de juiz de paz;*

*II - 2 (dois) anos, no caso de infração punível com suspensão ou multa;*

*III - 1 (um) ano, no caso de infração punível com repreensão.*

*§ 1º O prazo de prescrição começa a correr a partir da data em que o fato se tornar conhecido pela autoridade competente.*

§ 2º A instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição até a decisão final prevista para conclusão do procedimento.

§ 3º Interrompido o curso da prescrição, o prazo recomeçará a correr após o prazo final que administração tem para concluir o processo disciplinar.

§ 4º. Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações capituladas também como crime.

Quanto à modalidade, o prazo prescricional deve ser sopesado pela pena *in concreto*, sendo de dois anos para o caso de suspensão.

Assim, considerando que a portaria de abertura do PAD foi publicada em 18.03.2020, resta claro no presente caso a ocorrência da prescrição punitiva retroativa.

Ante o exposto, tendo por base a decisão inserta no id nº 1987222, quanto ao prazo prescricional, reconheço a incidência de causa extintiva de punibilidade que milita em favor do processado, razão pela qual, determino o arquivamento do presente feito.

Feitas as comunicações legais, ARQUIVE-SE.

Publique-se e intime-se.

Sirva a presente decisão como ofício.

À Secretaria para as providências pertinentes.

Dê-se ciência as partes.

Belém/PA, 21/10/2022.

**ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

*Corregedora Geral de Justiça*

**Processo nº 0003340-90.2022.2.00.0814**

## **DECISÃO**

Trata-se do Ofício nº 494/2022, subscrito pelo Sr. Eder Costa Corrêa, servidor da Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, de ordem do Juiz de Direito daquela unidade judiciária, solicitando o apoio necessário à devolução dos autos do Processo nº 0006764-24.2019.8.14.0049, pelo Advogado Ecivaldo Paixão Nascimento, OAB/PA nº 19.356. É o relatório. Diante do exposto, expeça-se ofício à OAB-PA, ratificando a comunicação do Juízo da Vara Criminal de Santa Izabel do Pará, para que seja diligenciado para a devolução do Processo nº 0006764-24.2019.8.14.0049, pelo Advogado Ecivaldo Paixão Nascimento, OAB/PA nº 19.356, bem como para as demais providências institucionais cabíveis. Dê-se ciência ao juízo requerente, após archive-se. Belém, data registrada no sistema. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA - Desembargadora Corregedora Geral de Justiça do Pará**

**PROCESSO Nº 0003301-93.2022.2.00.0814**

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

**RECORRENTES: BRAZ DE OLIVEIRA BUENO e JOÃO ANTÔNIO DE DEUS VIEIRA**

**ADVOGADA: MARCELA DO SOCORRO MARTINS RODRIGUES ¿ OAB/PA N. 29.208.**

**RECORRIDO: JUÍZO DA VARA AGRÁRIA DA COMARCA DE MARABÁ.**

**EMENTA: PEDIDO DE DESBLOQUEIO DE MATRÍCULA. COMPROVAÇÃO DO REGULAR DESCTAMENTO DO IMÓVEL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. RECURSO ADMINISTRATIVO CONHECIDO E PROVIDO.**

Trata-se de Recurso Administrativo manejado por Braz de Oliveira Bueno e João Antônio de Deus Vieira, contra decisão proferida pelo Juízo Agrário da Comarca de Marabá, que indeferiu o pedido de desbloqueio da Matrícula n. 1.537, folha 001, Livro n. 2, do Cartório do Único Ofício da Comarca de Eldorado dos Carajás. Os recorrentes impugnaram a decisão guerreada, alegando: **Que** são os legítimos proprietários de uma porção de terras denominada Fazenda São João, cuja origem remetem ao Título de Aforamento outorgado pelo Governo do Estado do Pará, através da Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública do Estado, a João Salame Sobrinho, em 06/03/1957, lavrado em inteiro teor sob o número de ordem 95, às folhas 185/186 do Livro de Registro de Aforamento 01. **Que** o Título de Aforamento foi ratificado por Termo de Resgate de Aforamento 051, lavrado em Livro Próprio n. 2 ¿ ITERPA, à folha 22, em 22/09/2021. **Que** foi realizada a outorga pelo Estado do Pará e obedecido o limite constitucional previsto à época, ou seja, sobre a vigência da Constituição Federal de 1946, a qual admitia a possibilidade de titulação de até 10.000 hectares sem a necessidade de autorização do Senado Federal, nos termos do § 2º, do art. 156, da aludida Carta Constitucional. **Que** o Governo do Estado autorizou a transferência do domínio útil da enfiteuse em favor dos recorrentes, tendo sido pago o laudêmio devido pela Guia de Recolhimento de 021 ¿ Tal. 39 de 18/07/1990, no valor de R\$ 693.358,00, de acordo com o Processo n. 000023/90 ¿ ITERPA. **Que** o valor do resgate relativo à indenização para fins de consolidação dos direitos sobre a propriedade plena, totalizou em R\$ 221.240,58, pagos através do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) n. 712189039584, em 16 de setembro de 2021, com a efetivação do resgate, extinguindo-se, em consequência, a enfiteuse, incidente sobre a área de 3.686, 7531 hectares, consolidando a João Antônio Vieira de Deus 74,30% e a Bráz de Oliveira Bueno 25,70%. **Que** em cumprimento às determinações dos Provimentos ns. 013/2006 ¿ CJCI e 002/2010 ¿ CJCI, a matrícula em referência foi objeto de bloqueio/cancelamento até que, sobrevindo a Instrução n. 002/2010 ¿ CJCI, foi admitida a sua requalificação administrativa, procedimento ratificado pelos Provimentos Conjuntos ns. 010/2012 ¿ CJCI/CJRMB e 04/2021 ¿ CJCI/CJRMB. **Que** após terem sido devidamente intimados pelo Cartório do Único Ofício da Comarca de Eldorado dos Carajás, e terem demonstrado os pressupostos de ordem legal, bem como a legitimidade do pedido, pleitearam a requalificação administrativa da Matrícula n. 1.537, Ficha 001, Livro 02, denominada de Fazenda São João. **Que** o Oficial Registrador do Cartório do Único Ofício de Eldorado dos Carajás deferiu o pedido, após ter constatado que a referida matrícula foi bloqueada/cancelada erroneamente, nos termos do art. 24 do Provimento Conjunto n. 004/2021 ¿ CJCI/CJRMB. **Que** o Instituto de Terras do Estado do Pará ¿ ITERPA não se opôs à requalificação da matrícula em questão (Ofício n. 744/2021 ¿ GP), ratificando a veracidade em Ofício n. 406/2022 ¿ GP, em 27/06/2022 ¿ GP (art. 5º do Provimento n. 04). **Que** o Ministério Público se manifestou favorável ao deferimento dos pedidos formulados quanto ao imóvel rural. **Que** o Juízo Agrário indeferiu os pedidos de retificação e desbloqueio, assim como, determinou o cancelamento da requalificação da matrícula (AV-005/1.537), sob o argumento de que inexistente a requalificação de matrícula com base em certidão circunstanciada do Tabelião, conforme art. 24 do Provimento Conjunto n. 004/2021 ¿ CJCI/CJRMB. **Que**

de acordo com a fundamentação do Juízo Agrário, o Oficial de Registro deveria ter requalificado a matrícula em decisão fundamentada, nos termos do Provimento n. 004/2021 *ç* CJCI/CJRM. Que todos os documentos exigidos para o desbloqueio da matrícula foram anexados ao procedimento administrativo, que a decisão do Juízo Agrário precisa ser reformada, visto que, o Registrador ao decidir pela procedência da requalificação em certidão circunstanciada, não fere o art. 4º do Provimento Conjunto n. 004/2021 *ç* CJCI/CJRM. Que o imóvel rural foi desmembrado validamente do patrimônio público, que não ocorreu desrespeito aos limites constitucionais vigentes à época. Por fim, requerem que o presente Recurso Administrativo seja conhecido e provido, de modo a deferir o desbloqueio da Matrícula n. 1.537, Folhas 001, Livro 2, do Cartório do Único Ofício de Eldorado dos Carajás, restabelecendo-a em todos os seus termos, e sejam expedidas as comunicações de praxe. É o relatório. **Decido.** Atendidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Compulsando os autos, observa-se que o Juízo Agrário da Comarca de Marabá indeferiu o pedido de desbloqueio da Matrícula n. 1.537, Folhas 001, Livro 2, do Cartório do Único Ofício de Eldorado dos Carajás, por entender que os recorrentes não comprovaram a existência da hipótese prevista no art. 24 do Provimento Conjunto n. 004/2021 *ç* CJCI/CJRM, tendo condicionado o desbloqueio da matrícula à previa realização do procedimento de requalificação. Cumpre esclarecer que a requalificação de matrícula consiste no procedimento administrativo para a restauração daquelas matrículas bloqueadas e canceladas, respectivamente, por força do Provimento n. 013/2006 e Provimento n. 002/2010, ambos da então Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior. Atualmente, o procedimento de requalificação de matrícula encontra-se disciplinado pelo Provimento Conjunto n. 004/2021 *ç* CJCI/CJRM, cujo art. 3º dispõe que o pedido de requalificação deverá ser apresentado diretamente ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o qual deverá ser instruído com toda a documentação necessária, no sentido de evidenciar o regular destacamento do imóvel do patrimônio público para o privado. Por sua vez, o art. 24 do referido ato normativo prevê um procedimento mais simplificado, quando detectado que a matrícula foi bloqueada e cancelada por erro evidente em relação ao enquadramento aos Provimentos ns. 013/2006 e 002/2010 *ç* CJCI. Em face da importância, passo a transcrever o art. 24 do Provimento Conjunto n. 004/2021 *ç* CJCI/CJRM, já com a redação conferida pelo Provimento n. 003/2021 *ç* CGJ, determina, *in verbis*: *ç*Art. 24. Nas averbações de bloqueio e cancelamento, constatando-se terem sido procedidas mediante erro ou equívoco claro e evidente quanto ao enquadramento aos Provimentos nº 013/2006/CJCI e nº 02/2010/CJCI, **ficam os Oficiais de Registro de Imóveis autorizados a lavrar, de ofício, certidão circunstanciada demonstrando razões do não enquadramento do bloqueio/cancelamento da matrícula nos Provimentos referidos, submetendo-a ao Juízo Agrário respectivo, para decisão quanto à possível retificação do bloqueio/cancelamento erroneamente realizado.***ç* **Grifei.** Analisando os documentos acostados aos presentes autos, constata-se que o imóvel denominado de Fazenda São João, antiga Fazenda Berrante, foi objeto de Título de Aforamento emitido pelo Governo do Estado do Pará em favor de João Salame Sobrinho, conforme Certidão n. 052 expedida pelo Instituto de Terras do Pará *ç* ITERPA (id 2091849, páginas 25/41). O Título de Aforamento em referência deu ensejo à Transcrição n.830, fl. 84, Livro 3-H, em 01/05/1957, e posteriormente à Matrícula n. 1.392, Ficha 2, Livro n.2, todas do Cartório de Registro de Imóveis de Marabá, conforme Certidão id 2091852, páginas 34/36. Em face da mudança de circunscrição, a Matrícula n. 1.392 do Cartório de Registro de Imóveis de Marabá foi encerrada e aberta em substituição a Matrícula n. 141, fl. 118, Livro n. 2-A, no Cartório do Único Ofício de Curionópolis, conforme Certidão id 2062113. Em virtude da nova mudança de circunscrição, a Matrícula n. 141 do Cartório do Único Ofício de Curionópolis foi encerrada e aberta em substituição a Matrícula n. 1.537, Ficha 001, Livro n. 2, no Cartório do Único Ofício de Eldorado dos Carajás, conforme Certidão id 2091846, páginas 36/41 e id 2091849, páginas 01/02, sendo esta última objeto do presente recurso administrativo. Além das referidas certidões terem revelado toda a cadeia dominial do imóvel, atualmente, de propriedade de Braz de Oliveira Bueno e João Antônio de Deus Vieira, ora recorrentes, também demonstram que as terras públicas foram transferidas de forma regular para o particular, considerando que a área aforada se encontrava dentro dos limites constitucionais. Na época, vigora a Constituição Federal de 1946, cujo § 2º, do art. 156, admitia a possibilidade de aquisição de terras públicas com área não superior a 10.000 hectares independentemente de autorização do Senado Federal. Ademias, cabe assinalar que o próprio Instituto de Terras do Pará *ç* ITERPA, autarquia criada para atuar na execução da política de preservação do patrimônio agrário paraense, certificou a autenticidade do Título de Aforamento em questão, conforme se depreende da Certidão id 2091849, páginas 25/41. Assim como, emitiu Termo de Resgate de Aforamento n. 51, lavrado no Livro Próprio n. 2 *ç* ITERPA, através do qual extinguiu a enfiteuse incidente sobre a referida área, consolidando a propriedade plena em favor Braz de Oliveira Bueno e João Antônio de Deus Vieira, ora recorrentes, consoante documento id 2091852, páginas 29 e 30. Desse modo, considerando que os Provimentos ns. 013/2006 e 002/2010 *ç* CJCI visam combater a aquisição irregular de terras públicas, e

há provas nos autos que evidenciam que o imóvel objeto do presente recurso foi regularmente destacado do patrimônio público para o privado, como consta expressamente no Termo de Resgate de Aforamento acima referenciado (id 2091852, páginas 29 e 30), entendo desnecessário exigir dos recorrentes que se submetam a procedimento mais complexo, previsto no art. 3º do Provimento Conjunto n. 004/2021 ¿ CJC/CJRMB, quando por outro meio lograram êxito na comprovação da legitimidade de sua propriedade, especialmente por se tratar de hipótese de equívoco do bloqueio, devendo-se, assim, aplicar ao caso *sub examine*, o Princípio da Instrumentalidade das Formas, segundo o qual o ato deverá ser considerado válido, ainda que praticado de forma diferente da prevista em norma, se alcançar a sua finalidade. Posto isso, conheço do recurso e dou-lhe provimento, nos termos da manifestação do MP em primeiro grau, razão pela determino a reforma da decisão guerreada, no sentido de tornar sem efeito o cancelamento da requalificação da Matrícula n. 1.537, Folhas 001, Livro 2, do Cartório do Único Ofício de Eldorado dos Carajás, bem como determino o desbloqueio desta. Após dar ciência desta decisão ao Juízo Agrário da Comarca de Marabá, aos recorrentes, bem como ao Oficial do Cartório do Único Ofício de Eldorado dos Carajás, proceda-se ao arquivamento dos presentes autos. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 21 de outubro de 2022. **DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA** Corregedora-Geral de Justiça



## SECRETARIA JUDICIÁRIA

**PORTARIA Nº 57/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Pará, combinado com o art. 188, inciso I, e o art. 190 da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **antiguidade**, a Magistrada **VANESSA RAMOS COUTO**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, para o **23º (vigésimo terceiro) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 58/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santarém, para o **24º (vigésimo quarto) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 59/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Pará, combinado com o art. 188, inciso I, e o art. 190 da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **antiguidade**, o Magistrado **IVAN DELAQUIS PEREZ**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Santa Izabel do Pará, para o **25º (vigésimo quinto) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 60/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **CÍNTIA WALKER BELTRÃO DA SILVA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, para o **26º (vigésimo sexto) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 61/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Pará, combinado com o art. 188, inciso I, e o art. 190 da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **antiguidade**, a Magistrada **CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena, para o **27º (vigésimo sétimo) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 62/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, o Magistrado **ACRÍSIO TAJRA DE FIGUEIREDO**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, para o **28º (vigésimo oitavo) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 63/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Pará, combinado com o art. 188, inciso I, e o art. 190 da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **antiguidade**, a Magistrada **MARIA DE FÁTIMA ALVES DA SILVA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema, para o **29º (vigésimo nono) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 64/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, o Magistrado **CELSO QUIM FILHO**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Parauapebas, para o **30º (trigésimo) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 65/2022-SEJUD.** A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o

art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Pará, combinado com o art. 188, inciso I, e o art. 190 da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **antiguidade**, a Magistrada **DIANA CRISTINA FERREIRA DA CUNHA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba, para o **31º (trigésimo primeiro) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 66/2022-SEJUD**. A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **RACHEL ROCHA MESQUITA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena, para o **32º (trigésimo segundo) dos 32 (trinta e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 67/2022-SEJUD**. A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA**, Juíza de Direito de 1ª Entrância, titular da Vara Distrital de Monte Dourado da Comarca de Almeirim, para a **Vara Única** da Comarca de **Soure**, 2ª Entrância. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**PORTARIA Nº 68/2022-SEJUD**. A Excelentíssima Senhora Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 38ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 19/10/2022, **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO**, Juíza de Direito de 1ª Entrância, titular da Vara Única da Comarca de Eldorado dos Carajás, para a **3ª Vara Cível e Empresarial** da Comarca de **Parauapebas**, 2ª Entrância. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**EDITAL - TRE-PA nº 1/2022** ; **Relação de Candidatos inscritos para formação da Lista Tríplice destinada a 1 (uma) vaga de Membro Efetivo, na classe Jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará.**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto na Resolução nº 23.517/2017 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no art. 4º, § 3º, da Resolução nº 24/2017 desta Corte Estadual, **torna público** aos interessados que se

inscreveram para participar do certame veiculado pelo Edital 2 TRE-PA nº 1/2022 (TJPA-PRO-2022/03794), destinado à formação da Lista Tríplice de 1 (uma) vaga de Membro Efetivo, na classe Jurista, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, publicado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 28/9/2022, que o prazo para inscrição encerrou-se no dia 17/10/2022, tendo se inscrito no certame em comento os seguintes candidatos: Advogado **DIOGO SEIXAS CONDURÚ** (OAB/PA Nº 13.542, TJPA-EXT-2022/05257, inscrição em 14/10/2022); Advogado **BRUNO NATAN ABRAHAM BENCHIMOL** (OAB/PA Nº 12.998, TJPA-EXT-2022/05263, inscrição em 14/10/2022); Advogado **DIRCEU RIKER FRANCO** (OAB/PA Nº 9.297, TJPA-EXT-2022/05299, inscrição em 17/10/2022) e Advogado **DANIEL DACIER LOBATO SÁ PEREIRA** (OAB/PA Nº 15.494, TJPA-EXT-2022/05304, inscrição em 17/10/2022). Os candidatos acima mencionados inscreveram-se dentro do prazo legal. Belém 21 de outubro de 2022. Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

Faço público a quem interessar possa que, para a **22º Sessão PJE Plenário Virtual da Seção de Direito Público**, com início dia **08 de NOVEMBRO de 2022**, a partir da **14h**, foi pautado pela Exmo. Sr. Des Presidente Roberto Gonçalves de Moura, os seguintes feitos para julgamento:

**Ordem**

: 001

**Processo**

: 0804788-91.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Licença-Prêmio

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO****IMPETRANTE**

: YMA VALE DOS SANTOS

**ADVOGADO**

: MARVYN KEVIN VALENTE BRITO - (OAB PA27217-A)

**POLO PASSIVO****IMPETRADO**

: SEDUC

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**AUTORIDADE**

: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 002

**Processo**

: 0810072-17.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: RODRIGO DENIS NASCIMENTO DE SOUSA

**ADVOGADO**

: ANDERSON MOTA PEREIRA - (OAB PA26036-A)

**ADVOGADO**

: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTA - (OAB PA24262-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO

**AUTORIDADE**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**AUTORIDADE**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 003

**Processo**

: 0809038-70.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: **Atos Processuais**

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: MARIA DAS DORES CARVALHO BRAGA

**ADVOGADO**

: ROSIANE THASSIMARA TRINDADE BRAGA - (OAB PA32698)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**AUTORIDADE**

: SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA

**Ordem**

: 004

**Processo**

: 0815160-36.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: **Piso Salarial**



**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: DIMITRY ADRIAO CORDOVIL

**ADVOGADO**

: CARLOS EDUARDO ROSSY PATRIARCHA - (OAB PA15930-A)

**ADVOGADO**

: LUIZ FELIPE VASCONCELLOS LUZ - (OAB PA16357-A)

**POLO PASSIVO**

**IMPETRADO**

: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 005

**Processo**

: 0803570-28.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

**: ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias**

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: CIMENTOS DO BRASIL S/A CIBRASA

**ADVOGADO**

: WALDIR GOMES FERREIRA - (OAB PA6648-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: SECRETÁRIO DE FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 006

**Processo**

: 0808916-96.2018.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Gratificações e Adicionais

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: FABRICIO COSTA FERREIRA

**ADVOGADO**

: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

**ADVOGADO**

: ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA - (OAB PA13372-A)

**ADVOGADO**

: MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 007

**Processo**

: 0804929-13.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Gratificações e Adicionais

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: ANITA DE JESUS BALGA CARRILHO

**ADVOGADO**

: ALINNE BALGA CARRILHO - (OAB PA23099-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: SEDUC - PA

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 008

**Processo**

: 0811723-50.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Classificação e/ou Preterição

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: MAURICIO FREITAS NEIVA

**ADVOGADO**

: ANA CAROLINA AQUINO MARTINS - (OAB BA33157-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 009

**Processo**

: 0802795-47.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR**

: MARCELA GUAPINDAIA BRAGA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: JAMIL JONATHAS DELGADO BRITO

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**ADVOGADO**

: FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 010

**Processo**

: 0810766-83.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: ALEXANDRO DA CUNHA BARBOSA

**ADVOGADO**

: NILDO TEIXEIRA DIAS - (OAB PA20339-A)

**POLO PASSIVO**

**IMPETRADO**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**IMPETRADO**

: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

**Ordem**

: 011

**Processo**

: 0801255-66.2018.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Gratificações e Adicionais

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO



**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: AMAURI LIMA DE SOUZA

**ADVOGADO**

: DARTE DOS SANTOS VASQUES - (OAB PA16703-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 012

**Processo**

: 0801657-84.2017.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Gratificações e Adicionais

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: LUIS MARCELO BILOIA DA SILVA

**ADVOGADO**

: CLAYTON DAWSON DE MELO FERREIRA - (OAB PA14840-A)

**ADVOGADO**

: BENEDITO CORDEIRO NEVES - (OAB PA5178-A)

**REU**

: CLAYDSON CLEY LIMA FERNANDES

**ADVOGADO**

: BENEDITO CORDEIRO NEVES - (OAB PA5178-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 013

**Processo**

: 0814486-58.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ELIANE FERREIRA PINTO

**Ordem**

: 014

**Processo**

: 0803782-88.2018.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ELIZEU DA SILVA MANCIO

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 015

**Processo**

: 0811916-02.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: RICARDO JORGE ELVIS DE SOUZA SANTOS

**Ordem**

: 016

**Processo**

: 0814214-64.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ANTONIO MARCELO COSTA PORTELA

**Ordem**

: 017

**Processo**

: 0814274-37.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: MILTON MORAIS LOPES

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 018

**Processo**

: 0814483-06.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: MATEUS CACIS SALOMAO NETO

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 019

**Processo**

: 0815134-38.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ILDO MARTINS SANTA BRIGIDA

**Ordem**

: 020

**Processo**

: 0800147-60.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**



: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: GLAUBER PATRIK MOREIRA

**Ordem**

: 021

**Processo**

: 0806628-73.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR**

: MARIA ELISA BRITO LOPES

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: JURANDI DA SILVA CORREA

**Ordem**

: 022

**Processo**

: 0801126-22.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: CAMILA DE ALMEIDA SILVA

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 023

**Processo**

: 0808333-09.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR**

: MARIA ELISA BRITO LOPES

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: WAGNER FAGUNDES DOS SANTOS

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 024

**Processo**

: 0808147-83.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR**

: MARIA ELISA BRITO LOPES

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ADERINO MOTA ARAUJO

**Ordem**

: 025

**Processo**

: 0814448-46.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ANTONIO DO LIVRAMENTO SANTOS MIGUEL REIS

**Ordem**

: 026

**Processo**

: 0800226-39.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: AUGUSTO VALTER FREITAS DE MENEZES

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 027

**Processo**

: 0805668-20.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARA

**PROCURADOR**

: MARCELA GUAPINDAIA BRAGA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ELIELSON FONSECA DOS SANTOS

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 028

**Processo**

: 0814446-76.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ROSIVAN SILVA DIAS

**Ordem**

: 029

**Processo**

: 0810666-31.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR**

: MARCELA GUAPINDAIA BRAGA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ANTONIO ALDECI DOS SANTOS RIBEIRO

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 030



**Processo**

: 0807256-62.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR**

: LUIS FELIPE KNAIP DO AMARAL

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: OSCAR DOS SANTOS FERREIRA

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 031

**Processo**

: 0811640-68.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

**: AÇÃO RESCISÓRIA**

**Assunto Principal**

**: Adicional de Interiorização**

**Sustentação Oral**

**: Não**

**Relator(a)**

**: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

**: ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA**

**: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**REU**

**: SEBASTIAO RODRIGUES SANTOS**

**Ordem**

**: 032**

**Processo**

**: 0805699-06.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial**

**: AÇÃO RESCISÓRIA**

**Assunto Principal**

**: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço**

**Sustentação Oral**

**: Não**

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: ELUZILENE LEITE LIMA

**Ordem**

: 033

**Processo**

: 0814000-73.2021.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: JORGELITOM LOPES TAVARES

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 034

**Processo**

: 0809517-05.2018.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Gratificações e Adicionais

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTOR**

: ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**REU**

: JEFFERSON DO NASCIMENTO MIGLIO

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**Ordem**

: 035

**Processo**

: 0811146-72.2022.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Adicional de Interiorização

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: MAURILENO RAIMUNDO OLIVEIRA TAVARES

**ADVOGADO**

: JOACIMAR NUNES DE MATOS - (OAB PA17236-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: SEPLAD - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 036

**Processo**

: 0808643-82.2021.8.14.0301

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Nomeação

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: MICHELE ADRIANA SILVA PIRES

**ADVOGADO**

: JOAO GUTEMBERG VILHENA CATETE - (OAB PA24515-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**AUTORIDADE**

: JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

**REPRESENTANTE**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 037

**Processo**

: 0807662-20.2020.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Pessoas com deficiência

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: SANDRA DO SOCORRO LIMA DE SAO MARCOS

**ADVOGADO**

: RUI GUILHERME CARVALHO DE AQUINO - (OAB PA3321-A)

**ADVOGADO**

: ARTUR DA SILVA RIBEIRO - (OAB PA26150-A)

**ADVOGADO**

: ANA PAULA NOGUEIRA DE SAO MARCOS - (OAB AM6677)

**POLO PASSIVO**

**IMPETRADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**IMPETRADO**

: RENÉ SOUSA JÚNIOR

**IMPETRADO**

: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**



: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 038

**Processo**

: 0010227-92.2017.8.14.0000

**Classe Judicial**

: AÇÃO RESCISÓRIA

**Assunto Principal**

: Gratificações e Adicionais

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: ESTADO DO PARA

**AUTOR**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: ANTONIO WAGNER GOMES FARIAS

**ADVOGADO**

: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem**

: 039

**Processo**

: 0800160-98.2018.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Aposentadoria

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: LEONI JORGE PEREIRA MARQUES

**ADVOGADO**

: JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLA - (OAB PA22020-A)

**ADVOGADO**

: SOLON COUTO RODRIGUES FILHO - (OAB PA6340-A)

**POLO PASSIVO**

**IMPETRADO**

: DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA

**IMPETRADO**

: SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Faço público a quem interessar possa que, para a **15ª Sessão PJE por Video Conferência da Seção de Direito Público**, a realizar-se no dia **08 de Novembro de 2022**, com início às 11h30, foi pautado pelo Exmo. Sr. Des Presidente Roberto Gonçalves de Moura, os seguintes feitos para julgamento:

**Processos Pautados**

**Ordem**

: 001

**Processo**

: 0024477-86.2006.8.14.0301

**Classe Judicial**

: **AÇÃO RESCISÓRIA**

**Assunto Principal**

: **Honorários Advocatícios**

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: COMERCIAL IGUAPI LTDA

**AUTORIDADE**

: COMERCIAL IGUAPI LTDA

**Ordem**

: 002

**Processo**

: 0810012-78.2020.8.14.0000

**Classe Judicial**

: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL

**Assunto Principal**

: Violação aos Princípios Administrativos

**Sustentação Oral**

: Não

**Relator(a)**

: Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**IMPETRANTE**

: AGERICO HILDO VASCONCELOS DOS SANTOS

**ADVOGADO**

: AGERICO HILDO VASCONCELOS DOS SANTOS - (OAB PA27964-A)

**IMPETRANTE**

: ITONIR APARECIDO TAVARES

**ADVOGADO**

: AGERICO HILDO VASCONCELOS DOS SANTOS - (OAB PA27964-A)

**ADVOGADO**

: VINICIUS VEIGA DE SOUZA - (OAB PA17195-A)

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE**

: JUIZO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

**IMPETRADO**

: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE JACUNDÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO**

: ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**TERCEIRO INTERESSADO**

: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA**

: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ**

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

**NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO**

**1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO**

**ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2022, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, DE FORMA HÍBRIDA:**

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A 34ª SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2022, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SE REALIZAR NO DIA **07 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 09H30**, DE FORMA HÍBRIDA, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 3229/2022-GP, DE 29 DE AGOSTO DE 2022 (DJ 30/08/2022), E DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA DIA 05/09/2022 (DJ 06/09/2022), FOI PAUTADO, PELA PRESIDÊNCIA DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTE FEITOS:

**PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE**

**ORDEM 001**

**PROCESSO 0809814-75.2019.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/AGRAVANTE SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**

**ADVOGADO GERSON STOCCO DE SIQUEIRA - (OAB RJ7597000A)**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/AGRAVADO ESTADO DO PARA**

**EMBARGADO/AGRAVADO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 002

**PROCESSO** 0806493-27.2022.8.14.0000

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

**ASSUNTO PRINCIPAL** APOSENTADORIA/RETORNO AOTRABALHO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/AGRAVANTE** JOSE EDUARDO BELICHE DE SOUZA LEO

**ADVOGADO** ALEXANDRE ALY PARAGUASSU CHARONE - (OAB PA11918-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/AGRAVADO** IGEPREV

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 003

**PROCESSO** 0840031-37.2020.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** CONCESSÃO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN

**POLO ATIVO**

**APELANTE** IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MANOEL LOPES DE ANDRADE

**ADVOGADO** RONDINELI FERREIRA PINTO - (OAB PA10389-A)

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

**NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO**

**1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO**

**ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2022, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO:**

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A 37ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2022, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SE REALIZAR POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL, COM INÍCIO ÀS 14H00 DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022 E TÉRMINO ÀS 14H00 DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2022, FOI PAUTADO O JULGAMENTO DOS SEGUINTE FEITOS:

**PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE**

**ORDEM 001**

**PROCESSO 0807061-82.2018.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL ICMS / INCIDÊNCIA SOBRE O ATIVO FIXO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE MARIA MARLI VIEIRA ALENCAR**

**ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)**

**POLO PASSIVO**



**AGRAVADO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 002**

**PROCESSO 0807958-08.2021.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL AFRMM/ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE**

**RELATOR(A) DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/AGRAVANTE MODULADOS CRISTAL LTDA - ME**

**ADVOGADO DANIELLE DE LEMOS BALEIXO - (OAB PA10872-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/AGRAVADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**ORDEM 003**

**PROCESSO 0810624-50.2019.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL ADICIONAL DE INTERIORIZAÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR**

**EMBARGANTE/AGRAVANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/AGRAVADO RUI GUILHERME LACERDA DE MATOS**

**ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)**

**ADVOGADO VIVIAN RIBEIRO SANTOS - (OAB PA23042-A)**

**ORDEM 004**

**PROCESSO 0804590-88.2021.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL ATOS PROCESSUAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE ADRIANO DOS SANTOS BRAS**

**ADVOGADO JOAO PAULO DA SILVEIRA MARQUES - (OAB PA16008-B)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**ORDEM 005**

**PROCESSO 0801954-86.2020.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL INVALIDEZ PERMANENTE**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ**

**ADVOGADO MARLON AURELIO TAPAJOS ARAUJO - (OAB PA12183-A)**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/AGRAVADO** DIOGENES LEMOS CARNEIRO

**ADVOGADO** KARYME FREITAS CARNEIRO COSTA - (OAB PA20403-A)

**PROCURADOR** KARYME FREITAS CARNEIRO COSTA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 006

**PROCESSO** 0802751-28.2021.8.14.0000

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**ASSUNTO PRINCIPAL** LIMINAR

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** GRIFFO COMUNICACAO E JORNALISMO LTDA

**ADVOGADO** RAFAEL OLIVEIRA LIMA - (OAB PA21059-A)

**ADVOGADO** FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

**ADVOGADO** SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

**ADVOGADO** CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** BANPARÁ

**ADVOGADO** ADRIANO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO - (OAB PA9136-A)

**ADVOGADO** VITOR CABRAL VIEIRA - (OAB PA16350-A)

**PROCURADORIA** BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 007**

**PROCESSO 0803242-35.2021.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO JOSE RICARDO LOPES**

**ADVOGADO JOSE MARIO RANGEL FORATINI - (OAB PA15284)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 008**

**PROCESSO 0809476-33.2021.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL INEXEQUIBILIDADE DO TÍTULO / INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A**

**ADVOGADO LEONARDO NUNEZ CAMPOS - (OAB BA30972-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 009**

**PROCESSO 0810293-97.2021.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE CLAUDIA HELENA DA COSTA SILVA**

**ADVOGADO KARYN FERREIRA SOUZA AGUINAGA - (OAB PA10752-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 010**

**PROCESSO 0806319-23.2019.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL MEIO AMBIENTE**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGADO/AGRAVANTE** TAKEDA PHARMA LTDA.

**ADVOGADO** ANDRE VIVAN DE SOUZA - (OAB SP220995)

**ADVOGADO** MATEUS DA COSTA MARQUES - (OAB SP373989)

**POLO PASSIVO**

**EMBARGANTE/AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 011

**PROCESSO** 0802272-06.2019.8.14.0000

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**ASSUNTO PRINCIPAL** IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** SABEMI SEGURADORA SA

**ADVOGADO** JULIANO MARTINS MANSUR - (OAB RJ113786-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** JOSE PEREIRA DA SILVA FILHO

**ADVOGADO** JEAN CARLOS GOLTARA - (OAB PA24019-A)

**ADVOGADO** YURI FERREIRA MACIEL - (OAB PA25777-A)

**ADVOGADO** LUIZ FERNANDO BARBOZA MEDEIROS - (OAB PA10585-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 012**

**PROCESSO 0808983-27.2019.8.14.0000**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**ASSUNTO PRINCIPAL DANO AO ERÁRIO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE AF TRANSPORTES A COMERCIO EIRELI - ME**

**ADVOGADO EDENMAR MACHADO ROSAS DOS SANTOS - (OAB PA12801-A)**

**ADVOGADO ODILON CAETANO SILVA JUNIOR - (OAB PA26026-A)**

**ADVOGADO LUCAS FIGUEIRA SILVA - (OAB PA27566-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 013**

**PROCESSO 0839258-60.2018.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL APOSENTADORIA**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ALFRA JESUS DA SILVA**

**ADVOGADO CLEBIA DE SOUSA COSTA - (OAB PA13915-A)**

**ADVOGADO ANA CAVALCANTE NOBREGA DA CRUZ - (OAB PA17842-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 014**

**PROCESSO 0001805-52.2017.8.14.0090**

**CLASSE JUDICIAL REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ABUSO DE PODER**

**RELATOR(A) DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

**POLO ATIVO**

**SENTENCIANTE JUIZO DA VARA UNICA DE PRAINHA**

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO MUNICIPIO DE PRAINHA**

**PROCURADORIA PROJUR - PROCURADORIA JURÍDICA DA PREFEITURA DE PRAINHA**

**RECORRIDO MUNICIPIO DE PRAINHA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**

**ADVOGADO SOYLA AZEVEDO GOMES - (OAB PA14499-A)**

**SENTENCIADO CRISTIANY DE NAZARE PIMENTEL DA SILVA**

**ADVOGADO ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS - (OAB PA11658-A)**

**SENTENCIADO CONSTANCIA TELES MIRANDA**

**ADVOGADO ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS - (OAB PA11658-A)**

**SENTENCIADO ANA CLAUDIA MONTEIRO BERNARDES**

**ADVOGADO GLEYDSON ALVES PONTES - (OAB PA12347-A)**



**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 015

**PROCESSO** 0007430-96.2018.8.14.0069

**CLASSE JUDICIAL** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** CONSELHO DO IDOSO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**RECORRIDO** MUNICIPIO DE PACAJA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PACAJÁ

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE PACAJA

**PROCURADORIA** CARTÓRIO ÚNICO OFICIO DA COMARCA DE PACAJÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 016

**PROCESSO 0800101-04.2022.8.14.0087**

**CLASSE JUDICIAL REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL REINTEGRAÇÃO OU READMISSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE SONIA POMPEU RODRIGUES DA COSTA**

**ADVOGADO MOISES GOMES DE CARVALHO SOBRINHO - (OAB PA18399-A)**

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO ALCIDES ABREU BARRA**

**RECORRIDO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURU**

**ADVOGADO AMANDA LIMA FIGUEIREDO - (OAB PA11751-A)**

**PROCURADORIA PROCURADORIA DA PREFEITURA DE LIMOEIRO DO AJURU**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 017**

**PROCESSO 0839487-83.2019.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ABUSO DE PODER**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE REGINALDO SARGES FEIO DOS SANTOS**

**ADVOGADO RONIE ALEX GARCIA BATISTA - (OAB PA26279-A)**

**ADVOGADO ALAN PINHEIRO DA LUZ SILVA - (OAB PA26273-A)**

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

**ADVOGADO** LUIS FELLIPE DOS SANTOS PEREIRA - (OAB PA19222-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 018

**PROCESSO** 0844012-74.2020.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** CONCESSÃO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** LUIZ OTAVIO DE SOUZA

**ADVOGADO** FRANCISCO CLEANS ALMEIDA BOMFIM - (OAB PA10175-A)

**ADVOGADO** RENAN CONCEICAO BONFIM - (OAB PA28798-A)

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 019

**PROCESSO** 0843978-65.2021.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** REINTEGRAÇÃO OU READMISSÃO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** VANESSA SANTOS NOGUEIRA

**ADVOGADO** LORENA DE CASSIA CAVALCANTE DE OLIVEIRA - (OAB PA28841-A)

**ADVOGADO** VINICIUS AUGUSTO SANTOS NOGUEIRA - (OAB PA26893-A)

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA JURÍDICA DO IMETROPARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 020

**PROCESSO** 0032466-02.2013.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** LIMINAR

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** 3ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DE BELEM-PA

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**RECORRIDO** SILVIO ARAUJO PIRES

**ADVOGADO** LUCIDIO ELTON VASCONCELOS ARAGAO - (OAB PA017084)

**RECORRIDO** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 021

**PROCESSO** 0800461-30.2018.8.14.0005

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** MEDIDAS DE PROTEÇÃO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**JUIZO RECORRENTE** MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

**JUIZO RECORRENTE** PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE ALTAMIRA

**JUIZO RECORRENTE** MUNICIPIO DE ALTAMIRA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

**JUIZO RECORRENTE** PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

**APELANTE** MUNICIPIO DE ALTAMIRA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** F. C. D. S.

**DEFENSORIA** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**RECORRIDO** I. C. D. O.

**DEFENSORIA** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 022**

**PROCESSO 0058703-10.2012.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL PROMOÇÃO / ASCENSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**POLO PASSIVO**

**APELADO DIANA APARECIDA ATHAYDE FERNANDES**

**ADVOGADO MARINETHE DE FREITAS CORREA - (OAB PA17219-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 023**

**PROCESSO 0801170-86.2020.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL INDENIZAÇÃO DO PREJUÍZO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE NILTON SOUZA DIAS**

**ADVOGADO ELIANA REGINA CORDEIRO BASTIDAS - (OAB SP175882-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO HOSPITAL MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS**

**AGRAVADO/APELADO HOSPITAL MARADEI**

**AGRAVADO/APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 024**

**PROCESSO 0037341-73.2017.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE WEYLLA KANANDA ARAUJO PEREIRA**

**DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE MACICLEIA ARAUJO DE SOUSA**

**DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 025**

**PROCESSO 0800984-63.2020.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO EDIVALDO LEITE SOARES**

**ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)**

**ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)**

**ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)**

**ORDEM 026**

**PROCESSO 0810776-75.2019.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL ANULAÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO FABIANO DOS SANTOS VASCONCELOS**

**ADVOGADO LUAN SILVA DE REZENDE - (OAB PA22057-A)**

**ORDEM 027**

**PROCESSO 0803264-07.2020.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**



**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** ANA PAULA SILVA ARAUJO

**ADVOGADO** MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)

**ADVOGADO** ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

**ADVOGADO** ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

**ORDEM** 028

**PROCESSO** 0800923-08.2020.8.14.0040

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** MARIA DIVINA SILVA DA CUNHA

**ADVOGADO** MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)

**ADVOGADO** ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

**ADVOGADO** ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

**ORDEM** 029

**PROCESSO** 0805301-07.2020.8.14.0040

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** MARGARIDA MARTINS MAGALHAES

**ADVOGADO** MARIANA CORREA LOBO - (OAB PA25917-A)

**ORDEM** 030

**PROCESSO** 0801205-46.2020.8.14.0040

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** MARIA APARECIDA CUNHA SANTOS

**ADVOGADO** MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)

**ADVOGADO** ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

**ADVOGADO** ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

**ORDEM** 031

**PROCESSO** 0005235-26.2012.8.14.0045

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE REDENCAO

**APELANTE** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**AGRAVANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** RAIMUNDO LUCIANO BARBOSA DOS ANJOS

**ADVOGADO** DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**ORDEM** 032

**PROCESSO** 0004078-70.2014.8.14.0005

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA

**AGRAVANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** GILBERTO FILHO DA SILVA

**ADVOGADO** DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 033

**PROCESSO 0800880-71.2020.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO ELIAN FRANCISCA JARDIM**

**ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)**

**ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)**

**ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)**

**ORDEM 034**

**PROCESSO 0012576-22.2011.8.14.0051**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, SOLDOS, PROVENTOS OU PENSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE CAPANEMA PA**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO ANTONIO EDSON DA SILVA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 035**

**PROCESSO 0003746-41.2013.8.14.0037**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES DE ATIVIDADE**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ORIXIMINA**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO LUIS PAULO ARANHA DA SILVA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 036**

**PROCESSO 0005271-68.2012.8.14.0045**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE REDENCAO

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** DIONE BARBOSA DE MIRANDA

**ADVOGADO** DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 037

**PROCESSO** 0001701-74.2011.8.14.0024

**CLASSE JUDICIAL** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE** RAIMUNDO ANDRESON RIBEIRO DOS SANTOS

**ADVOGADO** ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CIVEL DE SANTAREM

**AGRAVANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** RAIMUNDO ANDRESON RIBEIRO DOS SANTOS

**ADVOGADO** ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

**AGRAVANTE/APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 038**

**PROCESSO 0011308-30.2011.8.14.0051**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, SOLDOS, PROVENTOS OU PENSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO ROBSON ROCHA DA SILVA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**ORDEM 039**

**PROCESSO 0008304-77.2014.8.14.0051**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA CIVEL DE SANTAREM**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO LEANDRO PINTO PEDROSO**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 040

**PROCESSO** 0009959-26.2010.8.14.0051

**CLASSE JUDICIAL** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JUIZO DA 8ª VARA CIVEL DE SANTAREM

**EMBARGANTE/APELANTE** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** JOSE DANTAS GOMES

**ADVOGADO** ROSSILDA AMARAL GOMES SANCHES - (OAB PA11635-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 041

**PROCESSO** 0029819-05.2011.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ



**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO EVANDRO MARTINS OLIVEIRA REIS**

**ADVOGADO GABRIELA ELLERES VASQUES - (OAB PA15920)**

**ADVOGADO DARTE DOS SANTOS VASQUES - (OAB PA16703-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 042**

**PROCESSO 0034052-74.2013.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAZENDA DE BELEM**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO WAGNER DE ALMEIDA REIS**

**ADVOGADO GUSTAVO PERES RIBEIRO - (OAB PA16606-B)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 043**

**PROCESSO 0000857-42.2013.8.14.0061**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DE TUCURUI**

**EMBARGADO/APELANTE CLEBER FERREIRA FONSECA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO CLEBER FERREIRA FONSECA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**EMBARGANTE/APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**ORDEM 044**

**PROCESSO 0014625-62.2011.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DE FAZENDA DE BELEM**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO ANTONIA ITALUCIA COSTA DA SILVA**

**ADVOGADO GABRIELA ELLERES VASQUES - (OAB PA15920)**

**ADVOGADO FABIO ROGERIO MOURA - (OAB PA14220-A)**

**ORDEM 045**

**PROCESSO 0011181-92.2011.8.14.0051**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DE CAPANEMA PA**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO MARCELO IZIDORO CANTANHEDE DE OLIVEIRA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 046**

**PROCESSO 0001653-32.2012.8.14.0008**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DE BARCARENA**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** MANUEL ANILDO SANTOS LOBATO

**ADVOGADO** DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**ORDEM** 047

**PROCESSO** 0048743-30.2012.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DE FAZENDA BELEM

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** MARCIO DO SOCORRO DE SOUZA GOMES

**ADVOGADO** JOSE FRANCISCO CORREA DE OLIVEIRA - (OAB PA15229-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 048

**PROCESSO** 0015907-38.2011.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO ANDERSON ROBERTO DA SILVA BOTELHO**

**ADVOGADO DARTE DOS SANTOS VASQUES - (OAB PA16703-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 049**

**PROCESSO 0001825-55.2019.8.14.0031**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL PAGAMENTO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU**

**ADVOGADO GABRIEL PEREIRA LIRA - (OAB PA017448)**

**APELANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU/PA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOJU / PA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO PAULO SERGIO MENDES DA SILVA**

**ADVOGADO THAISE DA COSTA DE ARAUJO - (OAB PA25714-A)**

**ADVOGADO BRASIL RODRIGUES DE ARAUJO - (OAB PA20-A)**

**ORDEM 050**

**PROCESSO 0802096-38.2018.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**APELADO** BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

**ADVOGADO** GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB RO5546-A)

**PROCURADORIA** BANCO BRADESCO S.A.

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 051

**PROCESSO** 0801199-39.2020.8.14.0040

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MARILENE SALUSTRIANO DE SOUSA

**ADVOGADO** MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)

**ADVOGADO** ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

**ADVOGADO** ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

**ORDEM 052**

**PROCESSO 0812005-12.2018.8.14.0006**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL SERVIDOR PÚBLICO CIVIL**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO DIEGO PEDRO AIRES DA COSTA**

**ADVOGADO BRUNO MURILLO SACRAMENTO FERREIRO - (OAB PA548-A)**

**APELADO CONSULPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA**

**ADVOGADO NILO SERGIO AMARO FILHO - (OAB MG135819-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 053**

**PROCESSO 0800269-21.2020.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**APELADO FRANCILDO DE BRITO DA SILVA**

**ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)**

**ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)**

**ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)**

**ORDEM 054**

**PROCESSO 0016161-08.2017.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGADO/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGANTE/APELADO EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**

**ADVOGADO RENATA MENDONCA DE MORAES - (OAB PA24943-A)**

**ADVOGADO ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA - (OAB PA17515-A)**

**ADVOGADO GEOVANNA TAVARES KLAUTAU - (OAB PA32693-A)**

**ADVOGADO BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)**

**ADVOGADO ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB RJ118125-A)**

**ADVOGADO JOSE SILVA SOBRAL NETO - (OAB MA7445-A)**

**PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 055**



**PROCESSO 0800818-43.2019.8.14.0015**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL ENTIDADES DE ATENDIMENTO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 056**

**PROCESSO 0814021-02.2019.8.14.0006**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**ASSUNTO PRINCIPAL ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO BERTOLINA LIMA RIBEIRO**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 057**

**PROCESSO 0005577-60.2003.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL IPTU/ IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO MAGNO ANGELO SCALFONI**

**ADVOGADO RAISSA DA SILVA MELLO - (OAB PA27453-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 058**

**PROCESSO 0002823-57.2017.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ICMS / INCIDÊNCIA SOBRE O ATIVO FIXO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/EMBARGADO/APELANTE OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS**

**ADVOGADO SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS - (OAB PA12764-A)**

**EMBARGADO/EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/EMBARGANTE/APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**EMBARGANTE/EMBARGADO/APELADO OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTICIOS**

**ADVOGADO SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS - (OAB PA12764-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)**

**PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 059**

**PROCESSO 0026803-38.2014.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL CONCESSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO BELEMITA MARTINS GONCALVES**

**ADVOGADO ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA - (OAB PA13372-A)**

**ADVOGADO** BIANCA SALES SIQUEIRA - (OAB PA29284-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 060

**PROCESSO** 0091568-81.2015.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** ICMS/ IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** FARMACIA PERSONALE LTDA

**ADVOGADO** OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO - (OAB PA16676-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 061

**PROCESSO** 0800985-29.2021.8.14.0035

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ABONO PECUNIÁRIO (ART. 78 LEI 8.112/1990)**

**RELATOR(A) DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE LAURA HELENA PEREIRA COELHO GUIMARAES**

**ADVOGADO JEIFFSON FRANCO DE AQUINO - (OAB PA18296-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE OBIDOS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**

**ORDEM 062**

**PROCESSO 0800934-18.2021.8.14.0035**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE NORIENE PINHEIRO DOS SANTOS**

**ADVOGADO JEIFFSON FRANCO DE AQUINO - (OAB PA18296-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE OBIDOS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**

**ORDEM 063**

**PROCESSO 0800986-14.2021.8.14.0035**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ARRAS OU SINAL**

**RELATOR(A) DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE** LIDIANE DE JESUS PICANCO

**ADVOGADO** JEIFFSON FRANCO DE AQUINO - (OAB PA18296-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE OBIDOS

**PROCURADORIA** PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

**ORDEM** 064

**PROCESSO** 0800239-84.2020.8.14.0072

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES MUNICIPAIS ESPECÍFICAS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADOR ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** GERCINA COSTA GOMES

**ADVOGADO** FELIPE WALLAN DA COSTA NAZARETH - (OAB PA25071-A)

**ADVOGADO** HELEN CRISTINA AGUIAR DA SILVA - (OAB PA11192-A)

**ADVOGADO** GLEYDSON ALVES PONTES - (OAB PA12347-A)

**APELANTE** MUNICIPIO DE MEDICILANDIA

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE MEDICILANDIA

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

**APELADO** GERCINA COSTA GOMES

**ADVOGADO** FELIPE WALLAN DA COSTA NAZARETH - (OAB PA25071-A)

**ADVOGADO** HELEN CRISTINA AGUIAR DA SILVA - (OAB PA11192-A)

**ADVOGADO** GLEYDSON ALVES PONTES - (OAB PA12347-A)

**ORDEM** 065

**PROCESSO** 0061872-39.2011.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL DÍVIDA ATIVA**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO MIGUEL WANZELLER RODRIGUES**

**DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**ORDEM 066**

**PROCESSO 0800891-03.2021.8.14.0061**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE TUCURUI**

**PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE TUCURUI**

**POLO PASSIVO**

**APELADO JOSE DE RIBAMAR PEREIRA DE OLIVEIRA**

**ADVOGADO JOAO BOSCO RODRIGUES DEMETRIO - (OAB PA22190-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 067**

**PROCESSO 0001504-12.2014.8.14.0058**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL DE TRÂNSITO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO LEANDRO DAMASCENO MARTINS**

**APELADO JOSE CARLOS JORGE MELEM**

**ADVOGADO JOSE CARLOS JORGE MELEM - (OAB PA43-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO LANA CLARA DOS SANTOS LIMA**

**ORDEM 068**

**PROCESSO 0801703-21.2018.8.14.0006**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL POSTURAS MUNICIPAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA**

**PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**



**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 069**

**PROCESSO 0800875-49.2021.8.14.0061**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE TUCURUI**

**PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE TUCURUÍ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO IRANILSON DE JESUS SANTOS CALDAS**

**ADVOGADO JOAO BOSCO RODRIGUES DEMETRIO - (OAB PA22190-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 070**

**PROCESSO 0834791-67.2020.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL CONCESSÃO / PERMISSÃO / AUTORIZAÇÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** TEODORA PEREIRA DE LIMA

**ADVOGADO** ARTUR DA SILVA RIBEIRO - (OAB PA26150-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 071

**PROCESSO** 0862204-89.2019.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** ACIDENTE DE TRÂNSITO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ADRIANO VALE FERREIRA

**ADVOGADO** DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

**ADVOGADO** VIRNA JULIA OLIVEIRA COUTINHO LOBATO - (OAB PA20089-A)

**ADVOGADO** DAIANA RAQUEL DORIA DE SOUZA - (OAB PA24374-A)

**ADVOGADO** HELOISE HELENE MONTEIRO BARROS - (OAB PA27494-A)

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**APELANTE** FRANCISCA DOS SANTOS SOUSA

**ADVOGADO** DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

**ADVOGADO** VIRNA JULIA OLIVEIRA COUTINHO LOBATO - (OAB PA20089-A)

**ADVOGADO** DAIANA RAQUEL DORIA DE SOUZA - (OAB PA24374-A)

**ADVOGADO** HELOISE HELENE MONTEIRO BARROS - (OAB PA27494-A)

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 072**

**PROCESSO 0012367-76.2017.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**APELADO VIVO S.A.**

**ADVOGADO VITOR MORAIS DE ANDRADE - (OAB SP2604-A)**

**ADVOGADO KARINA LIMA PINHEIRO - (OAB PA24058-A)**

**ADVOGADO LUCIANA HISTERLINOI MARTINS DIAS - (OAB PA22835-A)**

**REPRESENTANTE TELEFONICA BRASIL**

**PROCURADORIA TELEFÔNICA BRASIL S/A**

**ORDEM 073**

**PROCESSO 0801563-13.2021.8.14.0028**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ADOÇÃO DE CRIANÇA**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE S.**

**DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO M. H. C. S.**

**ADVOGADO ANTONIO FRANCISCO DA SILVA FILHO - (OAB PA9955-A)**

**APELADO A. M.**

**ADVOGADO ANTONIO FRANCISCO DA SILVA FILHO - (OAB PA9955-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 074**

**PROCESSO 0005730-85.2017.8.14.0048**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA EZILDA PASTANA MUTRAN**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MAURICIO ROBERTO COSTA ARAUJO**

**ADVOGADO JULIANA RIOS VAZ MAESTRI - (OAB PA14702-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE SALINOPOLIS**

**ADVOGADO LORENA CRISTINA DE ARAUJO BRITO - (OAB PA22552-A)**

**PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE SALINOPOLIS**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 075**

**PROCESSO 0856940-57.2020.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ABONO PECUNIÁRIO (ART. 78 LEI 8.112/1990)**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO ZILDA DOS ANJOS LEONIDAS**

**ADVOGADO RODRIGO MOURA THEODORO - (OAB PA5554-A)**

**ADVOGADO THENYSE KARINE BALBINO SANTOS LIMA - (OAB PA21648-A)**

**ADVOGADO ELIEZER DA LUZ SOUZA JUNIOR - (OAB PA22536-A)**

**ADVOGADO MAYARA RODRIGUES NEGRAO - (OAB PA17095-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 076**

**PROCESSO 0802158-10.2020.8.14.0040**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL FGTS/FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE MUNICIPIO DE PARAUPEBAS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO SILVAMAR ALVES DE SOUZA**

**ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB MG98139-A)**

**ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)**

**ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)**

**ORDEM 077**

**PROCESSO 0017377-70.2012.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO JOSE FILHO COSTA PALMEIRA**

**ADVOGADO GUSTAVO PERES RIBEIRO - (OAB PA16606-B)**

**ORDEM 078**

**PROCESSO 0007467-92.2013.8.14.0039**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO MAYANE NASCIMENTO SEABRA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR HAMILTON NOGUEIRA SALAME**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 079**

**PROCESSO 0001488-13.2011.8.14.0107**

**CLASSE JUDICIAL AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO GERALDO IZAIAS DO NASCIMENTO FILHO**

**ADVOGADO ROMILDO ASSIS DE ALMEIDA JUNIOR - (OAB PA13039-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 080

**PROCESSO** 0002271-10.2014.8.14.0039

**CLASSE JUDICIAL** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** FERNANDO DO NASCIMENTO LOPES

**ADVOGADO** DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

**ORDEM** 081

**PROCESSO** 0000281-23.2015.8.14.0144

**CLASSE JUDICIAL** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** JACKSON HERMES MENEZES FERNANDES

**ADVOGADO** GEOVANO HONORIO SILVA DA SILVA - (OAB PA15927-A)

**ORDEM** 082



**PROCESSO 0014585-80.2011.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL MILITAR**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO RAIMUNDO NONATO BARBOSA DE FREITAS**

**ADVOGADO GABRIELA ELLERES VASQUES - (OAB PA15920)**

**ORDEM 083**

**PROCESSO 0002950-25.2013.8.14.0110**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, SOLDADO, PROVENTOS OU PENSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO ELINEUDE DA COSTA SOUSA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 084**

**PROCESSO 0000406-52.2013.8.14.0017**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO, SOLDOS, PROVENTOS OU PENSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO LINDONJOHNSON CORTES JOVELINO**

**ADVOGADO FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)**

**ORDEM 085**

**PROCESSO 0048884-49.2012.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO JOSE HAROLDO TEIXEIRA DE OLIVEIRA**

**ADVOGADO CLAYTON DAWSON DE MELO FERREIRA - (OAB PA14840-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 086**

**PROCESSO 0803932-97.2022.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL PISO SALARIAL**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO WELBER CASTRO RODRIGUES**

**ADVOGADO ESTER ASSUERO LOPES DA SILVA - (OAB PA29693-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 087**

**PROCESSO 0807758-51.2019.8.14.0006**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL SEGURO ACIDENTES DO TRABALHO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JOELSON SOARES LEAL**

**ADVOGADO VITAL GOMES RODRIGUES FILHO - (OAB PA15360-A)**

**ADVOGADO ALLAN KNYO LUZ NAVARRO DE SOUSA - (OAB PA23499-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO INSS**

**PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 088**

**PROCESSO 0006450-84.2014.8.14.0039**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL ACIDENTE DE TRÂNSITO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE LOCAVEL SERVICOS LTDA**

**ADVOGADO MARCELO ARAUJO SANTOS - (OAB PA8553-A)**

**ADVOGADO GEORGES AUGUSTO CORREA DA SILVA - (OAB PA28405-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO RONALDO CORDEIRO DA SILVA**

**ADVOGADO ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS - (OAB PA17570-A)**

**APELADO EDILSON LIMA E SILVA**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 089**

**PROCESSO 0850829-23.2021.8.14.0301**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL PISO SALARIAL**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MARIA JOSE RIBAMAR ARAUJO CAMPOS

**ADVOGADO** ROBERTA KAROLINNY RODRIGUES ALVARES - (OAB PA26744-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 090

**PROCESSO** 0849609-58.2019.8.14.0301

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL ATO INFRACIONAL**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** DATA - DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** R. G. F. D. C.

**DEFENSORIA** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** E. G. S. C.

**DEFENSORIA** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO M. A. S. A. - PM**

**TERCEIRO INTERESSADO P. D. P. F. - PM**

**TERCEIRO INTERESSADO R. R. T. - PM**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 091**

**PROCESSO 0000245-35.2012.8.14.0063**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE VIGIA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ/PA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MERCEDES GOMES JAQUEIRA**

**ADVOGADO ANDREA DOS SANTOS COSTA - (OAB PA25378-A)**

**ADVOGADO RAMIZ DOS SANTOS PASTANA - (OAB PA25809-A)**

**ADVOGADO ELMANO MARTINS FERREIRA - (OAB PA8097-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**INTERESSADO COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE VIGIA DE NAZARE RECICRON**

**DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**ORDEM 092**

**PROCESSO 0001362-52.2011.8.14.0045**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER**

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE PAU D'ARCO

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

**POLO PASSIVO**

**APELADO** JOSELY LOPES NUNES ALVES

**ADVOGADO** SELMA EVANGELISTA DE LIMA - (OAB PA12683-A)

**ORDEM** 093

**PROCESSO** 0801144-26.2018.8.14.0051

**CLASSE JUDICIAL** APELAÇÃO CÍVEL

**ASSUNTO PRINCIPAL** ANULAÇÃO

**RELATOR(A)** DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** SOCORRO JANEER CAMPOS COTA

**ADVOGADO** ALEXANDER DE SOUZA PINTO - (OAB PA22088-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**ORDEM** 094

**PROCESSO 0800917-49.2020.8.14.0024**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL CONCESSÃO**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ANTONIA SALDANHA SANTOS**

**ADVOGADO GLAUBER NONATO DA SILVA LIMA FILHO - (OAB PA19216-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**ORDEM 095**

**PROCESSO 0001561-25.2017.8.14.0058**

**CLASSE JUDICIAL APELAÇÃO CÍVEL**

**ASSUNTO PRINCIPAL OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER**

**RELATOR(A) DESEMBARGADORA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO-PA**

**APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ**



PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE  
DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022

EM VIDEOCONFERÊNCIA DA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **30ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2022, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA POR MEIO DE **VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022, ÀS 09H00**, CONFORME A PORTARIA Nº 3229/2022-GP, DE 29 DE AGOSTO DE 2022, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**, PRESIDENTE DA TURMA EM EXERCÍCIO, O JULGAMENTO DOS SEGUINTE FEITOS:

**PROCESSOS ELETRÔNICOS e PJE**

Ordem 001

**Processo 0008350-54.2016.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fato Superveniente ao Término do Prazo para Impugnação

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/AUTORIDADE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO CARLOS AUGUSTO DAMOUS DE QUEIROZ - (OAB PA273-A)

ADVOGADO ELINALDO LUZ SANTANA - (OAB PA14084-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO/AUTORIDADE JOSE FLAVIO DOS SANTOS MACIEL

ADVOGADO PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS - (OAB PA22234-A)

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE LUIZ GUILHERME OLIVEIRA ROSA

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

ADVOGADO PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS - (OAB PA22234-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE FIRMO VITORIO DA TRINDADE

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE JOSE SANTOS DA SILVA

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

ADVOGADO PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS - (OAB PA22234-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE JOAO DE DEUS TEIXEIRA AMARAL

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

AUTORIDADE EDSON SANTOS DA SILVA

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

ADVOGADO PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS - (OAB PA22234-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE JOAO OLIVEIRA

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

ADVOGADO PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS - (OAB PA22234-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE JOSE EDSON CARDOSO PIMENTEL

ADVOGADO FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR - (OAB PA7855-A)

ADVOGADO PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS - (OAB PA22234-A)

Ordem 002

**Processo 0805990-40.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Judicial

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

ADVOGADO ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO - (OAB SP152305-A)

PROCURADORIA BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA DAS GRACAS BENDELACK SANTOS

ADVOGADO SANDRA BRAZAO E SILVA - (OAB PA4590-A)

Ordem 003

**Processo 0804968-78.2020.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Assistência Judiciária Gratuita

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVADO/AGRAVANTE LENOIR DEZEM

ADVOGADO JOSE DIOGO DE OLIVEIRA LIMA - (OAB PA16448-A)

ADVOGADO ROMEU CABRAL SOARES BESSA - (OAB PA21202-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/AGRAVADO ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR

PROCURADOR DEBORA RAQUEL ARRAES COELHO DE LUCENA

ADVOGADO DEBORA RAQUEL ARRAES COELHO DE LUCENA - (OAB PA22947)

Ordem 004

**Processo 0804343-10.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

**Relator(a) Desembargadora MARGUI GASPAR BITTENCOURT**

POLO ATIVO

AGRAVANTE BMK COMBUSTIVEIS EIRELI

ADVOGADO BRUNA LORENA COIMBRA COSTA - (OAB PA21861-A)

ADVOGADO EDUARDO ROZENSZAJN - (OAB RJ043106)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO YASMIN MARSEILLE FERMIN AMORIM - (OAB AM14900)

ADVOGADO SERGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA - (OAB BA2414300A)

ADVOGADO NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

Ordem 005

**Processo 0802924-39.2018.8.14.0006**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alienação Fiduciária

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE BANCO BRADESCO S.A.

ADVOGADO NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S.A.

REPRESENTANTE BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO DIGITECH COMERCIO E SERVICOS - EIRELI

Ordem 006

**Processo 0008534-96.2011.8.14.0028**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO ISABEL CRISTINA LORENZONI BARBOSA DE SOUSA

ADVOGADO SEBASTIAO BANDEIRA - (OAB DF62758-B)

Ordem 007

**Processo 0007870-82.2018.8.14.0040**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão / Resolução

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO RAFAEL COELHO SARTORIO - (OAB PA23643-A)

ADVOGADO ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB PA10652-A)

AGRAVADO/APELANTE FRANCISCO ALVES DOS SANTOS

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO FRANCISCO ALVES DOS SANTOS

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVANTE/APELADO B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB PA10652-A)

ADVOGADO RAFAEL COELHO SARTORIO - (OAB PA23643-A)

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

Ordem 008

**Processo 0858697-23.2019.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO GRACEELENA SANTOS KHALED

ADVOGADO JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR - (OAB PA14035-A)

Ordem 009

**Processo 0805552-48.2020.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM apelação CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE ITAU UNIBANCO S.A.

ADVOGADO ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PE12450-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ORIVALDO DE SOUZA ALVES

ADVOGADO ANA LUCIA SOUZA BRAGA - (OAB PA7255-A)

ADVOGADO PEDRO BRAGA GOMES - (OAB PA25826-A)

Ordem 010

**Processo 0810442-17.2017.8.14.0006**

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

embargante/APELANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO RAFAEL SGANZERLA DURAND - (OAB PA16637-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO A.DIAS FERREIRA - ME

embargado/APELADO ALCINEY DIAS FERREIRA

Ordem 011

**Processo 0009821-85.2010.8.14.0301**

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Espécies de Contratos

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

embargante/embargado/APELANTE CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO BRASIL

ADVOGADO GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS - (OAB RS630-A)

ADVOGADO JOAO BATISTA VIEIRA DOS ANJOS - (OAB PA7770)

ADVOGADO JORGE RIBEIRO COUTINHO GONCALVES DA SILVA - (OAB PB1091400A)

ADVOGADO JALDEMIRO RODRIGUES DE ATAIDE JUNIOR - (OAB PB1159100A)

ADVOGADO GEORGIANA NOBREGA FARIAS - (OAB RJ1515460A)

ADVOGADO CARLOS FREDERICO NOBREGA FARIAS - (OAB PB7119-A)

ADVOGADO PEDRO CORREIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PE25382-A)

ADVOGADO LUIZ RICARDO DE CASTRO GUERRA - (OAB PE17598-A)

ADVOGADO CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - (OAB PA15410-A)

ADVOGADO CASSIO CHAVES CUNHA - (OAB PA12268-A)

ADVOGADO RENATA MARIA FONSECA BATISTA - (OAB PA2791-A)

ADVOGADO FLAVIO GOMES RODRIGUES - (OAB PA3972-A)

ADVOGADO MIZZI GOMES GEDEON - (OAB MA371-A)

ADVOGADO JOAO ANDRE SALES RODRIGUES - (OAB RJ186-A)

POLO PASSIVO

embargante/embargado/APELADO SONALY REGINA DA SILVA OLIVEIRA

ADVOGADO ROLF EUGEN ERICHSEN - (OAB PA013922)

ADVOGADO PAOLO NASSAR BLAGITZ - (OAB PA14206-A)

ADVOGADO PEDRO HENRIQUE BARATA - (OAB PA13925-A)

ADVOGADO LEONEL VINHAS COSTA SOUZA - (OAB PA021441)

ADVOGADO ROGERIO CANDIDO JUNIOR - (OAB PA191-A)

Ordem 012

**Processo 0054578-06.2015.8.14.0006**

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

agravante/APELANTE VIACAO FORTE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

ADVOGADO ARLEN PINTO MOREIRA - (OAB PA9232-A)



ADVOGADO CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE - (OAB PA9316-A)

agravado/APELANTE VIRGINIA PEREIRA SOUSA DO NASCIMENTO

ADVOGADO FLAVIO JOSINO DA COSTA JUNIOR - (OAB PA12793-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO VIRGINIA PEREIRA SOUSA DO NASCIMENTO

ADVOGADO FLAVIO JOSINO DA COSTA JUNIOR - (OAB PA12793-A)

agravante/APELADO VIACAO FORTE TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA

ADVOGADO ARLEN PINTO MOREIRA - (OAB PA9232-A)

Ordem 013

**Processo 0083056-80.2013.8.14.0301**

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Serviços Hospitalares

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

agravante/agravado/APELANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

POLO PASSIVO

agravante/agravado/APELADO CESAR AUGUSTO SOEIRO FERREIRA

ADVOGADO BRENO DOS SANTOS PONTES - (OAB PA019050)

ADVOGADO REGINALDO DA SILVA PONTES - (OAB PA012002)

agravante/agravado/APELADO ALESSANDRA CRISTINA SOEIRO FERREIRA

ADVOGADO BRENO DOS SANTOS PONTES - (OAB PA019050)

ADVOGADO REGINALDO DA SILVA PONTES - (OAB PA012002)

agravante/agravado/APELADO ANDREA CRISTINA SOEIRO FERREIRA

ADVOGADO BRENO DOS SANTOS PONTES - (OAB PA019050)

ADVOGADO REGINALDO DA SILVA PONTES - (OAB PA012002)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

## PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE  
DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022

EM PLENÁRIO VIRTUAL DA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A 37ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA por meio da ferramenta **plenário virtual, sistema pje, com início às 14h Do dia 07 de novembro de 2022 e término às 14h do dia 16 de novembro de 2022**, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **leonardo de noronha tavares**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTE FEITOS:

## PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE

Ordem 001

**Processo 0810499-77.2022.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB SP107414-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

AGRAVADO AMILTON DA SILVA

Ordem 002

**Processo 0811541-64.2022.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO RCI BRASIL S.A

ADVOGADO GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - (OAB PA20951-A)

ADVOGADO RODRIGO FRASSETTO GOES - (OAB SC33416-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO TOKODJO XIKRIN

Ordem 003

**Processo 0804982-91.2022.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DAVI LUCAS MANCO NEVES

ADVOGADO HUGO PINTO BARROSO - (OAB PA12727-A)

ADVOGADO BRUNA CRISTINE DE MIRANDA SANTOS - (OAB PA21667-A)

AGRAVADO JAMILLY LARISSA MARTINS MANCO

ADVOGADO HUGO PINTO BARROSO - (OAB PA12727-A)

ADVOGADO BRUNA CRISTINE DE MIRANDA SANTOS - (OAB PA21667-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

**Processo 0808999-73.2022.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB SP107414-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ALCIREGIA LIMA PEREIRA

ADVOGADO MAURILIO FERREIRA DOS SANTOS - (OAB PA12796-A)

Ordem 005

**Processo 0809852-19.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

**Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE MADEIREIRA ALTO GIRO BELEM LTDA - EPP

ADVOGADO FELIPE DE SOUSA FERREIRA - (OAB PA15628-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO POPINHAK IMPORT E EXPORT EIRELI - EPP

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO EBATA - PRODUTOS FLORESTAIS LTDA

ADVOGADO JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

ADVOGADO EDGARD MARIO DE MEDEIROS JUNIOR - (OAB PA8292)

ADVOGADO ESTELA NEVES DE SOUZA ALBUQUERQUE - (OAB PA13160-A)

ADVOGADO PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS PINTO - (OAB PA29376-A)

Ordem 006

**Processo 0801261-39.2019.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança

**Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE ANDREA CRISTINA COELHO DE SOUZA

ADVOGADO ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188-A)

ADVOGADO EDINALDO ARAUJO DA SILVA JUNIOR - (OAB PA26246)

ADVOGADO JACQUELINE MARIA MALCHER MARTINS - (OAB PA14965-A)

AGRAVANTE TANIA CRISTINA COELHO DE SOUZA

ADVOGADO ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188-A)

ADVOGADO JACQUELINE MARIA MALCHER MARTINS - (OAB PA14965-A)

ADVOGADO EDINALDO ARAUJO DA SILVA JUNIOR - (OAB PA26246)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOSE WILSON COELHO DE SOUZA

ADVOGADO ROSA FERNANDA SOUZA COHEN DE BRITO - (OAB PA3883-A)

Ordem 007

**Processo 0808494-82.2022.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Nota de Crédito Comercial

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE CD MARABA COMERCIO LTDA - EPP

ADVOGADO PETERSON PEDRO SOUZA E SOUSA - (OAB PA30270-A)

ADVOGADO TAYNA REGINA NEVES NOGUEIRA - (OAB SP312576-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.

ADVOGADO WILSON JOSE DE SOUZA - (OAB PA11238-A)

ADVOGADO RODOLFO MEIRA ROESSING - (OAB PA12719-A)

ADVOGADO WALTER ANTONIO TEIXEIRA LEAL - (OAB PA27572-A)

Ordem 008

**Processo 0809127-30.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE JADER NILSON DA LUZ DIAS

ADVOGADO CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CLAUDIO RICARDO ALVES DE ARAUJO

ADVOGADO CLAUDIO RICARDO ALVES DE ARAUJO - (OAB PA6624-A)

ADVOGADO FABIO TAVARES DE JESUS - (OAB PA9777-A)

Ordem 009

**Processo 0804921-70.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Extinção da Execução

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE MILTON ANDRADE

ADVOGADO DIEGO SAMPAIO SOUSA - (OAB PA15441-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANPARÁ

ADVOGADO EDVALDO CARIBE COSTA FILHO - (OAB PA10744-A)

PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

Ordem 010

**Processo 0002614-89.2015.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Inventário e Partilha

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/REPRESENTANTE PAULO MARCELO DOS SANTOS CAVALCANTE

ADVOGADO ROBERTO JULIO ALMEIDA DO NASCIMENTO - (OAB PA2867-A)

ADVOGADO JURANDIR SEBASTIAO TAVARES SIDRIM - (OAB PA21590-A)

AGRAVANTE/REPRESENTANTE ESPOLIO DE HERACLITO DE ALMEIDA CAVALCANTE

ADVOGADO JURANDIR SEBASTIAO TAVARES SIDRIM - (OAB PA21590-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/AUTORIDADE HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

ADVOGADO RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

AGRAVADO/AUTORIDADE ALACID DA SILVA NUNES FILHO

ADVOGADO RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

Ordem 011

**Processo 0813133-80.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Ebulho / Turbação / Ameaça

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE EVANDRO LIEGE CHUQUIA MUTRAN

ADVOGADO JONATHAN BRITO ROCHA - (OAB PA20933-A)

ADVOGADO ADRIANA LUCIA GUALBERTO BERNARDES - (OAB PA6445-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JOSE PADEIRO

ADVOGADO JOMO HABIB SARE - (OAB PA3121-A)

AGRAVADO JOSE PANADA

ADVOGADO JOMO HABIB SARE - (OAB PA3121-A)

AGRAVADO ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DA COLONIA  
ASSENTAMENTO JOAO BATISTA - CAJOB

ADVOGADO JOMO HABIB SARE - (OAB PA3121-A)

Ordem 012

**Processo 0802378-60.2022.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços



**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA DE FREITAS BORDALO

ADVOGADO BRUNA CRISTINE DE MIRANDA SANTOS - (OAB PA21667-A)

ADVOGADO FERNANDA MORAIS DE MIRANDA - (OAB PA19054-A)

Ordem 013

**Processo 0804651-46.2021.8.14.0000**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigações

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE NESTOR FERREIRA FILHO & ASSOCIADOS - ADVOCACIA ASSESSORIA E CONSULTORIA SS

ADVOGADO NESTOR FERREIRA FILHO - (OAB PA8203-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO PAMPA EXPORTACOES LTDA

ADVOGADO LUCAS DE SOUSA FERNANDES - (OAB PA23240-A)

ADVOGADO SOFIA FOGAROLLI VIEIRA - (OAB PA22650-A)

ADVOGADO REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

Ordem 014

**Processo 0802451-03.2020.8.14.0000**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Indenização por Dano Material

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE ARAPARI NAVEGACAO LTDA

ADVOGADO JOELSON DOS SANTOS MONTEIRO - (OAB PA8090-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO GREGORIO DOS SANTOS SOUZA

ADVOGADO AFONSO DE MELO SILVA - (OAB PA4543-A)

Ordem 015

**Processo 0811441-46.2021.8.14.0000**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Caução

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE ELIEL CARVALHO MACIEL

ADVOGADO ELZA MAROJA KALKMANN - (OAB PA22975-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO NORTE TRADING OPERADORA PORTUARIA LTDA

EMBARGADO/AGRAVADO GLOBAL AGENCIA MARITIMA EIRELI - EPP

ADVOGADO CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

ADVOGADO HELENA LUCIA GARCIA KLAUTAU - (OAB PA13192-A)

EMBARGADO/AGRAVADO MINERVA

ADVOGADO CAROLINA DOS SANTOS PELA - (OAB ES32326)

ADVOGADO CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONCA - (OAB PA7257-B)

EMBARGADO/AGRAVADO TAMARA SHIPPING

ADVOGADO HELENA LUCIA GARCIA KLAUTAU - (OAB PA13192-A)

Ordem 016

**Processo 0018000-03.2013.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compra e Venda

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVADO/APELANTE LUCIA DE FATIMA DE SOUZA SOBRINHO

ADVOGADO CARLOS DELBEN COELHO FILHO - (OAB PA20489)

ADVOGADO SERGIO ROBERTO RODRIGUES LIMA - (OAB PA23076-A)

ADVOGADO ELIZETE DOS SANTOS OLIVEIRA - (OAB PA3647-A)

ADVOGADO MONICA FAVACHO BANDEIRA - (OAB PA5354-A)

AGRAVANTE/APELANTE ACROPOLE CONSTRUCOES CIVIS E ARQUITETURA LTDA

ADVOGADO ALEX LOBATO POTIGUAR - (OAB PA13570-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/APELADO ACROPOLE CONSTRUCOES CIVIS E ARQUITETURA LTDA

ADVOGADO ALEX LOBATO POTIGUAR - (OAB PA13570-A)

AGRAVADO/APELADO LUCIA DE FATIMA DE SOUZA SOBRINHO

ADVOGADO CARLOS DELBEN COELHO FILHO - (OAB PA20489)

ADVOGADO MONICA FAVACHO BANDEIRA - (OAB PA5354-A)

ADVOGADO ELIZETE DOS SANTOS OLIVEIRA - (OAB PA3647-A)

ADVOGADO SERGIO ROBERTO RODRIGUES LIMA - (OAB PA23076-A)

Ordem 017

**Processo 0003063-87.2017.8.14.0061**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Seguro

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE CAIXA VIDA E PREVIDENCIA S/A

ADVOGADO MARCELO PEREIRA E SILVA - (OAB PA9047-A)

ADVOGADO ANTONIO CLEDSON QUEIROZ ROSA - (OAB PA23507-A)

AGRAVANTE/APELANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO ANTONIO CLEDSON QUEIROZ ROSA - (OAB PA23507-A)

ADVOGADO MARCELO PEREIRA E SILVA - (OAB PA9047-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO TEREZA BAIA NUNES GOMES

ADVOGADO SIMONE HELENA DOS SANTOS - (OAB PA18611-A)

AGRAVADO/APELADO FRANCIDELMA BAIA GOMES

ADVOGADO SIMONE HELENA DOS SANTOS - (OAB PA18611-A)

Ordem 018

**Processo 0066339-56.2014.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

**Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE BANPARÁ

ADVOGADO SANDRA ZAMPROGNO DA SILVEIRA - (OAB PA13405-A)

PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO AUTO POSTO AZULINO LTDA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

AGRAVADO/APELADO POSTO SAO DOMINGOS LTDA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

AGRAVADO/APELADO AZULINO FAST-FOOD RESTAURANTE LTDA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

AGRAVADO/APELADO AUTO POSTO DA ILHA LTDA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

AGRAVADO/APELADO AUTO POSTO PINDORAMA LTDA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

AGRAVADO/APELADO JOSE JAIR DE SOUZA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

AGRAVADO/APELADO ANDREA FREITAS DA SILVA

ADVOGADO ARTHUR CRUZ NOBRE - (OAB PA17387)

Ordem 019

**Processo 0861053-25.2018.8.14.0301**

Classe Judicial AGRADO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Prestação de Serviços

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO LEONARDO AMARAL PINHEIRO DA SILVA - (OAB PA8699-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

ADVOGADO IGOR MACEDO FACO - (OAB PA16470-A)

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO ROSIANE DO SOCORRO DAMASCENO DA SILVA

ADVOGADO MARISTER SANTOS DA COSTA - (OAB PA26541-A)

ADVOGADO LUANA THIERS DE ALBUQUERQUE PAMPLONA - (OAB PA27550-E)

Ordem 020

**Processo 0869932-50.2020.8.14.0301**

Classe Judicial AGRADO INTERNO EM AGRADO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE GRACILEA SOARES DE ASSUNCAO

ADVOGADO PATRICIA LIMA DE SOUZA - (OAB PA21249-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

REPRESENTANTE BANCO DO BRASIL SA

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

Ordem 021

**Processo 0800016-16.2018.8.14.0133**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVADO/APELANTE EDIRSON ARAUJO DA CRUZ

ADVOGADO JOSE CARLOS LIMA DA COSTA - (OAB PA9654-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/APELADO GUAMA - TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVADO/APELADO REVITA ENGENHARIA S.A.

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVADO/APELADO VEGA VALORIZACAO DE RESIDUOS S.A. - VVR

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVADO/APELADO SOLVI PARTICIPACOES S/A.

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 022

**Processo 0000103-56.2016.8.14.0074**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO SERVIO TULIO DE BARCELOS - (OAB MG44698-A)

ADVOGADO JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - (OAB MG79757-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO D. M. GOMES COMERCIO - ME

ADVOGADO LEILA RIBEIRO MIRANDA - (OAB MA10665-A)

Ordem 023

**Processo 0134635-96.2015.8.14.0301**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO AMAURI SIQUEIRA GOMES

ADVOGADO ADRIANO GUALTIERO TONETTI - (OAB PA17288-A)

ADVOGADO RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA - (OAB PA25751-A)

Ordem 024

**Processo 0802333-38.2019.8.14.0040**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - (OAB PA10652-A)

ADVOGADO IVONILDES GOMES PATRIOTA - (OAB GO28899-A)

POLO PASSIVO

APELADO LUCIANE SILVA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 025

**Processo 0829157-90.2020.8.14.0301**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

**Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES**

POLO ATIVO

EMBARGADO/APELANTE LUIZ FELIPE PIMENTEL SARAIVA

ADVOGADO JESSICA GABRIELLE DE OLIVEIRA MORAES - (OAB PA30190-A)



POLO PASSIVO

EMBARGANTE/APELADO BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO - (OAB BA29442-A)

REPRESENTANTE ITAU UNIBANCO S.A.

Ordem 026

**Processo 0006281-78.2000.8.14.0301**

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compra e Venda

**Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**

POLO ATIVO

APELANTE CLOVIS POJO DE LIMA

ADVOGADO ANDREY MONTENEGRO DE SA - (OAB PA9138-A)

POLO PASSIVO

APELADO BANPARÁ

ADVOGADO CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES - (OAB PA12501-A)

ADVOGADO THIAGO DOS SANTOS ALMEIDA - (OAB PA17337-A)

PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

Ordem 027

**Processo 0025064-25.2017.8.14.0301**

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Imissão na Posse

**Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**

POLO ATIVO

APELANTE MARIA JOANA DA ROCHA PESSOA

ADVOGADO RICARDO NASSER SEFER - (OAB PA14800-A)

APELANTE CHURRASCARIA PAVAN LTDA - EPP

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

POLO PASSIVO

APELADO CHURRASCARIA PAVAN LTDA - EPP

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

APELADO MARIA JOANA DA ROCHA PESSOA

ADVOGADO RICARDO NASSER SEFER - (OAB PA14800-A)

Ordem 028

**Processo 0000260-88.2012.8.14.0035**

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Direito de Imagem

**Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**

POLO ATIVO

APELANTE CEPACENTRO EDUCACIONAL PAN-AMERICANO LTDA - ME

ADVOGADO MARCIA DE ARAUJO ASSUNCAO - (OAB PA10577-A)

POLO PASSIVO

APELADO RONILSON AZEVEDO DA SILVA

ADVOGADO FERNANDO AMARAL SARRAZIN JUNIOR - (OAB PA15082-A)

Ordem 029

**Processo 0007832-10.2011.8.14.0301**

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Guarda

**Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO**

POLO ATIVO

APELANTE G.H.H.G.D.C.

ADVOGADO DANILO SOARES DA SILVA - (OAB PA14450-A)

ADVOGADO LENICE PINHEIRO MENDES - (OAB PA8715-A)

APELANTE A.R.S.D.V.

ADVOGADO BERNARDO DE SOUZA MENDES - (OAB PA14815-A)

ADVOGADO SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA - (OAB PA13919-A)

POLO PASSIVO

APELADO A.R.S.D.V.

ADVOGADO BERNARDO DE SOUZA MENDES - (OAB PA14815-A)

ADVOGADO SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA - (OAB PA13919-A)

APELADO G.H.H.G.D.C.

ADVOGADO DANILO SOARES DA SILVA - (OAB PA14450-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 030

**Processo 0801364-07.2019.8.14.0013**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/AGRAVADO/APELANTE ANA LUCIA BARROS DA SILVEIRA

ADVOGADO MARCOS ANTONIO AMORIM DE SOUZA - (OAB PA27677-A)

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/AGRAVADO/APELADO COMERCIO E TRANSPORTES BOA ESPERANCA LTDA

ADVOGADO TATIANA DE FATIMA CRUZ FIGUEIREDO - (OAB PA11838-A)

Ordem 031

**Processo 0021310-75.2017.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE MARIO ANTONIO LOBATO DE PAIVA

ADVOGADO MARIO ANTONIO LOBATO DE PAIVA - (OAB PA8775-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO GREMIO LITERARIO E RECREATIVO PORTUGUES

ADVOGADO TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY - (OAB PA20235-A)

ADVOGADO FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA - (OAB PA10758-A)

ADVOGADO FERNANDO PEIXOTO FRAGOSO FERNANDES DE OLIVEIRA - (OAB PA21251-A)

Ordem 032

**Processo 0014175-87.2016.8.14.0061**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE J MALUCELLI SEGURADORA S A

ADVOGADO GLADIMIR ADRIANI POLETTO - (OAB PR21208-A)

ADVOGADO FABIO JOSE POSSAMAI - (OAB PR21631-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO AVANILTON NASCIMENTO TELES - (OAB PA15418-A)

PROCURADORIA SUPERINTENDÊNCIA JURIDICA - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE

Ordem 033

**Processo 0836950-80.2020.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE SPE SINTESE 14 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA

ADVOGADO LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES - (OAB PA13152)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO PEDRO ADOLFO COELHO PORTAL

ADVOGADO BEATRIZ FIGUEIRA NORONHA FONTENELE - (OAB PA26924-A)

AGRAVADO/APELADO JOSYENNE MARIA DE SOUSA SILVA PORTAL

ADVOGADO BEATRIZ FIGUEIRA NORONHA FONTENELE - (OAB PA26924-A)

Ordem 034

**Processo 0872193-56.2018.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVADO/APELANTE AURICELITA OLIVEIRA NEGRAO

ADVOGADO ADEMAR GALVAO DE LIMA NETO - (OAB PA5146-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/APELADO FILADELFIA INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

AGRAVANTE/APELADO LEAL MOREIRA ENGENHARIA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

Ordem 035

**Processo 0841601-63.2017.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compromisso

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE BULL LOG TRADING IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP

ADVOGADO THIAGO BARBOSA BASTOS REZENDE - (OAB PA21442-A)

ADVOGADO ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR - (OAB PA9117-A)

ADVOGADO THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDES - (OAB PA21029-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO NESTORE GUARINO MEJIAS

ADVOGADO CHEDID GEORGES ABDULMASSIH - (OAB SP181301-A)

ADVOGADO VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO - (OAB PA13300-A)

Ordem 036

**Processo 0024821-62.2009.8.14.0301**

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Direito de Imagem

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

AGRAVADO/APELANTE TNL PCS SA

ADVOGADO CAMILA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS - (OAB PA13377-A)

AGRAVANTE/APELANTE KATIA PAES SILVA

ADVOGADO VICTOR TADEU DE SOUZA DIAS - (OAB PA8045-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/APELADO KATIA PAES SILVA

ADVOGADO VICTOR TADEU DE SOUZA DIAS - (OAB PA8045-A)

AGRAVADO/APELADO TNL PCS SA

ADVOGADO CAMILA CRISTINA SOUZA DOS SANTOS - (OAB PA13377-A)

Ordem 037

**Processo 0800372-38.2020.8.14.0069**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alienação Fiduciária

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE L.&.L.L.- M.

ADVOGADO ALFREDO BERTUNES DE ARAUJO - (OAB PA24506-B)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO B.B.S.

ADVOGADO EDSON ROSAS JUNIOR - (OAB AM1910-A)

Ordem 038

**Processo 0015497-05.1996.8.14.0301**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Duplicata

**Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE**

POLO ATIVO

EMBARGADO/APELANTE BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA - (OAB PA11274-A)

PROCURADORIA BANCO DA AMAZÔNIA S.A

EMBARGANTE/APELANTE MELAMAZON SA

ADVOGADO EVANDRO ANTUNES COSTA - (OAB PA11138)

EMBARGANTE/APELANTE VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO JUNIOR

ADVOGADO EVANDRO ANTUNES COSTA - (OAB PA11138)

EMBARGANTE/APELANTE CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR

ADVOGADO EVANDRO ANTUNES COSTA - (OAB PA11138)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA - (OAB PA11274-A)

PROCURADORIA BANCO DA AMAZÔNIA S.A

EMBARGANTE/APELADO CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR

ADVOGADO EVANDRO ANTUNES COSTA - (OAB PA11138)

EMBARGANTE/APELADO MELAMAZON SA

ADVOGADO EVANDRO ANTUNES COSTA - (OAB PA11138)

EMBARGANTE/APELADO VITOR RENATO DE MIRANDA PINTO JUNIOR

ADVOGADO EVANDRO ANTUNES COSTA - (OAB PA11138)

Ordem 039

**Processo 0021111-29.2012.8.14.0301**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Lei de Imprensa

**Relator(a) Desembargadora MARGUI GASPAS BITTENCOURT**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.

ADVOGADO EDUARDO LUIZ BROCK - (OAB SP91311-A)

ADVOGADO PAOLA KASSIA FERREIRA SALES - (OAB PA16982-A)

PROCURADORIA GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA

EMBARGADO/APELANTE ARNALDO JORDY FIGUEIREDO

ADVOGADO YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO - (OAB PA14597-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO ARNALDO JORDY FIGUEIREDO



ADVOGADO YURI JORDY NASCIMENTO FIGUEIREDO - (OAB PA14597-A)

EMBARGANTE/APELADO GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.

ADVOGADO EDUARDO LUIZ BROCK - (OAB SP91311-A)

ADVOGADO PAOLA KASSIA FERREIRA SALES - (OAB PA16982-A)

PROCURADORIA GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA

Ordem 040

**Processo 0008194-24.2011.8.14.0006**

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Seguro

**Relator(a) Desembargadora MARGUI GASPAR BITTENCOURT**

POLO ATIVO

EMBARGANTE/APELANTE CLAYTON PEREIRA VILA NOVA

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE ANA LUCIA DA SILVA COSTA

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE CRISTIANE ESTER DA COSTA

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE ELIAS DA SILVA PEREIRA

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE GILCILENE ALVES DOS SANTOS

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE JULIA MARIA COELHO DOS REIS

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE MARCELO VIANA TAVARES

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE MARIA DIVANETE DA CRUZ CAVALCANTE

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE MARIA OLINDA ALVES

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

EMBARGANTE/APELANTE RAIMUNDO NONATO LEAL LIMA

ADVOGADO MARIO MARCONDES NASCIMENTO - (OAB PA7701-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOS - (OAB PA10383-A)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/APELADO SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADO EDUARDO JOSE DE SOUZA LIMA FORNELLOS - (OAB PE28240-A)

ADVOGADO MARCELO ARAUJO DA COSTA - (OAB PA28240)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE  
DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA DA  
2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA, QUE PARA A 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022, DA  
EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A REALIZAR-SE NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022,  
ÀS 09:00 HS, NO RESPECTIVO PLENÁRIO DE JULGAMENTO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, SITUADO À AV. ALMIRANTE BARROSO, Nº 3089, BAIRRO DO  
SOUZA, NESTA CIDADE, CONFORME A PORTARIA Nº 3229/2022 FOI PAUTADO PELO EXMO. SR.  
DES. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS  
SEGUINTE FEITOS:

Processos Pautados

Ordem 001

Processo 0804251-03.2019.8.14.0000

Classe Judicial agravo interno em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Indenização por Dano Ambiental

Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

AGRAVANTE/agravado GUAMA - TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA

ADVOGADO PAULA CRISTINA NAKANO TAVARES VIANNA - (OAB PA11366-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVANTE/AGRAVADO REVITA ENGENHARIA S.A.

ADVOGADO PAULA CRISTINA NAKANO TAVARES VIANNA - (OAB PA11366-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVANTE/AGRAVADO VEGA VALORIZACAO DE RESIDUOS S.A. - VVR

ADVOGADO PAULA CRISTINA NAKANO TAVARES VIANNA - (OAB PA11366-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVANTE /AGRAVADO SOLVI PARTICIPACOES S/A.

ADVOGADO PAULA CRISTINA NAKANO TAVARES VIANNA - (OAB PA11366-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO MUNICIPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

TERCEIRO INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA

ADVOGADO IGOR VALENTIN LOPES MIRANDA - (OAB PA17032-A)

Ordem 002

Processo 0806868-28.2022.8.14.0000

Classe Judicial agravo interno em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Anulação e Correção de Provas / Questões

Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

AGRAVANTE ERICK SALES VILELA

ADVOGADO MANOEL BANDEIRA MOURA JUNIOR - (OAB MA21961)

POLO PASSIVO

AGRAVADO INSTITUTO AOCP

ADVOGADO FABIO RICARDO MORELLI - (OAB PR31310-A)

AGRAVADO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 003

Processo 0801678-84.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano

Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE PEDRO CARNEIRO S A INDUSTRIA E COMERCIO

ADVOGADO AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO - (OAB PA8265-A)

ADVOGADO SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO - (OAB PA13339-A)

ADVOGADO ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA - (OAB PA13303-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

Processo 0807199-21.2021.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Promoção

Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

POLO ATIVO

APELANTE DOMINGOS DA PAZ RODRIGUES RAMOS

ADVOGADO ADRIANO DE JESUS FERNANDES - (OAB PA22271-A)

ADVOGADO GEORGES AUGUSTO CORREA DA SILVA - (OAB PA28405-A)

ADVOGADO KATIA CAROLINA CRUZ DE SOUZA - (OAB PA25077-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO**

**NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO**

**2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO**

**ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL DA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO**

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **37ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2022**, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SER REALIZADA POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL, SISTEMA PJE, COM INÍCIO ÀS 14H DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022 E TÉRMINO ÀS 14H DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2022, FOI PAUTADO, PELO EXMO SR. DES. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTE

FEITOS:

**PROCESSOS PAUTADOS**

Ordem 001

Processo 0804517-87.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Violação dos Princípios Administrativos

Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

AGRAVADO/AGRAVANTE SERGIO DE SOUZA PIMENTEL

ADVOGADO ELDER REGGIANI ALMEIDA - (OAB PA018630)

**POLO PASSIVO**

AGRAVANTE/AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 002

Processo 0807230-69.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Violação dos Princípios Administrativos

Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

AGRAVANTE ORLEANDRO ALVES FEITOSA

ADVOGADO CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE - (OAB PA9316-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 003**

**Processo 0804258-58.2020.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Estaduais**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE PARA PIGMENTOS S A**

**ADVOGADO PEDRO PAULO DE REZENDE PORTO FILHO - (OAB SP147278-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 004**

**Processo 0808109-76.2018.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Anulação**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE ALESSANDRO DA SILVA E SILVA**

**ADVOGADO GUSTAVO DE SANTANA LIMA - (OAB PA26565-A)**

**POLO PASSIVO**



**AGRAVADO** AOCP - ASSESSORIA EM ORGANIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS LTDA

**ADVOGADO** FABIO RICARDO MORELLI - (OAB PR31310-A)

**ADVOGADO** CAMILA BONI BILIA - (OAB PR42674-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 005

**Processo** 0808076-86.2018.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Fato Superveniente ao Término do Prazo para Impugnação

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** DISPROFAG DIST DE PRODUTOS FARMACEUTICOS AGUILERA LTDA - ME

**ADVOGADO** JOSE ROBERTO TUMA NICOLAU JUNIOR - (OAB PA14155-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 006

**Processo** 0801511-72.2019.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Dano ao Erário

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ADIMILSON LUIS MEZZOMO

**ADVOGADO** LUIZ CARLOS PINA MANGAS JUNIOR - (OAB PA015589-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 007

**Processo** 0811627-69.2021.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Internação/Transferência Hospitalar

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MARLENE BORGES DA CONCEICAO BRITO

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MUNICIPIO DE JACUNDA

**PROCURADORIA** JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE JACUNDÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 008**

**Processo 0801519-49.2019.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Dano ao Erário**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** JORGE BARBOSA DOS SANTOS

**ADVOGADO** LUIZ CARLOS PINA MANGAS JUNIOR - (OAB PA015589-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 009**

**Processo 0810499-82.2019.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Dano ao Erário**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** KLLLECIA KALHIANE MOTA COSTA

**ADVOGADO** CARLA MARINHO BICELLI - (OAB PA21213-A)

**ADVOGADO** RAYSSA RAMOS FERREIRA - (OAB PA27013-A)

**ADVOGADO** KLLLECIA KALHIANE MOTA COSTA - (OAB PA19301-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 010

**Processo** 0805750-56.2018.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Anulação

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** EDNO ALVES DA SILVA

**ADVOGADO** LUIZ GUILHERME CONCEICAO DE ALMEIDA - (OAB PA4533)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 011

**Processo** 0801517-79.2019.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Dano ao Erário

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ELIANI MEZZOMO FRANCISCHETTO

**ADVOGADO** LUIZ CARLOS PINA MANGAS JUNIOR - (OAB PA015589-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 012

Processo 0001454-04.1999.8.14.0028

Classe Judicial **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal** Liquidação / Cumprimento / Execução

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** SEBASTIAO BANDEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS SC

**ADVOGADO** SEBASTIAO BANDEIRA - (OAB DF62758-B)

**ADVOGADO** ESTEVAO RUCHINSKI - (OAB SC5281)

**AGRAVANTE** ESTEVAO RUCHINSKI & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S - EPP

**ADVOGADO** SEBASTIAO BANDEIRA - (OAB DF62758-B)

**ADVOGADO** ESTEVAO RUCHINSKI - (OAB SC5281)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MUNICIPIO DE MARABA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 013

**Processo** 0804590-25.2020.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Servidor Público Civil

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** BANCO BMG SA

**ADVOGADO** ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO - (OAB PE23255-A)

**PROCURADORIA** BANCO BMG S.A.

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** JOSEFA RIBEIRO DE AZEVEDO

**ADVOGADO** WELLINGTON CARDOSO DE REZENDE - (OAB MG169084-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 014

**Processo** 0804895-38.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Promoção / Ascensão

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO ASSOCIACAO DOS CONSULTORES JURIDICOS DO ESTADO DO PARA**

**ADVOGADO GUILHERME HENRIQUE ROCHA LOBATO - (OAB PA7302-A)**

**ADVOGADO ALEX LOBATO POTIGUAR - (OAB PA13570-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 015**

**Processo 0808902-10.2021.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE RBX RIO COMERCIO DE ROUPAS S.A.**

**ADVOGADO LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA - (OAB RJ112310)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**Ordem 016**

**Processo 0808209-89.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Assistência Social**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**INTERESSADO** SWYANNE VICTORIA MIRANDA DA SILVA CABRAL

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 017

**Processo** 0800384-94.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Exame de Saúde e/ou Aptidão Física

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** RAFAEL VALENTE FAGUNDES

**ADVOGADO** ALISSON ALMEIDA DE OLIVEIRA - (OAB PA21836-A)

**ADVOGADO** ARLINE BRIANNE ROCHA DE LIMA - (OAB PA21464-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA



**Ordem 018**

**Processo 0807957-86.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Liminar**

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MUNICÍPIO DE BELÉM

**PROCURADOR** EVANDRO ANTUNES COSTA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 019**

**Processo 0812148-14.2021.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal** Formação, Suspensão e Extinção do Processo

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** CAROLINE OLIVEIRA SILVEIRA

**ADVOGADO JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO - (OAB PA14426-A)**

**Ordem 020**

**Processo 0804572-38.2019.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE TELEVISAO LIBERAL LIMITADA**

**ADVOGADO MARCIO ROBERTO MAUES DA COSTA - (OAB SP10840-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 021**

**Processo 0801078-63.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Honorários Periciais**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**

**ADVOGADO MIRNA MAIA ABDUL MASSIH - (OAB PA31499)**

**ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)**

**ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO NETO - (OAB PA12816-A)**

**PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO RAIMUNDA MEDEIROS KIKUCHI**

**ADVOGADO PAULA LUCIANA GOMES DE MATOS - (OAB PA20956-A)**

**Ordem 022**

**Processo 0809706-12.2020.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE MUNICIPIO DE MARABA**

**ADVOGADO CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES - (OAB RJ1144-A)**

**ADVOGADO ABSOLON MATEUS DE SOUSA SANTOS - (OAB PA11408-A)**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO JOSE DIOGO DE OLIVEIRA LIMA**

**ADVOGADO JOSE DIOGO DE OLIVEIRA LIMA - (OAB PA16448-A)**

**Ordem 023**

**Processo 0803118-18.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Leito de enfermaria / leito oncológico**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**REPRESENTANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE ZELINA ALVES CANTUARIA**

**DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**Ordem 024**

**Processo 0806334-84.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Bloqueio de Valores de Contas Públicas**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**REPRESENTANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 025**

**Processo 0801390-39.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Liminar**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE GILMAR ASSIS LIMA DE SOUSA**

**ADVOGADO SHIRLANE DE SOUZA SARAIVA - (OAB PA21950-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 026

**Processo** 0801081-18.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Curso de Formação

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** RAY WENDEL LOBATO LIMA

**ADVOGADO** KARINA DE NAZARE VALENTE BARBOSA - (OAB PA13740-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 027

**Processo** 0801174-78.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Irredutibilidade de Vencimentos

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

**ADVOGADO** JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO - (OAB PA14045-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO ROSIENE DA SILVA DE MORAES**

**ADVOGADO GIOVANA AUGUSTA DOS SANTOS GONCALVES - (OAB PA7767-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 028**

**Processo 0801649-34.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Dirigente Sindical**

**Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE TUCURUI-SINSMUT**

**ADVOGADO PAULO SERGIO FONTELES CRUZ - (OAB PA9587-A)**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MUNICIPIO DE TUCURUI PA**

**PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE TUCURUÍ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 029**

**Processo 0802723-26.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Internação/Transferência Hospitalar**

**Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MARLI PORTO SANTOS

**ADVOGADO** RICHARD FARIAS BECKEDORFF PINTO - (OAB PA31940)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 030

**Processo** 0802505-95.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Anulação

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** PEDRO FELIPE ALVES ROCHA

**ADVOGADO** HILKELLYTA FERNANDES GALVAO - (OAB PA193216-B)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** INSTITUTO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

**ADVOGADO** DEBORA CRISTINA DE SOUSA FREIRE - (OAB DF42187-A)

**Ordem** 031

**Processo** 0802641-92.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Promoção

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** GUILHERME SOARES DA COSTA FILHO

**ADVOGADO** JOSE MAURO SILVA DA PEDRA JUNIOR - (OAB PA26969-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 032

**Processo** 0807097-85.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Liminar

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ANGELICA NAYARA ATILIO DE CASTRO

**ADVOGADO** MARINA DE URZEDA VIANA VIEIRA - (OAB GO47635-A)

**AGRAVANTE** MELISSA SANTOS OLIVEIRA

**ADVOGADO** MARINA DE URZEDA VIANA VIEIRA - (OAB GO47635-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ JUAREZ ANTONIO SIMÕES QUARESMO

**AGRAVADO** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ



**PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 033**

**Processo 0810355-06.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Liminar**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** GILIAN GONZALEZ SANTIAGO

**ADVOGADO** MARINA DE URZEDA VIANA VIEIRA - (OAB GO47635-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**AGRAVADO** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 034**

**Processo 0801600-90.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Concurso Público / Edital**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** IOHAN PATRIC BATISTA FEITOSA

**ADVOGADO** KARINA DE NAZARE VALENTE BARBOSA - (OAB PA13740-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 035

**Processo** 0805371-76.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Assistência Judiciária Gratuita

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** UILSON ALVES DA SILVA

**ADVOGADO** WILSON MOTA MARTINS JUNIOR - (OAB PA27750-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**AGRAVADO** IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 036

**Processo** 0812397-28.2022.8.14.0000

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Prescrição e Decadência**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MUNICIPIO DE SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA

**ADVOGADO** JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO - (OAB PA14045-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MARIA NILVA GONCALVES GOMES

**ADVOGADO** MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA - (OAB PA10375-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 037

**Processo** 0801603-45.2022.8.14.0000

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Concurso Público / Edital**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** SHARDSON VIEIRA SOUSA

**ADVOGADO** FERNANDA LIMA DE ALMEIDA RODRIGUES - (OAB SP411261-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 038**

**Processo 0802363-91.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Abuso de Poder**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL**

**ADVOGADO ANA CLAUDIA SANTANA DOS SANTOS ABDULMASSIH - (OAB PA007995-A)**

**AGRAVANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MARILDA MORAES LIMA**

**ADVOGADO JOAO PAULO MACEDO MAGALHAES - (OAB MA20631-A)**

**ADVOGADO MARIZA AMORIM FONSECA - (OAB MA18201)**

**AGRAVADO WILLIAN MORAIS LIMA**

**ADVOGADO JOAO PAULO MACEDO MAGALHAES - (OAB MA20631-A)**

**ADVOGADO MARIZA AMORIM FONSECA - (OAB MA18201)**

**AGRAVADO ELOINA LORENA MORAIS LIMA**

**ADVOGADO JOAO PAULO MACEDO MAGALHAES - (OAB MA20631-A)**

**ADVOGADO MARIZA AMORIM FONSECA - (OAB MA18201)**

**AGRAVADO ISMAEL PEREIRA LIMA NETO**

**ADVOGADO JOAO PAULO MACEDO MAGALHAES - (OAB MA20631-A)**

**ADVOGADO MARIZA AMORIM FONSECA - (OAB MA18201)**

**AGRAVADO RAYANE MORAES LIMA**

**ADVOGADO** JOAO PAULO MACEDO MAGALHAES - (OAB MA20631-A)

**ADVOGADO** MARIZA AMORIM FONSECA - (OAB MA18201)

**AGRAVADO** SOCIEDADE RECANTO ABAETETUBA - ASSISTENCIA POSTUMA LTDA

**ADVOGADO** JOAO PAULO MACEDO MAGALHAES - (OAB MA20631-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 039

**Processo** 0801605-15.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI)

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** PARA MINISTERIO PUBLICO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 040

**Processo** 0807000-85.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**REPRESENTANTE** MATIAS DENIS NOLETO DA SILVA

**AGRAVANTE** MUNICIPIO DE ORIXIMINA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE** YURY DOS SANTOS MATOS

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**AUTORIDADE** TAIANE MATOS SIQUEIRA

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 041

**Processo** 0802835-92.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Voluntária

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MUNICÍPIO DE BELÉM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**AGRAVANTE** PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MARIA LUCIA LIMA DE MELO

ADVOGADO NILSON PAIXAO GOMES - (OAB PA7683-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 042

Processo 0803324-32.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal 1/3 de férias

Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

AGRAVANTE G GONCALVES DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ADVOGADO CYNTHIA VALERIA OLIVEIRA ROCHA - (OAB TO8181)

**POLO PASSIVO**

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 043

Processo 0803360-74.2022.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Imissão

Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** EDINALDO CORREA SANTANA

**ADVOGADO** HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO - (OAB PA1643-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MUNICIPIO DE BARCARENA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 044

**Processo** 0805237-49.2022.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI)

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** MUNICIPIO DE ALTAMIRA

**ADVOGADO** RICARDO DE SOUSA BARBOZA - (OAB PA12783-A)

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 045



**Processo 0810152-44.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Benefícios em Espécie**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**PROCURADORIA** FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** JOAO PAULO PEREIRA DE SOUSA

**ADVOGADO** SEBASTIAO HENRIQUE PANTOJA DOS SANTOS - (OAB PA29805-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 046

**Processo 0803595-41.2022.8.14.0000**

**Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**Assunto Principal Atos Processuais**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** SINART - SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIARIO E TURISTICO LTDA

**ADVOGADO** OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO - (OAB PA16676-A)

**ADVOGADO** EVELLYN NAYLA BORGES SOBRINHO - (OAB PA24935-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO** TIBURCIO BARROS DO NASCIMENTO

**ADVOGADO** TIBURCIO BARROS DO NASCIMENTO - (OAB PA10233-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 047

**Processo** 0001443-44.2016.8.14.0071

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Gratificações Municipais Específicas

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**SENTENCIANTE** JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BRASIL NOVO

**POLO PASSIVO**

**SENTENCIADO** PREFEITA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

**SENTENCIADO** MUNICIPIO DE BRASIL NOVO

**ADVOGADO** MARCOS YURI ALVES DE MELO - (OAB PA21752-A)

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO

**SENTENCIADO** SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EDUCACAO PUBLICA DO PA

**ADVOGADO** HELEN CRISTINA AGUIAR DA SILVA - (OAB PA11192-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 048

**Processo** 0007415-68.2017.8.14.0003

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Adicional de Produtividade

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**SENTENCIANTE** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALENQUER

**POLO PASSIVO**

**SENTENCIADO** MUNICIPIO DE ALENQUER

**ADVOGADO** DANILO VICTOR DA SILVA BEZERRA - (OAB PA21764-A)

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER

**SENTENCIADO** JADIMA CRISTIANE CORREA CAMPOS

**ADVOGADO** YOUSSEFF ANTONIO RIBEIRO VALENTE - (OAB PA55-A)

**Ordem** 049

**Processo** 0800107-95.2018.8.14.0072

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Abuso de Poder

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** C. T.

**ADVOGADO** ERNANI DOS SANTOS CARNEIRO JUNIOR - (OAB PA9177-A)

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** CAMARA MUNICIPAL DE MEDICILANDIA

**ADVOGADO** RAIMUNDO ROBSON FERREIRA - (OAB PA13478-A)

**ADVOGADO** DJALMA LEITE FEITOSA FILHO - (OAB PA15670-A)

**ADVOGADO** FRANCISCO ANTONIO TEIXEIRA SANTOS - (OAB PA7789-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 050**

**Processo 0800057-13.2022.8.14.0013**

**Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**Assunto Principal Assistência à Saúde**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 051**

**Processo 0005951-36.2013.8.14.0201**

**Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**Assunto Principal Auxílio-Acidente (Art. 86)**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**PROCURADORIA** FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ**

**RECORRIDO ANDRE LUIS SILVA DE SOUZA**

**ADVOGADO GEORGE LEONARDO LOBO LEITE - (OAB PA016309-A)**

**ADVOGADO LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA - (OAB PA8352-A)**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 052**

**Processo 0005428-07.2017.8.14.0032**

**Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**Assunto Principal Anulação**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE JUIZO DA COMARCA DE MONTE ALEGRE**

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE**

**ADVOGADO RUBENS LOURENCO CARDOSO VIEIRA - (OAB PA8173)**

**PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE**

**RECORRIDO SECRETARIO DE EDUCACAO DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE**

**RECORRIDO MARIA DE FATIMA GOMES AGOSTINHO**

**ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 053

**Processo** 0800277-05.2021.8.14.0091

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Classificação e/ou Preterição

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** IZAQUE RODRIGUES BARBOZA

**ADVOGADO** BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** CARLOS ALBERTO SANTOS GOMES - PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA/PA

**RECORRIDO** MUNICIPIO DE SALVATERRA

**PROCURADORIA** DE SALVATERRA

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE SALVATERRA

**PROCURADORIA** DE SALVATERRA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 054

**Processo** 0001270-24.2013.8.14.0039

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** ANTONIA ZENA GLEYDE OLIVEIRA ABREU

**ADVOGADO** JOSE CARLOS FERNANDES FILHO - (OAB PA12369-A)

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** JUSSARA OLEGARIO DA COSTA

**RECORRIDO** RUBENS OLEGARIO DA COSTA

**RECORRIDO** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE PARAGOMINAS

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - IPMP

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 055

**Processo** 0800286-64.2021.8.14.0091

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Classificação e/ou Preterição

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** BRENO RODRIGO SOUSA DA SILVA

**ADVOGADO** BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** CARLOS ALBERTO SANTOS GOMES - PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA/PA

**RECORRIDO** MUNICIPIO DE SALVATERRA

**PROCURADORIA** DE SALVATERRA

**REPRESENTANTE MUNICIPIO DE SALVATERRA**

**PROCURADORIA DE SALVATERRA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 056**

**Processo 0800287-49.2021.8.14.0091**

**Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**Assunto Principal Classificação e/ou Preterição**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE ALEX COSTA COIMBRA**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**JUIZO RECORRENTE DAFFNY RODRIGUES DO AMARAL**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**JUIZO RECORRENTE WERITON LEDO CARVALHO**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**JUIZO RECORRENTE WENCESLAU DE MORAES SEABRA**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**JUIZO RECORRENTE JUCELY SILVA DO CARMO**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**JUIZO RECORRENTE REGIANE VASCONCELOS DA SILVA**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO CARLOS ALBERTO SANTOS GOMES - PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA/PA**



**RECORRIDO MUNICIPIO DE SALVATERRA**

**PROCURADORIA DE SALVATERRA**

**REPRESENTANTE MUNICIPIO DE SALVATERRA**

**PROCURADORIA DE SALVATERRA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 057**

**Processo 0800355-96.2021.8.14.0091**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL**

**Assunto Principal Classificação e/ou Preterição**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/RECORRENTE MADSON LOPES DA CONCEICAO**

**ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)**

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO CARLOS ALBERTO SANTOS GOMES - PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA/PA**

**EMBARGADO/RECORRIDO MUNICIPIO DE SALVATERRA**

**PROCURADORIA DE SALVATERRA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 058**

**Processo 0864713-56.2020.8.14.0301**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Piso Salarial**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGADO/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**EMBARGANTE/APELADO** LEIDIANE DAS GRACAS DE ABREU TEIXEIRA

**ADVOGADO** ALDENOR DE SOUZA RABELO - (OAB AM8030-A)

**ADVOGADO** GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ - (OAB PA16441)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 059

**Processo** 0829513-56.2018.8.14.0301

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Licitações**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA EIRELI

**ADVOGADO** ANTONIO JOSE MARTINS FERNANDES - (OAB PA26632-A)

**ADVOGADO** LIANDRO MOREIRA DA CUNHA FARO - (OAB AP1513-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANA

**PROCURADORIA** FUNDAÇÃO HOSPITAL DAS CLÍNICAS GASPAR VIANNA

**APELADO** FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA

**PROCURADORIA** FUNDAÇÃO HOSPITAL DAS CLÍNICAS GASPAR VIANNA

**OUTROS INTERESSADOS**

**INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Ordem** 060

**Processo** 0864062-92.2018.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal** Anulação de Débito Fiscal

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MARIALBA DE OLIVEIRA DUARTE

**ADVOGADO** LUCIANA PIMENTA PIRES GUERRA - (OAB PA13389-A)

**ADVOGADO** MARCOS JAYME ASSAYAG - (OAB PA12172-A)

**ADVOGADO** DANIEL ASSAYAG - (OAB PA12510-A)

**ADVOGADO** ABRAHAM ASSAYAG - (OAB PA2003-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**REPRESENTANTE** BELEM SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

**PROCURADORIA** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Ordem** 061

**Processo 0047730-59.2013.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** JORGE DA SILVA SOUZA

**ADVOGADO** PERICLES AUGUSTO COSTA DE CASTRO - (OAB PA20362-A)

**ADVOGADO** ANA CRISTINA DO SOCORRO BRAGA CORREA PAES - (OAB PA23744-A)

**ADVOGADO** RISOLETA CONCEICAO COSTA DE CASTRO ALMEIDA - (OAB PA80000A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 062

**Processo 0036997-44.2007.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**APELADO** RAIMUNDO NELSON GAMA CIRILO

**ADVOGADO PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES - (OAB PA15519-A)**

**APELADO LAURENICE MELO SANTOS**

**ADVOGADO PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES - (OAB PA15519-A)**

**APELADO ROSANA GAMA CIRILO**

**ADVOGADO PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES - (OAB PA15519-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 063**

**Processo 0003899-31.2014.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MAGAZINE LILIANI S/A**

**ADVOGADO MANOEL CARNEIRO SILVA - (OAB MA3016-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 064**

**Processo 0003153-55.2015.8.14.0000**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Abuso de Poder**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** BRASIL MALHAS DA AMAZONIA LTDA

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA SEXTA VARA DA FAZENDA PROJUDI

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DISTRIBUIDORA SILVA ALIMENTOS LTDA

**ADVOGADO** HILTON JOSE SANTOS DA SILVA - (OAB PA17501-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 065

**Processo** 0009252-28.2012.8.14.0006

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**PROCURADORIA** FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** JUIZO DA SEGUNDA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MIGUEL DE SOUSA FONSECA

**ADVOGADO** ROBERTO SANTOS ARAUJO - (OAB PA2708-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 066

**Processo** 0036200-68.2007.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal** Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** ROBERTO CARLOS MACEDO LIMA

**ADVOGADO** RONALDO SERGIO ABREU DA COSTA - (OAB PA6795-A)

**ADVOGADO** ALESSANDRO DIAS GRADIM - (OAB PA702-A)

**ADVOGADO** RAFAEL WILSON DIAS GRADIM - (OAB PA016272)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ROBERTO CARLOS MACEDO LIMA

**ADVOGADO** SAVIO BARRETO LACERDA LIMA - (OAB PA11003-A)

**ADVOGADO** ALESSANDRO DIAS GRADIM - (OAB PA702-A)

**ADVOGADO** RAFAEL WILSON DIAS GRADIM - (OAB PA016272)

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** PARA MINISTERIO PUBLICO - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 067**

**Processo 0000920-65.2009.8.14.0010**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Violação aos Princípios Administrativos**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE BREVES

**PROCURADOR** WALTER ANTONIO FURTADO PUREZA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE BREVES - PA

**APELANTE** JOSÉ ANTONIO DE AZEVEDO LEÃO

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MARIA DE JESUS MORAES DA SILVA

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 068**

**Processo 0821805-18.2019.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Servidor Público Civil**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** IVANILDA NAZARE MORAES GOMES

**ADVOGADO** ROMULO PALHETA LEMOS MOTA - (OAB PA27808-A)

**ADVOGADO** RAMIZ DOS SANTOS PASTANA - (OAB PA25809-A)



**POLO PASSIVO**

APELADO DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 069

Processo 0003293-50.2018.8.14.0076

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Classificação e/ou Preterição

Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

APELANTE AMANDA OLIVEIRA E SILVA

APELANTE MUNICIPIO DE ACARA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

**POLO PASSIVO**

APELADO IRENILDE MONTEIRO BARBOSA

ADVOGADO RAIMUNDA DE NAZARETH CARVALHO AMORIM - (OAB PA6105-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 070**

**Processo 0867800-88.2018.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Saúde**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** M. A. D. C. P.

**ADVOGADO** PEDRO BENTES PINHEIRO NETO - (OAB PA12816-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 071**

**Processo 0009363-31.2017.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO DOMINGAS GOMES NASCIMENTO**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 072**

**Processo 0803953-85.2019.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Assistência à Saúde**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**APELADO DARCI JOSE LERMEN**

**APELADO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAUAPEBAS**

**APELADO JOSE DAS DORES COUTO**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO HELDER ZAHLUTH BARBALHO**

**REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO CIR CONCEICAO DE BRITO GONCALVES**

**Ordem 073**

**Processo 0010773-61.2016.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**SENTENCIANTE SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNIC DE PARAUAPEBAS**

**ADVOGADO RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOR - (OAB PA10213-A)**

**ADVOGADO RONEY FERREIRA DE OLIVEIRA - (OAB PA12442-A)**

**POLO PASSIVO**

**SENTENCIADO VALMIR QUEIROZ MARIANO**

**SENTENCIADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 074**

**Processo 0006546-96.2014.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Extinção da Execução**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AUTORIDADE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**AUTORIDADE** CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA

**ADVOGADO** GUILHERME MESSIAS CAVALLEIRO DE MACEDO - (OAB PA15450-A)

**ADVOGADO** PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** GERAL DE PARAUAPEBAS

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 075

**Processo** 0018446-08.2016.8.14.0040

**Classe Judicial** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal** Indenização por Dano Material

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** GERAL DE PARAUAPEBAS

**APELANTE** FRANCISCO WELLITON DA SILVA

**ADVOGADO** DOMINGOS FARIA PEREIRA JUNIOR - (OAB PA24172-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 076**

**Processo 0018958-25.2015.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MAYARA OLIVEIRA FERREIRA**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 077**

**Processo 0800065-88.2020.8.14.0003**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Gratificação de Incentivo**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE ALENQUER**

**ADVOGADO JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES - (OAB PA018476)**

**PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALENQUER**

**POLO PASSIVO**

**APELADO NADIA ARAUJO FERREIRA**

**ADVOGADO TIAGO DE BRITO SANTOS - (OAB PA26381-B)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 078**

**Processo 0800994-37.2019.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Acidente de Trânsito**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO NAZILDA CARDOSO DOS SANTOS MARTINS**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 079**

**Processo 0809071-81.2018.8.14.0006**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE PREFEITO DE ANANINDEUA**

**APELANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA**

**PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO M.L D. A. R.**

**ADVOGADO SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRA - (OAB PA10870-A)**



**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 080

**Processo** 0000286-38.2012.8.14.0051

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Concessão

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** JOSE ALMIR MORAES DA ROCHA

**ADVOGADO** MARCELO SPINOLA SALGADO - (OAB PA10238-A)

**ADVOGADO** MIGUEL KARTON CAMBRAIA DOS SANTOS - (OAB PA10800-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 081

**Processo** 0055700-81.2011.8.14.0301

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** CNH - Carteira Nacional de Habilitação

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA JURÍDICA** DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO** BENEDITO PEREIRA

**ADVOGADO** RAIMUNDO NONATO DA TRINDADE SOUZA - (OAB PA14540-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 082

**Processo** 0001687-38.2013.8.14.0051

**Classe Judicial** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Acumulação de Cargos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGADO/APELANTE** MARIA DO ROSARIO GODINHO CORREA

**APELANTE** ELVIS DA SILVA CORREA

**ADVOGADO** EDSON DE SIQUEIRA VIEIRA - (OAB PA10045-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MARINO PEREIRA MOTA FILHO

**ADVOGADO** GABRIELA DOS SANTOS CABRAL - (OAB PA15379-A)

**EMBARGANTE/APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 083**

**Processo 0005433-28.2013.8.14.0110**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Ingresso e Concurso**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA

**PROCURADORIA** PROGEM

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** JAQUELINE CASSIA GOMES DO NASCIMENTO

**DEFENSORIA PUBLICA** DO ESTADO DO PARÁ

**Ordem 084**

**Processo 0864799-27.2020.8.14.0301**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Piso Salarial**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** MARIA SEBASTIANA DO ESPÍRITO SANTO DOS SANTOS

**ADVOGADO** ALDENOR DE SOUZA RABELO - (OAB AM8030-A)

**ADVOGADO** GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ - (OAB PA16441)

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** JORGE DE MENDONCA ROCHA

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 085**

**Processo 0002325-25.2012.8.14.0013**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Admissão / Permanência / Despedida**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** ROSILEIDE DA SILVA PEREIRA

**ADVOGADO** ANTONIO AFONSO NAVEGANTES - (OAB PA3334-A)

**Ordem 086**

**Processo 0005860-66.2017.8.14.0051**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Prazo de Validade**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** OSVALDO ROCHA FORMIGA JUNIOR

**ADVOGADO** ANILO ALEX DE OLIVEIRA PELEJA - (OAB PA8894-A)

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** MUNICIPIO DE SANTAREM

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

**Ordem 087**

**Processo 0834111-82.2020.8.14.0301**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Piso Salarial**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**EMBARGADO/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**EMBARGANTE/APELADO** ANTONIO IVALDO BANDEIRA COSTA

**ADVOGADO** ALDENOR DE SOUZA RABELO - (OAB AM8030-A)

**ADVOGADO** GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ - (OAB PA16441)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** JORGE DE MENDONCA ROCHA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 088

**Processo** 0001034-75.2009.8.14.0051

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE SANTAREM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MARIA GORETTI PRINTES MARIA

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 089

**Processo** 0800277-89.2018.8.14.0097

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Medidas de proteção

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** MUNICIPIO DE BENEVIDES

**ADVOGADO** GUSTAVO BOTELHO DE MATOS - (OAB PA11872)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 090

**Processo** 0807463-07.2016.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Acidente de Trânsito

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MANOEL MARTINS CHAGAS

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE BELÉM

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**Ordem** 091

**Processo** 0802856-26.2017.8.14.0006

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Prazo de Validade

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MANOEL CARLOS ANTUNES

**APELADO** MUNICIPIO DE ANANINDEUA PA

**PROCURADORIA** MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

**APELADO** MUNICIPIO DE ANANINDEUA

**PROCURADORIA** MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 092

**Processo** 0502647-55.2016.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** M. H. D. S. R.

**DEFENSORIA PUBLICA** DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 093

**Processo** 0023814-30.2012.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Promoção / Ascensão

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICÍPIO DE BELÉM



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**APELADO** AZULEIDE GOES DA SILVA

**ADVOGADO** JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 094

**Processo** 0000284-50.2015.8.14.0023

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Violação aos Princípios Administrativos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JOSE DE ANCHIETA LIMA DE OLIVEIRA

**ADVOGADO** BRUNO HENRIQUE MORAES DE ANDRADE - (OAB PA13350-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 095

**Processo** 0021412-78.2009.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal Ingresso e Concurso**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 096

**Processo** 0042551-47.2013.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal Dano ao Erário**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** A. M. D. C. B.

**ADVOGADO** FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

**APELADO** A. L. M.

**ADVOGADO** MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO - (OAB PA14546-A)

**APELADO** P. D. S. D. C. N.

**APELADO A. M. D. L. P.**

**ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)**

**APELADO J. A. S. C.**

**ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)**

**ADVOGADO MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA - (OAB PA10375-A)**

**APELADO M. D. C. R. S.**

**ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)**

**APELADO E. L. B. D. S.**

**APELADO D. A. M. G. D. L.**

**APELADO M. F. D. S. R.**

**ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)**

**APELADO A. D. V. C.**

**ADVOGADO MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO - (OAB PA14546-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 097**

**Processo 0024404-51.2005.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE LUCAS AMORIM**

**ADVOGADO WALDEMIR TEIXEIRA - (OAB PA0015470A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 098**

**Processo 0001093-75.2015.8.14.0076**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Classificação e/ou Preterição**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE ACARA**

**ADVOGADO ABRAO JORGE DAMOUS FILHO - (OAB PA12921-A)**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MARCOS COSTA CARDOSO**

**ADVOGADO PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 099**

**Processo 0007608-62.2018.8.14.0031**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Posse e Exercício**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** WENDEL DE JESUS MOTA FERREIRA

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** DAISY DO ESPÍRITO SANTO CUNHA

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** KEULE DA SILVA FARIAS

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** ELANE CRISTINA DE SHARJA GARCIA

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** DARLENE GONCALVES ALMEIDA

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** LUCIMADISON LAURINHO GOMES

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** ALESSANDRA CORREA DE CARVALHO

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** ROGERIO SANTOS DOS SANTOS

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** JULIELSON PINHEIRO GOMES

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**APELANTE** CLEICIANE SOUZA DA COSTA

**ADVOGADO** RAIMUNDA ROSA RODRIGUES CARVALHO - (OAB PA4550-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** PREFEITURA MUNICIPAL DE MOJU

**APELADO** PREFEITA MUNICIPAL DE MOJU, SRA. MARIA NILMA SILVA DE LIMA

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 100**

**Processo 0001756-62.2014.8.14.0107**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Processo Administrativo Disciplinar / Sindicância**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE DOM ELISEU**

**ADVOGADO ROMILDO ASSIS DE ALMEIDA JUNIOR - (OAB PA13039-A)**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE DOM ELISEU/PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO EDIVAN PEREIRA DA SILVA**

**ADVOGADO THIAGO AGUIAR SOUZA CUNHA - (OAB PA25050-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 101**

**Processo 0706740-77.2016.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Taxa de Coleta de Lixo**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.

**ADVOGADO** NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB SP128341-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 102

**Processo** 0000077-64.2012.8.14.0085

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Servidão Administrativa

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** PAULO AFONSO COSTA

**ADVOGADO** CELIO MARCOS LOPES MACHADO - (OAB MG103944-A)

**APELANTE** EMPRESA REGIONAL DE TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.

**ADVOGADO** PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - (OAB SP98709-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** EMPRESA REGIONAL DE TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.

**ADVOGADO** PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES - (OAB SP98709-A)

**APELADO** PAULO AFONSO COSTA

**ADVOGADO** CELIO MARCOS LOPES MACHADO - (OAB MG103944-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 103**

**Processo 0014373-54.2014.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** CARLOS ROGERIO SIQUEIRA DE FIGUEIREDO

**ADVOGADO** PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES - (OAB PA15519-A)

**ADVOGADO** IAN PIMENTEL GAMEIRO - (OAB PA19603-A)

**ADVOGADO** NELSON FRANCISCO MARZULLO MAIA - (OAB PA7440-A)

**ADVOGADO** ALAN DIEGO MACHADO MACIEL - (OAB PA14708-A)

**ADVOGADO** DIEGO OLIVEIRA TELLES DA SILVA - (OAB PA21541-A)

**ADVOGADO** GLAUCE MARIA BRABO PINTO - (OAB PA8687-A)

**ADVOGADO** ALEX ANDREY LOURENCO SOARES - (OAB PA6459-A)

**APELANTE** INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** - PGM JUDICIAL

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**APELADO** INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** - PGM JUDICIAL

**APELADO** CARLOS ROGERIO SIQUEIRA DE FIGUEIREDO

**ADVOGADO** ALAN DIEGO MACHADO MACIEL - (OAB PA14708-A)

**ADVOGADO** PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES - (OAB PA15519-A)

**ADVOGADO** GLAUCE MARIA BRABO PINTO - (OAB PA8687-A)

**ADVOGADO** ALEX ANDREY LOURENCO SOARES - (OAB PA6459-A)

**ADVOGADO** DIEGO OLIVEIRA TELLES DA SILVA - (OAB PA21541-A)



**ADVOGADO NELSON FRANCISCO MARZULLO MAIA - (OAB PA7440-A)**

**ADVOGADO IAN PIMENTEL GAMEIRO - (OAB PA19603-A)**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 104**

**Processo 0000445-43.2018.8.14.0124**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Honorários Advocatícios**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO JHONN CHARLLES MORAES CHAGAS**

**ADVOGADO JHONN CHARLLES MORAES CHAGAS - (OAB PA14735-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 105**

**Processo 0022555-05.2009.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**APELANTE** ALZAIR JUSSARA NERY DOS SANTOS

**ADVOGADO** ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ALZAIR JUSSARA NERY DOS SANTOS

**ADVOGADO** ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

**APELADO** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO** - CNPJ: 05.054.960/0001-58 (FISCAL DA LEI)

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 106

**Processo** 0088774-58.2013.8.14.0301

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Descontos Indevidos**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ALDO DE JESUS BARBOSA SA

**ADVOGADO** ZANDRA DOMERINA ALCANTARA SA - (OAB PA17559-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 107

**Processo** 0065355-09.2013.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Concessão

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MARIA LINDALVA SANTOS SOUZA

**ADVOGADO** MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS - (OAB PA18478-A)

**ADVOGADO** MARIA IZABEL ZEMERO - (OAB PA24610-A)

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 108

**Processo 0003562-86.2013.8.14.0069**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE ANAPU

**ADVOGADO** JULIANA MONTANDON - (OAB PA18678-B)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** EDILEIDE PEREIRA DE ARAUJO ALMEIDA

**ADVOGADO** GUSTAVO DA SILVA VIEIRA - (OAB PA18261-B)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 109

**Processo 0725631-49.2016.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Classificação e/ou Preterição**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** HOMERO SOUSA PINHEIRO

**ADVOGADO** ANDRE LEAO PEREIRA NETO - (OAB PA22405-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** BANPARÁ

**PROCURADORIA** BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 110

**Processo** 0036713-02.2008.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Atos Administrativos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**REPRESENTANTE** SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS - JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**APELADO** CONSTRUTORA VIANA SOARES

**ADVOGADO** ARIEL FROES DE COUTO - (OAB PA006829)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 111

**Processo** 0000996-36.2007.8.14.0018

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Servidão

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** VALE S.A.

**ADVOGADO** ANDREA VIGGIANO GONCALVES - (OAB MG45943-A)

**ADVOGADO** MARCELO MENDO GOMES DE SOUZA - (OAB MG45952-A)

**ADVOGADO** LUIZ PHILIPPE NARDY NASCIMENTO - (OAB MG133106)

**PROCURADORIA** VALE S/A

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

**PROCURADORIA** FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**PROCURADORIA** FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 112

**Processo** 0806445-73.2019.8.14.0000

**Classe Judicial** AGRAVO DE INSTRUMENTO

**Assunto Principal** Indisponibilidade de Bens

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE** ANTONIEL MIRANDA SANTOS

**ADVOGADO** GIOVANNA FACIOLA BRANDAO DE SOUZA LIMA - (OAB PA30988-A)

**ADVOGADO** ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO - (OAB PA10826-A)

**ADVOGADO** ANNE VELOSO MONTEIRO - (OAB PA22996-A)

**ADVOGADO** EGIDIO MACHADO SALES FILHO - (OAB PA1416-A)

**ADVOGADO** SYLMARA SYMME LIMA DE ALMEIDA LEITE SILVA - (OAB PA11110-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI - PREFEITURA MUNICIPAL**

**ADVOGADO IGOR OLIVEIRA COTTA - (OAB PA18743-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 113**

**Processo 0002159-72.2013.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE GUSTAVO CHAVES PENNER**

**ADVOGADO RODRIGO MATOS ARAUJO - (OAB PA16284-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 114**

**Processo 0000700-43.2010.8.14.0136**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Responsabilidade do Fornecedor**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** PARAKANA RESIDENCIAL LTDA - EPP

**ADVOGADO** EDIVALDO GOMES DA SILVA SOUSA - (OAB TO5016-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 115

**Processo** 0003374-65.2016.8.14.0109

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Moradia

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** TATIANE RODRIGUES DA SILVA

**ADVOGADO** JULIANA TEIXEIRA DA FONSECA - (OAB PA10431-A)

**ADVOGADO** ANA PAULA BRAGA FERREIRA - (OAB PA20957-A)

**ADVOGADO** KAMILA DE CASSIA MORAES RODRIGUES - (OAB PA21425-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE GARRAFÃO DO NORTE

**ADVOGADO** DEYSE HELLEM DA SILVA LIMA - (OAB PA20587-A)

**PROCURADORIA** DO MUNICÍPIO DE GARRAFÃO DO NORTE

**APELADO** COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA



**ADVOGADO** CAMILA AMORIM DANIN COSTA - (OAB PA17249-A)

**ADVOGADO** LIGIA DOS SANTOS NEVES - (OAB PA8781-A)

**APELADO** CONSULTORIA E SERVICOS BELO MONTE LTDA - EPP

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 116

**Processo** 0044774-36.2014.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** AGROPECUARIA BEIRA RIO - ORIENTE LTDA

**ADVOGADO** SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA - (OAB PA13919-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** INSTITUTO DE TERRAS DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE TERRAS DO PARA-ITERPA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 117

**Processo** 0000701-37.2015.8.14.0044

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Indenização por Dano Moral**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MARIA JUCILENE SILVA DAS MERCES

**ADVOGADO** ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA22273-A)

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE PRIMAVERA

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE PRIMAVERA

**APELADO** QUARESMA CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI - EPP

**APELADO** COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA

**ADVOGADO** CAMILA AMORIM DANIN COSTA - (OAB PA17249-A)

**ADVOGADO** LIGIA DOS SANTOS NEVES - (OAB PA8781-A)

**APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 118

**Processo** 0000916-30.2015.8.14.0200

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Nulidade**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JAIRO NEGREIROS SOUZA

**ADVOGADO** JOSE AUGUSTO COLARES BARATA - (OAB PA16932-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 119

**Processo** 0032933-20.2009.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Reintegração

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JOSE IVANILSON DIAS DE ANDRADE

**ADVOGADO** GLAUCILENE SANTOS CABRAL - (OAB PA12595-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICACAO-SECOM

**Ordem** 120

**Processo** 0005793-95.2012.8.14.0045

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Pagamento Atrasado / Correção Monetária

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE REDENCAO

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

**POLO PASSIVO**

**APELADO** UNICA DENTAL VENDAS DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES EIRELI

**ADVOGADO** CARLOS EDUARDO GODOY PERES - (OAB PA11780-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 121

**Processo** 0003513-59.2009.8.14.0045

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Férias

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE REDENCAO

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

**POLO PASSIVO**

**APELADO** RAFAELLE RODOVALHO DOS SANTOS

**ADVOGADO** MIRALDO JUNIOR VILELA MARQUES - (OAB PA6386-A)

**Ordem** 122

**Processo** 0810198-76.2017.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal** Arrolamento de Bens

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** BEATO VIEIRA BARBOSA

**ADVOGADO** RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA - (OAB PA6947-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 123

**Processo** 0007856-24.2000.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Decretação de Ofício

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ALBANO A A MONTEIRO

**Ordem** 124

**Processo** 0009202-26.2014.8.14.0040

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Classificação e/ou Preterição

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**ADVOGADO** JAIR ALVES ROCHA - (OAB PA609-A)

**PROCURADORIA** GERAL DE PARAUAPEBAS

**POLO PASSIVO**

**APELADO** RITA DA SILVA ALMEIDA

**ADVOGADO** IGNES MARIA COSTA FERREIRA - (OAB PA19404-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 125

**Processo** 0000813-23.2015.8.14.0006

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** GILBERTO OLIVEIRA DE CASTRO

**ADVOGADO** KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** BANPARÁ

**PROCURADORIA** BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

**APELADO** BANCO BMG SA

**ADVOGADO** FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - (OAB MG109730-A)

**ADVOGADO** FERNANDO MOREIRA DRUMMOND TEIXEIRA - (OAB MG108112-A)

PROCURADORIA BANCO BMG S.A.

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 126

Processo 0802812-07.2017.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

APELANTE ROSEVALDO PAIVA DOS SANTOS

ADVOGADO JOAO PAULO ARAGAO ARAUJO - (OAB PA13985)

APELANTE FLORISVALDO DOS SANTOS

ADVOGADO JOAO PAULO ARAGAO ARAUJO - (OAB PA13985)

**POLO PASSIVO**

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

APELADO ARRAIS SERVICOS MECANICOS EIRELI - ME

ADVOGADO LIVIA BURLE DA MOTA - (OAB PA14973-A)

ADVOGADO GLEUCE DE SOUZA LINO - (OAB PA10194-A)

APELADO ANTONIO ADEMAR MONTEIRO DUARTE

ADVOGADO THAYANA PEREIRA FURTADO DE AQUINO - (OAB PA20753-A)

REPRESENTANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** JORGE DE MENDONCA ROCHA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 127

**Processo** 0011595-09.2017.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Medidas de proteção

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** B. V. M .C

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** I. C. M.

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**Ordem** 128

**Processo** 0856954-12.2018.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Indenização por Dano Moral

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ



**APELANTE** ADRIA MARCIA MARGALHO BARBOSA

**ADVOGADO** MARIO RENAN CABRAL PRADO SA - (OAB PA20818-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ADRIA MARCIA MARGALHO BARBOSA

**ADVOGADO** MARIO RENAN CABRAL PRADO SA - (OAB PA20818-A)

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 129

**Processo** 0800085-97.2022.8.14.0039

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Roubo (art. 157)

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** R. D. M. M.

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 130**

**Processo 0801312-83.2020.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Servidor Público Civil**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ADNILSON BAIA GUIOMARINO

**ADVOGADO** FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA - (OAB PA5041-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 131**

**Processo 0839129-21.2019.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Plano de Classificação de Cargos**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**POLO PASSIVO**

**APELADO SARA SANTANA DE ANDRADE**

**ADVOGADO MARCO APOLO SANTANA LEO - (OAB PA9873-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 132**

**Processo 0051431-33.2010.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Concessão**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MARIA LUCIA FIGUEIREDO DAS CHAGAS**

**ADVOGADO JADER BENEDITO DA PAIXAO RIBEIRO - (OAB PA11216-A)**

**ADVOGADO KLEYFFSON DA SILVA SALDANHA VASCONCELOS - (OAB PA20454-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MARIA HELENA MARTINS DE MEDEIROS**

**ADVOGADO KLEYFFSON DA SILVA SALDANHA VASCONCELOS - (OAB PA20454-A)**

**ADVOGADO CARLOS HENRIQUE VASCONCELOS SILVA LIMA - (OAB PA22444-A)**

**ADVOGADO MOISES PINTO MOURA - (OAB PA28215-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 133**

**Processo 0052738-51.2012.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Diárias e Outras Indenizações**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ELIAS LIMA LUCAS

**ADVOGADO** MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 134**

**Processo 0000765-86.2017.8.14.0073**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Sucumbência**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO COMINA EMPRESA DE MINERACAO EIRELI - ME**

**ADVOGADO IRISMAR NOBRE MENDONCA - (OAB PA11531-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 135**

**Processo 0000885-30.2006.8.14.0069**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Competência Tributária**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO KARLA TOZETTI MANFRINATO - ME**

**ADVOGADO JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA11597-S)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 136**

**Processo 0086763-56.2013.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** FERNANDO ALIPIO ROLLO NETO

**ADVOGADO** AMANDA LIMA FIGUEIREDO - (OAB PA11751-A)

**ADVOGADO** DANUSA SILVA LADEIRA - (OAB PA16018-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 137**

**Processo 0046203-97.2015.8.14.0076**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE ACARA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MARIA DE NAZARE FERREIRA SILVA**

**ADVOGADO SIDENEU OLIVEIRA DA CONCEICAO FILHO - (OAB PA8141-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 138**

**Processo 0030333-84.2013.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Contratos Bancários**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE BANPARÁ**

**ADVOGADO ERON CAMPOS SILVA - (OAB PA11362)**

**PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ROBERTA LIMA DA SILVA**

**ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)**

**Ordem 139**

**Processo 0004008-49.2018.8.14.0058**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL**

**APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 140**

**Processo 0804453-21.2019.8.14.0051**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO DANIELA GATO DA SILVA**

**ADVOGADO ALANNA PAULA CUNHA DA FONSECA - (OAB PA24579-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**



**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 141**

**Processo 0010111-73.2014.8.14.0006**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Indenização por Dano Moral**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE ANANINDEUA**

**PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO JESIEL CORREA DO NASCIMENTO**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DO PERPETUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 142**

**Processo 0856885-09.2020.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Anulação**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MARCUS VINICIUS LOPES CIRQUEIRA**

**ADVOGADO MARCUS VINICIUS LOPES CIRQUEIRA - (OAB TO7502-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPE**

**APELADO GERALDO NEVES LEITE**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 143**

**Processo 0009166-93.2013.8.14.0015**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Nomeação**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE SHEILA MONTEIRO LADISLAU DA SILVA**

**ADVOGADO KARINA DE NAZARE VALENTE BARBOSA - (OAB PA13740-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE CASTANHAL**

**ADVOGADO GIULIA DE SOUZA OLIVEIRA - (OAB PA24696-A)**

**PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 144**

**Processo 0828909-32.2017.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** LUIZ CARLOS SILVA DE CAMPOS JUNIOR

**ADVOGADO** JADER BENEDITO DA PAIXAO RIBEIRO - (OAB PA11216-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 145

**Processo** 0000138-68.2012.8.14.0005

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Transporte Terrestre**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 146

**Processo** 0000225-13.2008.8.14.0054

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Violação aos Princípios Administrativos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** VALCINEI FERREIRA GOMES

**ADVOGADO** FRANCISCO VILARINS PINTO - (OAB PA16010-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 147

**Processo** 0001490-60.2010.8.14.0028

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Indenização por Dano Material

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE NOVA IPIXUNA

**ADVOGADO EZEQUIAS MENDES MACIEL - (OAB PA567-A)**

**APELANTE VITOR SOUZA DA SILVA**

**ADVOGADO JOSE DE FREITAS LIMA - (OAB PA2819-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE NOVA IPIXUNA**

**ADVOGADO EZEQUIAS MENDES MACIEL - (OAB PA567-A)**

**APELADO VITOR SOUZA DA SILVA**

**ADVOGADO JOSE DE FREITAS LIMA - (OAB PA2819-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 148**

**Processo 0000809-81.2000.8.14.0015**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Competência Tributária**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO T J LAMEIRA & CIA LTDA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 149**

**Processo 0016827-41.2013.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Assistência à Saúde**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE A. D. S. L. N.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE M. N.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE S. I. L. N.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO A. D. S. L. N.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO M. N.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO S. I. L. N.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 150**

**Processo 0800049-70.2020.8.14.0089**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Perdas e Danos**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE JOVANILTON FERREIRA DE LIMA**

**ADVOGADO ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)**

**ADVOGADO ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)**

**ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO**

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**APELADO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELGAÇO**

**REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO**

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 151**

**Processo 0800454-98.2019.8.14.0006**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Indenização por Dano Moral**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE JOSE MACHADO GONCALVES**

**ADVOGADO FRANCISCO RODRIGUES FARIAS DA CRUZ - (OAB PA27732-A)**

**ADVOGADO GLEIDSON DOS SANTOS RODRIGUES - (OAB PA22635-A)**

**ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)**

**ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO JOSE MACHADO GONCALVES**

**ADVOGADO FRANCISCO RODRIGUES FARIAS DA CRUZ - (OAB PA27732-A)**

**ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)**

**ADVOGADO GLEIDSON DOS SANTOS RODRIGUES - (OAB PA22635-A)**

**ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO**

**OUTROS INTERESSADOS**



**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 152

**Processo** 0800056-62.2020.8.14.0089

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Perdas e Danos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANDREY CHARLES PEREIRA DA SILVA

**ADVOGADO** ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

**ADVOGADO** ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)

**ADVOGADO** JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE MELGAÇO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**APELADO** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELGAÇO

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 153

**Processo** 0800075-68.2020.8.14.0089

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Perdas e Danos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JOAO OLIVEIRA DA SILVA

**ADVOGADO** ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)

**ADVOGADO** JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE MELGAÇO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**APELADO** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELGAÇO

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE MELGACO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**Ordem** 154

**Processo** 0800151-92.2020.8.14.0089

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Perdas e Danos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANILSON DA SILVA RIBEIRO

**ADVOGADO** ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

**ADVOGADO** JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE MELGAÇO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE MELGACO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 155**

**Processo 0800157-02.2020.8.14.0089**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Perdas e Danos**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JOSE MARIA OLIVEIRA GOMES

**ADVOGADO** ELSON TENORIO BRAGA - (OAB PA28496-A)

**ADVOGADO** JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE MELGAÇO

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 156**

**Processo 0800073-98.2020.8.14.0089**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Perdas e Danos**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JOSE EVERALDO FREITAS DA SILVA

**ADVOGADO** ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)

**ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO**

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO**

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 157**

**Processo 0800062-69.2020.8.14.0089**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Perdas e Danos**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ROSIVALDO FERREIRA RODRIGUES**

**ADVOGADO ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)**

**ADVOGADO JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICÍPIO DE MELGAÇO**

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**APELADO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELGAÇO**

**REPRESENTANTE MUNICIPIO DE MELGACO**

**PROCURADORIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 158

**Processo** 0800068-76.2020.8.14.0089

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Perdas e Danos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANANIAS BEZERRA DE LIMA

**ADVOGADO** ALEX DA SILVA BRANDÃO - (OAB PA13741-A)

**ADVOGADO** JOSE MARIA DE OLIVEIRA FILHO - (OAB PA24284-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE MELGAÇO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**APELADO** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICIPIO DE MELGAÇO

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE MELGACO

**PROCURADORIA** MUNICIPAL DE MELGAÇO

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 159

**Processo** 0844533-53.2019.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Indenização por Dano Moral

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** TELMA REGINA MORAES BRANDAO

**ADVOGADO** HELOISE HELENE MONTEIRO BARROS - (OAB PA27494-A)

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**ADVOGADO** DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO

**POLO PASSIVO**

**APELADO** SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** TELMA REGINA MORAES BRANDAO

**ADVOGADO** HELOISE HELENE MONTEIRO BARROS - (OAB PA27494-A)

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**ADVOGADO** DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 160

**Processo** 0863164-79.2018.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Serviços

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JOSINEIDE SOUSA BENJAMIN

**ADVOGADO** TASSIO ROBERTO MOREIRA RIBEIRO - (OAB PA28243-A)

**ADVOGADO** JHONNY SPINDOLA DE SOUZA LIMA - (OAB PA26895-A)

**ADVOGADO** FELIPE DAVID SIROTHEAU - (OAB AP1515-A)

**ADVOGADO** FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)

**APELANTE** WALMIR DIAS PEREIRA

**ADVOGADO** TASSIO ROBERTO MOREIRA RIBEIRO - (OAB PA28243-A)

**ADVOGADO** JHONNY SPINDOLA DE SOUZA LIMA - (OAB PA26895-A)

**ADVOGADO** FELIPE DAVID SIROTHEAU - (OAB AP1515-A)

**ADVOGADO** FABRICIO BACELAR MARINHO - (OAB PA7617-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 161

**Processo** 0809583-64.2018.8.14.0006

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Indenização por Dano Moral

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANA ROSE LIMA GARCIA

**ADVOGADO** HELOISE HELENE MONTEIRO BARROS - (OAB PA27494-A)

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**ADVOGADO** ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA22273-A)

**ADVOGADO** DIORGEIO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

**ADVOGADO** GLEIDSON DOS SANTOS RODRIGUES - (OAB PA22635-A)

**ADVOGADO** FRANCISCO RODRIGUES FARIAS DA CRUZ - (OAB PA27732-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**Ordem** 162

**Processo** 0808474-32.2020.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Atos Administrativos

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** KATHELLEN MARRONE MONTEIRO DE OLIVEIRA

**ADVOGADO** TANIA LAURA DA SILVA MACIEL - (OAB PA7613-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ



**PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 163**

**Processo 0800177-92.2019.8.14.0035**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Assistência Social**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE OBIDOS**

**ADVOGADO FERNANDO AMARAL SARRAZIN JUNIOR - (OAB PA15082-A)**

**PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ANA PAULA BARROS REGO**

**ADVOGADO RONALDO VINENTE SERRAO - (OAB PA13824-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 164**

**Processo 0011526-26.2016.8.14.0005**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Sistema Remuneratório e Benefícios**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE ALTAMIRA**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ELIENE MONTEIRO ROCHA**

**ADVOGADO HELEN CRISTINA AGUIAR DA SILVA - (OAB PA11192-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 165**

**Processo 0828283-42.2019.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Irredutibilidade de Vencimentos**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE LUIZ RAIMUNDO CARDIAS MIRANDA**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM  
- IPMB**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**APELANTE IPAMB - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO  
PARÁ,**

**APELANTE MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**APELADO** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPMB

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

**APELADO** IPAMB - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ,

**APELADO** LUIZ RAIMUNDO CARDIAS MIRANDA

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 166

**Processo** 0001404-32.2013.8.14.0110

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Concurso Público / Edital

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** RONALDO MONTE PINHEIRO

**ADVOGADO** MAYARA RODRIGUES NEGRAO - (OAB PA17095-A)

**APELANTE** ADRIANA VITAL CARDOSO

**ADVOGADO** MAYARA RODRIGUES NEGRAO - (OAB PA17095-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA

**ADVOGADO** JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO - (OAB PA14045-A)

**PROCURADORIA** PROGEM

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 167**

**Processo 0800959-82.2016.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

**APELANTE** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DEIZE DE JESUS RODRIGUES RIBEIRO

**ADVOGADO** CLAUDIONOR CARDOSO DA SILVA - (OAB PA6207-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 168**

**Processo 0005251-87.2016.8.14.0061**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Concurso Público / Edital**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ADRIANE FERREIRA SOARES DA FONSECA

**ADVOGADO** PEDRO PAULO AMORIM BARATA JUNIOR - (OAB PA988-A)

**ADVOGADO BRENO MOURA CUNHA - (OAB 20960-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE TUCURUI**

**PROCURADORIA DO MUNICIPIO DE TUCURUI**

**APELADO MUNICIPIO DE TUCURUI PA**

**ADVOGADO ANA SUENY LEITE SILVA - (OAB PA16187-A)**

**ADVOGADO THIAGO DE SOUSA COSTA - (OAB PA21161-A)**

**Ordem 169**

**Processo 0007477-36.2016.8.14.0006**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito**

**Relator(a) Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ANTHONY MARK PAIVA DA SILVA**

**ADVOGADO KAROLINY VITELLI SILVA - (OAB PA18100-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO PRO SAUDE - ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR**

**ADVOGADO LUCIANA DA MODA BOTELHO - (OAB PA15955-A)**

**ADVOGADO TASSO LUIZ PEREIRA DA SILVA - (OAB SP178403-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 170**

**Processo 0806845-69.2019.8.14.0006**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Concurso Público / Edital**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL ANANINDEUA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE ANANINDEUA/PA

**PROCURADORIA** MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE ANANINDEUA

**PROCURADORIA** MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 171

Processo 0001329-25.2012.8.14.0046

**Classe Judicial** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal Adicional de Interiorização**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RONDON DO PARÁ - PA

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** WALLYSON DIAS DA SILVA

**ADVOGADO** KATIA RIBEIRO ALMEIDA BACELLAR - (OAB PA013448-A)

Ordem 172

Processo 0002909-67.2013.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

SENTENCIANTE JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DA FAZENDA DE BELEM

EMBARGANTE/APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

EMBARGADO/APELADO FELIX PINTO DA COSTA

ADVOGADO GUSTAVO PERES RIBEIRO - (OAB PA16606-B)

**OUTROS INTERESSADOS**

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 173

Processo 0833414-95.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Servidor Público Civil

Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

APELANTE JOSE MARIA DE ARAUJO GONCALVES

ADVOGADO THALES KEMIL PINHEIRO VICENTE - (OAB PA20148-A)

ADVOGADO FABIO ROGERIO MOURA - (OAB PA14220-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO RAIMUNDO PANTOJA GONZAGA**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 174**

**Processo 0002269-30.2014.8.14.0107**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE MUNICIPIO DE DOM ELISEU**

**PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL DE DOM ELISEU/PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO SAMUEL ALVES DE ARAUJO**

**ADVOGADO THIAGO AGUIAR SOUZA CUNHA - (OAB PA25050-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 175**

**Processo 0043775-25.2010.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**



**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** IASEP - INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA  
**PROCURADORIA** INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ANA LUCIA SANTIAGO DA SILVA

**ADVOGADO** CARLA DE ARAUJO LIMA - (OAB PA15630-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 176

**Processo** 0074899-21.2013.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal** Promoção / Ascensão

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** CARMEN RAQUEL MATOS MONTEIRO

**ADVOGADO** JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 177**

**Processo 0026643-28.2005.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Pagamento Atrasado / Correção Monetária**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO GUEDES GOMES COSTA**

**APELADO DELIA FERREIRA E FERREIRA**

**APELADO ROSANGELA MARIA SOARES CORREA**

**APELADO ELICLEI ALVES DE SOUSA**

**APELADO DAGOBERTO GOMES COELHO DA SILVA**

**APELADO ANTONIA OLIVEIRA DOS SANTOS**

**APELADO ELIZETE DA COSTA SILVA**

**APELADO CLODOALDO ALFAIA FONSECA**

**APELADO JUVENAL DOS SANTOS**

**APELADO LUCIA BETANIA BEZERRA SILVA**

**ADVOGADO REGIANE PATRICIA BAYMA VIZEU - (OAB PA6729-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 178**

**Processo 0000927-38.2010.8.14.0005**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Compulsória**

**Relator(a)** Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** IGEPREV INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO PARA

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** JACIRA RODRIGUES QUEIROZ

**DEFENSORIA PUBLICA** DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 179

**Processo** 0800153-51.2019.8.14.0201

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Acidente de Trânsito**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** DULCIRENE DOS PASSOS DE JESUS

**ADVOGADO** JULIANA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SA - (OAB PA26477-A)

**ADVOGADO** FERNANDA MARIA RIBEIRO SOARES - (OAB PA27025-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** P M B - AGÊNCIA DISTRITAL DE ICOARACI

**APELADO** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

**APELADO** MUNICIPIO DE BELEM

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**Ordem 180**

**Processo 0000005-14.2014.8.14.0051**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ROBERT JUNIO PONTES

**ADVOGADO** FELISMINO DE SOUSA CASTRO - (OAB PA10237-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 181**

**Processo 0800150-22.2020.8.14.0085**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE INHANGAPI

**ADVOGADO** GEORGETE ABDU YAZBEK - (OAB PA4858-A)

**PROCURADORIA** DE INHANGAPI/PA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MARCIA ELAINY ABREU DA TRINDADE

**ADVOGADO** WALLACE COSTA CAVALCANTE - (OAB PA9734-A)

Ordem 182

**Processo** 0865021-29.2019.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** HOSPITAL OPHIR LOYOLA

**ADVOGADO** TIAGO RAMOS AZEVEDO - (OAB PA12537-A)

**PROCURADORIA** JURÍDICA DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** EXATA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

**ADVOGADO** GABRIEL MACIEL FONTES - (OAB PE29921-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 183

**Processo** 0005153-97.2018.8.14.0040

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Limitação de Juros

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** EDUARDO REIS DA SILVA

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 184**

**Processo 0003102-60.2012.8.14.0061**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE CHRISTIANE SANTOS FIGUEIREDO**

**ADVOGADO VICTOR RENATO SILVA DE SOUZA - (OAB PA15015-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE TUCURUI**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 185**

**Processo 0806510-81.2019.8.14.0028**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Medidas de proteção**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** A. P. D. S.

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem** 186

**Processo** 0002375-48.2013.8.14.0035

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Gratificação Natalina/13º salário**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE OBIDOS

**PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** CLENILDO DOS SANTOS FERREIRA

**ADVOGADO** MARIA AUGUSTA COHEN DE SOUSA - (OAB PA9427-A)

**Ordem** 187

**Processo** 0040202-96.2015.8.14.0076

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE ACARA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

**REPRESENTANTE** PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** CILENE MARIA CORREA

**ADVOGADO** LUANA MIRANDA HAGE - (OAB PA014143-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 188

**Processo** 0802478-95.2018.8.14.0051

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** EMPREENDIMENTOS TURISTICOS DE SANTAREM LTDA - EPP

**ADVOGADO** ADRIANE MARIA DE SOUSA LIMA - (OAB PA18270-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE SANTAREM

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE SANTAREM



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

**Ordem 189**

**Processo 0000582-77.2018.8.14.0042**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE PONTA DE PEDRAS

**PROCURADORIA** MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DIVA BOULHOSA RIBEIRO

**ADVOGADO** ANGELO ODILSON DE MORAIS JUNIOR - (OAB PA10076-A)

**APELADO** PEDRO PAULO BOULHOSA TAVARES

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 190**

**Processo 0801629-03.2017.8.14.0070**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Gratificação Natalina/13º salário**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE ABAETETUBA

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

**APELANTE** PEDRO MARTINS DA COSTA

**ADVOGADO** LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

**ADVOGADO** MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** PEDRO MARTINS DA COSTA

**ADVOGADO** MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

**ADVOGADO** LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

**APELADO** MUNICIPIO DE ABAETETUBA

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 191

Processo 0800936-16.2019.8.14.0501

Classe Judicial **APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal** Reintegração ou Readmissão

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MANOEL ALVES DA SILVA

**ADVOGADO** LEONY RIBEIRO DA SILVA - (OAB PA20740-A)

**ADVOGADO** MARIO MORAES CHERMONT - (OAB PA1186-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 192

**Processo** 0801828-47.2019.8.14.0040

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Liminar

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** J. S. C.

**DEFENSORIA PUBLICA** DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA GERAL** DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA GERAL** DE PARAUAPEBAS

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 193

**Processo** 0800612-88.2021.8.14.0005

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Pobreza

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** V. E. C. D. S.

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO MUNICIPIO DE ALTAMIRA**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA**

**APELADO SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ALTAMIRA**

**APELADO SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem** 194

**Processo** 0802749-76.2018.8.14.0028

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MARIA DE NAZARE RIBEIRO DE ALENCAR

**ADVOGADO** NEIVA ALMEIDA DE MIRANDA - (OAB TO6229-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICIPIO DE MARABA**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ**

**Ordem 195**

**Processo 0818373-59.2017.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MILTON DA SILVA PINTO

**ADVOGADO** BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

**ADVOGADO** ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA22273-A)

**ADVOGADO** DIORGEIO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

**ADVOGADO** DAIANA RAQUEL DORIA DE SOUZA - (OAB PA24374-A)

**ADVOGADO** GLEIDSON DOS SANTOS RODRIGUES - (OAB PA22635-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICÍPIO DE BELÉM

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 196**

**Processo 0800738-45.2018.8.14.0070**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Regime Estatutário**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE ABAETETUBA

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** JOAO BOSCO CARVALHO RODRIGUES

**ADVOGADO** MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

**ADVOGADO** LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 197

**Processo** 0006594-04.2012.8.14.0015

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Acumulação de Cargos

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE CASTANHAL

**ADVOGADO** MARCELO PEREIRA DA SILVA - (OAB PA9739-A)

**ADVOGADO** ALYNE AZEVEDO MARCHIORI - (OAB PA21478-A)

**ADVOGADO** GIULIA DE SOUZA OLIVEIRA - (OAB PA24696-A)

**PROCURADORIA** PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

**POLO PASSIVO**

**APELADO** STHEPHANE LORRANY DE SOUZA E SOUZA

**ADVOGADO** FRANCY ELLEM CRUZ DA SILVA - (OAB PA17937-A)

**ADVOGADO** THAIS DE CARVALHO FONSECA - (OAB PA15471-A)

**ADVOGADO** CELLIBRI SILVA ASSAD DE ABREU - (OAB PA12718-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 198**

**Processo 0852839-45.2018.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Anulação**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE PARA GERACAO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL**

**APELANTE MUNICIPIO DE BELEM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**POLO PASSIVO**

**APELADO POLO COMERCIO REFRIGERACAO E REPRESENTACAO LTDA - ME**

**ADVOGADO THIEGO JOSE BARBOSA MALHEIROS - (OAB PA24895-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 199**

**Processo 0829967-70.2017.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Assistência à Saúde**

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**REPRESENTANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MUNICÍPIO DE BELÉM**

**APELADO SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BELÉM**

**REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL**

**Ordem 200**

**Processo 0806078-31.2019.8.14.0006**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ILMO. CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS - DRIEF, SR. CRISTOVÃO ALBUQUERQUE**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO WBL NKN DISTRIBUICAO E TRANSPORTES DE BETUMES LTDA - EPP**

**ADVOGADO ARIEL FROES DE COUTO - (OAB PA006829)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 201**

**Processo 0009524-44.2011.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Reintegração**



**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** DARLAN CARLOS SILVA BARROS

**ADVOGADO** LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES - (OAB PA10579-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**REPRESENTANTE** ANA CLAUDIA DOS SANTOS BARROS

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 202

**Processo** 0043575-76.2014.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Reintegração

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANDRE LUIZ NOVAES DE ALMEIDA

**ADVOGADO** DANIEL PANTOJA RAMALHO - (OAB PA13730-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 203**

**Processo 0004733-07.2013.8.14.0028**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Gratificações e Adicionais**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO DEUSDEDITH RODRIGUES DA SILVA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**Ordem 204**

**Processo 0810982-89.2019.8.14.0040**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS**

**PROCURADORIA GERAL DE PARAUPEBAS**

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** PARA MINISTERIO PUBLICO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS

**PROCURADORIA** GERAL DE PARAUAPEBAS

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** FRANCISCO FABIO MORAIS SANTOS

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 205

**Processo** 0009051-44.2000.8.14.0301

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Pagamento

**Relator(a)** Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**REPRESENTANTE** PARA MINISTERIO PUBLICO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** SANSEI COMERCIAL LTDA - ME

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO ARNALDO SHOITHI SEKI**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO CARLOS ALBERTO SEKI**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADO AKIRA SEKI**

**REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 206**

**Processo 0801440-15.2020.8.14.0201**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Infrações administrativas**

**Relator(a) Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE E. M. C. D. L.**

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 207**

**Processo 0000269-66.2011.8.14.0041**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Adicional de Serviço Noturno**

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** JUIZO DE DIREITO COMARCA DE PEIXE BOI

**APELANTE** MUNICIPIO DE PEIXE BOI

**POLO PASSIVO**

**APELADO** FRANCISCO CLAUDIO SANTIAGO DA COSTA

**DEFENSORIA PUBLICA** DO ESTADO DO PARÁ

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 208**

**Processo 0802156-25.2019.8.14.0024**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Classificação e/ou Preterição**

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** MARLOS ROBERTO SANTOS SANCHES

**ADVOGADO** HEVERTON FRANKLIN FERNANDES DA SILVA - (OAB PA25185-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 209

**Processo** 0032567-78.2009.8.14.0301

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Restabelecimento

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**AGRAVADO/APELANTE** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO** IGOR CAMILO DE ALENCAR LOPES

**ADVOGADO** FRANCISCO HELDER FERREIRA DE SOUSA - (OAB PA8677-A)

**Ordem** 210

**Processo** 0800041-71.2022.8.14.0009

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Piso Salarial

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO TATIANA DA SILVA SANTIAGO**

**ADVOGADO RANGEMEM COSTA DA SILVA - (OAB PA8795)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 211**

**Processo 0804481-23.2018.8.14.0051**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Assistência à Saúde**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**AGRAVANTE/APELADO MUNICIPIO DE SANTAREM**

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 212**

**Processo 0800204-25.2020.8.14.0105**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Aposentadoria / Pensão Especial**

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** MESSIAS FREIRES GOMES

**ADVOGADO** WENDEL JOSE DE SOUZA MADEIRO - (OAB PA24031-A)

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 213

**Processo** 0800024-35.2022.8.14.0009

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Piso Salarial

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO** MARIA GORETTI SILVA MESQUITA

**ADVOGADO** RANGEMEM COSTA DA SILVA - (OAB PA8795)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA



**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 214**

**Processo 0800039-04.2022.8.14.0009**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Piso Salarial**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO GLENDA MICHELLY DA SILVA FERREIRA**

**ADVOGADO RANGEMEM COSTA DA SILVA - (OAB PA8795)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 215**

**Processo 0820408-21.2019.8.14.0301**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Piso Salarial**

**Relator(a) Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO**

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**AGRAVADO/APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO** MARIA IRANI RODRIGUES FERREIRA

**ADVOGADO** MARIO DAVID PRADO SA - (OAB PA6286-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 216

**Processo** 0834820-83.2021.8.14.0301

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Piso Salarial

**Relator(a)** Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

**POLO ATIVO**

**AGRAVADO/APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**AGRAVANTE/APELADO** LAURO HENRIQUE SANTANA DA SILVA

**ADVOGADO** CLAUDIO MANOEL GOMES DA SILVA - (OAB PA13722-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 217

**Processo** 0800123-61.2021.8.14.0034

**Classe Judicial** REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

**Assunto Principal** Restabelecimento

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**JUIZO RECORRENTE** IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**RECORRIDO** RAMIRO DA PAIXAO

**ADVOGADO** LARISSA MAUES DE VASCONCELOS NEVES - (OAB PA5680-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** NELSON PEREIRA MEDRADO

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 218

**Processo** 0828415-65.2020.8.14.0301

**Classe Judicial** AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

**Assunto Principal** Concessão

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADO/APELADO** IZAMARY KOSCHEVITZ PEREIRA

**AGRAVADO/APELADO** LILIANE KOSCHEVITZ

**ADVOGADO** JOHNNY WILLIAM FLAUSINO DE SOUZA - (OAB PR66503-A)

**ADVOGADO** JACYR AUGUSTO MUNHOZ LUCIO - (OAB PR40202)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 219**

**Processo 0001909-06.2013.8.14.0051**

**Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA**

**Assunto Principal Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SANTAREM**

**POLO PASSIVO**

**APELADO JARLAN ALMEIDA DA SILVA**

**ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 220**

**Processo 0051261-61.2010.8.14.0301**

**Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**AGRAVANTE/APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA**

**POLO PASSIVO**

**AGRAVADOS/APELADO JOELSON ALVES COIMBRA**

**APELADO MANOEL VASCONCELOS DE SOUSA**

**APELADO JOAO SARMENTO DOS SANTOS**

**APELADO RENATO SERGIO BARBOSA MACHADO**

**APELADO JOAO LUIS SILVA DE SOUZA**

**APELADO CARMEN MACHADO RODRIGUES**

**APELADO JORGE DA SILVA FERREIRA**

**APELADO ELDO LUZ REZENDE**

**APELADO ERIVALDO DE MATOS CAMPOS**

**APELADO MARIA DO SOCORRO DA SILVA COSTA**

**APELADO FELIX JAIME MONTEIRO DA COSTA**

**APELADO ILTON CORREIA LIMA**

**APELADO EUGENIO SANTIAGO VARELA**

**APELADO ADNOR AZEVEDO NASCIMENTO**

**APELADO IVETE BARBOZA SOUTO CAMPOS**

**ADVOGADO KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ - (OAB PA18843-A)**

**ADVOGADO LURLYNE HELENY FERNANDES GONCALVES ROCHA - (OAB PA6021-A)**

**ADVOGADO MARIA DO SOCORRO DIAS BOTELHO - (OAB PA21577-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 221**

**Processo 0800035-92.2020.8.14.0087**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Anulação**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**EMBARGANTE/APELANTE** MUNICIPIO DE LIMOEIRO DO AJURU

**ADVOGADO** AMANDA LIMA FIGUEIREDO - (OAB PA11751-A)

**ADVOGADO** MOISES GOMES DE CARVALHO SOBRINHO - (OAB PA18399-A)

**PROCURADORIA** DA PREFEITURA DE LIMOEIRO DO AJURU

**POLO PASSIVO**

**EMBARGADO/APELADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

*Ordem 222*

**Processo 0800027-55.2021.8.14.0128**

**Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Promoção / Ascensão**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANA LUCIA PANTOJA CANUTO

**ADVOGADO** SANDERSON ANDRE SILVA DE OLIVEIRA - (OAB PA26348-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE TERRA SANTA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE TERRA SANTA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 223

**Processo** 0800348-27.2020.8.14.0128

**Classe Judicial** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Promoção / Ascensão

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ANTONIA FELICIA MACIEL PRESTES

**ADVOGADO** SANDERSON ANDRE SILVA DE OLIVEIRA - (OAB PA26348-A)

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MUNICIPIO DE TERRA SANTA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE TERRA SANTA

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**REPRESENTANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem** 224

**Processo** 0800609-92.2019.8.14.0009

**Classe Judicial** APELAÇÃO CÍVEL

**Assunto Principal** Obrigação de Fazer / Não Fazer

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELADO** MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - PREFEITURA MUNICIPAL

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIO NONATO FALANGOLA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

*Ordem 225*

**Processo 0001987-10.2014.8.14.0004**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Dívida Ativa (Execução Fiscal)**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** J C SERVICO E TRANSPORTE LTDA

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** JORGE DE MENDONCA ROCHA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

*Ordem 226*

**Processo 0015721-20.2017.8.14.0005**



**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Assistência Médico-Hospitalar**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** ESTADO DO PARÁ

**PROCURADORIA** GERAL DO ESTADO DO PARÁ

**APELANTE** MUNICIPIO DE ALTAMIRA

**PROCURADORIA** GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MAGNO ABREU DE OLIVEIRA

**DEFENSORIA** PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

*Ordem 227*

**Processo 0165439-65.2015.8.14.0004**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Indenização Trabalhista**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** MUNICIPIO DE ALMEIRIM

**PROCURADORIA** JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM-PA

**POLO PASSIVO**

**APELADO** LUCIANA RIMOLO LEAL

**ADVOGADO** RONAN AUGUSTO BRAVO LELIS - (OAB SP298953-A)

**ADVOGADO** SILVIA CORREA DE AQUINO - (OAB SP279781-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** JORGE DE MENDONCA ROCHA

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 228**

**Processo 0838136-07.2021.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** BANPARÁ

**ADVOGADO** VITOR CABRAL VIEIRA - (OAB PA16350-A)

**PROCURADORIA** BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** PEDRO SERGIO PESSOA VIEIRA

**ADVOGADO** LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES - (OAB PA10579-A)

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**Ordem 229**

**Processo 0107789-42.2015.8.14.0301**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Subsídios**

**Relator(a)** Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

**POLO ATIVO**

**APELANTE** FASEPA - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

**POLO PASSIVO**

**APELADO** YEDA MARIA LOBATO PEREIRA

**ADVOGADO PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATTOS - (OAB PA2731-A)**

**ADVOGADO CYNTHIA DE NAZARE PORTILHO ROCHA - (OAB PA3630-A)**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 230**

**Processo 0003424-07.2014.8.14.0095**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)**

**Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE OSVALDO BORCEM BRAGA**

**ADVOGADO THIEGO FERREIRA DA SILVA - (OAB PA16908-A)**

**POLO PASSIVO**

**APELADO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

**OUTROS INTERESSADOS**

**AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA**

**PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA**

**Ordem 231**

**Processo 0801034-76.2020.8.14.0012**

**Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL**

**Assunto Principal Medidas de proteção**

**Relator(a) Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO**

**POLO ATIVO**

**APELANTE** M. G. R. D. S.

**DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**POLO PASSIVO**

**APELADO** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**OUTROS INTERESSADOS**

**TERCEIRO INTERESSADO** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR** MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

**PROCURADORIA** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**CEJUSC**

**PRIMEIRO CEJUSC BELÉM**

SESSÃO PRESENCIAL DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA

DATA: 28/10/2022

HORA ATENDIMENTO: 09:00h

3ª VARA

PROCESSO 0871512-81.2021.8.14.0301

AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO, ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS

REQUERENTE: R D S D A

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: A D S D A

DATA: 28/10/2022

HORA ATENDIMENTO: 09:00h

6ª VARA

PROCESSO 0867283-44.2022.8.14.0301

AÇÃO DE GUARDA, ALIMENTOS E CONVIVÊNCIA

REQUERENTE: L M M

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: T S M D S

DATA: 28/10/2022

HORA ATENDIMENTO: 11:00h

4ª VARA

PROCESSO 0856312-97.2022.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: J D S M

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: E J M L

DATA: 28/10/2022

HORA ATENDIMENTO: 11:00h

7ª VARA

PROCESSO 0828796-39.2021.8.14.0301

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA

REQUERENTE: M A B D C

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDA: L D S M D C

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

**SEÇÃO DE DIREITO PENAL**

69ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL (PJE e HC/MS) DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, iniciada no dia 18 de outubro de 2022, às 14h, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Rômulo José Ferreira Nunes, Vania Fortes Bitar, Vânia Lúcia Carvalho da Silveira, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Maria Edwiges de Miranda Lobato, Rosi Maria Gomes de Farias, Eva do Amaral Coelho e Kédima Pacífico Lyra, do Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Altemar da Silva Paes e do Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Ricardo Albuquerque da Silva.

**JULGAMENTOS PAUTADOS**

Ordem: 001

Processo: 0811613-51.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: EDILZA CARDINS RODRIGUES DA SILVA

PACIENTE: MARCELO GUIMARÃES

ADVOGADO: DJANE DO SOCORRO PICANÇO TORRES - (OAB PA34077)

ADVOGADO: DERIVALDO BASTOS DA SILVA - (OAB PA31858)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-AÇU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 002

Processo: 0813572-57.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: T. C. R.

PACIENTE: A. de S. N.

PACIENTE: I. M. M.

PACIENTE: I. R. S.

ADVOGADO: MARLON NOVAES DA SILVA - (OAB PA27852-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 003

Processo: 0812234-48.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: ANDRÉ LUIZ CRAVO BRESSON

ADVOGADO: ELIZEU MENDES FIGUEIRA - (OAB PA7227-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL SANTA IZABEL DO PARÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu parcialmente da impetração do habeas corpus e, nesta parte, denegou a ordem.

Ordem: 004

Processo: 0809815-55.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES**

PACIENTE: MOISÉS BRAGANÇA CORRÊA



ADVOGADO: ANDRÉ FELIPE DOS SANTOS COSTA - (OAB PA30509-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 005

Processo: 0812641-54.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: SÁVIO FABRÍCIO DA SILVA CRUZ

ADVOGADO: HENRIQUE DAMASCENO DOS SANTOS CRUZ - (OAB PA26912-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu parcialmente da impetração do habeas corpus e, nesta parte, concedeu a ordem, para reconhecer o vício de fundamentação do decisum, determinando que o paciente aguarde em liberdade o julgamento da ação penal contra si intentada, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, desde que efetivamente demonstrada a sua concreta necessidade, ou da imposição de medida cautelar diversa da prisão que o juiz de 1º grau entender ser necessária, desde que o faça de forma fundamentada.

Ordem: 006

Processo: 0811591-90.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: RAILANE PEREIRA GUIMARAES

ADVOGADO: DANILO RANIERI MARTINS GOMES - (OAB PA31480-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem, para substituir a custódia preventiva da paciente por prisão domiciliar.

Ordem: 007

Processo: 0811259-26.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: JOSÉ ROBERTO ARAÚJO DIAS FILHO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 008

Processo: 0808709-58.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: JOÃO PAULO GOMES DE SOUSA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SÃO FÉLIX DO XINGU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem, confirmando a liminar anteriormente deferida.

Ordem: 009

Processo: 0813142-08.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: DIOGO SOARES DOS SANTOS

ADVOGADO: DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA - (OAB PA8020-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 010

Processo: 0813418-39.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**

PACIENTE: JOSÉ AUGUSTO PANTOJA DA SILVA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 011

Processo: 0811005-53.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: ROBSON DE SOUSA LEITE

ADVOGADO: ANTÔNIO RENATO COSTA FONTELLE - (OAB PA23898-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 012

Processo: 0809793-94.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: MÁRCIO RIBEIRO NASCIMENTO

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 013

Processo: 0812459-68.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: JOSEANE RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: PABLO RODRIGUES DA SILVA SOUSA - (OAB GO59821)

ADVOGADO: GILBSON ENDE DOS SANTOS SANTIS - (OAB PA27433-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 014

Processo: 0812776-66.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: LUCIANO FACCO

PACIENTE: JEFERSON ACÁCIO DA SILVA

PACIENTE: WAGNER SOARES SILVA

ADVOGADO: ANTÔNIO CARLOS ALVES SANTOS - (OAB MT28219/O)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu da impetração do habeas corpus.

Ordem: 015

Processo: 0811211-67.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: JOSÉ DA CONCEIÇÃO ASSUNÇÃO LOPES

ADVOGADO: MARCELO ADRIANO DE ALBUQUERQUE OLIVEIRA - (OAB PA29619-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 016

Processo: 0811797-07.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: R. D. N.

ADVOGADO: HUGO SALES FURTADO - (OAB PA18151-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE BREVES

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 017

Processo: 0811764-17.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: S. L. de C.

ADVOGADO: JOFRAN SILVA LUCAS - (OAB MA9365)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE SALINÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 018

Processo: 0810194-93.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

PACIENTE: DILTON RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO: SIRLEISON JOSE DE SOUSA - (OAB DF62921-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 019

Processo: 0811329-43.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: CHARLES WEBBER FERREIRA NASCIMENTO

ADVOGADO: ELIANE VIEIRA DOS SANTOS - (OAB PA32263)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 020

Processo: 0812440-62.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: RICARDO RIBAMAR RIBEIRO NETO

ADVOGADO: HILARIO CARVALHO MONTEIRO JÚNIOR - (OAB PA4684-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-AÇU

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu parcialmente da impetração do habeas corpus e, nesta parte, denegou a ordem.

Ordem: 021

Processo: 0812780-06.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR**

PACIENTE: JOÃO HIPÓLITO LOBATO DE MIRANDA FILHO

ADVOGADO: KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES - (OAB PA26494-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-MIRI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 022

Processo: 0813002-71.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

PACIENTE: EDINELSON JOSÉ NASCIMENTO DOS SANTOS

ADVOGADO: HENRIQUE DAMASCENO DOS SANTOS CRUZ - (OAB PA26912-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 023

Processo: 0812508-12.2022.8.14.0000



Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

PACIENTE: PAULO WILLIAM DA COSTA CHAVES

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 024

Processo: 0813642-74.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

PACIENTE: RAIMUNDO NONATO DA LUZ E SILVA

ADVOGADO: JEFFESON PONTE BARROSO - (OAB PA31509-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 025

Processo: 0812764-52.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

PACIENTE: ALEKSANDRO DE LIMA PESSOA

ADVOGADO: LÍVIA VIDAL CABRAL - (OAB PA26945-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem, para que a custódia preventiva do paciente seja substituída por medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a critério do juízo a quo.

Ordem: 026

Processo: 0811698-37.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: LUCIANO LIMA SILVA

ADVOGADO: MATEUS MOURA DE SOUSA - (OAB 29756-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE JACUNDÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu da impetração do habeas corpus.

Ordem: 027

Processo: 0812146-10.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: OLIVAL SANTOS FREITAS

ADVOGADO: WILBYSON HAROLDO FERREIRA BATISTA - (OAB AP3622-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DISTRITAL DE MONTE DOURADO

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu da impetração do habeas corpus.

Ordem: 028

Processo: 0810344-74.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: A. R. C. de O.

ADVOGADO: AROLDO JEFFERSON BEZERRA CARDOSO - (OAB AP3370)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem, recomendando ao juízo de 1º grau que imprima mais celeridade ao feito.

Ordem: 029

Processo: 0811667-17.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: JANDREANES GOMES DA SILVA

ADVOGADO: JEFFESON PONTE BARROSO - (OAB PA31509-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 030

Processo: 0812012-80.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: ANTÔNIO MARCELO PEREIRA ANDRADE

ADVOGADO: MAURÍCIO LOPES DE PAULA - (OAB MG102119)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal concedeu a ordem, para determinar o trancamento da ação penal em relação ao paciente, ante a manifesta inépcia da inicial, sem prejuízo de que outra ação penal seja oferecida com observância ao que dispõem o art. 41 e o art. 395 do Código de Processo Penal.

Ordem: 031

Processo: 0811601-37.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargador **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

PACIENTE: WAGNER DEALMIRO PORTO

ADVOGADO: KATIUSSYA CAROLINE PEREIRA SILVA - (OAB PA16829-A)

AUTORIDADE COATORA: VARA CRIMINAL DE JACUNDÁ

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu da impetração do habeas corpus.

Ordem: 032

Processo: 0812004-06.2022.8.14.0000

Classe Judicial: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

AGRAVANTE: CARLOS PANTOJA DA SILVA

ADVOGADO: ALLYSSON GEORGE ALVES DE CASTRO - (OAB PA16066-B)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

AGRAVADO(A): JUSTIÇA PÚBLICA (r. decisão monocrática que não conheceu da impetração do habeas corpus - ID 11116989)

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu, porém, negou provimento ao agravo regimental interposto.

Ordem: 033

Processo: 0813269-43.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ANTÔNIO ALEX SOUSA MOTA

ADVOGADO: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA - (OAB AM3735-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal conheceu parcialmente da impetração do habeas corpus e, nesta parte, denegou a ordem.

Ordem: 034

Processo: 0812526-33.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: FÁBIO MARTINS DE SOUZA

ADVOGADO: KATIUSSYA CAROLINE PEREIRA SILVA - (OAB PA16829-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 035

Processo: 0813464-28.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: ANDERSON DA SILVA MORAES

ADVOGADO: ALEXANDRE ANDRÉ BRITO REIS - (OAB PA21174-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PORTEL

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu da impetração do habeas corpus.

Ordem: 036

Processo: 0812032-71.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**

PACIENTE: O. M. P.

ADVOGADO: MÁRCIO ANDREY ALMEIDA DE OLIVEIRA - (OAB PA32205)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 037

Processo: 0810148-07.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: WILLAMY MENDES

ADVOGADO: TÉO AZEVEDO SOUSA - (OAB MA24314)

ADVOGADO: DARA LORENA RODRIGUES CARVALHO - (OAB MA19654)

ADVOGADO: VITOR DE MATTOS - (OAB MA21489)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 038

Processo: 0810254-66.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: CARLOS ALEXANDRE FARIAS RIBEIRO

ADVOGADO: CRISTIANE DO SOCORRO CUNHA DE OLIVEIRA - (OAB PA13558-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal não conheceu da impetração do habeas corpus.

Ordem: 039

Processo: 0810680-78.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: M. J. O. S.

ADVOGADO: EURICO ROMÃO GALM - (OAB SC61725-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 040

Processo: 0812614-71.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: LUAN VYTOR PINHEIRO DA SILVA

ADVOGADO: SUELEN VICENTE DOS SANTOS - (OAB MG199514)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal homologou a desistência requerida.

Ordem: 041

Processo: 0811170-03.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: M. da C. S.

ADVOGADO: IGOR SILVA COSTA - (OAB CE40172)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ



PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 042

Processo: 0808564-02.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: H. F. R. N.

ADVOGADO: HILTON CÉSAR REIS DA SILVA - (OAB PA19684)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 043

Processo: 0810718-90.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: ALANI SUZI MIRANDA DA SILVA

ADVOGADO: ELIEL SERRA CHAGAS - (OAB PA26550-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ÓBIDOS

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**RETIRADO de pauta.**

Ordem: 044

Processo: 0810651-28.2022.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS CRIMINAL

Relator(a): Desembargadora **KÉDIMA PACÍFICO LYRA**

PACIENTE: YURI ALEF DA SILVA

ADVOGADO: AULUS ÁLVARO DA ROCHA FERREIRA - (OAB PA26615-A)

AUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 045

Processo: 0806407-56.2022.8.14.0000

Classe Judicial: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

Relator(a): Juiz Convocado **ALTEMAR DA SILVA PAES**

IMPETRANTE: ÂNGELO SILVA DE MORAIS

ADVOGADO: RENNAN SILVA SOUSA - (OAB PA32429-A)

ADVOGADO: WERLEY VICTOR COSTA SOUSA DE MORAIS - (OAB PA20825-A)

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

FISCAL DA LEI: MINISTÉRIO PÚBLICO - PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**Decisão:** À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a segurança pleiteada.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às 14h00 do dia 20 de outubro de 2022. Eu, (a) Alexandre Augusto da Fonseca Mendes, Secretário da Seção de Direito Penal, em exercício, lavrei a presente ATA, que vai devidamente assinada pela douta Presidência.

Des. **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR**

Presidente da Seção de Direito Penal

**TURMAS DE DIREITO PENAL****UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ**

**34ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL ANO 2022 DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PENAL**, SOB PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RÔMULO NUNES, QUE SERÁ REALIZADA POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL DISPONÍVEL NO SITE OFICIAL DO TJ/PA, **COM INÍCIO ÀS 14 HORAS DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022 E TÉRMINO ÀS 14 HORAS DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2022**, PARA JULGAMENTO DOS SEGUINTE FEITOS PAUTADOS NO SISTEMA PJE:

**PROCESSOS PAUTADOS****1 - PROCESSO: 0805931-18.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: JOSÉ ZITO DA SILVA DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE: RAMON BARBOSA DA CRUZ - (OAB PA21714-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES****2 - PROCESSO: 0004721-30.2014.8.14.0069 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

RECORRENTE: ADONALDO COELHO TEIXEIRA

REPRESENTANTE: PETRONIO GOMES DE SOUSA - (OAB PA30881)

RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES****3 - PROCESSO: 0010856-15.2014.8.14.0051 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

RECORRENTE: FRANCIMARIO VASCONCELOS CUNHA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. CLAUDIO BEZERRA DE MELO

**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES****4 - PROCESSO: 0001905-81.2004.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: WALACE MOUTINHO DINIZ

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES****5 - PROCESSO: 0001738-40.2011.8.14.0012 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: LEVI PEREIRA FARIAS

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES****6 - PROCESSO: 0001408-19.2015.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: NILSON ASSUNCAO DE OLIVEIRA JUNIOR

REPRESENTANTE: ARMANDO AQUINO ARAUJO JUNIOR - (OAB PA14403-A)  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES**

**7 - PROCESSO: 0026731-03.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: SIDNEY DOS SANTOS GONCALVES  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES**

**8 - PROCESSO: 0003864-68.2018.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: WANNA CRISTINA DE OLIVEIRA FRANK  
REPRESENTANTE: ULISSES VIANA DA SILVA DE MATOS MAIA - (OAB PA20351-A)  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES**

**9 - PROCESSO: 0817983-41.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: ROBSON MENDES AIRES  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. RÔMULO NUNES**

**10 - PROCESSO: 0003545-14.2018.8.14.0089 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

RECORRENTE: ADENILSON DA LUZ DOS SANTOS  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
RECORRENTE: LAILSON DA LUZ DOS SANTOS  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA: DESA. VANIA BITAR**

**11 - PROCESSO: 0809223-86.2021.8.14.0051 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

RECORRENTE: ARLESON SOUSA DA CONCEICAO  
REPRESENTANTE: RODRIGO FERNANDES PINHEIRO LOPES - (OAB PA23598)  
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: ARTUR AMARAL DA SILVA  
REPRESENTANTE: IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS - (OAB PA19567-A)  
**RELATORA: DESA. VANIA BITAR**

**12 - PROCESSO: 0003125-42.2011.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JOAO BATISTA BENTO PINTO  
REPRESENTANTES: ISMAEL GAIA PARA - (OAB PA16935-A), HAROLDO WILSON GAIA PARA - (OAB PA8971-A)  
APELANTE: RAIMUNDA LIMA DO NASCIMENTO  
REPRESENTANTES: ISMAEL GAIA PARA - (OAB PA16935-A), HAROLDO WILSON GAIA PARA - (OAB PA8971-A)  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES

**RELATORA: DESA. VANIA BITAR**

**13 - PROCESSO: 0006991-63.2013.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JOAQUIM INGLESSIAS GRANHEN NETO  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. ADELIO MENDES DOS SANTOS  
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES  
**RELATORA: DESA. VANIA BITAR**

**14 - PROCESSO: 0002769-09.2014.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: DANIEL ALMEIDA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELANTE: CLAUDIO DOURADO DIAS  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO  
REVISOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR  
**RELATORA: DESA. VANIA BITAR**

**15 - PROCESSO: 0001443-98.2018.8.14.0095 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: CLEBERTON SILVA DA COSTA FERNANDES  
REPRESENTANTE: CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS - (OAB PA25102-A)  
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL  
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES  
**RELATORA: DESA. VANIA BITAR**

**16 - PROCESSO: 0006516-22.2019.8.14.0061 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO/RECORRENTE: PATRICIA DE FREITAS VIANA  
REPRESENTANTES: THAIS DE SOUZA MOURA - (OAB PA24138-A), KARLA CRISTINA FURTADO MARTINS - (OAB PA23132-A), BEATRIZ FIGUEIREDO LEVY - (OAB PA28795-A)  
RECORRIDO: WILLIAN ESTRELA DA CUNHA  
REPRESENTANTE: ARGELIA COLARES ALMEIDA - (OAB PA25461-A)  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATOR: DES. RONALDO VALLE**

**17 - PROCESSO: 0809852-43.2022.8.14.0401 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

RECORRENTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA  
RECORRIDO: GILDASIO DAS CHAGAS  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATOR: DES. RONALDO VALLE**

**18 - PROCESSO: 0019820-72.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO**

APELANTE: KLEBER ANDERSON MATOS DE ANDRADE  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. HAMILTON NOGUEIRA SALAME  
**RELATOR: DES. RONALDO VALLE**

**19 - PROCESSO: 0000417-89.2005.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
APELADO: ANTONIO MARCOS DIAS DO NASCIMENTO  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. ADELIO MENDES DOS SANTOS  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. RONALDO VALLE**

**20 - PROCESSO: 0006337-66.2013.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELANTE: SANDRA NELI DE FREITAS AZEVEDO

REPRESENTANTES: NELSON PAULO SIMOES NASSER - (OAB PA25487-A), TASSIA PUGA CARDOSO BRABO DE CARVALHO - (OAB 19650)

APELADO: DELMIRO EDINALDO AZEVEDO DE FREITAS

REPRESENTANTE: NELSON PAULO SIMOES NASSER - (OAB PA25487-A), TASSIA PUGA CARDOSO BRABO DE CARVALHO - (OAB 19650)

APELADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELADO: SANDRA NELI DE FREITAS AZEVEDO

REPRESENTANTE: NELSON PAULO SIMOES NASSER - (OAB PA25487-A), TASSIA PUGA CARDOSO BRABO DE CARVALHO - (OAB 19650)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. ADELIO MENDES DOS SANTOS

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RONALDO VALLE****21 - PROCESSO: 0017640-59.2013.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JOSE MARLUCIO PEREIRA DE SOUZA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. CLAUDIO BEZERRA DE MELO

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RONALDO VALLE****22 - PROCESSO: 0009710-04.2016.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

APELADO: MARCELINO PEREIRA DE SOUZA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. ADELIO MENDES DOS SANTOS

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RONALDO VALLE****23 - PROCESSO: 0014702-52.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JOELSON NELSON FERREIRA DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RONALDO VALLE****24 - PROCESSO: 0012809-09.2017.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: RODOLFO MOREIRA LOPES

REPRESENTANTE: JOSE LUIZ DA SILVA FRANCO - (OAB PA8412-A)

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RONALDO VALLE****25 - PROCESSO: 0016450-43.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: GLEICIANE MODESTO NEVES

REPRESENTANTE: JOSE MAURICIO MENASSEH NAHON - (OAB PA4662-A)

APELANTE: LUCIANO FRANCA FERREIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**RELATOR: DES. RONALDO VALLE**

**26 - PROCESSO: 0003332-36.2019.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: RODRIGO SILVA PINTO  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELANTE: ELIEL DE SOUZA SANTOS  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. RONALDO VALLE**

**27 - PROCESSO: 0000012-88.2017.8.14.0701 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO**

APELANTE: OSCAR CORREA RODRIGUES  
REPRESENTANTE: PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS - (OAB PA22540-A)  
APELANTE: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.  
REPRESENTANTES: PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS - (OAB PA22540-A),  
ADRIANA VASCONCELOS ARAUJO MARTINS - (OAB PA19935-A), YARA SILVA DE JESUS CAMPOS -  
(OAB PA17389-A), JOELSON ARAUJO RODRIGUES - (OAB 11474-A)  
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR**

**28 - PROCESSO: 0019106-54.2014.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: DENILSON RODRIGUES DE SA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELANTE: LUIZ FELIPE TAVARES DA SILVA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELANTE: IGOR JUNIOR SARAIVA FURTADO  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELANTE: ERIELSON PESSOA NUNES  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR**

**29 - PROCESSO: 0066510-22.2015.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JOSE ALBERTO DA SILVA ESPINHEIRO FILHO  
REPRESENTANTES: JOSE MARIO RANGEL FORATINI - (OAB PA15284), ANDERSON ALVES DE  
JESUS FREITAS - (OAB PA19061-A)  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR**

**30 - PROCESSO: 0000702-65.2017.8.14.0104 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: RONALDO PEREIRA DA SILVA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
**RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR**

**31 - PROCESSO: 0016527-52.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: DIEYCON DANNER DE SOUZA PEREIRA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JUSTIÇA PUBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL



REVISOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)  
RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR

**32 - PROCESSO: 0803228-17.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**  
AGRAVANTE: JOHNNY MAIA DE SOUZA  
REPRESENTANTE: RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE - (OAB PA3776)  
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
RELATOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**33 - PROCESSO: 0803498-94.2020.8.14.0005 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**  
RECORRENTE: AUGUSTO DO NASCIMENTO DUARTE  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
RELATOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

**34 - PROCESSO: 0000281-54.2020.8.14.0077 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
APELANTE: FRANCISCO SEBASTIAO DA SILVA NETO  
REPRESENTANTE: ADAIAN LIMA DE SOUZA - (OAB PA26059-A)  
APELANTE: RAILSON MARTINS DO NASCIMENTO  
REPRESENTANTES: ALMYR CARLOS DE MORAIS FAVACHO - (OAB PA7777-A), LUIZ DE SOUSA CARNEIRO - (OAB PA6536-A)  
APELANTE: BENIVALDO DOS SANTOS GONCALVES  
REPRESENTANTE: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTO - (OAB PA26644-A)  
APELANTE: ALESSANDRO SOARES RIBEIRO  
REPRESENTANTE: ADAIAN LIMA DE SOUZA - (OAB PA26059-A)  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
REVISOR: DES. RÔMULO NUNES  
RELATOR: DES. ALTEMAR PAES (JUIZ CONVOCADO)

(\*) NOME(S) DO(S) RÉU(S) ESCRITO(S) POR EXTENSO, CONFORME DETERMINAÇÃO DESTA EGRÉGIA TURMA, EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

BELÉM (PA), 21 DE OUTUBRO DE 2022.

#### **ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA 1ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE**

A Coordenadoria do Núcleo de Cumprimento e Sessão de Julgamento da Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Penal faz saber, a quem interessar possa, que será realizada, por meio da ferramenta Plenário Virtual disponível no site oficial do TJ/PA, a **30ª Sessão Ordinária Virtual da 1ª Turma de Direito Penal, com início programado para as 14h do dia 07 de novembro de 2022 e término às 14h do dia 16 de novembro de 2022**, para julgamento dos seguintes feitos pautados no Sistema PJE.

**1 - PROCESSO: 0810177-57.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
APELADA: JANDERSON GIMAQUE NASCIMENTO  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**2 - PROCESSO: 0001006-04.2019.8.14.0069 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** F. A. S.  
**ADVOGADO DATIVO:** GUSTAVO DA SILVA VIEIRA - (OAB/PA 18261-B)  
**APELANTE:** R. A. N.  
**ADVOGADO DATIVO:** WANDERSON BRENO RIBEIRO DA SILVA (OAB/PA 28238)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**3 - PROCESSO: 0800019-63.2021.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** S. A. DE A.  
**ADVOGADO:** IGOR PASTANA MOTA - (OAB/PA 17390-A)  
**ADVOGADO:** VALENIA ALMEIDA RIBEIRO - (OAB/PA 19291-A)  
**ADVOGADO:** CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA - (OAB/PA 11025-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**4 - PROCESSO: 0006794-33.2012.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** J. M. A.  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**5 - PROCESSO: 0814883-20.2021.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** I. DA S. S.  
**ADVOGADO:** MARCIA ROBERTA FONTEL DE OLIVEIRA - (OAB/PA 6474-A)  
**ADVOGADO:** FRANCISCO VAGNER RODRIGUES MONTEIRO - (OAB/PA 21422-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**6 - PROCESSO: 0005435-64.2014.8.14.0012 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** E. V. F.  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**7 - PROCESSO: 0004106-68.2019.8.14.0100 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** F. P. A.  
**ADVOGADO:** LIVIA VIDAL CABRAL - (OAB/PA 26945-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**8 - PROCESSO: 0005022-31.2014.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** R. R. C.

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA

**PROCURADOR:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**9 - PROCESSO: 0809337-63.2021.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**APELADA:** A. N. DOS S.

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR:** MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**10 - PROCESSO: 0001756-03.2019.8.14.0070 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** J. F. DOS S. O.

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADOR:** CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**11 - PROCESSO: 0002786-87.2018.8.14.0109 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** V. M.

**ADVOGADO:** ISAAC DOS SANTOS FARIAS - (OAB/PA 29544)

**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA

**PROCURADOR:** RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**12 - PROCESSO: 0006789-50.2016.8.14.0111 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** F. DAS C. V.

**ADVOGADO:** JOSE WILSON ALVES DE LIMA SILVA - (OAB/PA 26738-A)

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADOR:** CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**13 - PROCESSO: 0000826-93.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** J. K. G. M.

**ADVOGADO:** EWERTON FREITAS TRINDADE - (OAB/PA 9102-A)

**ADVOGADO:** IVANILDA BARBOSA PONTES - (OAB/PA 7228-A)

**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA

**PROCURADOR:** HAMILTON NOGUEIRA SALAME

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**14 - PROCESSO: 0003360-94.2007.8.14.0045 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** M. DE S. Q.

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADOR:** HAMILTON NOGUEIRA SALAME

**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**15 - PROCESSO: 0009265-18.2014.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** P. R. M. DE P.

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**16 - PROCESSO: 0001362-04.2011.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** J. M. L.  
**ADVOGADO:** RICARDO FELIX DA SILVA - (OAB/PA 24194-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**17 - PROCESSO: 0001173-65.2019.8.14.0022 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** H. DE J. GOMES  
**ADVOGADO:** AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO - (OAB/PA 9363-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**18 - PROCESSO: 0001035-33.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** F. S. V.  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**19 - PROCESSO: 0800205-87.2021.8.14.0068 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** J. M. DE O. F.  
**ADVOGADA:** ANA MARIA BARBOSA BICHARA - (OAB/PA 26646-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**20 - PROCESSO: 0011539-65.2017.8.14.0045 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** L. F. R.  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**21 - PROCESSO: 0002303-02.2013.8.14.0087 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** M. C. DA V.  
**ADVOGADO:** REINILDO COELHO OLIVEIRA - (OAB/PA 29827-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**22 - PROCESSO: 0002940-94.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** S. M. DA S.  
**ADVOGADO:** PAULO REINALDO SANTIAGO DO ESPIRITO SANTO - (OAB/PA 28347-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA

**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**23 - PROCESSO: 0811289-56.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** BRUNO JOSE BARBOSA CRUZ  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** SIDNEY MARVYN CRUZ DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**24 - PROCESSO: 0008112-54.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ADRIANO ALVES DA CUNHA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**25 - PROCESSO: 0016649-73.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** OSMAR FLEXA DE JESUS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** CALEBE CORREA RODRIGUES  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**26 - PROCESSO: 0008210-61.2014.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** DENILSON BORGES DOS SANTOS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**27 - PROCESSO: 0801975-07.2021.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** JHONNY MARCOS COUTINHO DA CONCEICAO  
**ADVOGADO:** MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO - (OAB/PA 19745-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**28 - PROCESSO: 0800611-50.2021.8.14.0055 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** DAVI SOUZA DA CONCEIÇÃO  
**ADVOGADO:** FRANCIONE COSTA DE FRANCA - (OAB/PA 9736-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**29 - PROCESSO: 0800552-80.2021.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ROSIVER KLEBER OLIVEIRA GASPAR

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**30 - PROCESSO: 0800362-77.2021.8.14.0030 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MARCOS ANTONIO DA SILVA OLIVEIRA  
**ADVOGADO:** CLAUDIO DA SILVA SANTOS - (OAB/PA 27100-A)  
**APELANTE:** WELLITON OLIVEIRA SOARES  
**ADVOGADO:** CLAUDIO DA SILVA SANTOS - (OAB/PA 27100-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**31 - PROCESSO: 0016993-20.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** GEIVISON VIEIRA GOUVEIA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** ALEX ALMEIDA DE OLIVEIRA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**32 - PROCESSO: 0800049-88.2022.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** FRANCISCO DANILO PEREIRA DOS REIS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**33 - PROCESSO: 0001022-02.2020.8.14.0043 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** REGINALDO GONCALVES DA COSTA  
**ADVOGADA:** CLEICE SARDINHA DE CARVALHO - (OAB/PA 20508-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**34 - PROCESSO: 0004690-70.2017.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** PAULO HENRIQUE MOURA DOS SANTOS  
**ADVOGADO:** GEORGE DE ALENCAR FURTADO - (OAB/PA 21428-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**35 - PROCESSO: 0807432-02.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** FELIPE FERREIRA DE AGUIAR  
**ADVOGADO:** ELIEZER DA CONCEICAO BORGES - (OAB/PA 16102-A)  
**ADVOGADO:** MANOEL DE JESUS SILVA FILHO - (OAB/PA 7448-A)  
**APELANTE:** THAYFSON CARLOS DA SILVA MELO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**36 - PROCESSO: 0801548-72.2021.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: MIKAEL NATAN DE VASCONCELOS COUTINHO**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**APELANTE: CÉLIO COSTA CRUZ**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**  
**PROCURADOR: HAMILTON NOGUEIRA SALAME**  
**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**37 - PROCESSO: 0008515-57.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: RONIÉRE SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA**  
**PROCURADOR: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS**  
**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**38 - PROCESSO: 0800591-93.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: GABRIEL LUAN SANTOS COSTA**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**  
**PROCURADOR: GERALDO DE MENDONCA ROCHA**  
**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**39 - PROCESSO: 0809479-98.2021.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: NEIFE GOMES DA SILVA**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**  
**PROCURADORA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO**  
**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**40 - PROCESSO: 0001101-74.2015.8.14.0004 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: RAFAEL ROCHA VAZ**  
**ADVOGADO: ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR - (OAB/PA 6469-A)**  
**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**  
**PROCURADOR: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA**  
**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**41 - PROCESSO: 0006143-75.2013.8.14.0004 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: MAYKO DA SILVA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO: ANDRE FERREIRA PINHO - (OAB/PA 20416-A)**  
**APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA**  
**PROCURADORA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO**  
**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**42 - PROCESSO: 0005936-58.2014.8.14.0031 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: ORLANDO CARMO DA COSTA**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**  
**APELANTE: ANDERSON SANTOS SILVA**  
**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**43 - PROCESSO: 0026753-61.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** VITOR MENEZES CARDOSO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** WELLTON PEREIRA CARDOSO JUNIOR  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONÇA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**44 - PROCESSO: 0000361-32.2018.8.14.0095 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** LUIS THIAGO BECKMAN LEAO  
**ADVOGADA:** LETICIA CARDOSO VIEIRA - (OAB SC59161)  
**ADVOGADO:** MARLON AMARO CARDOSO - (OAB SC21220)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** HAMILTON NOGUEIRA SALAME  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**45 - PROCESSO: 0016080-38.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** SILVIO JOSE FIGUEIREDO DA SILVA  
**ADVOGADO:** ALIPIO RODRIGUES SERRA - (OAB/PA 8927-A)  
**APELANTE:** SILVIO WILLIAM RODRIGUES DA SILVA  
**ADVOGADO:** ALIPIO RODRIGUES SERRA - (OAB/PA 8927-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONÇA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**46 - PROCESSO: 0006037-47.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADO:** ANEFLAVIO MOURA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**47 - PROCESSO: 0002800-44.2005.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** V. P. DE S.  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** HAMILTON NOGUEIRA SALAME  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**48 - PROCESSO: 0008997-08.2016.8.14.0046 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** ADEILSON CALDEIRA GUIMARAES  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO



**49 - PROCESSO: 0004143-25.2017.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: ALINNE BARRETO COSTA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PUBLICA

PROCURADORA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**50 - PROCESSO: 0004162-44.2017.8.14.0077 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: RAFAEL MOURA DE LIMA

ADVOGADA: RICHELLE SAMANTA PINHEIRO FREITAS - (OAB/PA 24659-A)

APELADA: JUSTIÇA PUBLICA

PROCURADOR: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**51 - PROCESSO: 0011826-90.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JHONATA GARCIA DE ASSIS

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PUBLICA

PROCURADOR: GERALDO DE MENDONCA ROCHA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**52 - PROCESSO: 0801004-04.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: DAVID SANTOS BARATA FERREIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE: PABLO GALVÃO LIMA DIAS

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PUBLICA

PROCURADORA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**53 - PROCESSO: 0018807-72.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: VALMIR BASTOS DA SILVA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**54 - PROCESSO: 0800389-63.2020.8.14.0105 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: MARCELO DOS SANTOS VAZ

ADVOGADO: THIAGO RAMOS DO NASCIMENTO - (OAB/PA 15502-A)

APELADA: JUSTIÇA PUBLICA

PROCURADORA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**55 - PROCESSO: 0800429-82.2021.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: GEOVANE GABRIEL ANDRADE SILVA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PUBLICA

PROCURADORA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**56 - PROCESSO: 0020958-06.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** RAFAEL TRINDADE DOS SANTOS**ADVOGADO:** RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE - (OAB/PA 3776)**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**57 - PROCESSO: 0802052-95.2021.8.14.0013 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** MAX WILLIAM DE OLIVEIRA GOMES**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**58 - PROCESSO: 0022175-21.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** CARLOS MISAEL YAMAGA DO CARMO**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**59 - PROCESSO: 0022968-14.2006.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** LEANDRO ANGELO DA SILVA**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADOR:** MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**60 - PROCESSO: 0004753-86.2013.8.14.0031 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** NATANIEL SILVA FERREIRA**ADVOGADO:** TIAGO MENDES LOPES - (OAB/PA 23465-A)**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**61 - PROCESSO: 0000189-73.2008.8.14.0020 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** CLEBSON ALEXANDRE GARCIA DE LIMA**ADVOGADO:** RAIMUNDO MAURICIO PINTO - (OAB 2222-A)**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**62 - PROCESSO: 0015396-16.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** LUCAS MENDES DA SILVA**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**63 - PROCESSO: 0000265-84.2013.8.14.0097 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** FERNANDO DE SOUZA ALENCAR

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** MARCOS FARIAS OLIVEIRA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**64 - PROCESSO: 0013057-18.2014.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** JOAO GUILHERME VAZ DA SILVA ROCHA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTICA PUBLICA  
**PROCURADORA:** CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**65 - PROCESSO: 0008738-98.2014.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** IZAIAS DE CASTRO RODRIGUES  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**66 - PROCESSO: 0000004-77.2007.8.14.0082 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** COSME JOSE DOS SANTOS RIBEIRO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**67 - PROCESSO: 0000101-11.2003.8.14.0020 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RAIMUNDO BATISTA LOBATO  
**ADVOGADA:** BARBIE CHAVES DA SILVA - (OAB/PA 28553-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**68 - PROCESSO: 0009179-54.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** DEUSDETE DE SOUZA MAGULAS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTICA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**69 - PROCESSO: 0001745-14.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** DEYVISON DE FREITAS PENICHE  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** HAMILTON NOGUEIRA SALAME  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**70 - PROCESSO: 0020970-80.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** BRENO EVANGELISTA OLIVEIRA ARAUJO

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** WALLACE RAMON RAIOL BELMIRO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** ARIEL MARINHO DO ROSARIO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**71 - PROCESSO: 0001430-27.2019.8.14.0043 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ISMAEL DE LIMA BARBOSA  
**ADVOGADO:** MIGUEL MOREIRA VALENTE - (OAB/PA 29150-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**72 - PROCESSO: 0807595-45.2022.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** LEONARDO SANTOS SARAIVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**73 - PROCESSO: 0008705-84.2019.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** DIEGO MATOS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**74 - PROCESSO: 0008612-23.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RIAN PEDRO SERRAO DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**75 - PROCESSO: 0004024-07.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADO:** JOSE PANTOJA GONCALVES  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**76 - PROCESSO: 0020016-71.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** PABLO ALEXSANDRO NUNES SANTOS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** **DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**77 - PROCESSO: 0002126-83.2018.8.14.0080 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: JOEL FURTADO OLIVEIRA

ADVOGADO DATIVO: MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO (OAB/PA 17145)

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**78 - PROCESSO: 0006344-53.2018.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: EMANUELE DA SILVA OLIVEIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE: ALAN CRUZ MODESTO

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE: LUCAS DOS SANTOS CAVALCANTE

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**79 - PROCESSO: 0011438-48.2014.8.14.0040 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: ARINEUTO CONCEICAO DOS SANTOS

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**80 - PROCESSO: 0005528-29.2016.8.14.0021 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: LUIZ CARLOS DA SILVA MAGALHAES

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE: ADRIANO PEREIRA DE LIMA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: GERALDO DE MENDONCA ROCHA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**81 - PROCESSO: 0013794-50.2016.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: CASSIO LUIZ DA SILVA SANTA BRIGIDA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**82 - PROCESSO: 0806019-56.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: MARIA JOSE DA SILVA DE ALMEIDA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA

REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**83 - PROCESSO: 0804712-67.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**

APELANTE: DANIEL DA SILVA DOS ANJOS

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**84 - PROCESSO: 0000315-30.2010.8.14.0093 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** FERNANDA GARCIA CARVALHO  
**ADVOGADA:** ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS - (OAB/PA 26373-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**85 - PROCESSO: 0001051-76.2014.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** CLARA DE NAZARÉ DA SILVA SANTOS  
**ADVOGADO:** CLODOILSON DE ARAUJO PICANCO - (OAB/PA 14182-A)  
**PROCURADORA:** CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**86 - PROCESSO: 0000773-41.2015.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RONILDO NUNES BAIA  
**ADVOGADO:** BRUNO CARDOSO DA SILVA - (OAB/PA 25683)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**87 - PROCESSO: 0000042-69.2018.8.14.0061 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** JEFERSON DE SOUSA CORREIA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**88 - PROCESSO: 0011851-24.2019.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MARCONE NUNES DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**89 - PROCESSO: 0802227-20.2021.8.14.0133 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ANDRE LUIS FERREIRA DA SILVEIRA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** ELIVAL CORDEIRO DE OLIVEIRA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**90 - PROCESSO: 0028842-91.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** LUCIANO SOUSA DA SILVA  
**ADVOGADO:** ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA - (OAB/PA 13998-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA

**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**91 - PROCESSO: 0000082-36.2019.8.14.0087 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** HUGO GONCALVES VIANA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**92 - PROCESSO: 0002701-39.2020.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MICHEL DA SILVA CAVALCANTE  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**93 - PROCESSO: 0010238-29.2010.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MARCELO CONTENTE CORREA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** ANA LUCIA OLIVEIRA DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**94 - PROCESSO: 0800117-64.2019.8.14.0021 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** CAIO CÁSSIO MARQUES DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**95 - PROCESSO: 0800154-31.2022.8.14.0201 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ANDRE JULIO MENEZES MODESTO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**96 - PROCESSO: 0009180-39.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RAFAEL CHENE  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**97 - PROCESSO: 0008424-66.2011.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** JAILTON LUIZ GOMES DE FREITAS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** ROSALINA BOTELHO CARVALHO

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTICA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**98 - PROCESSO: 0018360-79.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ALEX WALLACE CORREA OLIVEIRA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**99 - PROCESSO: 0002183-98.2016.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** CLEUDE ALVES DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**100 - PROCESSO: 0001864-47.2013.8.14.0036 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** JANE LILIAN DE FREITAS DA SILVA  
**ADVOGADA:** KEZIA OLIVEIRA ALVES - (OAB/PA 30224)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**101 - PROCESSO: 0012661-44.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** THIAGO BRAGA CORDEIRO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**102 - PROCESSO: 0013694-21.2018.8.14.0008 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** CLAUDIO DA COSTA CABRAL  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**103 - PROCESSO: 0012200-09.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MOISES SAMUEL VILHENA DE SOUZA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**104 - PROCESSO: 0007162-88.2019.8.14.0010 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** GUILHERME GOMES CAVALCANTE  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA



**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**105 - PROCESSO: 0014392-22.2012.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ANTONIO ROBERTO AMAZONAS OLIVEIRA GOMES  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELANTE:** SILMARA MORAES DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**106 - PROCESSO: 0016679-08.2014.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** DEBORA LUANA DE LIMA BORGES  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**107 - PROCESSO: 0808131-95.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** MAGNO ALVES RODRIGUES  
**ADVOGADA:** WALDIZA VIANA TEIXEIRA - (OAB/PA 019799-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**108 - PROCESSO: 0000186-23.2009.8.14.0105 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RAIMUNDO EDVALDO DA COSTA ALVES  
**ADVOGADO:** FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA - (OAB/PA 5041-A)  
**APELANTE:** ALCIR PAIVA DE MORAES  
**ADVOGADO DATIVO:** WENDEL JOSE DE SOUZA MADEIRO - (OAB/PA 24031-A)  
**APELANTE:** RAIMUNDO CARLOS DA COSTA ALVES  
**ADVOGADO:** FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA - (OAB/PA 5041-A)  
**APELANTE:** ALBINO BRAGA DE SANTANA  
**ADVOGADO:** NIVALDO RIBEIRO MENDONCA FILHO - (OAB/PA 20548-A)  
**APELANTE:** ARCELINO CONCEICAO BATISTA  
**ADVOGADO:** NIVALDO RIBEIRO MENDONCA FILHO - (OAB/PA 20548-A)  
**APELANTE:** KATIA SIMONE MELO PEREIRA  
**ADVOGADO:** MURILO DARWICH CASTRO DE SOUZA - (OAB/PA 017920)  
**APELANTE:** PAULO SERGIO GOMES DIAS  
**ADVOGADO DATIVO:** WENDEL JOSE DE SOUZA MADEIRO - (OAB/PA 24031-A)  
**APELANTE:** SANDOVAL XAVIER DE OLIVEIRA  
**APELANTE:** SINVAL XAVIER DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO:** ELSON SANTOS ARRUDA - (OAB/PA 7587-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**109 - PROCESSO: 0013764-44.2018.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ERICK RODRIGO BAIA DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**110 - PROCESSO: 0001321-64.2015.8.14.0039 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTES:** JONAS DOS SANTOS FURTADO, VALDICELIO REIS DE ARAUJO E ALUISIO MOREIRA FURTADO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**111 - PROCESSO: 0004864-77.2015.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** WASHINGTON LUIS PINHEIRO SOUZA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**112 - PROCESSO: 0018132-12.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RAFAEL BORDALO DA SILVA  
**ADVOGADO:** FABIO FALCAO CHAVES - (OAB/PA 20.146-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**113 - PROCESSO: 0005265-62.2018.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** ROGERIO COSTA PINHEIRO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HAMILTON NOGUEIRA SALAME  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**114 - PROCESSO: 0806908-10.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** RUBINALDO DOS SANTOS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**115 - PROCESSO: 0808187-31.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** BENEDITO VIANA LOBO  
**ADVOGADA:** TATIELE DA SILVA DE SOUSA - (OAB/PA 23531-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**116 - PROCESSO: 0804370-97.2022.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**  
**APELANTE:** SARA JACKELINY PONTES VALE  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**  
**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**117 - PROCESSO: 0001104-91.2015.8.14.0048 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: CASSIO OLIVEIRA DA COSTA**

**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**

**PROCURADORA: CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO**

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**118 - PROCESSO: 0002175-86.2019.8.14.0049 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: RILDO JOSE DA PIEDADE CUNHA**

**ADVOGADO: LUCIDY MONTEIRO - (OAB/PA 20648-A)**

**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**

**PROCURADORA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES**

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**119 - PROCESSO: 0001542-52.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: DANIEL DE CASTRO LIMA**

**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**

**PROCURADORA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES**

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**120 - PROCESSO: 0028535-40.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: THIAGO FREITAS NEGRAO**

**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**

**PROCURADORA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER**

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**121 - PROCESSO: 0003223-60.2018.8.14.0067 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: ELOISA VIANA FERREIRA**

**ADVOGADA: PAULA THAIS DE NAZARE SANTANA OLIVEIRA - (OAB 27378-A)**

**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**

**PROCURADORA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO**

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**122 - PROCESSO: 0002021-94.2016.8.14.0042 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE: EDMILSON DA SILVA AMORIM**

**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**APELADA: JUSTIÇA PUBLICA**

**PROCURADOR: GERALDO DE MENDONCA ROCHA**

**RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA**

**REVISORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**123 - PROCESSO 0810414-91.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

**AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**AGRAVADO: LEANDRO SILVA SOUSA**

**REPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**

**PROCURADORA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO**

**RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**

**124 - PROCESSO 0811753-85.2022.8.14.0000 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**RECORRIDOS:** ISRAEL NUNES DA SILVA E HISLEY MAX PAIVA DA SILVA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR:** MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

**125 - PROCESSO 0006898-45.2019.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** A. E. S. G.  
**ADVOGADO:** KLEBER RAPHAEL COSTA MACHADO - (OAB PA22428-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**126 - PROCESSO 0001296-04.2012.8.14.0024 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** R. E. S.  
**ADVOGADO:** JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSA - (OAB 12993-A)  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** LUIZ CÉSAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**127 - PROCESSO 0011772-56.2020.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** KARINA CHAGAS ALENCAR  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**128 - PROCESSO 0000830-88.2017.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** PAULO DIEGO CALDEIRA DE ALMEIDA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** DULCELINDA LOBATO PANTOJA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**129 - PROCESSO 0802024-24.2021.8.14.0015 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** PABLO RONALD OLIVEIRA FREITAS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADORA:** MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**130 - PROCESSO 0003375-76.2018.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** MARLON BRENO DA SILVA ALMEIDA  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**131 - PROCESSO 0800332-95.2021.8.14.0077 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE/APELADA:** LUCENILDO MAGNO REIS  
**APELANTE/APELADA:** MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**132 - PROCESSO 0811130-21.2022.8.14.0000 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** JONATHA CALDAS DE FREITAS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**133 - PROCESSO 0002787-21.2014.8.14.0042 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** JOIVILE FERREIRA DO ESPIRITO SANTO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** A JUSTIÇA PÚBLICA  
**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO  
**REVISORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**134 - PROCESSO 0005117-89.2020.8.14.0200 - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA  
**RECORRIDO:** ARTHUR SOUZA DE CASTRO  
**ADVOGADO:** GIOVANNI MESQUITA PANTOJA - (OAB 12673-A)  
**ADVOGADO:** NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE - (OAB PA18898-A)  
**PROCURADORA:** MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**135 - PROCESSO 0001101-73.2018.8.14.0035 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE/APELADA:** DIENNE PATRYCIA LOPES BENTES  
**ADVOGADO:** MARJEAN DA SILVA MONTE - (OAB PA15078-A)  
**APELADA/APELANTE:** OSVALDO DE JESUS MACIEL CARNEIRO  
**ADVOGADO:** ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - (OAB PA11125-A)  
**PROCURADOR:** LUIZ CESAR TAVARES BIBAS  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS  
SEM REVISÃO

**136 - PROCESSO 0005143-86.2019.8.14.0050 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** JUSTIÇA PUBLICA  
**APELADA:** JOSE DO CARMO DIAS REIS  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS  
SEM REVISÃO

**137 - PROCESSO 0004803-42.2019.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** WILLIAMS DOS ANJOS PINTO  
**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS  
SEM REVISÃO

**138 - PROCESSO 0800470-41.2022.8.14.0105 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA  
**PROCURADOR:** FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

SEM REVISÃO

**139 - PROCESSO 0000539-04.2016.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** T. R. T. S.

**ADVOGADO:** DANIEL DIAS DAMASCENO - (OAB PA25703-A)

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO:** E. M.

**ADVOGADO:** SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES - (OAB PA21140-A)

**ADVOGADO:** ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA - (OAB PA13998-A)

**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONCA ROCHA

**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA

**140 - PROCESSO 0002928-36.2014.8.14.0011 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** J. C. H. C.

**ADVOGADO:** FERNANDO TOBIAS SANTOS GONCALVES - (OAB PA11482-A)

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADORA:** ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA

**141 - PROCESSO 0018410-42.2019.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** R. N. S. C.

**ADVOGADO:** JANIO SOUZA NASCIMENTO - (OAB PA5157-A)

**ADVOGADO:** SAMARA PORTAL GOMES - (OAB PA27688-A)

**ADVOGADO:** FRANCILENE FAGUNDES COSTA - (OAB PA29108-A)

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADORA:** CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA

**142 - PROCESSO 0007065-13.2013.8.14.0006 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** A JUSTICA PUBLICA

**APELADA:** G. B. F.

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO

**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA

**143 - PROCESSO 0801397-50.2021.8.14.0005 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** ERLESSON FERREIRA DOS SANTOS

**ADVOGADO:** WALDIZA VIANA TEIXEIRA - (OAB PA019799-A)

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**ASSISTENTES DE ACUSAÇÃO:** UENDY DOS SANTOS GOES E JOAO BATISTA RODRIGUES GONÇALVES

**ADVOGADA:** ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA - (OAB PA24908-A)

**PROCURADOR:** CLAUDIO BEZERRA DE MELO

**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA

**144 - PROCESSO 0808953-79.2021.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL**

**APELANTE:** DENILSON DE OLIVEIRA DIAS

**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA

**PROCURADOR:** SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA

**145 - PROCESSO 0019802-85.2017.8.14.0401 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** RONALD CARDOSO VIANA**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA**PROCURADORA:** MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA**146 - PROCESSO 0800923-16.2021.8.14.0123 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** ALESSON HENRIQUE SOUZA DA SILVA**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA**147 - PROCESSO 0004082-56.2020.8.14.0051 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** MARCIO ALAN SOARES SIMPLICIO**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA**PROCURADOR:** HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA**148 - PROCESSO 0801072-63.2021.8.14.0009 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** WILSON TAVARES DA SILVA**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA**PROCURADOR:** GERALDO DE MENDONÇA ROCHA**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA**149 - PROCESSO 0005850-23.2019.8.14.0028 - APELAÇÃO CRIMINAL****APELANTE:** TALISON DE CARVALHO SANTOS**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ**APELADA:** JUSTIÇA PUBLICA**PROCURADORA:** MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO**RELATORA:** DESEMBARGADORA ROSI MARIA GOMES DE FARIAS**REVISORA:** DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA**BELÉM (PA), 21 DE OUTUBRO DE 2022.****ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 35ª SESSÃO ORDINÁRIA DE PLENÁRIO VIRTUAL DA  
3ª TURMA DE DIREITO PENAL - SISTEMA PJE**

A COORDENADORIA DO NÚCLEO DE CUMPRIMENTO E SESSÃO DE JULGAMENTO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL FAZ SABER, A QUEM INTERESSAR POSSA, QUE SERÁ REALIZADA, POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL DISPONÍVEL NO SITE OFICIAL DO TJ/PA, A **35ª SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL, COM INÍCIO PROGRAMADO PARA AS 14H DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022 E TÉRMINO ÀS 14H DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2022**, PARA JULGAMENTO DOS SEGUINTE

## FEITOS PAUTADOS NO SISTEMA PJE:

**1 - PROCESSO: 0813209-07.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: THIAGO DA PAZ

REPRESENTANTE: SHEILA COSTA SANTOS (OAB/PA 26484-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****2 - PROCESSO: 0813508-81.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: MARCELO TENORIO

REPRESENTANTE: ANTENOR RODRIGUES LAVOR FILHO (OAB/PA 2274-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****3 - PROCESSO: 0813516-58.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: MARCELO FERREIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****4 - PROCESSO: 0813537-34.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: LUIZ CARLOS SANTOS SILVA

REPRESENTANTE: RAIMUNDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB/PA 3776)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****5 - PROCESSO: 0813597-07.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: RAIMUNDO FERNANDO GOMES NUNES

REPRESENTANTE: CLAUDIO ARAUJO FURTADO (OAB/PA 2658-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****6 - PROCESSO: 0813598-89.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: JOSE MARCELO PEREIRA FERNANDES

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****7 - PROCESSO: 0813600-59.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: JONATAS SILVA DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE: RAMON BARBOSA DA CRUZ (OAB/PA 21714-A)

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES



**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**8 - PROCESSO: 0813814-50.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: LUIS GUEDES JARDIM

REPRESENTANTE: GABRIEL DE RESENDE BRAGA (OAB/PA 28205-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**9 - PROCESSO: 0813823-12.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: HIAGO GEMAQUE DIAS

REPRESENTANTE: ANTENOR RODRIGUES LAVOR FILHO (OAB/PA 2274-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**10 - PROCESSO: 0813827-49.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: GESIVALDO VENANCIO DA SILVA

REPRESENTANTE: SHEILA COSTA SANTOS (OAB/PA 26484-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**11 - PROCESSO: 0813828-34.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: ELIMACIO OLIVEIRA DE ABREU

REPRESENTANTE: JADSON SOARES DA SILVA (OAB/PA 30303-A)

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**12 - PROCESSO: 0813908-95.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: WILSON BATISTA

REPRESENTANTE: RAMON BARBOSA DA CRUZ (OAB/PA 21714-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: SERGIO TIBURCIO DOS SANTOS SILVA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**13 - PROCESSO: 0814166-08.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: RIVALDO JOSUE SOUSA CASTRO

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**14 - PROCESSO: 0813901-06.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: ERBENE SOARES DA SILVA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**15 - PROCESSO: 0811302-94.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MILLER SANTOS DOS SANTOS

REPRESENTANTE: MARIANA BRANDAO PAIVA (OAB/PA 29525-A)

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****16 - PROCESSO: 0811293-35.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MAURICIO REDEM OLIVEIRA DE SOUZA

REPRESENTANTE: ANA CAROLINA DA ROCHA MOREIRA (OAB/PA 25723-A)

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****17 - PROCESSO: 0809811-52.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: MARCOS VINICIUS DOS SANTOS MACAMBIRA

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DULCELINDA LOBATO PANTOJA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****18 - PROCESSO: 0801254-42.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: JORGE ALVES MALCHER

REPRESENTANTE: RAMON BARBOSA DA CRUZ (OAB/PA 21714-A)

PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****19 - PROCESSO: 0801280-40.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

INTERESSADO: CLÁUDOMIRO BARBOSA DE AZEVEDO JUNIOR

REPRESENTANTES: APIO PAES CAMPOS NETO (OAB/PA 28732-A), GABRIELA NASCIMENTO CAMPOS (OAB/PA 28790-A)

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****20 - PROCESSO: 0801697-90.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: JORGE SIQUEIRA MAGNO

REPRESENTANTES: GABRIELA NASCIMENTO CAMPOS (OAB/PA 28790-A), APIO PAES CAMPOS NETO (OAB/PA 28732-A)

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****21 - PROCESSO: 0801784-46.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: GABRIEL FERREIRA PINTO

REPRESENTANTES: GABRIELA NASCIMENTO CAMPOS (OAB/PA 28790-A), APIO PAES CAMPOS NETO (OAB/PA 28732-A)

AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES

**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS****22 - PROCESSO: 0803663-88.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: TIELISON DAMASCENO DE LIMA  
REPRESENTANTES: APIO PAES CAMPOS NETO (OAB/PA 28732-A), GABRIELA NASCIMENTO CAMPOS (OAB/PA 28790-A)  
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA  
**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**23 - PROCESSO: 0805562-24.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: ALDAIR SOUZA GONCALVES  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA  
**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**24 - PROCESSO: 0801872-84.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: JOSE NAZARENO CAMPOS SERRA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME  
**RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**

**25 - PROCESSO: 0814506-49.2021.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
INTERESSADO: MARCIANO KONRAD RODRIGUES  
REPRESENTANTES: GABRIEL DE RESENDE BRAGA (OAB/PA 28205-A), CLAUDIO ARAUJO FURTADO (OAB/PA 2658-A)  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO  
**RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR**

**26 - PROCESSO: 0809577-36.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ  
AGRAVADO: MARIO FONSECA DA CRUZ  
REPRESENTANTE: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (OAB/PA 6908-A)  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA  
**RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR**

**27 - PROCESSO: 0003394-85.2018.8.14.0012 - APELAÇÃO CRIMINAL - SEM REVISÃO**

APELANTE: ADELSON RODRIGUES FURTADO  
REPRESENTANTE: LUIS CARLOS DIAS DA GAMA (OAB/PA 9560)  
APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR**

**28 - PROCESSO: 0805840-25.2022.8.14.0000 - AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL**

AGRAVANTE: ANDERSON MATIAS LEITE DE OLIVEIRA  
REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ  
AGRAVADA: JUSTIÇA PÚBLICA  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: GERALDO DE MENDONCA ROCHA  
**RELATORA: DESA. EVA DO AMARAL COELHO**

(\*) NOME(S) DO(S) RÉU(S) ESCRITO(S) POR EXTENSO, CONFORME DETERMINAÇÃO DESTA EGRÉGIA TURMA, EM CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

BELÉM (PA), 21 DE OUTUBRO DE 2022.



## FÓRUM CÍVEL

## UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - 1 VARA DE FAMÍLIA

## EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 20 (VINTE) DIAS

O Juiz de Direito titular da 5ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, Jose Antonio Ferreira Cavalcante, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo expediente da UPJ de Família desta Comarca, processam-se os termos da Ação de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7), Processo nº 0829261-48.2021.8.14.0301, em que é autor MARIA IZANETE GOMES RIBEIRO, em face de MANOEL RIBEIRO DA COSTA e ANA CELIA BASTOS DA SILVA, brasileiros, sem maiores informações, residente em lugar incerto e não sabido, cujo presente Edital tem a finalidade de promover a CITAÇÃO dos REQUERIDOS acima qualificada dos termos da presente ação para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, conforme previsto no art. 344 do CPC que assim dispõe: *não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.* E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o Juiz de Direito expedir o presente EDITAL que será afixado no local público de costume e publicado conforme determina a lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, 21 de outubro de 2022. Eu, Leonardo Bezerra Bittencourt, Auxiliar Judiciário, subscrevo o presente, autorizado pelo art. 1º, §2º, IX do Provimento nº 06/2006 da CJRMB.

LEONARDO BEZERRA BITTENCOURT

Auxiliar Judiciário da UPJ de Família da Comarca de Belém/PA.

## UPJ DAS VARAS DE FAMÍLIA DA CAPITAL - EDITAIS

## EDITAL DE CITAÇÃO

## PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

A Dra. Betania de Figueiredo Pessoa, Juíza de Direito, respondendo pela 4ª Vara de Família da Comarca da Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo expediente da UPJ de Família desta Comarca, processam-se os termos da Ação de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7), **ALTERAÇÃO DE REGIME DE BENS, Processo nº 0837956-54.2022.8.14.0301**, entre os cônjuges **REQUERENTE: LUIS CARLOS LEITE DA SILVA**, casado (atualmente sob o regime de separação total de bens), encarregado de logística, portador da cédula de identidade nº. 1548554 PC/PA, e do CPF nº 299.985.732-20 e **RITA KARINA VINHAS DA SILVA**, brasileira, casada (atualmente sob o regime de separação total de bens), do lar, portadora da cédula de identidade nº 5572238, 2ª via PC/PA e do CPF nº 742.170.892-87, cuja demanda tem o condão de alterar o regime de bens do casal: de separação total de bens para o regime de comunhão total de bens, em razão do início da atividade empresarial dos requerentes, conforme declarado na petição inicial, e para resguardar direitos de terceiros.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL que publicado no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário de Justiça Eletrônico (DJE/PA) na rede mundial de computadores e afixar no local público de costume, conforme determina a lei (Art. 734 e § 1º do CPC). Dado e passado nesta cidade de Belém-PA, aos 21 de outubro de 2022.

(Assinado eletronicamente)

José Alexandre Costa do Nascimento

Auxiliar de Secretaria da UPJ das Varas de Família de Belém.

Autorizado pelo Prov. 006/2006 da CJRMB

**FÓRUM CRIMINAL****DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL****FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM**

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

**Resolve:**

**PORTARIA Nº 87/2022- DFCri/Plantão**

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

**Resolve:**

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de **OUTUBRO/2022:**

<b>DIAS</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>MAGISTRADO</b>	<b>SERVIDORES</b>
28, 29 e 30/10	<b>Dia:</b> 28/10 - 14h às 17h	2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital	Diretor (a) de Secretaria ou Substituto(a):
Portaria n.º 87 / 2022 - DFCri, 24/10	<b>Dias:</b> 29 e 30/10 - 08h às 14h	<b>Dra. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES, Juíza Titular ou Substituta</b>	Rodrigo Pimentel Miranda
		<b>Celular de Plantão:</b>	Assessor(a) de Juiz (a): Silas Araújo Soares Filho (98300-2599)
		(91)99344-3208	Servidor(a) Distribuidor(a):
		<b>E-mail:</b> 2juribelem@tjpa.jus.br	Reinaldo Alves Dutra (29 a 30/10)
			Ronaldo Pereira da Silva (28 a 30/10)
			Servidor de Secretaria:
			Anderson Wilker Silva Negrão (29

			<p><b>Oficiais de Justiça:</b></p> <p>Márcio Roberto Macedo Cardoso (28/10)</p> <p>Marcos Robert da Silva Ribeiro (28/10)</p> <p>Marcus Kennedy da S. Monteiro (28/10 ¿ Sobreaviso)</p> <p>Marcus Kennedy da Silva Monteiro (29 e 30/10)</p> <p>Noélia Alves Nobre (29 e 30/10 ¿ Sobreaviso)</p> <p><b>Operadores Sociais:</b></p> <p>Riane Conceição Ferreira Freitas: Pedagoga/3ª Vara Mulher</p> <p>Raimunda Furtado Caravelas: Serviço Social/1ª VEP</p> <p>Mayra Ramos Lopes: Psicóloga/1ª Crianças e Adolescentes e 30/10)</p>
--	--	--	--

Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Belém, 14 de setembro de 2022.**

**ANGELA ALICE ALVES TUMA**

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital



## FÓRUM DE ICOARACI

## SECRETARIA DA VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 13/09/2022 A 20/10/2022 - SECRETARIA DA VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00002216420038140201 PROCESSO ANTIGO: 200310050949 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 15/09/2022 AUTOR:ROSILENE DA COSTA CUNHA Representante(s): EDILSON SILVA MOREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:R. M. S. Representante(s): OAB 17842 - ANA CAVALCANTE NOBREGA DA CRUZ (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÉM RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÉM/PA - CEP 66810-100 E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nº: 0000221-64.2003.8.14.0201 DESPACHO Analisando detidamente o expediente em anexo, verifica-se que o peticionante RAIMUNDO M.D.S.F., por intermédio de seu causídico, pugna pelo desarquivamento dos autos, com o fito de ingressar com o pedido de exoneração de alimentos. Ocorre que, eventual pretensão atinente à exoneração do encargo alimentar fixado nos autos, deve ser objeto de ação autônoma, a ser ajuizada junto ao sistema PJE. Assim, face às razões precedentes, sendo incabível a pretensão do peticionante, INDEFIRO o pedido de desarquivamento, devendo este, caso queira, procurar as vias pertinentes, conforme acima deliberado. Entrementes, DEVOLVA-SE a petição respectiva a(o) patrono(a) da parte. Sem prejuízo, ao PROTOCOLO para que seja procedido o cancelamento do documento. Icoaraci-Belém/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00003024720038140201 PROCESSO ANTIGO: 200310058753 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 15/09/2022 REU:RAIMUNDO DA CONCEICAO VALE Representante(s): OAB 20651 - EDIMAR LIRA AGUIAR (ADVOGADO) OAB 20651 - EDIMAR LIRA AGUIAR (ADVOGADO) AUTOR:MARINA DAS GRACAS PACHECO VALE Representante(s): MARCIA REGINA BELEM PEREIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÉM RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÉM/PA - CEP 66810-100 E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nº: 0000302-47-2003.8.14.0201 DESPACHO Analisando detidamente o expediente em anexo, verifica-se que o peticionante RAIMUNDO D.C.V., por intermédio de seu causídico, pugna pelo desarquivamento dos autos, com o fito de ingressar com o pedido de exoneração de alimentos. Ocorre que, eventual pretensão atinente à exoneração do encargo alimentar fixado nos autos, deve ser objeto de ação autônoma, a ser ajuizada junto ao sistema PJE. Assim, face às razões precedentes, sendo incabível a pretensão do peticionante, INDEFIRO o pedido de desarquivamento, devendo este, caso queira, procurar as vias pertinentes, conforme acima deliberado. Entrementes, DEVOLVA-SE a petição respectiva a(o) patrono(a) da parte. Sem prejuízo, ao PROTOCOLO para que seja procedido o cancelamento do documento. Icoaraci-Belém/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00012720520018140201 PROCESSO ANTIGO: 200110238918 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A??o: Separação Litigiosa em: 15/09/2022 ADVOGADO:RICARDO CORREA REU:EBER JOAO DA SILVA COSTA Representante(s): OAB 16569 - MARCO ANTONIO RODRIGUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:Ma. DOS SANTOS PAIVA COSTA Representante(s): DIOSE THAIS MAMED LEO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÉM RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÉM/PA - CEP 66810-100 E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nº: 0001272-05.2001.8.14.0201 DESPACHO Como consabido, o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal preconiza que o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Ademais, na legislação infraconstitucional, o artigo 98 do Código de Processo Civil define que a pessoa

natural ou jurÃ-dica, brasileira ou estrangeira,Ã com insuficiÃncia de recursosÃ para pagar as custas, as despesas processuais e os honorÃrios advocatÃ-cios tem direito Ã gratuidade da justiÃsa, na forma da lei.Ã; Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Entrementes, consoante entendimento jÃ sedimentado na doutrina e jurisprudÃncia, o benefÃcio da gratuidade processual nÃo Ão amplo e absoluto, incumbindo ao magistrado fiscalizar e controlar sua concessÃo a fim de evitar prejuÃ-zos ao erÃrio e a extensÃo do favor legal aos que nÃo sejam realmente desprovidos de recursos para suportar as despesas e Ãnus processuais. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Destarte, havendo nos autos elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a gratuidade, porquanto a parte peticionante declara ser servidor pÃblico e, portanto, possuidor de labor regular, com fulcro no artigo 99, Ã2o do CÃdigo de Processo Civil, assino o prazo de 10 (dez) dias, para que o peticionante traga aos autos os comprovantes de suas despesas mensais, tais como, a Ãltima declaraÃÃo de bens e rendimentos entregue Ã Receita Federal, extrato atualizado de conta corrente e de aplicaÃÃes financeiras, inclusive de poupanÃsa,Ã anotando-se o sigilo dos documentos apresentados. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Decorrido o prazo supra, satisfeita a providÃncia, faÃsa-se concluso para anÃlise e deliberaÃÃo. Do contrÃrio, optando o peticionante por permanecer inerte, devolva-se a petiÃÃo e proceda-se com o cancelamento do documento. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Icoaraci-BelÃm/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÃNIO CLÃUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00035724320108140201 PROCESSO ANTIGO: 201010025571 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A??o: DivÃrcio Consensual em: 15/09/2022 AUTOR:J. M. C. M. Representante(s): OAB 28438 - TULIO DIEGO DE ALMEIDA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 30066 - GABRIEL DE QUEIROZ COLARES (ADVOGADO) OAB 30261 - SERVIO TULIO MACEDO ESTACIO (ADVOGADO) OAB 31341 - ANA PAULA SOUZA LEITE (ADVOGADO) AUTOR:J. L. L. Representante(s): MARIA DO CARMO PROTAZIO LOUREIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÃ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Ã E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÃo: 0003572-43.2010.8.14.0201 DESPACHO Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Considerando a petiÃÃo nÃo2022.00953962-59, bem como as informaÃÃes constantes na certidÃo nÃo2022.01034365-89, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã beneficiÃria da gratuidade da justiÃsa. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Procedido o desarquivamento, certifique-se e faÃsa-se concluso para anÃlise dos demais pedidos constantes no petitÃrio acima referido. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Cumpra-se. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Icoaraci-BelÃm/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÃNIO CLÃUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00040544120118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A??o: DivÃrcio Consensual em: 15/09/2022 AUTOR:G. G. P. F. AUTOR:M. B. F. Representante(s): OAB 11503 - LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL (DEFENSOR) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÃ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Ã E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÃo: 0004054-41.2011.8.14.0201 DESPACHO Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Considerando a petiÃÃo nÃo2022.01021771-41, bem como as informaÃÃes constantes na certidÃo nÃo2022.01034297-02, DEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, independentemente do recolhimento de custas, na medida em que a parte solicitante Ã patrocinada pela Defensoria PÃblica do Estado. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Procedido o desarquivamento, certifique-se e faÃsa-se concluso para anÃlise dos demais pedidos constantes no petitÃrio acima referido. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Cumpra-se. Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Ã Icoaraci-BelÃm/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÃNIO CLÃUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00048693820118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A??o: DivÃrcio Litigioso em: 15/09/2022 AUTOR:ROSEMARY LAGO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 14667 - SERGIO DE OLIVEIRA MOURA (ADVOGADO) OAB 23555 - ANA GLÃUCIA BENTES DE SOUZA (ADVOGADO) REU:F. P. A. Representante(s): OAB 15305 - ASSIMA MARIA DA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 18118 - WARLYANE GOMES SOUZA (ADVOGADO) OAB 18019 - CAROLINA CRISTINA SOBRAL SAUMA (ADVOGADO) OAB 18275 - RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ VARA DE FAMÃLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÃMÃ RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÃM/PA - CEP 66810-100Ã E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nÃo 0004869-38.2011.8.14.0201 Ã Defiro o pedido constante na petiÃÃo de fls.33. Ã Ã Ã Ã Ã Destarte, sendo a parte solicitante beneficiÃria da

gratuidade da justiça, expeça-se o competente formal de partilha, independentemente do recolhimento das custas. Após, satisfeitas as providências devidas e observadas as demais formalidades legais, não havendo pedido pendente de apreciação judicial, retornem os autos ao arquivo. Cumpra-se. Icoaraci-Belém/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00071794620138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 15/09/2022 AUTOR:M. L. L. Representante(s): OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 17833 - ELKE DA PENHA GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 26038 - VITOR DE ASSIS VOSS (ADVOGADO) REPRESENTANTE:S. L. S. Representante(s): OAB 17833 - ELKE DA PENHA GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20235 - TATYANA CRISTINA MOURAO JATAHY (ADVOGADO) OAB 21251 - FERNANDO PEIXOTO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:M. C. L. . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÉM RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÉM/PA - CEP 66810-100 E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Processo nº 0007179-46.2013.8.14.0201 Despacho Defiro em parte os pedidos constantes na petição de fls.40/42. Destarte, oficie-se a fonte empregadora do alimentante, dando conta da nova conta bancária para fins de efetivação do depósito atinente à pensão alimentícia fixada nos autos em epígrafe. Entrementes, no que se refere ao pleito atinente à cobrança dos valores mencionados no petitório supracitado, deverá a alimentante, em havendo interesse, ajuizar a ação pertinente, não sendo esta a via adequada para fins de cobrança da referida verba alimentar. Intime-se a parte peticionante acerca da presente deliberação. Após, satisfeitas as providências devidas e observadas as demais formalidades legais, não havendo pedido pendente de apreciação judicial, retornem os autos ao arquivo. Cumpra-se. Icoaraci-Belém/PA, 13 de setembro de 2022. ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00536375320158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ A??o: Divórcio Litigioso em: 20/09/2022 AUTOR:G. R. P. Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REU:L. M. P. . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACI - COMARCA DE BELÉM RUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÉM/PA - CEP 66810-100 E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071 Ação de Divórcio Litigioso Processo nº 0053637-53.2015.8.14.0201 Despacho Preliminarmente, não havendo informações nos autos, certifique-se a Secretaria Judiciária se o mandado de averbação de fls.39 foi devidamente encaminhado à Serventia Cartorial pertinente. Satisfeita a providência, caso positivo, comunique-se a parte peticionante e, não havendo outros requerimentos pendentes de apreciação judicial, archive-se. Do contrário, caso negativo, estando certificado o trânsito em julgado da sentença de fls.36/37, proceda-se com os atos de comunicação necessários para fins de efetivação da averbação do divórcio junto ao Cartório de Registro Civil responsável pelo casamento, retornando os autos ao arquivo após a satisfação da referida diligência. Cumpra-se. Icoaraci-Belém/PA, 16 de setembro de 2022. ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito PROCESSO: 00006484220028140201 PROCESSO ANTIGO: 200110376788 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ARCELINO LOBATO RIBEIRO FILHO A??o: Divórcio Consensual em: 21/09/2022 AUTOR:IVAN CARLOS FERREIRA NEVES Representante(s): OAB 31730 - LUCIANO PIMENTA VALENTE JUNIOR (ADVOGADO) ADVOGADO:MARIA ELIZABETH VALE AUTOR:RAIMUNDA VALERIA CAMPOS NEVES. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alterações pelo Provimento nº. 08/2014 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatório para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista/carga dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Belém (PA), 21 de setembro de 2022 Arcelino Ribeiro Filho Analista Judiciário PROCESSO: 00007345520008140201 PROCESSO ANTIGO: 199710169939 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DÁRIO DUTRA BARROS JÚNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 21/09/2022 ADVOGADO:ADILSON JOSE M. ALVES REPRESENTANTE:AZILENE VILLASBOAS BRAGA Representante(s): OAB 5670 - INOCENCIO MARTIRES COELHO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11043 - HELIO JOAO MARTINS E SILVA (ADVOGADO) OAB 14856 - FELIPE LEAO FERRY (ADVOGADO) MARCIA DA SIVA ALMEIDA (ADVOGADO) LUIZ SERGIO PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) REU:ROSEMBERG ALENCAR VIANA

Representante(s): OAB 9793 - ANTONIO ALBERTO TAVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 6218 - ADILSON JOSE MOTA ALVES (ADVOGADO) FERNANDO ALVES SOARES (ADVOGADO) DR HELIO DE BARROS FAVACHO ALVES (ADVOGADO) VINICIUS PINHEIRO CARVALHO (ADVOGADO) ELAYNE CHRISTINA OLIVEIRA PANTOJA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÁRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e altera-se pelo Provimento nº. 08/2014 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém: Em cumprimento ao despacho de fl. 135, intimo a parte requerente, através de seu patrono judicial, para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos. Belém (PA), 21 de setembro de 2022. Diário Dutra b. Júnior Dir. Secretaria PROCESSO: 00023187620048140201 PROCESSO ANTIGO: 200410706955 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALLISON DE SOUZA XIMENES A?o: Divórcio Consensual em: 21/09/2022 AUTOR:C. C. D. Representante(s): REGINA MARIA DE SOUSA BRAGA (ADVOGADO) AUTOR:J. S. D. Representante(s): OAB 27157 - PAULO VIEIRA HADAD MELO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÁRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e altera-se pelo Provimento nº. 08/2014 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatório para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista/carga dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Belém (PA), 21 de setembro de 2022 Allison de Souza Ximenes Analista Judiciário PROCESSO: 00029830220118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ARCELINO LOBATO RIBEIRO FILHO A?o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 21/09/2022 AUTOR:P. N. R. G. Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:A. C. G. . ATO ORDINATÁRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e altera-se pelo Provimento nº. 08/2014 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatório para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista/carga dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Belém (PA), 21 de setembro de 2022 Arcelino Ribeiro Filho Analista Judiciário PROCESSO: 00030464620058140201 PROCESSO ANTIGO: 200510888059 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALLISON DE SOUZA XIMENES A?o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 21/09/2022 REP LEGAL:G. S. D. Representante(s): MARCIA REGINA BELEM PEREIRA (ADVOGADO) AUTOR:L. S. D. M. REQUERIDO:MAURO SERGIO DE SOUZA MATOSO Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÁRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e altera-se pelo Provimento nº. 08/2014 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém: Considerando o deferimento de desarquivamento, serve o presente ato ordinatório para intimar o patrono do solicitante para que tome conhecimento da abertura do prazo de 05 (cinco) dias para obter vista/carga dos autos, sob pena de retorno destes ao arquivo. Belém (PA), 21 de setembro de 2022 Allison de Souza Ximenes Analista Judiciário PROCESSO: 00035724320108140201 PROCESSO ANTIGO: 201010025571 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ A?o: Divórcio Consensual em: 21/09/2022 AUTOR:J. M. C. M. Representante(s): OAB 28438 - TULIO DIEGO DE ALMEIDA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 30066 - GABRIEL DE QUEIROZ COLARES (ADVOGADO) OAB 30261 - SERVIO TULIO MACEDO ESTACIO (ADVOGADO) OAB 31341 - ANA PAULA SOUZA LEITE (ADVOGADO) AUTOR:J. L. L. Representante(s): MARIA DO CARMO PROTAZIO LOUREIRO (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0003572-43.2010.8.14.0201 DESPACHO À À À À À À À À Considerando o pleito constante da petição de fls. 47 a 71, INTIME-SE PESSOALMENTE a parte postulada (alimentante) para, no prazo de 15 dias, apresentar manifesta-se acerca do pedido. À À À À À À À À Decorrido o prazo assinalado, CERTIFIQUE-SE. À À À À À À À À Caso haja petição pendente de análise, CONCLUSOS para delibera-se. À À À À À À À À PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMpra-SE. À À À À À À À À Icoaraci-Belém/PA, 21/09/2022. À À À À À À À À ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ À À À À À À À À Juiz de Direito

**SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI**

## EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0800653-15.2022.8.14.0201

A Dra. **EDNA MARIA DE MOURA PALHA** é Juíza de Direito, Auxiliar da 3ª Entrância, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA, A INTERDIÇÃO DE MARI DOS SANTOS CALANDRINI**, brasileiro(a), nascido(a) aos 07/04/2003, portador(a) do RG nº 8481932 PC/PA e CPF nº 049.182.642-71; filho(a) de Adinaldo Gimaque Calandrini e Maria Emília Lavareda dos Santos, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 33091, Liv. A-68, Fls. 47, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Barcarena/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **MARIA EMÍLIA LAVAREDA DOS SANTOS**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 5923695 PC/PA e CPF nº 000.478.162-79, residente e domiciliado(a), na Rua Pimenta Bueno nº 482, Casa-A, CEP: 66.810-250, Cruzeiro/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0800653-15.2022.8.14.0201), tendo como autor (a) **MARIA EMÍLIA LAVAREDA DOS SANTOS** e como interditando (a) **MARI DOS SANTOS CALANDRINI**, Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos trinta (30) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três (2022). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

**ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA**

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

**FÓRUM DE MOSQUEIRO****COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE MOSQUEIRO**

Número do processo: 0801209-87.2022.8.14.0501 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: JOSE MARIA MAGNO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS OAB: 4534/PA

**NOTIFICAÇÃO**

A **UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA - UNAJ - Mosqueiro**, unidade judiciária subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

**PAC:** 0801209-87.2022.8.14.0501

**NOTIFICADO(A):** Nome: JOSE MARIA MAGNO DO NASCIMENTO

**ADVOGADO:** MARCELO MEIRA MATTOS OAB/PA 4534

**FINALIDADE: NOTIFICAR** o(a) Senhor(a) REQUERIDO: JOSE MARIA MAGNO DO NASCIMENTO para que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

**OBSERVAÇÕES:**

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.
2. O boleto bancário a ser pago está disponível no endereço: <https://apps.tjpa.jus.br/custas/>, acessando a opção "2ª Via do Boleto Bancário e do Relatório de Conta do Processo" e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto bancário também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 202unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone 3771-3612 nos dias úteis das 8h às 14h.

Belém/PA, 21 de outubro de 2022

**Rafaelly Chaves de Oliveira**  
Chefe da Unidade de Arrecadação – Mosqueiro

Número do processo: 0801337-10.2022.8.14.0501 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: ARISTEU DE OLIVEIRA MATOS

**NOTIFICAÇÃO**

A **UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA - UNAJ - Mosqueiro**, unidade judiciária subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no

§2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

**PAC:** 0801337-10.2022.8.14.0501

**NOTIFICADO(A):** Nome: ARISTEU DE OLIVEIRA MATOS

Endereço: Estrada do Carananduba, 146, Curvão Doroty Stang, Carananduba (Mosqueiro), BELÉM - PA - CEP: 66923-040

**ADVOGADO:** ELOISA QUEIROZ ARAUJO OAB/PA 20364

**FINALIDADE: NOTIFICAR** o(a) Senhor(a) REQUERIDO: ARISTEU DE OLIVEIRA MATOS

para que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

**OBSERVAÇÕES:**

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.
2. O boleto bancário a ser pago está disponível no endereço: <https://apps.tjpa.jus.br/custas/>, acessando a opção "2ª Via do Boleto Bancário e do Relatório de Conta do Processo" e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto bancário também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 202unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone 3771-3612 nos dias úteis das 8h às 14h.

Belém/PA, 21 de outubro de 2022

**Rafaelly Chaves de Oliveira**

**Chefe da Unidade de Arrecadação – Mosqueiro**

Número do processo: 0801221-04.2022.8.14.0501 Participação: REQUERENTE Nome: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: BANCO BRADESCO S.A

## **NOTIFICAÇÃO**

A **UNIDADE DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA - UNAJ - Mosqueiro**, unidade judiciária subordinada à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, por sua chefe subscritora, com fulcro no §2º do art. 46 da Lei Estadual nº. 8.328/15 e §2º do art. 2º e art. 8º da Resolução nº. 20/2021-TJPA, expede a presente NOTIFICAÇÃO nos termos abaixo delineados:

**PAC:** 0801221-04.2022.8.14.0501

**NOTIFICADO(A):** Nome: BANCO BRADESCO S.A

Endereço: Avenida Cipriano Santos, 90, São Brás, BELÉM - PA - CEP: 66090-340

**ADVOGADO:** NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES OAB/SP 128341A

**FINALIDADE: NOTIFICAR** o(a) Senhor(a) REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A

para que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da presente notificação, o pagamento das CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS, das quais foi condenado(a) em processo judicial com sentença transitada em julgado, sob pena de expedição de Certidão de Crédito Judicial (CCJ) para fins de protesto e inscrição em dívida ativa.

**OBSERVAÇÕES:**

1. O prazo para quitação das custas processuais não se confunde com o vencimento do boleto. Regularize seu débito em até 15 (quinze) dias contados da ciência desta notificação.
2. O boleto bancário a ser pago está disponível no endereço: <https://apps.tjpa.jus.br/custas/> , acessando a opção “2ª Via do Boleto Bancário e do Relatório de Conta do Processo” e consultando o número do PAC indicado acima. O boleto bancário também pode ser solicitado por mensagem eletrônica encaminhada para o endereço 202unaj@tjpa.jus.br ou pelo telefone 3771-3612 nos dias úteis das 8h às 14h.

Belém/PA, 21 de outubro de 2022

**Rafaelly Chaves de Oliveira**  
**Chefe da Unidade de Arrecadação – Mosqueiro**



## FÓRUM DE ANANINDEUA

## SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº 0815999-09.2022.8.14.0006

**Denunciado: L. H. S. C. (PRESO) (CITAÇÃO ID: 79946427 - DILIGÊNCIA / 79946429 - Devolução de Mandado (Mandado 79338883)**

Advogado(a)(s) de Defesa: Dra. BRENDA MARGALHO DA ROSA, OAB/PA 28.792 e Dr. CLEBER MACIEL BATISTA ANDRÉ, OAB/PA 26.090 (Procuração consta no ID 78781346)

DE ORDEM, e nos termos do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 do CJRMB, **FICA(M) INTIMADO(A)(S) o(a)(s) advogado(a)(s) de defesa acima identificado(s)**, para tomar(rem) ciência da Decisão (ID: **79877904 - Decisão**) que segue reproduzida abaixo, bem como, apresentar(em) RESPOSTA A ACUSAÇÃO no prazo legal, nos autos do processo em epígrafe.

Ananindeua, 21/10/2022.

**Simone S da S Sampaio**

Analista Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

Processo nº 0815999-09.2022.8.14.0006

**Denunciado: L. H. S. C. (PRESO)**

Advogado(a)(s) de Defesa: Dra. BRENDA MARGALHO DA ROSA, OAB/PA 28.792 e Dr. CLEBER MACIEL BATISTA ANDRÉ, OAB/PA 26.090 (Procuração consta no ID 78781346)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - (ID: **79877904 - Decisão**)

Prefacialmente, constato a habilitação dos novos advogados pelo acusado L. H. S. C. no dia 04/10/2022, a saber: **DRA. BRENDA MARGALHO DA ROSA, OAB/PA 28.792 e DR. CLEBER MACIEL BATISTA ANDRÉ, OAB/PA 26.090**, cuja procuração consta no ID 78781346 dos autos.

Ato contínuo, em 19/10/2022, os advogados, **DR. JOSÉ RUBENILDO CORREA, OAB/PA 9.579 e DR. TOBIAS FERNANDES VIDAL, OAB/PA 27.507**, peticionaram no ID 79800707 renunciando aos poderes outorgados inicialmente a eles pelo réu, razão pela qual **HOMOLOGO** a renúncia, por não vislumbrar nenhum prejuízo à instrução processual.

Habilitem-se os novos advogados do acusado no sistema e excluam-se os antigos.

Intimem-se via DJE.

Aguarde-se o cumprimento do mandado de citação do acusado e depois retornem os autos conclusos.

Ananindeua/PA, 20 de outubro de 2022.

## **EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

### **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**

**PRAZO DE 90(NOVENTA) DIAS**

**PROCESSO: 00038826320158140006 (LIBRA)**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO**

**SENTENCIADO(A)(S): GUSTAVO VIEIRA NUNES**

**DATA DE NASCIMENTO: 31/05/1993**

**FILIAÇÃO: RAIMUNDO NUNES / DEOCÉLIA MARIA BORGES VIEIRA**

**ÚLTIMO(S) ENDEREÇO(S) CONHECIDO(S): AVENIDA INDEPENDÊNCIA, Nº 20, COQUEIRO, ANANINDEUA - PARÁ**

O Excelentíssimo Senhor Doutor JOÃO RONALDO CORRÊA MÁRTIRES, Juiz de Direito titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, respondendo pela 4ª Vara Criminal, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que o(a)(s) nacional(s) acima identificado(a)(s), visto que não foi(ram) encontrado(s) para ser(em) INTIMADO(A)(S) pessoalmente nos autos da Ação Penal distribuída sob o número em epígrafe, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO, expede-se o presente EDITAL, para TOMAR CIÊNCIA que foi sentenciado(a)(s) como incurso na prática do crime previsto no artigo 155, caput, artigos 201, 203, 239, e 387, do CPB, a pena de 6 (SEIS) anos, 02 (DOIS) meses, e 20 (VINTE) dias de reclusão, e a 67(SESENTA E SETE) dias-multa, tendo como regime inicial de cumprimento da pena o SEMI-ABERTO, devendo o réu ser recolhido ao estabelecimento penal adequado, a partir do trânsito em julgado da presente sentença. Tudo em conformidade com a Sentença prolatada nos presentes autos, cujo dispositivo transcrevemos abaixo.

O prazo deste EDITAL será contado a partir de sua publicação. E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância, será este publicado no Órgão Oficial (DJE/PA) e uma cópia do Edital afixada no mural existente à porta da Vara Especializada, nos termos do artigo 365, § único, do CPP.

Eu, Simone S da S Sampaio, Analista Judiciária lotada na 4ª Vara Criminal de Ananindeua, digitei o presente edital, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 14/09/2021.

**JOÃO RONALDO CORRÊA MÁRTIRES**

Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal, respondendo pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua

## EDITAIS

## UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS

## EDITAL DE INTERDIÇÃO DE DIACUI MARIA DE FATIMA SILVA

PROCESSO: 0865606-13.2021.8.14.0301

O(A) Dr(a). ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém.

Faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0865606-13.2021.8.14.0301, da Ação de CURATELA requerida por **ANA FLAVIA SILVA DE SOUSA**, brasileira, funcionária pública, a interdição de **DIACUI MARIA DE FATIMA SILVA**, brasileira, divorciada, aposentada, nascida em 30/06/1954, portador do CID 10 F20, filha de Silvestre Lopes da Silva e Laurita Silva Lopes, que a impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte:  $\zeta$  Ante o exposto, com base no art. 755 do CPC c/c art. 1.772 do CC e arts. 84 e 85 da Lei 13.146/2015  $\zeta$  Estatuto da Pessoa com Deficiência, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: RECONHECER a incapacidade relativa do(a) interditando(a) DIACUI MARIA DE FATIMA SILVA, e, por conseguinte, DECRETAR a sua interdição, com base nos arts. 4º, III, e art. 1.767 do CC, ficando impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros (atos de natureza patrimonial e negocial), para si, seus herdeiros e dependentes; Permanecem inalterados os direitos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, ressaltando-se o direito ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, §1º, da Lei 13.146/2015); NOMEIO CURADOR(A) o(a) senhor(a) ANA FLAVIA SILVA DE SOUSA, o(a) qual deverá representar o(a) interditando(a) nos termos acima, com poderes limitados à gestão e administração de negócios e bens e que não importem em transferência ou renúncia de direito, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário; Ressalto que, com base no art. 1.774 do CC (aplicação à curatela das disposições concernentes à tutela), registro que: I - COMPETE AO(A) CURADOR(A) - art. 1.747 do CC: - assistir o interditando; - fazer as despesas de subsistência, educação e bem-estar do(a) interditado(a), bem como as de administração, conservação e melhoramentos de seus bens; - receber rendas, pensões e quantias a devidas; - alienar os bens do(a) interditado(a) destinados a venda; - promover-lhe, mediante preço conveniente, o arrendamento de bens de raiz. II - COMPETE AINDA AO(A) CURADOR(A), com AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (art. 1.748 e art. 1.750 do CC): - pagar as dívidas do(a) interditado(a); - aceitar por ele heranças, legados ou doações, ainda que com encargos; - transigir; - vender-lhe os bens móveis, cuja conservação não convier, e os imóveis nos casos em que for permitido; - propor em juízo as ações, ou nelas assistir o(a) curatelado(a), e promover todas as diligências a bem deste(a), assim como defendê-lo(a) nos pleitos contra ele(a) movidos; - vender os bens imóveis do(a) interditado(a) somente quando houver manifesta vantagem e mediante prévia avaliação e aprovação judiciais. OBS: empréstimos bancários e movimentação de poupança do(a) interditado(a) também dependem de autorização judicial. III - Ainda que com a autorização judicial, NÃO PODE O(A) CURADOR(A), sob pena de nulidade: - adquirir por si, ou por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis ou imóveis pertencentes ao(a) interditado(a); - dispor dos bens do(a) interditado(a) a título gratuito; - constituir-se cessionário de crédito ou de direito, contra o(a) interditado(a). LAVRE-SE TERMO DE CURATELA DEFINITIVA, após o decurso do prazo recursal, devendo entrar em contato com a vara via email (1upjcivilbelem@tjpa.jus.br) para assim agendar o comparecimento à 1ª UPJ Cível a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo; Fica o(a) curador(a) intimado de que deverá, anualmente, a contar da publicação da presente sentença, prestar contas de sua administração, apresentando o balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência), por petição simples, que será juntada em autos em apenso aos presentes (art. 553 do CPC). Somente não será obrigado a prestar contas, salvo determinação judicial, o curador que for o(a) cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal (art. 1.783 do CC). Expeça-se Mandado de Averbação para

fazer constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) a decretação da sua interdição e a nomeação de seu(sua) curador(a), dando-se cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei 6.015/73; Além da publicação no Diário de Justiça e da averbação no registro de pessoas naturais, a presente sentença de interdição deverá ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - onde permanecerá por 6 (seis) meses -, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art. 755 do CPC). Custas processuais pela requerente. Após o trânsito em julgado e cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Expeça-se as certidões e os ofícios necessários. Belém-PA, 16 de junho de 2022. JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL. Dado e passado nesta cidade de Belém, Pará, aos 15 de setembro de 2022.

Dra. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS

Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Belém

#### EDITAL DE INTERDIÇÃO DE ELSON DA ROCHA PEREIRA

PROCESSO: 0877097-51.2020.8.14.0301

O(A) Dr(a). JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém, Pará, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0877097-51.2020.8.14.0301, da Ação de CURATELA que tem como requerente ELSON DA ROCHA PEREIRA JÚNIOR, brasileiro, casado, contador, a interdição de ELSON DA ROCHA PEREIRA, brasileiro, casado, aposentado, nascido em 15/02/1933, filho(a) de Pedro Pereira Filho e Maria da Rocha Pereira, portador de deficiência que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ζ Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de **ELSON DA ROCHA PEREIRA**, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente **ELSON DA ROCHA PEREIRA JUNIOR**, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sítio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE REGISTRO/AVERBAÇÃO, OFÍCIO, EDITAL. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 19 de julho de 2022 ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Juiz de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital Belém, em 20 de outubro de 2022.

Dr(a). JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVA

Juiz(a) de Direito

## EDITAL DE INTERDIÇÃO DE FLAVIO CARRACEDO COSTA

PROCESSO: 0827526-77.2021.8.14.0301

O(A) Dr(a). VALDEISE MARIA REIS BASTOS, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém.

Faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0827526-77.2021.8.14.0301, da Ação de CURATELA requerida por ANA LUCIA RENDEIRO COSTA, brasileira, divorciada, propagandista, a interdição de FLAVIO CARRACEDO COSTA, brasileiro, solteiro, aposentado, portador do RG 2251129 2ª via SSP/PA e CPF-002.619.712-04, nascido em 10/11/1934, filho(a) de Hermenegildo Porfhirio da Costa e Estephania Carracedo Costa, portador do CID 10 F00, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: *ç* **ISTO POSTO**, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) **FLAVIO CARRACEDO COSTA**, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curadores o (s) senhor (a) **ANA LUCIA RENDEIRO COSTA**, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (s) curadores, ora nomeados, deveram comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercerem o encargo, firmando o competente termo; O (s) curadores não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a), **SALVO**, única e exclusivamente para que a parte autora / curador (a) receba benefícios / pensões devidas ao interditando, realize movimentação bancária nas contas-correntes e ao recebimento do benefício / pensão do interditando, não podendo movimentar as contas poupanças do interditando. Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se ofício ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, archive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; Belém/PA. **VALDEISE MARIA REIS BASTOS** Juíza Titular da 3ª VCE *ç* Capital. Belém, em 19/10/2022.

3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Juiz(a) de Direito

## EDITAL DE INTERDIÇÃO DE MARIA LUIZA COSTA DA SILVA

PROCESSO: 0833870-11.2020.8.14.0301

O(A) Dr(a). ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém. Faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0833870-11.2020.8.14.0301, da Ação de CURATELA requerida por LEA LINDOMAR COSTA DA SILVA, brasileira, divorciada, professora, a interdição de MARIA LUIZA COSTA DA SILVA, brasileira, viúva, aposentada, nascida em 23/06/1932, portadora do CID 10 F02+I64+Z93, filho de Leopoldo França da Costa e Valdomira Ferreira da Costa, que a impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: √ Ante o exposto, com base no art. 755 do CPC c/c art. 1.772 do CC e arts. 84 e 85 da Lei 13.146/2015 √ Estatuto da Pessoa com Deficiência, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: RECONHECER a incapacidade relativa do(a) interditando(a) **MARIA LUIZA COSTA DA SILVA** e, por conseguinte, DECRETAR a sua interdição, com base nos arts. 4º, III, e art. 1.767 do CC, ficando impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros (atos de natureza patrimonial e negocial), para si, seus herdeiros e dependentes; Permanecem inalterados os direitos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, ressaltando-se o direito ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, §1º, da Lei 13.146/2015); NOMEIO CURADOR(A) o(a) senhor(a) **LEA LINDOMAR COSTA DA SILVA**, o(a) qual deverá representar o(a) interditando(a) nos termos acima, com poderes limitados à gestão e administração de negócios e bens e que não importem em transferência ou renúncia de direito, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário; Ressalto que, com base no art. 1.774 do CC (aplicação à curatela das disposições concernentes à tutela), registro que: I - COMPETE AO(A) CURADOR(A) - art. 1.747 do CC: - assistir o interditando;- fazer as despesas de subsistência, educação e bem-estar do(a) interditado(a), bem como as de administração, conservação e melhoramentos de seus bens;- receber rendas, pensões e quantias a devidas;- alienar os bens do(a) interditado(a) destinados a venda; - promover-lhe, mediante preço conveniente, o arrendamento de bens de raiz. II - COMPETE AINDA AO(A) CURADOR(A), com AUTORIZAÇÃO JUDICIAL (art. 1.748 e art. 1.750 do CC): pagar as dívidas do(a) interditado(a);- aceitar por ele heranças, legados ou doações, ainda que com encargos;- transigir;- vender-lhe os bens móveis, cuja conservação não convier, e os imóveis nos casos em que for permitido;- propor em juízo as ações, ou nelas assistir o(a) curatelado(a), e promover todas as diligências a bem deste(a), assim como defendê-lo(a) nos pleitos contra ele(a) movidos; - vender os bens imóveis do(a) interditado(a) somente quando houver manifesta vantagem e mediante prévia avaliação e aprovação judiciais. OBS: empréstimos bancários e movimentação de poupança do(a) interditado(a) também dependem de autorização judicial. III - Ainda que com a autorização judicial, NÃO PODE O(A) CURADOR(A), sob pena de nulidade: - adquirir por si, ou por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis ou imóveis pertencentes ao(a) interditado(a); dispor dos bens do(a) interditado(a) a título gratuito; - constituir-se cessionário de crédito ou de direito, contra o(a) interditado(a). LAVRE-SE TERMO DE CURATELA DEFINITIVA, intimando o(a) curador(a) ora nomeado(a) para, no prazo de 05 dias (art. 759 CPC), comparecer à secretaria deste juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo;Fica o(a) curador(a) intimado de que deverá, anualmente, a contar da publicação da presente sentença, prestar contas de sua administração, apresentando o balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência), por petição simples, que será juntada em autos em apenso aos presentes (art. 553 do CPC). Somente não será obrigado a prestar contas, salvo determinação judicial, o curador que for o(a) cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal (art. 1.783 do CC).Expeça-se Mandado de Averbação para fazer constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) a decretação da sua interdição e a nomeação de seu(sua) curador(a), dando-se cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei 6.015/73; Além da publicação no Diário de Justiça e da averbação no registro de pessoas naturais, a presente sentença de interdição deverá ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - onde permanecerá por 6 (seis) meses -, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art. 755 do CPC). Custas processuais pela requerente. Contudo, a sua exigibilidade ficará suspensa, em decorrência do **deferimento da assistência judiciária gratuita**, pelos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão ou antes, se demonstrado que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações da beneficiária (art. 98, §3º, CPC). Após o trânsito em julgado e cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e o Ministério Público.SERVIRÁ, A PRESENTE SENTENÇA, POR CÓPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/REGISTRO/AVERBAÇÃO, OFÍCIO E EDITAL.Belém-PA, 9 de agosto de 2022. JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL.

Belém, 21/10/2022.

Dr(a). ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS

1ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Juíza de Direito

**COMARCA DE ABAETETUBA****SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA**

EDITAL DE INTERDIÇÃO - PROCESSO Nº 0800924-05.2017.8.14.0070 - SENTENÇA: DISPOSITIVO ISSO POSTO, acatando o parecer favorável do Ministério Público, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECRETO a INTERDIÇÃO de WALDECI MENDONÇA SANTOS, filha de Clodoaldo de Sousa Santos e Maria Lucia Mendonça Santos, portador do RG nº 2834656 - SSP/PA e do CPF nº 125.321.502-20, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curador sua irmã MARLUCE MENDONÇA SANTOS, brasileira, portadora do RG nº 1827105 PC/PA e do CPF nº 333.237.392-72, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e anotação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal. Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária. Dê-se ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, cumprida a decisão, archive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 26 de agosto de 2022. ADRIANO FARIAS FERNANDES- JUIZ DE DIREITO.

**SENTENÇA / EDITAL DE INTERDIÇÃO - PROCESSO Nº 0800540-03.2021.8.14.0070 - SENTENCIAR:**  
¿Analisando os autos, verifico que é a Sra. Irotildes, casada com o interditado, que vem exercendo os cuidados relativos a curatela. Pelo exposto, com fundamento no art. 761, do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DA INICIAL** para REMOVER do encargo de curador de **LEONARDO COSTA LIMA** a Sra. **LEILA DAS MERCES ARAÚJO DA SILVA**, bem como para nomear, em substituição, a esposa do interdito, Sra. **IROTILDE DIAS LIMA**, para exercer o encargo, sob compromisso. A nova curadora exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Por corolário, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispense a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento. Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição da presente decisão no Registro Civil. Sem custas, por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Cientes os presentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se¿. Nada mais, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que vai assinado digitalmente. ADRIANO FARIAS FERNANDES- JUIZ DE DIREITO.



**EDITAL/SENTENÇA - AÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR - PROCESSO - 0800539-52.2020.8.14.0070 - DISPOSITIVO:** Pelo exposto, com fundamento no art. 761, do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DA INICIAL** para REMOVER do encargo de curador de **JOSÉ MARIA PANTOJA E PANTOJA** a Sra. **ANGELA DO SOCORRO FERREIRA PANTOJA**, bem como para nomear, em substituição, a genitora do interdito, Sra. **MARIA DE NAZARÉ PANTOJA E PANTOJA**, para exercer o encargo, sob compromisso. A nova curadora exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Por corolário, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição da presente decisão no Registro Civil. Sem custas, por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Honorários na forma pactuada. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 01 de agosto de 2022.**ADRIANO FARIAS FERNANDES - JUIZ DE DIREITO**

**EDITAL/SENTENÇA - AÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR- PROCESSO - 0802247-74.2019.8.14.0070 ¿ DISPOSITIVO:** Pelo exposto, alinhado ao posicionamento ministerial, com fundamento no art. 761, do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL**, para nomear **Adiniz Rodrigues Ribeiro**, como curador de **BENEDITO DE LIMA VASCONCELOS**, em substituição a Sra. **Julia de Lima Vasconcelos**, sob compromisso. O novo curador exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Por corolário, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição da presente decisão no Registro Civil. Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Abaetetuba, 25 de agosto de 2022.**ADRIANO FARIAS FERNANDES- JUIZ DE DIREITO**

**EDITAL/SENTENÇA - AÇÃO DE INTERDIÇÃO- PROCESSO - 0802651-28.2019.8.14.0070 ¿ DISPOSITIVO:** ISSO POSTO, acatando o parecer favorável do Ministério Público, **RESOLVENDO O MÉRITO**, nos termos do art. 487, I, do CPC, **DECRETO a INTERDIÇÃO** de **ENILSON EDIVAN MACIEL FERREIRA**, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) **ODILEA CUIMAR MACIEL CPF: 002.293.952-01**, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e averbação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal. Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Transitada em julgado, cumprida a decisão, archive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 21 de setembro de 2021.**ADRIANO FARIAS FERNANDES - Juiz de Direito.**

**EDITAL/SENTENÇA - AÇÃO DE INTERDIÇÃO- PROCESSO - 0802919-82.2019.8.14.0070 ¿ DISPOSITIVO:** ISSO POSTO, acatando o parecer favorável do Ministério Público, **RESOLVENDO O MÉRITO**, nos termos do art. 487, I, do CPC, **DECRETO a INTERDIÇÃO** de **RIAN DE CARVALHO ALFAIA CPF: 002.771.492-66**, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curadora **ROSIMERY DE CARVALHO SANTANA CPF: 921.690.822-04**, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Nos termos do Provimento 003/2009 da

Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e averbação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal. Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Transitada em julgado, cumprida a decisão, archive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 18 de julho de 2022. ADRIANO FARIAS FERNANDES - Juiz de Direito

**EDITAL/SENTENÇA - AÇÃO DE INTERDIÇÃO- PROCESSO - 0800503-44.2019.8.14.0070** ;  
**DISPOSITIVO:** Pelo exposto, alinhado ao posicionamento ministerial e relatório social, com fundamento no art. 761, do CPC, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL**, para nomear **JOSÉ DOS SANTOS PINHEIRO**, inscrito sob o CPF nº 897.227.5522-0 e RG **636230 SSP/PA**, como curador de **JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS PINHEIRO** (CPF 531.427.212-15 e RG 6005607 SSP/PA), em substituição ao Sr. **ANTÔNIO CORRÊA PINHEIRO**, sob compromisso. **O novo curador exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015. Por corolário, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.** Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição da presente decisão no Registro Civil. Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Abaetetuba, 05 de agosto de 2022. **ADRIANO FARIAS FERNANDES** JUIZ DE DIREITO

**COMARCA DE SANTARÉM****UPJ DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE SANTARÉM****EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO 15 DIAS****Classe: Execução da Pena****Apenado: MATHEUS VIANA DIAS**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **MATHEUS VIANA DIAS**, brasileiro, filho de Getúlio Vasconcelos Dias e Sueli da Silva Viana, nascido em 11/03/2002, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da sentença que determinou a revogação da suspensão condicional da pena que lhe foi aplicada nos autos do processo nº 0006050-24.2020.814.005; bem como para que mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta, **FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote****Analista Judiciário da VEP de Santarém****De ordem. Provimento 006/2006-CJCI****EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO 15 DIAS****Classe: Execução da Pena****Apenada: ELCI DE SOUZA PEREIRA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** a apenada **ELCI DE SOUZA PEREIRA**, brasileira, filha de Barnabé Honorato Alves Pereira e Benedita Cezária de Souza, nascida em

20/02/1976, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da sentença que determinou a conversão das penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0001207-91.2017.814.0351 em privativa de liberdade a ser cumprida no regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta, **FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

**De ordem. Provimento 006/2006-CJCI**

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**PRAZO 15 DIAS**

**Classe: Execução da Pena**

**Apenado: JEFERSON APINAGES DA SILVA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **JEFERSON APINAGES DA SILVA**, brasileiro, filho de Otávio da Silva e Ana Apinagés da Silva, nascido em 08/08/1968, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0002923-51.2020.814.0351, **FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

**De ordem. Provimento 006/2006-CJCI**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO 15 DIAS****Classe: Execução da Pena****Apenado: ALEX LOBATO COSTA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **ALEX LOBATO COSTA**, brasileiro, filho de Maria do Socorro Lobato Costa, nascido em 29/06/1980, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0012787-14.2018.814.0051, **FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote****Analista Judiciário da VEP de Santarém****De ordem. Provimento 006/2006-CJCI****EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO 15 DIAS****Classe: Execução da Pena****Apenado: MISAEL GOMES**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **MISAEL GOMES**, brasileiro, filho de Oscarina Gomes, nascido em 26/03/1966, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0018543-38.2017.814.0051, **FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

**De ordem. Provimto 006/2006-CJCI**

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**PRAZO 15 DIAS**

**Classe: Execução da Pena**

**Apenado: JONILSON DE ANDRADE FERREIRA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **JONILSON DE ANDRADE FERREIRA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da sentença que determinou a conversão das penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0009911-52.2019.814.0051 em privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta, **FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME E À PRISÃO. CUMPRA-SE.** Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**PRAZO 15 DIAS**

**Classe: Execução da Pena**

**Apenado: SILOMAR MOREIRA DE OLIVEIRA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **SILOMAR MOREIRA DE OLIVEIRA**, natural de Palmeiras de Goiás/GO, filho de Simão Alves de Oliveira e Maria Moreira de

Oliveira, nascido em 11/05/1970, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da sentença que determinou a conversão das penas restritivas de direitos que lhe foram aplicadas nos autos do processo nº 0000820-52.2020.811.0045 em privativa de liberdade, a ser cumprida no regime aberto; bem como para que, no prazo de 05 (cinco) dias, mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME E À PRISÃO. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

**De ordem. Provimento 006/2006-CJCI**

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

**PRAZO 15 DIAS**

**Classe: Execução da Pena**

**Apenado: DAYON LAY NOBRE ROCHA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **DAYON LAY NOBRE ROCHA**, brasileiro, filho de Sandoval Regis Rocha e Donalba Ribeiro Nobre, nascido em 04/10/1986, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência da sentença que determinou a revogação da suspensão condicional da pena que lhe foi aplicada nos autos do processo nº 0011043-81.2018.814.0051; bem como para que mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

**De ordem. Provimento 006/2006-CJCI**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO 15 DIAS****Classe: Execução da Pena****Apenado: IVAN SANTOS DE SOUZA**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **IVAN SANTOS DE SOUZA**, brasileiro, filho de José Diercirlei Nei de Souza e Ivarleia Viana dos Santos, nascido em 13/07/1999, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0805480-68.2021.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.

**Ádria Gonçalves Vinhote****Analista Judiciário da VEP de Santarém****De ordem. Provimento 006/2006-CJCI****EDITAL DE INTIMAÇÃO****PRAZO 15 DIAS****Classe: Execução da Pena****Apenado: ALLAN DOS SANTOS REBELO**

O Dr. Flávio Oliveira Lauande, MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais, etc..

FAZ SABER a quem este ler ou dele tomar conhecimento, **INTIME-SE** o apenado **ALLAN DOS SANTOS REBELO**, brasileiro, filho de Ivaldino Sousa Rebelo e Elizângela Pinto dos Santos, nascido em 04/06/1998, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que mantenha contato com o setor interdisciplinar da Vara de Execução Penal desta Comarca, através do aplicativo WhatsApp (93) 99134-6704, com a finalidade de dar início ao cumprimento da pena que lhe foi imposta nos autos do processo nº 0010042-90.2020.814.0051, FICANDO DESDE JÁ CIENTE QUE CASO NÃO CUMPRA AO DETERMINADO NESTE EDITAL ESTARÁ SUJEITO A REGRESSÃO DE REGIME. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da Vara de Execução Penal de Santarém, aos 18 dias do mês de outubro de 2022. Eu, \_\_\_\_\_, Ádria Gonçalves Vinhote, Analista Judiciário, digitei e subscrevo.



**Ádria Gonçalves Vinhote**

**Analista Judiciário da VEP de Santarém**

**De ordem. Provimento 006/2006-CJCI**

## UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 3 VARA CRIMINAL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE SANTARÉM SECRETARIA DA 3ª VARA

CRIMINAL e TRIBUNAL DO JÚRI

**EDITAL DEFINITIVO DE CONVOCAÇÃO DE JURADOS**

Dr. GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, no uso das atribuições legais, etc.

FAZ SABER aos que vierem ler o presente Edital ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da 3ª Vara Criminal, foi organizada a lista geral DEFINITIVA dos jurados que deverão servir no Tribunal Popular do Júri da Comarca de Santarém, Estado do Pará, no exercício do ano de 2023, de acordo com o art. 426, do Código de Processo Penal:

	NOME	LOCAL
1	ABIMAEI BALIEIRO SILVA	PREFEITURA
2	ACASSIA TEREZA ALMEIDA BENTES	UNAMA
3	ADA DE SOUSA COMPASSO	UNAMA
4	ADAILTON DOS SANTOS BETCEL VASCONCELOS	UNAMA
5	ADALBERTO BRENO CARDOSO DE MACEDO	PREFEITURA
6	ADEILSON LACERDA DA SILVA	UFOPA
7	ADELCEINEI QUEIROZ DE CARVALHO	PREFEITURA
8	ADELMO JOSE DA COSTA	PREFEITURA
9	ADILSON EMANOEL RIKER CAMPOS	PREFEITURA
10	ADONIAS SOARES DE SOUSA LIMA	PREFEITURA
11	ADRIA VASCONCELOS PEREIRA	UNAMA
12	ADRIAN SOUSA DE ALMEIDA	UNAMA
13	ADRIANA CIRINO DOS SANTOS	UNAMA
14	ADRIANA DOS SANTOS BERNARDES	UNAMA
15	ADRIANA SCHUTT	PREFEITURA
16	ADRIANO CARVALHO DA SILVA	PREFEITURA

17	ADRIELKY DOS SANTOS PEDRADO	UNAMA
18	ADRIELLE DA SILVA SILVA	UNAMA
19	ADRIELLE GADELHA RAMOS	UNAMA
20	ADRYELLY BLANDINA CARDOSO SOARES	PREFEITURA
21	AILANDA FERREIRA TAVARES	PREFEITURA
22	AKIEL FELIPE MENDONÇA ROCHA	UNAMA
23	ALAILSON JOCIVAN ARAUJO MUNIZ	PREFEITURA
24	ALAMIRO GATO DA COSTA NETO	UNAMA
25	ALAN CHRISTIAN ALMEIDA SOUZA	UNAMA
26	ALAN DE LIMA MOURA	UNAMA
27	ALANDA PERPETUA DE MATOS REBELO	PREFEITURA
28	ALANNA PAULA CUNHA DA FONSECA	PREFEITURA
29	ALBERTO PEDROSO FILHO	CÂMARA MUNICIPAL
30	ALBERTO PORTELA DE SOUSA	PREFEITURA
31	ALCILENE BEZERRA DE OLIVEIRA	CÂMARA MUNICIPAL
32	ALDACI LOURENCO RODRIGUES	PREFEITURA
33	ALDALENE MOTA	CÂMARA MUNICIPAL
34	ALDO NEVES MARCIAO FILHO	PREFEITURA
35	ALENE LIBERAL CUNHA	CÂMARA MUNICIPAL
36	ALEXANDRA CRISTIAN SILVA PICANCO	PREFEITURA
37	ALEXANDRE MARTINS MARIALVA	CÂMARA MUNICIPAL
38	ALEXANDRO NOGUEIRA DA SILVA	SENAC
39	ALFREDO GOMES DOS SANTOS	UNAMA
40	ALIA PAZ GALÚCIO	UNAMA
41	ALINE SILVA DE ALMEIDA	UFOPA
42	AMIRALDO BEZERRA DOS SANTOS	SENAC
43	ANA CAMILA BRANCO FREITAS	CÂMARA MUNICIPAL

44	ANA CELY DE SOUSA COELHO	UFOPA
45	ANA CHARLENE NEGREIROS NINOS	CÂMARA MUNICIPAL
46	ANA DHESSYK DA SILVA COSTA	CÂMARA MUNICIPAL
47	ANA GABRIELA FERNANDES OLIVEIRA	SENAC
48	ANA KAROLINY PORTELA ALMEIDA	SENAC
49	ANA PAULA NEVES DE LIMA	CÂMARA MUNICIPAL
50	ANA PAULA PORTELA RODRIGUES	UFOPA
51	ANA PAULA SILVA MONTEIRO	CÂMARA MUNICIPAL
52	ANA RICELLY PEREIRA DE OLIVEIRA	UFOPA
53	ANDREA PATRICIA SANTOS BEZERRA	SENAC
54	ANDRESSA ARAUJO LOPES	SENAC
55	ANTONIO CUNHA AGUIAR	CÂMARA MUNICIPAL
56	ANTONIO PEDROSO DE SOUSA	SENAC
57	ANTONIO UNILZO CORREA BRANCO	SENAC
58	ARILDA MORAES PEREIRA	UFOPA
59	AYAN LUCAS FERNANDES SALGADO	UFOPA
60	BÁRBARA TALIA DOS ANJOS MARINHO	UNAMA
61	BARBARA VITÓRIA BRITO CAVALCANTE	UNAMA
62	BARHBARA STAIGNER DE BRITO RODRIGUES	UNAMA
63	BEATRIZ ALMADA DA SILVA	UNAMA
64	BEATRIZ ALMEIDA MARTINS	UNAMA
65	BENEDITO CALDEIRA RODRIGUES NETO	UNAMA
66	BENEDITO PEREIRA FERREIRA NETO	UNAMA
67	BENEDITO RAIMUNDO NUNES CASTELO	PREFEITURA
68	BENJAMIN AUGUSTO ALVES DE SOUZA	CÂMARA MUNICIPAL
69	BENJAMIN JENNINGS FROTA	UNAMA
70	BERNADETH MIRANDA ESQUERDO	UNAMA

71	BERNARDO BRASIL BENTES	UNAMA
72	BERNARDO ROBERTO MORAIS SANTOS	UFOPA
73	BIANCA ANDRADE DA SILVA	UNAMA
74	Bianca Andreia Pereira Roberto	UNAMA
75	BIANCA DE OLIVEIRA GOMES	CÂMARA MUNICIPAL
76	BRUNA LUIZA LEITE	SENAC
77	BRUNA VANESSA GALUCIO DA SILVA	UNAMA
78	BRUNNA NICOLLY MOURA DE ANDRADE	UNAMA
79	Bruno Alexsandro Santos Miranda	UNAMA
80	BRUNO ASSUNÇÃO PORTO	UNAMA
81	BRUNO COSTA AZEVEDO	UNAMA
82	BRUNO MACHADO DE MELO	CÂMARA MUNICIPAL
83	BRUNO MANOEL SERIQUE DE SOUSA	PREFEITURA
84	CAMILA SUELLEN REIS RAMOS	UFOPA
85	CARINA CARVALHO COSTA PEREIRA	SENAC
86	CARLA NATALUCY RODRIGUES FERNANDES	PREFEITURA
87	CARLOS ALBERTO PEREIRA SANTOS	PREFEITURA
88	CARLOS CRISTIAN DE JESUS BANDEIRA	CÂMARA MUNICIPAL
89	CARLOS LACERDA MACIEL JUNIOR	PREFEITURA
90	CARLOS LAIR MAIA DA SILVA	CÂMARA MUNICIPAL
91	CARMELINA SILVA DE LIMA	PREFEITURA
92	CÉLIA MARIA GUIMARÃES SANTOS	UFOPA
93	CELINA HENRIQUE SANTOS DA SILVA	PREFEITURA
94	CÉSAR BENAION LIMA	UFOPA
95	CESAR HENRIQUE MOURA LOPES	PREFEITURA
96	CHRISTIAN NEWTON DOS SANTOS REBELO	PREFEITURA
97	CIDIANE ARACATY LOBATO	UFOPA

98	CINTIA BATISTA DOS SANTOS	UFOPA
99	CIRILO ROQUE RODRIGUES	PREFEITURA
100	CIRO AMIR BARROS FIGUEIRA	PREFEITURA
101	CLARA JAMILE MENEZES PIMENTEL	PREFEITURA
102	CLARANE WALFREDO DA CONCEICAO	PREFEITURA
103	CLARICE LUCIANE FROHLICH MOREIRA	UNAMA
104	CLARISSA SEIXAS SOUZA	UNAMA
105	CLARISSA SOUZA GUERREIRO	UNAMA
106	CLAUCILENE SÁ DE MIRANDA	UNAMA
107	CLAUDENY LINS LIMA	UNAMA
108	CLAUDERLAN ROCHA DA FONSECA	UNAMA
109	CLAUDIA ANDREA MOTA DE JESUS	PREFEITURA
110	CLAUDIA JOVELINA ALBARADO PESSOA	PREFEITURA
111	CLAUDIA LIMA CONCEICAO DO NASCIMENTO	PREFEITURA
112	CLAUDIA LUCAS CAVALCANTE/LICENÇA SAÚDE	UFOPA
113	CLAUDIO DE JESUS DA SILVA OLIVEIRA	PREFEITURA
114	CLAUDIO HENRIQUE CAETANO DE SOUSA JUNIOR	PREFEITURA
115	CLAYTON LUIS CORREA ARAUJO	PREFEITURA
116	CLÉDISON SOUSA PINTO	UFOPA
117	CLEDSON DA SILVA	SENAC
118	CLENILDA DOS SANTOS	PREFEITURA
119	CLENILDO DE AMARAL FREITAS	PREFEITURA
120	CLICIANE PINTO MONTEIRO	PREFEITURA
121	CRISTIANA CECILIA SENA NOGUEIRA GUIMARAES	SENAC
122	CRISTIANA PORTELA TIBURCIO	PREFEITURA
123	CRISTIANO BATISTA MOTTA	CÂMARA MUNICIPAL
124	DAIANE DA ROCHA PEREIRA	PREFEITURA

125	DAIANE DA SILVA MIRANDA	UFOPA
126	DAILSON MOREIRA LIMA	PREFEITURA
127	DANIEL CLINGER DOS SANTOS VALE	SENAC
128	DANIEL DE SOUSA MOTA	PREFEITURA
129	DANIEL GALUCIO VIEIRA	PREFEITURA
130	DANIELA OLIVEIRA PEREIRA	PREFEITURA
131	DANIELE CARREIRO DOS SANTOS	PREFEITURA
132	DANIELE MESQUITA BATISTA	UFOPA
133	DARIO PEREIRA DE AGUIAR	CÂMARA MUNICIPAL
134	DARLENE DA SILVA PONTES	CÂMARA MUNICIPAL
135	DARLISON REGO MAIA	PREFEITURA
136	DAYAN CASTRO MELO	PREFEITURA
137	DAYANE DE OLIVEIRA VIEIRA	PREFEITURA
138	DAYSE DA SILVA FERREIRA	UNAMA
139	DÉA DE SOUZA ALHO	UNAMA
140	DÉA GARCIA PAIVA SOARES	UNAMA
141	DÉBORA CAROLINE BENTES FEITOSA	UNAMA
142	DÉBORA CONCEIÇÃO SANTANA	UNAMA
143	DELCIANE FIGUEIRA ROCHA	PREFEITURA
144	DELZUITA CONCEICAO AGUIAR	PREFEITURA
145	DENILSON GRANGEIRO RODRIGUES	PREFEITURA
146	DENIS CLEBER DOS SANTOS BORGES	PREFEITURA
147	DENISE DINIZ MIRANDA	SENAC
148	DEUNICE SOARES DO NASCIMENTO	SENAC
149	DEYSE CAROLINA FURTADO DOS SANTOS	PREFEITURA
150	DIEGO MAGNO PASTANA TAVEIRA	PREFEITURA
151	DIEGO PINTO DA ROCHA	CÂMARA MUNICIPAL

152	DIEGO VICTOR DA SILVA TEIXEIRA	UNAMA
153	DIELEN DA SILVA E SILVA	UNAMA
154	DOETHIRO DUARTE BATISTA	UNAMA
155	DOMINGAS ROCHA DE MELO	UNAMA
156	DORINALDO DE SOUSA MIRANDA	SENAC
157	ECLESON MURILO FIGUEIRA ROCHA	PREFEITURA
158	EDENILZA DE SOUZA COHEN	CÂMARA MUNICIPAL
159	EDER RODRIGO RIKER MARINHO	PREFEITURA
160	EDIENE BARBOSA MORAES	PREFEITURA
161	EDIMARA BATISTA PICANCO	PREFEITURA
162	EDINALDO DE MELO OEIRAS	CÂMARA MUNICIPAL
163	EDINELSON SILVA MAIA	PREFEITURA
164	EDINELZA BARRETO SILVA	PREFEITURA
165	EDINEOMA DOS SANTOS VIEIRA	PREFEITURA
166	EDIVAN DOS SANTOS ARAUJO	PREFEITURA
167	EDMARA DE SOUSA FROES	PREFEITURA
168	EDMUNDO DA COSTA FIGUEIRA	CÂMARA MUNICIPAL
169	EDMUNDO SILVA DO NASCIMENTO	PREFEITURA
170	EDNAIRO GIULIO GOMES BARBALHO	CÂMARA MUNICIPAL
171	EDSON LUIZ KLEIN	PREFEITURA
172	ELANA GUIMARÃES DA SILVA	UFOPA
173	ELANNA CRISTINE GOMES SIMOES	CÂMARA MUNICIPAL
174	ELDINEI DA SILVA LICATA	PREFEITURA
175	ELEN CRISTINA PEREIRA EVANGELISTA	PREFEITURA
176	ELI DA CRUZ SILVA	PREFEITURA
177	ELIANE MARIA ALVES DOS SANTOS	PREFEITURA
178	ELIANNE COSTA ALVES	SENAC



179	ELIAS PONTES DE SOUSA	CÂMARA MUNICIPAL
180	ELIAS SANTOS DOS REIS	PREFEITURA
181	ELINALDO SOUSA DA SILVA	UFOPA
182	ELINELSON DE SOUSA SANTOS	PREFEITURA
183	ELIVALDO FROES CARVALHO	CÂMARA MUNICIPAL
184	ELIVALDO REIS DE SOUSA	CÂMARA MUNICIPAL
185	ELIZABETE ALVES UCHOA	PREFEITURA
186	ELIZABETE MARTINS DE ABREU PORTELA	PREFEITURA
187	ELIZIANE ARAUJO DA SILVA	PREFEITURA
188	ELUANDREA CARVALHO DA SILVA	PREFEITURA
189	ELYENE SILVA AMARAL	PREFEITURA
190	EMANUELE FERREIRA MARINHO	UFOPA
191	EMANUELLE ANDREA CORREA DE AGUIAR	PREFEITURA
192	EMERSON PANTOJA CARVALHO	PREFEITURA
193	ENILDA MARIA SILVA PEREIRA	PREFEITURA
194	ENILDA SOARES TEIXEIRA	PREFEITURA
195	ENNA AMAZONAS GONCALVES	PREFEITURA
196	ERACTO DA SILVA CORREIA	PREFEITURA
197	ERCIELE MARMITT PHILIPPSSEN DA SILVA	PREFEITURA
198	EREK FONSECA DA SILVA	PREFEITURA
199	ERICA AMANDA DE SOUZA AZEVEDO	PREFEITURA
200	ERICA DA SILVA FERREIRA	UNAMA
201	ERICA MARIA LIRA DE OLIVEIRA	PREFEITURA
202	ERICA MOREIRA VIEIRA	UNAMA
203	ERICA REANE FIGUEIREDO CARDOSO	PREFEITURA
204	ÉRICA THAÍS PEREIRA DE CASTRO	UNAMA
205	ÉRICA YASMIN PINHEIRO DA SILVA	UNAMA

206	ERICK BARROS BARBOSA	UNAMA
207	ERICK BREENDER MOREIRA MORAIS	UNAMA
208	ERIKA CRISTINA DE SOUZA MOTA	PREFEITURA
209	EVANILCE FIGUEIRA DE SIQUEIRA	UNAMA
210	EVANILSON DA SILVA VASCONCELOS	UNAMA
211	EVELANE VILASBOAS DE SOUSA	UNAMA
212	EVELIN JORDANA MARTINS LIRA	UNAMA
213	EVELIN VIVIANE BORGES MAFRA	UNAMA
214	FABIANE PEREIRA PINTO	PREFEITURA
215	FABIANO CAMPOS FARIAS	PREFEITURA
216	FABIO UCHOA LIMA	CÂMARA MUNICIPAL
217	FABRIANE RAMOS DE OLIVEIRA	PREFEITURA
218	FABRICIA RAMOS CARDOSO	UNAMA
219	FABRICIA SUANI MENDES DA CRUZ	UNAMA
220	FABRICIO ABECASSIS LIMA	UNAMA
221	FABRICIO BERNARDES DE OLIVEIRA DA SILVA	PREFEITURA
222	FABRICIO LUIZ DE ANDRADE PEREIRA	PREFEITURA
223	FABRINE PORTELA DE AGUIAR	PREFEITURA
224	FELIPE SÁ DA COSTA	UNAMA
225	FELIPE SOUSA PEREIRA	UNAMA
226	FERNANDA ARRUDA DA SILVA	UNAMA
227	FERNANDA CAETANO	UNAMA
228	FERNANDO DOS SANTOS MIRANDA	PREFEITURA
229	FERNANDO SOUSA RIBEIRO	PREFEITURA
230	FLAVIA NATHALE CORRÊA BENTES	UNAMA
231	FLÁVIA PAULO RODRIGUES	UNAMA
232	FLAVIA RAFAELLA PEREIRA LEAL	PREFEITURA

233	FLAVIANE CASTRO DA SILVA	PREFEITURA
234	FLAVIANE KELLY PASTANA SILVA	PREFEITURA
235	FLÁVIO AGNELO LOUREIRO HAGE	UNAMA
236	FORTUNATO SOARES DOS SANTOS	PREFEITURA
237	FRANCENILDA CARDOSO SANTOS	PREFEITURA
238	FRANCINALVA DE ALMEIDA SANTOS	PREFEITURA
239	FRANCINEY VALENTE COELHO	PREFEITURA
240	FRANCIS ALOYSIUS PROBST	SENAC
241	FRANCISCA ELINETE LIRA DE OLIVEIRA	CÂMARA MUNICIPAL
242	FRANCISCO BERNARDO GOMES VIANA	PREFEITURA
243	FRANCISCO EDINALDO DA SILVA FERREIRA	PREFEITURA
244	FRANCISCO OLIVAR ARAUJO JUCA JUNIOR	PREFEITURA
245	FRANCISCO RIBEIRO BARBOSA	PREFEITURA
246	FRANCISCO RONNE SILVA PORTO	PREFEITURA
247	FRANCISCO SOUSA LIMA	PREFEITURA
248	FRANCIVETE GOMES DE AGUIAR	PREFEITURA
249	FRANKLIN AUGUSTO BRAZAO RODRIGUES	PREFEITURA
250	GABRIEL RODRIGUES DE SOUZA	UNAMA
251	GABRIEL SILVA DE SOUSA	UNAMA
252	GABRIEL VINÍCIUS DOS SANTOS DE ALMEIDA	UNAMA
253	GABRIEL WILLIAN OLIVEIRA DE FIGUEIREDO	UNAMA
254	GABRIEL XIMENES MIRANDA NUNES	UNAMA
255	GABRIELA ALBARADO ALVES	UNAMA
256	GABRIELA DE JESUS SILVA MENDES	UNAMA
257	GABRIELA DE SOUZA GUIMARÃES	UNAMA
258	GABRIELLE MARIA SOUSA DE OLIVEIRA	PREFEITURA
259	GEANDRA CARLA ALVES DA SILVA	CÂMARA MUNICIPAL

260	GENARDO PEREIRA PANTOJO	PREFEITURA
261	GENI GOMES QUEIROZ	SENAC
262	GEORGE DOUGLAS SILVA DE SOUSA	SENAC
263	GEORGE MAX DOS SANTOS	SENAC
264	GEORGILKA PAULA WALFREDO PESSOA	PREFEITURA
265	GERINALDO FERREIRA DOS SANTOS	PREFEITURA
266	GETHER VASCONCELOS BRAZ	PREFEITURA
267	GIL ORLENE FONSECA MIRANDA	PREFEITURA
268	GILDO CELIO MARQUES DA TRINDADE	PREFEITURA
269	GILMAR DOS SANTOS BRITO	PREFEITURA
270	GISELE MARTINS BRANCHES	PREFEITURA
271	GIULIA VITORIA PINTO DA TRINDADE	PREFEITURA
272	GRACY KELLY TAVARES FIGUEIREDO DE LIMA	PREFEITURA
273	GRASIELA BASILIO BRAZ	PREFEITURA
274	GRAZIELE DE SOUSA BRANCO	SENAC
275	GUSTHAVO NASCIMENTO CHAVES	PREFEITURA
276	HELIO SANDRE DOS ANJOS MEIRA	CÂMARA MUNICIPAL
277	HELYNS CARVALHO ALMEIDA	PREFEITURA
278	HERIK GUILHERME BURMANN MARINHO	UNAMA
279	HERMAN ASCENCAO SILVA NUNES	UFOPA
280	HEULLER GUIMARAES ALHO	UNAMA
281	HEYSA AIMÉ MARQUES DE SOUSA	UNAMA
282	HIANA MIRTES DE SOUSA COELHO	UNAMA
283	HIANDRA BATISTA SARMENTO	UNAMA
284	HIGOR ARAUJO	UNAMA
285	HIGOR DA SILVA LINO	UNAMA
286	HIGOR SILVA DOS SANTOS	UNAMA

287	HIGOR THALES DA SILVA SOUTO	UNAMA
288	HILDA ALINE BRITO DOS SANTOS	PREFEITURA
289	HUGO DANIEL CASTRO DE ALMEIDA	CÂMARA MUNICIPAL
290	HUMBERTO HUGO SERRAO DE OLIVEIRA	PREFEITURA
291	IASMIM HENRIQUES CORREA	PREFEITURA
292	IDERALDO LUIS VINHOTE FIGUEIRA	UFOPA
293	IGOR ANTONIO BATISTA DE OLIVEIRA	PREFEITURA
294	IGOR RAFAEL PONTE FERREIRA	PREFEITURA
295	ILCE FERNANDA CHAGAS FONTENELE	UNAMA
296	ILMA KAROLINA SILVA DE SOUSA	UNAMA
297	ILVA AMARAL PEREIRA PESSOA	UNAMA
298	IMARA MAGDA COELHO NEVES	UNAMA
299	INACIA CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA	UNAMA
300	INARA INGRIDE CARDOSO DA GRACA	UNAMA
301	INARA KARINE SANTOS VILHENA	UNAMA
302	INGRID ALYNNE BRENNANATHACHA DA SILVA LEMOS	UNAMA
303	INOCENCIO JOAO SANTOS DE MIRANDA	PREFEITURA
304	IRACEMA LICATA MONTEIRO	PREFEITURA
305	IRACLELE MARIA SOUZA DA MOTA	PREFEITURA
306	IRACY LEANE BATISTA LOPES	PREFEITURA
307	IRICLEI COSTA COELHO	PREFEITURA
308	IRIS SILVA GOMES	PREFEITURA
309	IRISLENE SILVA DA CRUZ	PREFEITURA
310	IRISMAR DIAS ROCHA	PREFEITURA
311	IRLAINE MARIA FIGUEIRA DA SILVA	PREFEITURA
312	IRLANDA MARINHO NUNES	PREFEITURA
313	IRLES ALMEIDA LEMOS	PREFEITURA

314	ISABEL CRISTINA BASTOS DA SILVA	PREFEITURA
315	ISABELE DE SOUSA FIGUEIRA	PREFEITURA
316	ISAIAS COELHO MORAES	PREFEITURA
317	ISAURA MARINHO DA COSTA	PREFEITURA
318	ISLAÍNE NUNES DA ROCHA	UNAMA
319	ISMAEL REIS DE LIRA	PREFEITURA
320	ISMAEL VINHOTE SERRÃO	UNAMA
321	ISMAR JOSE DA SILVA E SOUZA JUNIOR	PREFEITURA
322	ISNAEL PAIVA SILVA	UNAMA
323	ISONEIDE FERNANDES MELO	PREFEITURA
324	ISRAEL LOPES REGO	UNAMA
325	ISRAEL PINTO DA SILVA	UNAMA
326	ITAINA VALLESKA FURTADO DE AZEVEDO	UNAMA
327	ITALO CÉSAR FREITAS DE LIMA	UNAMA
328	ITALO DE SOUSA CORRÊA	UNAMA
329	ITALO PETERSON RIBEIRO PAIVA	PREFEITURA
330	ITAMARA RABELO BORGES	PREFEITURA
331	IVAN DE SA BORGES	PREFEITURA
332	IVAN DE SOUSA BENTES	SENAC
333	IVANA KARINA SOUSA DE ALBUQUERQUE	PREFEITURA
334	IVANA PIMENTEL DA SILVA	PREFEITURA
335	IVANEIDE GUIMARAES FERREIRA	PREFEITURA
336	IZETE ROCHA BATISTA	PREFEITURA
337	JACKSON COSTA COELHO	PREFEITURA
338	JACOB NATALINO ALHO DA MOTA	PREFEITURA
339	JAIR MANOEL PIMENTEL PEDROSO	PREFEITURA
340	JAKLENE SARAIVA MONTEIRO	PREFEITURA

341	JAMILE SOUZA DE SOUZA	PREFEITURA
342	JANAINA DE SOUSA MENDONÇA	UFOPA
343	JANDER LUIS CASTRO GUIMARAES	PREFEITURA
344	JANDEX DE SOUSA NEVES	PREFEITURA
345	JARINE AMORIN FARIAS	UFOPA
346	JARLANE MARIA MOREIRA VELOSO	PREFEITURA
347	JARLENE MARIA MOREIRA FIGUEIREDO	PREFEITURA
348	JARNILSON LINHARES SARAIVA	PREFEITURA
349	JEAN CARLOS DE SOUSA LEITAO	PREFEITURA
350	JEAN MARCOS DA SILVA PEREIRA	SENAC
351	JEFERSON SILVEIRA DA SILVA	PREFEITURA
352	JEFFERSON JANDERI JESUS DE AZEVEDO	CÂMARA MUNICIPAL
353	JEFFERSON RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	PREFEITURA
354	JEFFERSON SILVA SANTOS	CÂMARA MUNICIPAL
355	JEOVANIA SOUSA DA CRUZ	CÂMARA MUNICIPAL
356	JESSICA SA DE AZEVEDO	CÂMARA MUNICIPAL
357	JHONNY DIAS SILVA	UNAMA
358	JHONY RICARDO NAZARIO RIBEIRO	UNAMA
359	JHULIA ELANA ARAUJO	UNAMA
360	JHULIANA DE OLIVEIRA ALVES	UNAMA
361	JHULLY CAROLINE MACIEL FERNANDES	UNAMA
362	JOAB ALVES DE SOUSA	UNAMA
363	JOABE DA SILVA FARIAS	UNAMA
364	JOANA ANGELICA LIMA FERNANDES	SENAC
365	JOÃO VITOR PEREIRA LIMA	CÂMARA MUNICIPAL
366	JOCIVANE BATISTA DOLZANE	SENAC
367	JOÉBIO PINHEIRO DOS SANTOS FILHO	UNAMA

368	Joedson Carvalho de Sousa	UNAMA
369	JOEL CASTRO RÊGO	UNAMA
370	JOEL MENDES DOS SANTOS	UNAMA
371	JOEL PRATA BARBOSA	UNAMA
372	Joelle Rayne Jati Ferreira	UNAMA
373	JOELSON NOGUEIRA RIBEIRO	UFOPA
374	JOENE MANUELLE DOS SANTOS MIRANDA	UNAMA
375	JOENILSON DORZANE CARDOSO	UNAMA
376	JOESLLEY SOARES MACIEL	UNAMA
377	JOHANNA GABRIELLE ANDRADE DOS SANTOS	UNAMA
378	JOHEYSE MARES ALBUQUERQUE	UNAMA
379	JOHN VICTOR COSTA TAVARES	UNAMA
380	JOHNATAN PEREIRA MIRANDA	UNAMA
381	JONE CARLOS DE OLIVEIRA	UFOPA
382	JONES NOGUEIRA RIBEIRO	UFOPA
383	JOSAFÁ FREITAS CORREIA	CÂMARA MUNICIPAL
384	JOSE BOAVENTURA VIEIRA COLARES	CÂMARA MUNICIPAL
385	JOSE RAIMUNDO LIMA DE MELO	CÂMARA MUNICIPAL
386	JOSEANE REGO GODINHO	UFOPA
387	JUCIVANE SOUSA BRAGA	UNAMA
388	JUDA BEM HUR BATISTA DE SOUSA	UNAMA
389	JUHLYE EVELIN LIMA DE SOUZA	UNAMA
390	JULIA ALANA SILVA DE SOUSA	UNAMA
391	JÚLIA BATISTA MACHADO	UNAMA
392	KARINA RODRIGUES DE AGUIAR	PREFEITURA
393	KAROLINA DE SOUSA NEVES	PREFEITURA
394	KAROLINE GOMES BENOLIEL PEREIRA	PREFEITURA



395	KATIA CARNEIRO SILVA	PREFEITURA
396	KATIA CILENE TRINDADE DA SILVA	PREFEITURA
397	KATIA MARIA FONSECA DA SILVEIRA	PREFEITURA
398	KATIA MARIA MOURA DOS ANJOS	PREFEITURA
399	KATIA SHEILA PIRES CORREA	PREFEITURA
400	KATIANE COSTA SA	PREFEITURA
401	KAYURI NAOMI GONÇALVES OKADA	UNAMA
402	KECIANE AZEVEDO DE FREITAS	UNAMA
403	KEDIMAEAL ALMEIDA DE SOUSA	UNAMA
404	KÉDINA DA SILVA RODRIGUES	UNAMA
405	KEDMA FERNANDES AGUIAR	UNAMA
406	KEICYANE VINHOTE DOS SANTOS	UNAMA
407	KEILA DA SILVA SANTOS	UNAMA
408	KEILA DO MONTE LIMA	UNAMA
409	KELVYANNE KELLY DE SOUSA	PREFEITURA
410	KELYANE GOMES DA SILVA	PREFEITURA
411	KELZILENE CRISTIANE CRUZ DA SILVA	CÂMARA MUNICIPAL
412	LARISSA RODRIGUES DA SILVA	PREFEITURA
413	LEIDIANE LOPES FIGUEIRA	PREFEITURA
414	LENILDO MOTA BARBOSA	PREFEITURA
415	LENIR DOS SANTOS	PREFEITURA
416	LEOLINDO AFLALO BATISTA	PREFEITURA
417	LEONEIDE TRINDADE DA SILVA	UFOPA
418	LEONI JOSE BUBOLA LIMA	CÂMARA MUNICIPAL
419	LETICIA TAIS OLIVEIRA DE SOUSA	UNAMA
420	LETICIA TRINDADE PORTILHO	UNAMA
421	LEVI SILVA DA SILVA	UNAMA

422	LEVY ANDREY DOS SANTOS	PREFEITURA
423	LIA BEATRIZ NOGUEIRA LOBO	UNAMA
424	LIA SANDRINE VINHOTE DA SILVA	UNAMA
425	LIANA PIRES CATUNDA	UNAMA
426	LIANDRA DE CÁSSIA FREIRE DO NASCIMENTO	UNAMA
427	LIANDRA FRANCISCO LIMA	UNAMA
428	LÍDIA TAVARES DOS SANTOS	UNAMA
429	LIDIANE A M SILVA GIBSON	UNAMA
430	LIDIANE MAGALHÃES DA CRUZ	UNAMA
431	LIDIANE MAIA GUIMARÃES ROCHA	UNAMA
432	LIDIANE MATOS PEREIRA	UNAMA
433	LIDIANE PEREIRA DA SILVA	SENAC
434	LIGIA MARIA DOS ANJOS SILVA	UFOPA
435	LINDOMAR FREIRE LEAO DE ANDRADE	CÂMARA MUNICIPAL
436	LINDOMAR MONTEIRO SILVA	UFOPA
437	LORENA SUSSUARANA PENA	PREFEITURA
438	LUANA CARLA COSTA SILVA	PREFEITURA
439	LUANA SILVA DE SOUSA	UFOPA
440	LUCAS DOS SANTOS PEREIRA	PREFEITURA
441	LUCAS SILVA VIEIRA	PREFEITURA
442	LUCIA JARDENE DIAS FUCK	PREFEITURA
443	LUCIANE MARIA PEREIRA DE SOUSA	PREFEITURA
444	LUCIANE RODRIGUES LIMA	PREFEITURA
445	LUCIANO SILVA DA SILVA	UFOPA
446	LUCINDA SANTOS RIBEIRO	PREFEITURA
447	LUIS ALBERTO OLIVEIRA DA SILVA	PREFEITURA
448	LUIS CARLOS NOBRE PASTANA	PREFEITURA

449	LUIS HENRICK FONSECA DA COSTA	UNAMA
450	LUIS HENRIQUE DIAS BRAGA	UNAMA
451	LUIS HENRIQUE FARIAS DE ANDRADE JUNIOR	UNAMA
452	LUIS HENRIQUE ROCHA REPOLHO	PREFEITURA
453	LUISE MARIA DE ALMEIDA CARVALHO	UNAMA
454	LUIZ HENRIQUE RUFINO OLIVEIRA	UFOPA
455	MANOEL NEVES FILHO	CÂMARA MUNICIPAL
456	MARCEL AUGUSTO SOUSA AMAZONAS	UFOPA
457	MARCELA REIS MESQUITA	UFOPA
458	MARCELO MAIA RUSSO GIESTAS	CÂMARA MUNICIPAL
459	MARCIO ANTONIO FERNANDES REIS	SENAC
460	MARCOS EDUARDO ALVES DA SILVA	UNAMA
461	MARCOS FELIPE DA MOTA CARDOSO	UNAMA
462	MARCOS FELIPE DOS SANTOS NASCIMENTO	UNAMA
463	MARCOS FERREIRA MOTA	UNAMA
464	MARCOS FRANCISCO SERAFIM DE SOUZA	UNAMA
465	MARCOS HENRIQUE RODRIGUES CÂNDIDO	UNAMA
466	MARCOS JOSÉ RÉGO DA SILVA	UNAMA
467	MARCOS MIROCLES PEREIRA SOUZA	CÂMARA MUNICIPAL
468	MARGARIDA ANDREIA ALVES DE SOUSA	CÂMARA MUNICIPAL
469	MARIA DA CONCEICAO ALMEIDA REGO	CÂMARA MUNICIPAL
470	MARIA DA SAUDE FIGUEIRA GOMES	CÂMARA MUNICIPAL
471	MARIA DE FATIMA GOMES PIMENTEL	PREFEITURA
472	MARIA DOMINGAS PAIXAO RIBEIRO	SENAC
473	MARIA ELOINA LOPES FIGUEIRA DE CASTRO	UFOPA
474	MARIA JOSE DO CARMO SILVA	CÂMARA MUNICIPAL
475	MARIA JUVENILA OLIVEIRA DINIZ	CÂMARA MUNICIPAL

476	MARIA LUCILENE SILVA	UFOPA
477	MARIA NADIR DA SILVA BRASIL	CÂMARA MUNICIPAL
478	MARIA ODENISE DE SALES COSTA	CÂMARA MUNICIPAL
479	MARIA RAIMUNDA DOURADO E SOUSA	CÂMARA MUNICIPAL
480	MARIA RAIMUNDA FONSECA SOUZA	CÂMARA MUNICIPAL
481	MARIA RISELI CARVALHO CASEMIRO	PREFEITURA
482	MARIA RITA DA SILVA FERREIRA	PREFEITURA
483	MARIA ROSIANE DA SILVA MATOS	PREFEITURA
484	MARIA SIRLEI TAVARES BARBOSA	SENAC
485	MARIA SUELY SILVA DE MESQUITA	PREFEITURA
486	MARILENE DA SILVA CORREA	PREFEITURA
487	MARILENE SILVA DE OLIVEIRA	PREFEITURA
488	MARILEUDA DE SOUZA CUNHA	PREFEITURA
489	MARILIA ALMEIDA MADURO	CÂMARA MUNICIPAL
490	MARLEN RIBEIRO REGO	PREFEITURA
491	MARLISON ANDRADE DOS REIS	PREFEITURA
492	MARLISON LUAN SILVA RODRIGUES	PREFEITURA
493	MARLUCYA VASCONCELOS NAZARE LOPES	CÂMARA MUNICIPAL
494	MATEUS AZEVEDO AGUIAR	PREFEITURA
495	MAURICIO LIRA DA SILVA	PREFEITURA
496	MAURICIO PEREIRA	PREFEITURA
497	MAX NEY BRANCHES DA SILVA	PREFEITURA
498	MAYARA CELLIE LIBERAL REGO	PREFEITURA
499	MAYARA MIELLEN CARDOSO PIMENTEL	UFOPA
500	MAYSA LOPES FERNANDES	CÂMARA MUNICIPAL
501	MICHAEL RUFINO DA SILVA	PREFEITURA
502	MIRIAN GOSSEL DA SILVA	PREFEITURA

503	MIRIAN PEREIRA TRINDADE	CÂMARA MUNICIPAL
504	MOISES DE SANTANA QUARESMA	PREFEITURA
505	NAHOR DE SOUSA VIEIRA	PREFEITURA
506	NAIARA ALEXANDRA CAMICIA	PREFEITURA
507	NARLI SARMENTO BARBOSA	PREFEITURA
508	NATACHA RAMBOWA BANDEIRA XAVIER	CÂMARA MUNICIPAL
509	NATAL NAZARENO SANTANA MARINHO	PREFEITURA
510	NATASHA VALENTE LAZZARETTI	PREFEITURA
511	NAYARA LIMA COSTA	PREFEITURA
512	NAZARE CERDEIRA PAZ	CÂMARA MUNICIPAL
513	NETYARA RICHELE DA COSTA TAVARES	UFOPA
514	NICIA COIMBRA DOS SANTOS	CÂMARA MUNICIPAL
515	NICOLLI GOMES DOS SANTOS AZEVEDO	UNAMA
516	NILO ELIELSON SILVA LIMA	UNAMA
517	NILTON DAVID SOUSA DA SILVA	UNAMA
518	NILZEUGÊNIA LIMA DE FREITAS	UNAMA
519	NIRLEI SOUSA ALMEIDA	UNAMA
520	NÍVEA LUANA ALMEIDA DO NASCIMENTO	UNAMA
521	NIVEA REBECA DOS SANTOS BEZERRA	UNAMA
522	NIVELYN COTA PIRES	UNAMA
523	NIVIANE DOS SANTOS DOLZANE	PREFEITURA
524	NOELI NUNES DE SOUSA	UNAMA
525	NOELMA FERREIRA LIRA	CÂMARA MUNICIPAL
526	NORBERTO CARDOSO TENÓRIO	UNAMA
527	NÚBIA CRISTINA DE JESUS PEREIRA	UNAMA
528	NYCKISOM CRISOSTOMO PRATA DA SILVA	UNAMA
529	NYCOLE DE SOUZA LEÃO	UNAMA

530	OCTÁVIO AUGUSTO DANTAS DA SILVA	UNAMA
531	ODALY CRISTINE GOMES COSTA	UNAMA
532	ODALYCE BEATRIZ GARCIA DE SOUSA	UNAMA
533	ODÁVIO ELTON SIQUEIRA DE AMARAL	UNAMA
534	ODENILSON CARDOSO DOS SANTOS	PREFEITURA
535	ODIRLEI FIGUEIRA DA SILVA	SENAC
536	OLDELICE PEDROSO REPOLHO WEGNER	SENAC
537	OLGA BARILE COHEN	CÂMARA MUNICIPAL
538	ORLANILSON DA SILVA BRITO	PREFEITURA
539	ORLENA ALVES DE SOUSA	PREFEITURA
540	ORLESSANDRA AMARAL SANTANA	PREFEITURA
541	OSMARINA NASCIMENTO PIRES	PREFEITURA
542	OSNY ABEL DA SILVA MOTA	PREFEITURA
543	OSVALDO MONTEIRO PEREIRA	PREFEITURA
544	OZEMIAS PIMENTA NUNES	PREFEITURA
545	OZIANE LIMA VALENTE	PREFEITURA
546	PABLO DIEGO PIEDADE DE CARVALHO	PREFEITURA
547	PAMELA PEREIRA DA SILVA GARCIA	PREFEITURA
548	PAMELA RAIANE ALVES NOGUEIRA	PREFEITURA
549	PATRICIA ARAUJO DE SOUSA	PREFEITURA
550	PATRICK DE SOUZA PONTES	CÂMARA MUNICIPAL
551	PAULA THAIS TRINDADE DE SOUSA	UFOPA
552	PAULO ALMEIDA SANTOS	PREFEITURA
553	PAULO CESAR COLARES CANTO	PREFEITURA
554	PAULO EDUARDO BORBOREMA DE SOUSA	CÂMARA MUNICIPAL
555	PAULO HENRIQUE COSTA DA SILVA	PREFEITURA
556	PAULO SERGIO DA SILVA ALVES	PREFEITURA

557	PEDRO BATISTA GOMES FILHO	PREFEITURA
558	PEDRO JAKSON MARCELO DE JESUS JUNIOR	PREFEITURA
559	PEDRO PAULO FERREIRA OLIVEIRA	SENAC
560	PETRUCIA CARMEM MIRANDA FERREIRA	PREFEITURA
561	PHILIP MILTON BENTES DOS SANTOS	UNAMA
562	PHILIPPE GARDNER DO CARMO PEREIRA	UNAMA
563	POLIANA SILVA FERRAZ DE SOUSA	UNAMA
564	POLIANA SUANNE RODRIGUES DE SOUSA	UNAMA
565	POLIANE OLIVEIRA DA SILVA	UNAMA
566	POLIANE SILVA LOPES	SENAC
567	POLLYANNE MAIA GOMES	UNAMA
568	PRISCILA ALVES DA ROCHA	UNAMA
569	PRISCILA DE OLIVEIRA SANTOS	UNAMA
570	PRISCILA DE SOUSA CARVALHO	UNAMA
571	PRISCILA LIMA DOS SANTOS	UNAMA
572	PRISCILA PINTO ARAÚJO DA SILVA	UNAMA
573	PRISCILA VASCONCELOS TRINDADE	UNAMA
574	PRISCILLA NEVES HAGMANN FIGUEIRA	UNAMA
575	PRISLANE CARNEIRO AGUIAR	UNAMA
576	QUÉREM HAPUQUE MEDEIROS REIS	UNAMA
577	RAAB MAYCLERIE ARAÚJO DOS SANTOS	UNAMA
578	RAFAEL APARECIDO DE SOUZA BASTOS DOMINGOS	UNAMA
579	RAFAEL BARROS RANIERI	UNAMA
580	RAFAEL BEZERRA RÉGO	UNAMA
581	RAFAEL DE ALMEIDA ALVES	UNAMA
582	RAILENE PAES DA SILVA	PREFEITURA
583	RAILSON CARLOS GAMA DE SOUSA	PREFEITURA

584	RAIMUNDA ARLETE FERNANDES DA SILVA	PREFEITURA
585	RAIMUNDA DA SILVA RIKER	PREFEITURA
586	RAIMUNDA ELISETE DE OLIVEIRA SILVA	PREFEITURA
587	RAIMUNDA ELIZABETH DA SILVA AGUIAR	PREFEITURA
588	RAIMUNDA FEITOSA MENDES	PREFEITURA
589	RAIMUNDA TRACY DE SOUSA ALMEIDA	UFOPA
590	RAIMUNDA LINDALVA DA SILVA SERRA	PREFEITURA
591	RAIMUNDA LOPES DE SOUSA	PREFEITURA
592	RAIMUNDO ANTONIO DE SOUSA RIBEIRO	PREFEITURA
593	RAIMUNDO ARLISSON FERREIRA REPOLHO	CÂMARA MUNICIPAL
594	RAIMUNDO DE SALES COSTA	CÂMARA MUNICIPAL
595	RAIMUNDO IZAAC FERREIRA	PREFEITURA
596	RAIMUNDO NONATO DA COSTA	PREFEITURA
597	RAIMUNDO NONATO DA SILVA E SILVA	PREFEITURA
598	RAIMUNDO NONATO DO AMARAL	PREFEITURA
599	RAIMUNDO RONILSON RIBEIRO LOPES	PREFEITURA
600	RALITON ALVES SANTOS	SENAC
601	RANGEL FIGUEIRA DE SOUSA	PREFEITURA
602	RAQUEL SANTOS DA SILVA	UFOPA
603	RENATO BETCEL DOS SANTOS	PREFEITURA
604	RIBAMAR DE SOUSA BARBOSA	PREFEITURA
605	RICARDO BARBOSA BRANCHES	SENAC
606	RICARDO CORREA ORTIZ	CÂMARA MUNICIPAL
607	RICHARD RAINON CUNHA DE LIMA	SENAC
608	RICK LIMA DOS SANTOS	PREFEITURA
609	RISELLI CARNEIRO PEREIRA	PREFEITURA
610	RISONEIDE PIMENTEL DE SOUSA	PREFEITURA



611	RISONILSON VIEIRA CARDOSO	CÂMARA MUNICIPAL
612	RISTER DANIEL DOS SANTOS NASCIMENTO	PREFEITURA
613	RITA DE SÁ LIMA FERREIRA	UFOPA
614	RIVELINO DOS SANTOS AZEVEDO	PREFEITURA
615	ROBERTO JESUS FIGUEIREDO DA SILVA	PREFEITURA
616	ROBERTO PATRICK PIMENTEL SANTOS	UFOPA
617	ROBSON DOS SANTOS SILVA	PREFEITURA
618	RODOLFO DE SOUSA SOARES	PREFEITURA
619	RODRIGO MATOS BENTES	PREFEITURA
620	RODRIGO TAPAJÓS OLIVEIRA	UNAMA
621	RODRIGO VINÍCIOS QUEIROZ RODRIGUES	UNAMA
622	RODRIGO WILLERS MOREIRA	PREFEITURA
623	RODSON GUSTAVO DA CRUZ OLIVEIRA	UNAMA
624	ROGER HENRIQUE PICANÇO DA SILVA	UNAMA
625	ROGERIO FONSECA LIMA	UNAMA
626	ROMEU SILVA LOEBLEIN	UNAMA
627	ROMILDA DA SILVA UCHOA	SENAC
628	ROMILSON LUIZ LUCAS DE ARAUJO	UNAMA
629	RONALD ALEFF DE ARAGÃO LOPES	UNAMA
630	RONALDO PATRESE BRITO ALVES	CÂMARA MUNICIPAL
631	RONEI LUIS FERREIRA DE OLIVEIRA	CÂMARA MUNICIPAL
632	RONISVALDO BOZZI FERNANDES	PREFEITURA
633	ROSANGELA JULIA COELHO DA COSTA	PREFEITURA
634	ROSEANE PEREIRA DA COSTA	PREFEITURA
635	ROSEANE VIEGAS DOS SANTOS	PREFEITURA
636	ROSELY DA SILVA NOGUEIRA	PREFEITURA
637	ROSEMARY PALHETA DUARTE	PREFEITURA

638	ROSENIL NUNES GUIMARAES	PREFEITURA
639	ROSENILDA DO REGO RIBEIRO	PREFEITURA
640	ROSENILDA MARIA TRINDADE DE SOUSA	PREFEITURA
641	ROSENILDA NASCIMENTO DE SOUSA	PREFEITURA
642	ROSIANA VIEIRA LOPES	PREFEITURA
643	ROSIANE CARDOSO FONSECA	PREFEITURA
644	ROSIANE DE SOUSA OLIVEIRA	PREFEITURA
645	ROSICLEA FARIAS PEREIRA	SENAC
646	ROSIDELMA CERQUEIRA DE SOUSA DOS SANTOS	CÂMARA MUNICIPAL
647	ROSINALDO PAZ CAMPOS	UFOPA
648	RUENE KATRINY SIQUEIRA COLARES	UNAMA
649	RUI CEZAR GOUVEA ENGELBERT	PREFEITURA
650	RUIMERSON SANTOS VILASBOAS	CÂMARA MUNICIPAL
651	RUTHY TAÍNARA PACHECO DE SOUSA	UNAMA
652	RYAN DA SILVA COSTA	UNAMA
653	RYAN SAM LAURIDO FEIO	UNAMA
654	RYAN SOUSA BEZERRA	UNAMA
655	RYAN VIEIRA DA SILVA	UNAMA
656	RYWALDO MESQUITA MENDES	UNAMA
657	SAANE AMARAL DE SOUSA	UNAMA
658	SABRINA BATISTA DA SILVA	UNAMA
659	SABRINA BRAGA CASTRO DA SILVA	UNAMA
660	SALOMAO PEREIRA COSTA	PREFEITURA
661	SAMUEL SOUSA DA SILVA	PREFEITURA
662	SAMUEL VIANA CRUZ	SENAC
663	SANDRA ANDREA AMARAL MOTA	PREFEITURA
664	SANDRA LUCIA MARINHO SILVA DE SOUZA	PREFEITURA

665	SANDRA MARA DOLZANE REIS	PREFEITURA
666	SANDRA MARIA DE MELO COLARES	PREFEITURA
667	SANDRA MARIA DE SOUSA COLARES	PREFEITURA
668	SANDRA NOGUEIRA DOS SANTOS	PREFEITURA
669	SANDRA REGINA AGUIAR ROCHA	PREFEITURA
670	SANDRA REGINA SANTOS GAMA	PREFEITURA
671	SANDRA ROBERTA PENA PIMENTEL	PREFEITURA
672	SANDRIO ALEX DUARTE DE FREITAS	PREFEITURA
673	SAULO COUTO SALES	PREFEITURA
674	SEBASTIAO DO CARMO SANTOS	PREFEITURA
675	SERGIO BARBOSA RODRIGUES	PREFEITURA
676	SERGIO DOS SANTOS PEREIRA	PREFEITURA
677	SÉRGIO PATRICK GAMA MACHADO	SENAC
678	SHARLENE CAMPOS BATISTA CARNEIRO	PREFEITURA
679	SHEILA COSTA SANTOS	CÂMARA MUNICIPAL
680	SIDINEI COSTA SOUSA	UNAMA
681	SIDNEY ALLAN CARVALHO BARROSO FIGUEIRA	UNAMA
682	SILVANA BRASIL NOGUEIRA	UNAMA
683	SILVANA GUIMARAES GUEDES	UNAMA
684	SILVERLANY FONSECA DA CONCEIÇÃO	UNAMA
685	SILVIA HELENA MARTINS LOPES	UNAMA
686	SILVIA PENA DE SOUSA	PREFEITURA
687	SILVIO CESAR BRANCHES DE SOUZA	SENAC
688	SIMONE CARDOSO DO VALE	PREFEITURA
689	SIMONE CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	PREFEITURA
690	SIVANILDES VASCONCELOS DA SILVA	PREFEITURA
691	SOLIANE DE AGUIAR SOUZA	SENAC

692	SONIA MARIA DA SILVA RIBEIRO	PREFEITURA
693	SONIA MARIA RIBEIRO DA SILVA	CÂMARA MUNICIPAL
694	SORAIA FIGUEIRA RIBEIRO CHAVES	SENAC
695	STELLA MARA DE CASTRO COLARES	UFOPA
696	SUANE CRISTINA LOPES PIMENTEL	PREFEITURA
697	SUELLEN LETICIA MOREIRA DA SILVA	UNAMA
698	SUELLEN PATRICIA CAMPOS AMARAL	UNAMA
699	SUELLEN PENA DE OLIVEIRA	UNAMA
700	SUELLEN REJANE DUARTE DE FREITAS	PREFEITURA
701	SUELY COSTA DA SILVA	UNAMA
702	SULAMITA DE JESUS SOUSA	UNAMA
703	SULLYWAN PEREIRA DE ALMEIDA	UNAMA
704	SUMAIA PEREIRA DAS CHAGAS SANTOS	UNAMA
705	SUZANA PASSOS SILVA	UFOPA
706	SUZANNE INGREDI TAVARES FONSECA	PREFEITURA
707	TAINAH BRANDAO PEDROSO	PREFEITURA
708	TALYTA VANISE SILVA DE SOUZA	UNAMA
709	TAMARA AVINTE DA SILVA	UNAMA
710	TAMARA CARDOSO LIMA	UNAMA
711	TAMARA ROCHA CARDOSO	UNAMA
712	TAMILES GUALBERTO AMARAL	UNAMA
713	TAMILLE YASMIM QUEIROZ ALVES	UNAMA
714	TAMIRES ARAUJO HOLANDA	UNAMA
715	TATIANA AMARAL LINHARES	CÂMARA MUNICIPAL
716	TEREZINHA NERES CAMPOS	PREFEITURA
717	TEREZINHA VIANA PEREIRA	PREFEITURA
718	TERISVALDO LOPES DA COSTA	PREFEITURA

719	THAIANY INGRID SIMOES DA SILVA	PREFEITURA
720	THAIS DA SILVA MENEZES	PREFEITURA
721	THAIS DE JESUS TEIXEIRA	PREFEITURA
722	THAIS MELO DOS SANTOS	UNAMA
723	THAÍS MENDES SOUSA	UNAMA
724	THAIS MOREIRA SANTOS	UNAMA
725	THAIS NATHALE MIRANDA PAGNO	PREFEITURA
726	THAIS NICOLE DE OLIVEIRA TAVARES	UNAMA
727	THAIS RODRIGUES FARIAS	CÂMARA MUNICIPAL
728	THAIS SILVA FERNANDES	UNAMA
729	THAISA YANA SIQUEIRA DE SOUZA	PREFEITURA
730	THAISSA CRISTINA FREITAS DE JESUS	UNAMA
731	THAIZA GADELHA VASCONCELOS	PREFEITURA
732	THALIA LOPES SIMOES	PREFEITURA
733	THAMMY SHEYLA SOUSA SALGADO	PREFEITURA
734	THAYANA KATRINE MOREIRA DA SILVA	PREFEITURA
735	THAYUANNA FERREIRA LOBATO	PREFEITURA
736	THELMA ALBA COSTA DE SOUSA	PREFEITURA
737	THIAGO CAMPOS ROCHA	PREFEITURA
738	THIAGO DE OLIVEIRA PINTO	PREFEITURA
739	THIAGO TAPAJOS VASCONCELOS	PREFEITURA
740	THIAGO MADIAN LIMA DA SILVA	PREFEITURA
741	URSULA DE MORAES MELO	PREFEITURA
742	VALCILENE SOUSA CAMPOS	PREFEITURA
743	VALDA LUZ ARAUJO DE ARAUJO	PREFEITURA
744	VALDA NATALINA MIRANDA LOPES	PREFEITURA
745	VALDEIA ALEXANDRE DA SILVA LIRA	PREFEITURA

746	VALDENILSON DOS ANJOS MOURA DA SILVA	CÂMARA MUNICIPAL
747	VALDIANE CALDEIRA DE SOUSA	CÂMARA MUNICIPAL
748	VALERIA GOMES SILVA	PREFEITURA
749	VANDER ARAGAO MARINHO	PREFEITURA
750	VANDERLEIA DA SILVA FERREIRA	PREFEITURA
751	VANESSA FELEOL DA MOTA AGUIAR	CÂMARA MUNICIPAL
752	VANESSA GOMES	CÂMARA MUNICIPAL
753	VANIA DE OLIVEIRA REGO	PREFEITURA
754	VARLUCIA DE LIMA CONCEICAO	PREFEITURA
755	VICTORIA NAZARE FELIX ROCHA	UNAMA
756	VICTORIA TAVARES RODRIGUES	UNAMA
757	VILSON TARDELLI LEITE RABELO	PREFEITURA
758	VINICIOS EDUARDO LOPES DA CUNHA	UNAMA
759	VINICIUS ARAUJO NEVES	UNAMA
760	VINICIUS GABRIEL LIMA DE MOURA	UNAMA
761	VINICIUS GABRIEL NEMER DA SILVA	UNAMA
762	WALLACE JAMERSON MIRANDA DE OLIVEIRA	PREFEITURA
763	WALTER SILVA DE SOUSA	PREFEITURA
764	WALTER SILVA OLIVEIRA DIAS	PREFEITURA
765	WANDER MENEZES ROCHA	PREFEITURA
766	WANDERLEIA SANTOS DE SOUZA	PREFEITURA
767	WANDERSON PANTOJA DE OLIVEIRA	PREFEITURA
768	WASHINGTON LUIZ MACIEL DE MELO	PREFEITURA
769	WELLINGTON DA MOTA PEREIRA	PREFEITURA
770	WENDEL ROBINSON DOS SANTOS BRAUN	CÂMARA MUNICIPAL
771	WENDELL LUIZ COSTA DA SILVA	PREFEITURA
772	YASMIN FERREIRA IMBIRIBA	CÂMARA MUNICIPAL

773	YASMIN NERES DOS SANTOS	UNAMA
774	YASMIN SILVA DE SOUSA	UNAMA
775	YASMINNE MARIA SOARES SEIXAS	UNAMA
776	YASNAIA BURLAMAQUI DO ROSARIO	PREFEITURA
777	YDA KARINY MOURA DE MELO	UNAMA
778	YENIFFER FIGUEIREDO SANTOS	UNAMA
779	YISEL VALENTINA POSADA CARDONA	UNAMA
780	YNAE LARISSA DE SOUSA LEAL	UNAMA
781	Ynaira Natasha Silva Quaresma	UNAMA
782	YNGRID NATALIA SILVA QUARESMA	UNAMA
783	YOHANARA HAIANE LOPES DA MOTA	UNAMA
784	YONA SILVA DE ABREU	UNAMA
785	YSLANNY KAROLINY SAMPAIO FERREIRA	UNAMA
786	YURE ADRIANO ROCHA DA SILVA	UNAMA
787	YURI CORREA MORAIS	UNAMA
788	YURI RANNY BENTO PANTOJA	UNAMA
789	YVEN UBIRATAN ESTEVES FELEOL	UNAMA
790	ZAÍNE DE OLIVEIRA CARVALHO	UNAMA
791	ZAIRA CAMILIS LOPES FERREIRA	UNAMA
792	ZANDLEME BIRINO DE OLIVEIRA	UNAMA
793	ZENEIDE SILVA DA GAMA	UNAMA
794	ZILDA FRANCA DOS ANJOS CASTRO	PREFEITURA
795	ZILENE NOBRE DOS REIS	PREFEITURA
796	ZILMA ALMEIDA DOS SANTOS	PREFEITURA
797	ZÍPORA ENGRACIA PORTILHO LIMA	UNAMA
798	ZUILA DO SOCORRO COELHO DA SILVA	PREFEITURA
799	ZULEIDE GUIMARAES GOMES	PREFEITURA

800	ZULEVANDRA VALENTE CARNEIRO	PREFEITURA
-----	-----------------------------	------------

E para conhecimento de todos vai este Edital, afixado no Átrio do Fórum local e publicado no Diário de Justiça. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da 3ª Vara Criminal, 21 de outubro de 2023. Eu,\_\_\_\_, Kátia Patrícia de Sousa Aguiar, Analista Judiciária, digitei.

GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO

Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal Privativa do Tribunal do Júri da Comarca de Santarém



**COMARCA DE FARO****EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO****FARO- PA, 26/09/2022.**

A MM. Juíza da Vara Única da Comarca de Faro, Dra. Karla Cristiane Sampaio Nunes Galvão, torna público que será realizada alienação em hasta pública do bem penhorado no processo de execução abaixo citado:

**PROCESSO CENTRALIZADOR:** 0005906-19.2018.8.14.0084**PROCESSOS REUNIDOS:** 0001022-10.2019.8.14.0084; 0800161-83.2022.8.14.0084; 0800068-57.2021.8.14.0084; 0800128-64.2020.8.14.0084; 0800118-20.2020.8.14.0084; 0800117-35.2020.8.14.0084; 0800017-46.2021.8.14.0084; 0001022-10.2019.8.14.0084. (Conforme decisão de ID. 74492981 - Pág. 1 a 5)**NATUREZA DA DÍVIDA:** Execução de Título Extrajudicial**DÍVIDA:** R\$ 3.223.216,45 Em 16/08/2022\*.

Valor da dívida de todos os processos reunidos. Consoante decisão de ID. 74492981 - Pág. 5.

**EXEQUENTE:** ESTADO DO PARÁ - CNPJ: 05.054.861/0001-76 ¿ Representado pela Procuradoria Geral do Estado do Pará.**EXECUTADO(A):** DENILSON BATALHA GUIMARAES - CPF: 366.782.952-34.**LEILÕES****1º Leilão:** 18/10/2022 às 09:00 hrs.**2º Leilão:** 19/10/2022 às 09:00 hrs.**Modalidade:** Online**Realização do Leilão:** por meio do site [www.norteleiloes.com.br](http://www.norteleiloes.com.br)**Leiloeiro Nomeado:** Sandro de Oliveira, com registro na Junta Comercial do Estado do Pará sob o nº. 20070555214. Endereço Profissional: BR 316, KM 18, CEP 67.200-000, em Marituba/PA. Telefones: (91) 3033-9009/ (91) 99125-0028/ (91) 98233-4700. Site: [www.norteleiloes.com.br](http://www.norteleiloes.com.br)**BEM**

UM IMÓVEL URBANO, TIPO TERRENO, SITUADO NESTA CIDADE, NA RUA 06 DE JULHO, ESQUINA COM A TRAVESSA, JOSÉ LÚCIO DE OLIVEIRA CAMPOS, MEDINDO 17,00 METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 46 METROS, COM UMA ÁREA TOTAL DE 782,00M<sup>2</sup>, CONFORME TÍTULO DE AFORAMENTO EXPEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO, CONFINANDO PELA FRENTE COM A REFERIDA RUA, PELO LADO DIREITO COM O TERRENO DO SR. ADAILSON DOS SANTOS AMAZONAS, PELO ESQUERDO, COM A TRAVESSA, JOSÉ LÚCIO DE OLIVEIRA CAMPOS, E PELOS FUNDOS, COM O TERRENO DA SRA. IOLINA DA COSTA GUIMARÃES. CONFORME DESCRITO NA

CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DE FARO, O TERRENO ENCONTRA-SE TOTALMENTE MURADO EM ALVENARIA E PORTÃO EM FERRO NA LATERAL ESQUERDA. COM AS SEGUINTE BENFEITORIAS: UMA ÁREA CONSTRUÍDA, COM DOIS PAVIMENTOS. PAVIMENTO INFERIOR ÁREA COMERCIAL - EDIFICOU-SE TAMBÉM NOS FUNDOS DO IMÓVEL DOIS E UMA PEQUENA ÁREA DE CHURRASCARIA.

ÁREA DA CONSTRUÇÃO COMERCIAL: PAVIMENTO INFERIOR - MEDINDO 19,80 METROS DE FRENTE POR 11,70 DE FUNDOS, COM TRÊS (03) DIVISÕES DE PAREDE A PAREDE, COM PORTAS DE ENROLAR, UM (01) ESCRITÓRIO, UM (01) BANHEIRO, UMA (01) LAVANDERIA E INCLUSO UM (01) DEPÓSITO E UMA ÁREA COM FRIGORÍFICO.

ÁREA DA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL: PAVIMENTO SUPERIOR - MEDINDO 19,80 METROS DE FRENTE POR 11,70 DE FUNDOS, COM CINCO QUARTOS SENDO QUE UM EM FASE DE ACABAMENTO, COM PORTAS E JANELAS EM MADEIRA DE LEI, SEIS BANHEIROS (06) SENDO UM SOCIAL, UMA (01) COZINHA, UMA (01) SALA, COM VARANDA PELA FRENTE E COM UMA PEQUENA ÁREA NA LATERAL ESQUERDA, TODA EM FORRO PVC, PISO COM CERÂMICAS COMUM.

NO FUNDO DO IMÓVEL - DEPÓSITO (01) SEPARADO MEDINDO 10(DEZ) METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 21,90 METROS DE LATERAL.

DEPÓSITO (02) SEPARADO MEDINDO 24(VINTE E QUATRO) METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 07(SETE) METROS DE LATERAL.

UMA ÁREA COBERTA: MEDINDO 8,40 (OITO E QUARENTA) METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 6,40(SEIS E QUARENTA) METROS DE LATERAL.

UMA PEQUENA ÁREA DE CHURRASCARIA, MEDINDO 4,40(QUATRO E QUARENTA) METROS POR 2,80(DOIS E OITENTA) METROS DE LATERAL.

IMÓVEL AVALIADO EM R\$ 1.000.000 (UM MILHÃO DE REAIS) ; ID 20058080

#### **Ônus, Gravames ou Recursos Pendentes:**

· Imóvel dado em aforamento perpétuo ao executado, registrado sob matrícula n. 010, Livro n. 2-A, folha 010 junto ao Cartório do Único Ofício de Faro, e penhorado em outros processos nos termos matrícula de ID 20733292 contida nos autos do processo reunido nº 0001022-10.2019.8.14.0084.

· Conforme Certidão de ID. 20944816 do dia 06 de novembro de 2020 do processo reunido nº 0001022-10.2019.8.14.0084 os frutos do comércio no pavimento comercial do imóvel pertenciam a pessoa jurídica O. DE A. COSTA - ME, nome fantasia comercial nívea, inscrita no CNPJ nº 10.176.413/0001-85.

**Localização:** Rua 06 de Julho, esquina com a Travessa, José Lúcio de Oliveira Campos, Campina, Faro-Pa.

**Última Avaliação:** R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 01/10/2020

**Lance Inicial em 1º Leilão:** R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) \*

**Lance Inicial em 2º Leilão:** R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) \*

\*Vide título \*LANCES\*

#### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A arrematação poderá ser quitada na modalidade A VISTA OU PARCELADA.

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1. A arrematação do(s) bem(ns) dar-se-á, mediante as condições constantes no art. 881 a art. 903 e correlatos da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil e CPC), Resolução nº 236 de 13 de julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico), Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para assinatura eletrônica em interações com o ente público, Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932 (regula a profissão de leiloeiro), bem como no presente Edital;

## PARTICIPAÇÃO DO INTERESSADO

2. Para participar da hasta pública, o interessado capaz e na livre administração de seus bens, deverá se cadastrar prévia e gratuitamente no site [www.norteleiloes.com.br](http://www.norteleiloes.com.br) em até 24:00hs (vinte e quatro horas) antes do dia e horário designados, responsabilizando-se, civil e criminalmente, pelas informações lançadas e/ou documentos enviados por ocasião do cadastramento;

2.1. A liberação do acesso será confirmada via e-mail ou por emissão de login e senha provisória, a ser, necessariamente, alterada pelo usuário, ciente que a senha é de natureza pessoal e intransferível, sendo de sua exclusiva responsabilidade, o uso, ainda que indevido;

2.2. O usuário cadastrado só poderá ofertar lances após o devido preenchimento do campo denominado "aceite do edital";

3. Em todo o procedimento serão observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital (art. 10, §1º da Medida Provisória n. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 c/c art. 1º da Resolução CNJ nº 236/2016);

## LANCES

4. No primeiro leilão, o(s) bem(ns) será(ão) arrematado(s) pela maior oferta, não inferior ao valor da avaliação (art. 885 do CPC);

5. Se, os lances para aquisição do(s) bem(ns) não alcançar(em) o percentual indicado no item anterior, haverá segundo leilão (art. 886, V, do CPC) no qual, não será aceito lance considerado vil, ou seja, aquele inferior a 51% (cinquenta e um por cento) do valor da avaliação (conforme decisão de ID 72501286 - Pág. 3);

## LANCE PARCELADO

6. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá informar as condições diretamente no site, observando o lance mínimo do respectivo leilão;

6.1. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, em parcelas iguais, sucessivas e mensais, corrigidos pela tabela do TJ/PA;

6.2. O lance parcelado será garantido por caução idônea (bens móveis) e/ou hipoteca do próprio bem (imóvel);

6.3. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento)

sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas;

6.4. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação;

6.5. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado;

6.6. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar;

6.7. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado;

7. Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelo(s) bem(ns) arrolado(s) neste edital em seu endereço eletrônico acima mencionado, devendo, para tanto, os interessados efetuarem cadastramento prévio e confirmarem os seus respectivos lances, observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital.

## **LEILÃO**

8. Uma vez que o edital esteja publicado, os bens serão disponibilizados para recepção de lances antecipados (que não suspendem o leilão);

8.1. Nos dias e horários designados, cada bem permanecerá disponível para recepção de lances até o encerramento do leilão ou superveniência de lances;

8.2. O leiloeiro aguardará 03 (três) minutos após o último lançamento em leilão, e encerrará a disputa, seguindo-se à oferta do próximo bem/lote ou encerramento da fase de lances;

9. Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelo(s) bem(ns) arrolado(s) neste edital em seu endereço eletrônico acima mencionado, devendo, para tanto, os interessados efetuarem cadastramento prévio e confirmarem os seus respectivos lances, observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital;

## **PAGAMENTOS**

10. O pagamento da arrematação, deverá ser realizado de imediato pelo arrematante por meio de Depósito Judicial, à disposição do Juízo e vinculado ao(s) processo(s) de execução;

10.1. A não apresentação do comprovante de quitação da arrematação junto ao Leiloeiro, resulta em imediato chamamento do segundo melhor lance ou, se lance único, reabertura da fase de lances e as penalidades cíveis e criminais ao proponente faltoso ou àquele que der causa (art. 358 do Código Penal e art. 186 e art. 927 do Código Civil);

10.2. Cabe ao arrematante pagar as custas judiciais devidas, bem como, a comissão do leiloeiro (5% e cinco por cento e calculado sobre o valor da arrematação, consoante decisão de ID. 72501286), que poderá ser quitada por transferência eletrônica ou pagamento de boleto bancário sujeito a protesto ao Tabelionato de Protestos de Títulos e/ou ação de execução (art. 884 do CPC c/c art. 19 c/c art. 35 e art. 39 do Decreto 21.981/32);

11. As arrematações nos processos em que constar pendência de recurso estão sujeitas a desfazimento a

depende do teor da decisão no recurso pendente nos Tribunais. Nestes processos, a arrematação permitirá a posse do bem ao arrematante, permanecendo os valores do preço e os pagos a título de honorários de leiloeiro depositados em juízo, em garantia da arrematação, até que os recursos transitem em julgado;

## **INADIMPLÊNCIA**

**12.** Não honrado pelo arrematante ou por seu fiador o lance integral ou entrada/sinal a que se obrigou, o Juízo poderá isolada ou cumulativamente:

12.1. impor-lhe multa de até 20% (vinte por cento) em favor do exequente, e de 5% (cinco por cento) em favor do leiloeiro, calculados sobre o valor atualizado do bem (art. 897 c/c art. 903, §6º do CPC; art. 19 c/c art. 35 e art. 39 do Decreto 21.981/32);

12.2. determinar-lhe o impedimento à participação em leilões eletrônicos/presenciais pelo período de 6 (seis) meses a 1 (um) ano;

12.3. determinar remessa ao Ministério Público para responsabilização criminal;

## **SUSPENSÃO DO LEILÃO**

**13.** Em caso de remissão/adjudicação ou qualquer fato que venha a suspender o leilão designado, os bens serão tornados indisponíveis para recepção de lances, restando suspensas as ofertas anteriormente lançadas;

13.1. A suspensão ou retirada do bem da fase de lances será precedida de determinação judicial;

13.2. Havendo remissão/adjudicação em até 05 (cinco) dias corridos antes da realização da 1ª hasta, o requerente deverá pagar as custas judiciais devidas no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor da remissão/adjudicação, comissão do leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor da última avaliação atualizada ou remuneração a ser arbitrada pelo Juízo, bem como Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) junto à Prefeitura Municipal da situação do bem(ns) imóvel(is) e/ou débitos de IPVA e multas do(s) veículo(s).

13.3. Aplica-se o disposto neste item à remissão/adjudicação do(s) bem(ns) pelo cônjuge, descendente ou ascendente que trata o art. 876, §6º do CPC;

**14.** Em caso de extinção por pagamento ou suspensão em face de parcelamento, se a comunicação do pagamento integral ou da quitação da 1ª (primeira) prestação do parcelamento, se verificar em até 05 (cinco) dias corridos antes da realização da 1ª hasta, faz jus o leiloeiro ao equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor da última avaliação atualizada, ou da dívida, o que for menor, a título de ressarcimento das despesas e tempo de trabalho despendidos;

**15.** Nos Processos levados à leilão unicamente para satisfação das despesas processuais, o(a) Executado(a) deverá ressarcir as despesas efetivadas pelo Leiloeiro.

**16.** O leilão somente será suspenso, mediante prova do pagamento de TODAS as despesas processuais pendente, inclusive ressarcimento do leiloeiro (5% - cinco por cento) e honorários advocatícios (10% - dez por cento);

**17.** Aplica-se o disposto neste tópico à remissão do(s) bem(ns) pelo cônjuge, descendente ou ascendente que trata o art. 876, §6º do CPC.

## **AUTO E CARTA DE ARREMATAÇÃO**

- 18.** O auto de arrematação será lavrado de imediato pelo leiloeiro;
- 19.** Qualquer que seja a modalidade, assinado o auto pelo(a) juiz(a), pelo(a) arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º do art. 903 do CPC, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos;
- 20.** A Carta de Arrematação será expedida depois de transcorridos os prazos para oposição de Impugnações (10 dias úteis), bem como para a opção de adjudicação do(s) bem(ns) pelo exequente (30 dias úteis);
- 21.** Compete ao arrematante o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis  $\zeta$  ITBI, junto à Prefeitura Municipal da situação do bem imóvel;
- 22.** O Auto e a Carta de Arrematação poderão ser assinados com o uso de certificação digital (art. 10, §1º da Medida Provisória n. 2.200-2/2001 c/c Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020);
- 23.** Adverte-se aos interessados que a arrematação não conferirá o domínio do imóvel (lote), nem a carta servirá de título translativo, devendo proceder como de direito em relação ao proprietário registral.

### **CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO DO BEM**

- 24.** Quem pretender arrematar, adjudicar ou remir o(s) bem(ns), fica ciente de que o(s) receberá no estado de conservação em que se encontrar(rem) e no local indicado, de acordo com a descrição detalhada de cada um, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes da data designada para a realização do leilão;
- 24.1.** Na ocorrência de quaisquer embaraços à visitação do(s) bem(ns), o interessado dever a comunicar o fato ao Juízo;
- 24.2.** A visitação de bem(ns) sob a guarda do leiloeiro ocorrer a preferencialmente no dia anterior ao leilão designado;
- 25.** O arrematante providenciar a os meios para desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados;
- 26.** Sub-rogam-se no preç o da arrematação, os impostos decorrentes da propriedade existentes até a data da arrematação, incluindo-se as taxas geradas pela prestação de serviç os e as contribuições de melhorias relativas a bem(ns) imóvel(is), bem como obrigações/créditos de natureza propter rem (art. 130, p.u. da Lei n  5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional  $\zeta$  CTN) c/c art. 908, p.u. do CPC);
- 27.** A(s) hipoteca(s) sobre bem(ns) imóvel(is) arrematado(s) será( o) levantada(s) pelo MM. Juízo de execução (art. 1.499 do CC);
- 28.** A entrega do bem estará condicionada a expedição de mandado de entrega do bem (bens móveis) e/ou de imissão na posse (bens imóveis)  $\zeta$  art. 901, §1  do CPC;
- 29.** Os autos das execuções estão disponíveis aos interessados para consulta na Secretaria da Vara ou mediante consulte pública ao sistema PJE, especialmente no que se refere às matrículas dos bens imóveis indicados nas descrições dos bens;

### **INTIMAÇÕES**

- 30.** Caso não sejam encontrados para intimação pessoal, ficam desde já intimados, por este edital, das

datas designadas para o 1º e 2º Leilões do(s) bem(ns) penhorado(s) e dos demais dados constantes deste expediente: o(s) executado(s), o(s) coproprietário(s), o(s) titular(res) e/ou proprietário(s) de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o(s) credor(es) pignoratício(s), hipotecário(s), anticrético(s), fiduciário(s) ou com penhora anteriormente averbada, o(s) promitente(s) comprador(es)/ vendedor(es), a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, condômino(s), usufrutuário(s), locatário(s), cônjuge/convivente e o administrador provisório do Espólio, por si ou na(s) pessoa(s) de seu(s) respectivo(s) representante(s) legal(is);

**31.** Fica intimado, o Depositário Fiel, ou seu(s) representante(s) legal(is) se houver, de que a recusa na entrega do(s) bem(ns) arrematado(s) incidirá em multa por ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 774 do CPC);

## **ADVERTÊNCIAS**

**32.** Não poderão ofertar lances: 1) tutores, curadores, testamentários, administradores ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; 2) mandatários, quanto aos bens de cuja administração ou alienação estejam encarregados; 3) juiz, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, escrivão, chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender sua autoridade; 4) servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; 5) leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados; e 6) dos advogados de qualquer das partes; 7) e os declarados inidôneos/impedidos por Juízos Federais;

**33.** Todo aquele que tentar impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito a penalidade prevista no art. 358 do CP, sem prejuízo da reparação do dano na esfera cível (art. 186 e art. 927 do CC);

**34.** Casos omissos serão decididos pelo MM. Juízo de Execução;

## **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

**35.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, O presente edital será afixado no átrio deste Juízo e publicado, uma só vez, no órgão oficial.

**DRA. KARLA CRISTIANE SAMPAIO NUNES GALVÃO**

**JUIZ(A) MM VARA ÚNICA DA COMARCA DE FARO/PA**

## **EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO**

**FARO- PA, 26/09/2022.**

A MM. Juíza da Vara Única da Comarca de Faro, Dra. Karla Cristiane Sampaio Nunes Galvão, torna público que será realizada alienação em hasta pública do bem penhorado no processo de execução abaixo citado:

**PROCESSO CENTRALIZADOR: 0005906-19.2018.8.14.0084**

**PROCESSOS REUNIDOS:** 0001022-10.2019.814.0084; 0800161-83.2022.8.14.0084; 0800068-57.2021.8.14.0084; 0800128-64.2020.8.14.0084; 0800118-20.2020.8.14.0084; 0800117-35.2020.8.14.0084; 0800017-46.2021.8.14.0084; 0001022-10.2019.8.14.0084. (Conforme decisão de ID. 74492981 - Pág. 1 a 5)

**NATUREZA DA DÍVIDA:** Execução de Título Extrajudicial

**DÍVIDA:** R\$ 3.223.216,45 Em 16/08/2022\*.

Valor da dívida de todos os processos reunidos. Consoante decisão de ID. 74492981 - Pág. 5.

**EXEQUENTE:** ESTADO DO PARÁ - CNPJ: 05.054.861/0001-76 ; Representado pela Procuradoria Geral do Estado do Pará.

**EXECUTADO(A):** DENILSON BATALHA GUIMARAES - CPF: 366.782.952-34.

## LEILÕES

**1º Leilão:** 18/10/2022 às 09:00 hrs.

**2º Leilão:** 19/10/2022 às 09:00 hrs.

**Modalidade:** Online

**Realização do Leilão:** por meio do site [www.norteleiloes.com.br](http://www.norteleiloes.com.br)

**Leiloeiro Nomeado:** Sandro de Oliveira, com registro na Junta Comercial do Estado do Pará sob o nº. 20070555214. Endereço Profissional: BR 316, KM 18, CEP 67.200-000, em Marituba/PA. Telefones: (91) 3033-9009/ (91) 99125-0028/ (91) 98233-4700. Site: [www.norteleiloes.com.br](http://www.norteleiloes.com.br)

## BEM

UM IMÓVEL URBANO, TIPO TERRENO, SITUADO NESTA CIDADE, NA RUA 06 DE JULHO, ESQUINA COM A TRAVESSA, JOSÉ LÚCIO DE OLIVEIRA CAMPOS, MEDINDO 17,00 METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 46 METROS, COM UMA ÁREA TOTAL DE 782,00M<sup>2</sup>, CONFORME TÍTULO DE AFORAMENTO EXPEDIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO, CONFINANDO PELA FRENTE COM A REFERIDA RUA, PELO LADO DIREITO COM O TERRENO DO SR. ADAILSON DOS SANTOS AMAZONAS, PELO ESQUERDO, COM A TRAVESSA, JOSÉ LÚCIO DE OLIVEIRA CAMPOS, E PELOS FUNDOS, COM O TERRENO DA SRA. IOLINA DA COSTA GUIMARÃES. CONFORME DESCRITO NA CERTIDÃO DO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DE FARO, O TERRENO ENCONTRA-SE TOTALMENTE MURADO EM ALVENARIA E PORTÃO EM FERRO NA LATERAL ESQUERDA. COM AS SEGUINTE BENFEITORIAS: UMA ÁREA CONSTRUÍDA, COM DOIS PAVIMENTOS. PAVIMENTO INFERIOR ÁREA COMERCIAL - EDIFICOU-SE TAMBÉM NOS FUNDOS DO IMÓVEL DOIS E UMA PEQUENA ÁREA DE CHURRASCARIA.

ÁREA DA CONSTRUÇÃO COMERCIAL: PAVIMENTO INFERIOR - MEDINDO 19,80 METROS DE FRENTE POR 11,70 DE FUNDOS, COM TRÊS (03) DIVISÕES DE PAREDE A PAREDE, COM PORTAS DE ENROLAR, UM (01) ESCRITÓRIO, UM (01) BANHEIRO, UMA (01) LAVANDERIA E INCLUSO UM (01) DEPÓSITO E UMA ÁREA COM FRIGORÍFICO.

ÁREA DA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL: PAVIMENTO SUPERIOR - MEDINDO 19,80 METROS DE FRENTE POR 11,70 DE FUNDOS, COM CINCO QUARTOS SENDO QUE UM EM FASE DE ACABAMENTO, COM PORTAS E JANELAS EM MADEIRA DE LEI, SEIS BANHEIROS (06) SENDO UM SOCIAL, UMA (01) COZINHA, UMA (01) SALA, COM VARANDA PELA FRENTE E COM UMA PEQUENA



ÁREA NA LATERAL ESQUERDA, TODA EM FORRO PVC, PISO COM CERÂMICAS COMUM.

NO FUNDO DO IMÓVEL - DEPÓSITO (01) SEPARADO MEDINDO 10(DEZ) METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 21,90 METROS DE LATERAL.

DEPÓSITO (02) SEPARADO MEDINDO 24(VINTE E QUATRO) METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 07(SETE) METROS DE LATERAL.

UMA ÁREA COBERTA: MEDINDO 8,40 (OITO E QUARENTA) METROS DE FRENTE E FUNDOS POR 6,40(SEIS E QUARENTA) METROS DE LATERAL.

UMA PEQUENA ÁREA DE CHURRASCARIA, MEDINDO 4,40(QUATRO E QUARENTA) METROS POR 2,80(DOIS E OITENTA) METROS DE LATERAL.

IMÓVEL AVALIADO EM R\$ 1.000.000 (UM MILHÃO DE REAIS) ç ID 20058080

#### **Ônus, Gravames ou Recursos Pendentes:**

· Imóvel dado em aforamento perpétuo ao executado, registrado sob matrícula n. 010, Livro n. 2-A, folha 010 junto ao Cartório do Único Ofício de Faro, e penhorado em outros processos nos termos matrícula de ID 20733292 contida nos autos do processo reunido nº 0001022-10.2019.8.14.0084.

· Conforme Certidão de ID. 20944816 do dia 06 de novembro de 2020 do processo reunido nº 0001022-10.2019.8.14.0084 os frutos do comércio no pavimento comercial do imóvel pertenciam a pessoa jurídica O. DE A. COSTA - ME, nome fantasia comercial nívea, inscrita no CNPJ nº 10.176.413/0001-85.

**Localização:** Rua 06 de Julho, esquina com a Travessa, José Lúcio de Oliveira Campos, Campina, Faro-Pa.

**Última Avaliação:** R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 01/10/2020

**Lance Inicial em 1º Leilão:** R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) \*

**Lance Inicial em 2º Leilão:** R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) \*

\*Vide título \*LANCES\*

#### **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A arrematação poderá ser quitada na modalidade A VISTA OU PARCELADA.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1. A arrematação do(s) bem(ns) dar-se-á, mediante as condições constantes no art. 881 a art. 903 e correlatos da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil ç CPC), Resolução nº 236 de 13 de julho de 2016 do Conselho Nacional de Justiça (regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico), Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para assinatura eletrônica em interações com o ente público, Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932 (regula a profissão de leiloeiro), bem como no presente Edital;

#### **PARTICIPAÇÃO DO INTERESSADO**

2. Para participar da hasta pública, o interessado capaz e na livre administração de seus bens, deverá se cadastrar prévia e gratuitamente no site [www.norteleiloes.com.br](http://www.norteleiloes.com.br) em até 24:00hs (vinte e quatro horas) antes do dia e horário designados, responsabilizando-se, civil e criminalmente, pelas informações lançadas e/ou documentos enviados por ocasião do cadastramento;

2.1. A liberação do acesso será confirmada via e-mail ou por emissão de login e senha provisória, a ser, necessariamente, alterada pelo usuário, ciente que a senha é de natureza pessoal e intransferível, sendo de sua exclusiva responsabilidade, o uso, ainda que indevido;

2.2. O usuário cadastrado só poderá ofertar lances após o devido preenchimento do campo denominado "aceite do edital";

3. Em todo o procedimento serão observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital (art. 10, §1º da Medida Provisória n. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 c/c art. 1º da Resolução CNJ nº 236/2016);

## **LANCES**

4. No primeiro leilão, o(s) bem(ns) será(ão) arrematado(s) pela maior oferta, não inferior ao valor da avaliação (art. 885 do CPC);

5. Se, os lances para aquisição do(s) bem(ns) não alcançar(em) o percentual indicado no item anterior, haverá segundo leilão (art. 886, V, do CPC) no qual, não será aceito lance considerado vil, ou seja, aquele inferior a 51% (cinquenta e um por cento) do valor da avaliação (conforme decisão de ID 72501286 - Pág. 3);

## **LANCE PARCELADO**

6. O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá informar as condições diretamente no site, observando o lance mínimo do respectivo leilão;

6.1. A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, em parcelas iguais, sucessivas e mensais, corrigidos pela tabela do TJ/PA;

6.2. O lance parcelado será garantido por caução idônea (bens móveis) e/ou hipoteca do próprio bem (imóvel);

6.3. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas;

6.4. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação;

6.5. A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado;

6.6. Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar;

6.7. No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado;

7. Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelo(s) bem(ns) arrolado(s) neste edital em seu endereço eletrônico acima mencionado, devendo, para tanto, os interessados efetuarem cadastramento prévio e confirmarem os seus respectivos lances, observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital.

## LEILÃO

8. Uma vez que o edital esteja publicado, os bens serão disponibilizados para recepção de lances antecipados (que não suspendem o leilão);

8.1. Nos dias e horários designados, cada bem permanecerá disponível para recepção de lances até o encerramento do leilão ou superveniência de lances;

8.2. O leiloeiro aguardará 03 (três) minutos após o último lançamento em leilão, e encerrará a disputa, seguindo-se à oferta do próximo bem/lote ou encerramento da fase de lances;

9. Fica o Sr. Leiloeiro Oficial autorizado a receber ofertas de preço pelo(s) bem(ns) arrolado(s) neste edital em seu endereço eletrônico acima mencionado, devendo, para tanto, os interessados efetuarem cadastramento prévio e confirmarem os seus respectivos lances, observadas as regras estabelecidas na legislação sobre certificação digital;

## PAGAMENTOS

10. O pagamento da arrematação, deverá ser realizado de imediato pelo arrematante por meio de Depósito Judicial, à disposição do Juízo e vinculado ao(s) processo(s) de execução;

10.1. A não apresentação do comprovante de quitação da arrematação junto ao Leiloeiro, resulta em imediato chamamento do segundo melhor lance ou, se lance único, reabertura da fase de lances e as penalidades cíveis e criminais ao proponente faltoso ou àquele que der causa (art. 358 do Código Penal e art. 186 e art. 927 do Código Civil);

10.2. Cabe ao arrematante pagar as custas judiciais devidas, bem como, a comissão do leiloeiro (5%  $\hat{c}$  cinco por cento  $\hat{c}$  calculado sobre o valor da arrematação, consoante decisão de ID. 72501286), que poderá ser quitada por transferência eletrônica ou pagamento de boleto bancário sujeito a protesto ao Tabelionato de Protestos de Títulos e/ou ação de execução (art. 884 do CPC c/c art. 19 c/c art. 35 e art. 39 do Decreto 21.981/32);

11. As arrematações nos processos em que constar pendência de recurso estão sujeitas a desfazimento a depender do teor da decisão no recurso pendente nos Tribunais. Nestes processos, a arrematação permitirá a posse do bem ao arrematante, permanecendo os valores do preço e os pagos a título de honorários de leiloeiro depositados em juízo, em garantia da arrematação, até que os recursos transitem em julgado;

## INADIMPLÊNCIA

12. Não honrado pelo arrematante ou por seu fiador o lance integral ou entrada/sinal a que se obrigou, o Juízo poderá isolada ou cumulativamente:

12.1. impor-lhe multa de até 20% (vinte por cento) em favor do exequente, e de 5% (cinco por cento) em favor do leiloeiro, calculados sobre o valor atualizado do bem (art. 897 c/c art. 903, §6º do CPC; art. 19 c/c art. 35 e art. 39 do Decreto 21.981/32);

12.2. determinar-lhe o impedimento à participação em leilões eletrônicos/presenciais pelo período de 6 (seis) meses a 1 (um) ano;

12.3. determinar remessa ao Ministério Público para responsabilização criminal;

## **SUSPENSÃO DO LEILÃO**

**13.** Em caso de remição/adjudicação ou qualquer fato que venha a suspender o leilão designado, os bens serão tornados indisponíveis para recepção de lances, restando suspensas as ofertas anteriormente lançadas;

13.1. A suspensão ou retirada do bem da fase de lances será precedida de determinação judicial;

13.2. Havendo remição/adjudicação em até 05 (cinco) dias corridos antes da realização da 1ª hasta, o requerente deverá pagar as custas judiciais devidas no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor da remição/adjudicação, comissão do leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor da última avaliação atualizada ou remuneração a ser arbitrada pelo Juízo, bem como Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) junto à Prefeitura Municipal da situação do bem(ns) imóvel(is) e/ou débitos de IPVA e multas do(s) veículo(s).

13.3. Aplica-se o disposto neste item à remição/adjudicação do(s) bem(ns) pelo cônjuge, descendente ou ascendente que trata o art. 876, §6º do CPC;

**14.** Em caso de extinção por pagamento ou suspensão em face de parcelamento, se a comunicação do pagamento integral ou da quitação da 1ª (primeira) prestação do parcelamento, se verificar em até 05 (cinco) dias corridos antes da realização da 1ª hasta, faz jus o leiloeiro ao equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor da última avaliação atualizada, ou da dívida, o que for menor, a título de ressarcimento das despesas e tempo de trabalho despendidos;

**15.** Nos Processos levados à leilão unicamente para satisfação das despesas processuais, o(a) Executado(a) deverá ressarcir as despesas efetivadas pelo Leiloeiro.

**16.** O leilão somente será suspenso, mediante prova do pagamento de TODAS as despesas processuais pendente, inclusive ressarcimento do leiloeiro (5% - cinco por cento) e honorários advocatícios (10% - dez por cento);

**17.** Aplica-se o disposto neste tópico à remição do(s) bem(ns) pelo cônjuge, descendente ou ascendente que trata o art. 876, §6º do CPC.

## **AUTO E CARTA DE ARREMATAÇÃO**

**18.** O auto de arrematação será lavrado de imediato pelo leiloeiro;

**19.** Qualquer que seja a modalidade, assinado o auto pelo(a) juiz(a), pelo(a) arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º do art. 903 do CPC, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos;

**20.** A Carta de Arrematação será expedida depois de transcorridos os prazos para oposição de Impugnações (10 dias úteis), bem como para a opção de adjudicação do(s) bem(ns) pelo exequente (30 dias úteis);

**21.** Compete ao arrematante o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e ITBI, junto à Prefeitura Municipal da situação do bem imóvel;

**22.** O Auto e a Carta de Arrematação poderão ser assinados com o uso de certificação digital (art. 10, §1º da Medida Provisória n. 2.200-2/2001 c/c Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020);

**23.** Adverte-se aos interessados que a arrematação não conferirá o domínio do imóvel (lote), nem a carta servirá de título translativo, devendo proceder como de direito em relação ao proprietário registral.

### **CONDIÇÃO DE AQUISIÇÃO DO BEM**

**24.** Quem pretender arrematar, adjudicar ou remir o(s) bem(ns), fica ciente de que o(s) receberá no estado de conservação em que se encontrar(rem) e no local indicado, de acordo com a descrição detalhada de cada um, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes da data designada para a realização do leilão;

**24.1.** Na ocorrência de quaisquer embaraços à visitação do(s) bem(ns), o interessado deverá comunicar o fato ao Juízo;

**24.2.** A visitação de bem(ns) sob a guarda do leiloeiro ocorrerá preferencialmente no dia anterior ao leilão designado;

**25.** O arrematante providenciará os meios para desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados;

**26.** Sub-rogam-se no preço da arrematação, os impostos decorrentes da propriedade existentes até a data da arrematação, incluindo-se as taxas geradas pela prestação de serviços e as contribuições de melhorias relativas a bem(ns) imóvel(is), bem como obrigações/créditos de natureza propter rem (art. 130, p.u. da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional  $\zeta$  CTN) c/c art. 908, p.u. do CPC);

**27.** A(s) hipoteca(s) sobre bem(ns) imóvel(is) arrematado(s) será(ão) levantada(s) pelo MM. Juízo de execução (art. 1.499 do CC);

**28.** A entrega do bem estará condicionada a expedição de mandado de entrega do bem (bens móveis) e/ou de imissão na posse (bens imóveis)  $\zeta$  art. 901, §1º do CPC;

**29.** Os autos das execuções estão disponíveis aos interessados para consulta na Secretaria da Vara ou mediante consulte pública ao sistema PJE, especialmente no que se refere às matrículas dos bens imóveis indicados nas descrições dos bens;

### **INTIMAÇÕES**

**30.** Caso não sejam encontrados para intimação pessoal, ficam desde já intimados, por este edital, das datas designadas para o 1º e 2º Leilões do(s) bem(ns) penhorado(s) e dos demais dados constantes deste expediente: o(s) executado(s), o(s) coproprietário(s), o(s) titular(res) e/ou proprietário(s) de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o(s) credor(es) pignoratício(s), hipotecário(s), anticrético(s), fiduciário(s) ou com penhora anteriormente averbada, o(s) promitente(s) comprador(es)/ vendedor(es), a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, condômino(s), usufrutuário(s), locatário(s), cônjuge/convivente e o administrador provisório do Espólio, por si ou na(s) pessoa(s) de seu(s) respectivo(s) representante(s) legal(is);

**31.** Fica intimado, o Depositário Fiel, ou seu(s) representante(s) legal(is) se houver, de que a recusa na entrega do(s) bem(ns) arrematado(s) incidirá em multa por ato atentatório à dignidade da Justiça (art. 774 do CPC);

### **ADVERTÊNCIAS**

**32.** Não poderão ofertar lances: 1) tutores, curadores, testamentários, administradores ou liquidantes, quanto aos bens confiados à sua guarda e à sua responsabilidade; 2) mandatários, quanto aos bens de

cuja administração ou alienação estejam encarregados; 3) juiz, membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, escrivão, chefe de secretaria e dos demais servidores e auxiliares da justiça, em relação aos bens e direitos objeto de alienação na localidade onde servirem ou a que se estender sua autoridade; 4) servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos da pessoa jurídica a que servirem ou que estejam sob sua administração direta ou indireta; 5) leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados; e 6) dos advogados de qualquer das partes; 7) e os declarados inidôneos/impedidos por Juízos Federais;

**33.** Todo aquele que tentar impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito a penalidade prevista no art. 358 do CP, sem prejuízo da reparação do dano na esfera cível (art. 186 e art. 927 do CC);

**34.** Casos omissos serão decididos pelo MM. Juízo de Execução;

### **PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO**

**35.** E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, O presente edital será afixado no átrio deste Juízo e publicado, uma só vez, no órgão oficial.

**DRA. KARLA CRISTIANE SAMPAIO NUNES GALVÃO**

**JUIZ(A) MM VARA ÚNICA DA COMARCA DE FARO/PA**

**COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS****SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS****EDITAL DE LISTA DEFINITIVA DE JURADOS PARA O ANO DE 2023**

**A Excelentíssima Senhora ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO, Juíza de Direito da Vara Única de São Caetano de Odivelas, no uso de suas atribuições legais etc.**

**FAZ SABER** a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que nos termos do artigo 425 do CPP, foi procedida a renovação dos jurados desta Comarca, sendo efetuada a primeira publicação dessa lista, na forma do artigo 426 do mesmo diploma legal, ficando alistados como jurados para o ano de 2023:

**SEC. MUNIC. ADMINISTRACAO**

1. ADRIANO VIEIRA DOS SANTOS
2. ALBERTO CARLOS LEAL NASCIMENTO
3. DELMA MARIA CUNHA DOS SANTOS
4. GRIJALME DA COSTA CARNEIRO
5. ILZA CARMEM FERREIRA CHAGAS
6. LAUDECI MARIA GAIA DE OLIVEIRA
7. LUCIA REGINA ALVES PINHO
8. LUIZ AUGUSTO DO ROSARIO LOUREI
9. MANOEL IVAN RODRIGUES CARDOSO
10. MARIA DE NAZARE ABREU MAIA
11. MARIA DE NAZARE CARDOSO DOS SA
12. REGINALDO LEAL FERREIRA
13. ROSIVALDO RODRIGUES PINHEIRO
14. ROZANA FROTA DOS SANTOS
15. SILEIA ASSIS DOS SANTOS
16. ZILDA SOUSA LEMOS DIAS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

17. ALVARO DOS SANTOS MONTEIRO FIL
18. ANA CLAUDIA RODRIGUES MONTEIRO
19. CARLOS ALBERTO DE SANTANA GARC
20. EDIVALDO PINHEIRO MALCHER
21. ERIKA MILENE RODRIGUES
22. RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS

**SEC. MUN.DE TRAB. PROM.E ASSIST. SOCIAL**

23. ANA PRECILDA ZEFERINO FARACHE
24. JAMIELSON JONATAS GONCALVES DE ALMEIDA
25. SUELLEN CARDOSO DA SILVA
26. VALMIR SILVA DA SILVA

**SECRETARIA MUN.CULTURA,DESP.E LAZER**

27. NORMA ALICE DE OLIVEIRA
28. RUBENS FERNANDES SILVA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

29. ADELIA VIEIRA GUEDES
30. ALDENICE SOUSA CHAGAS
31. ALDRIA SOARES SOARES
32. ALVARO RUSSELAKIS CARNEIRO
33. ANA ALZIRA MACIEL DOS REIS
34. ANA LUCIA BRAGA AMARAL
35. EDILEUSA SOUSA MELO DOS SANTOS
36. EDILEUZA MELO DE ALBUQUERQUE
37. EDNEY BORGES FERREIRA
38. ELIAS TOLOSA ALBUQUERQUE
39. ELMA MARIA FIGUEIREDO CHAGAS



40. ESMERALDA ALMEIDA PEREIRA
41. HELEM PATRICIA COSTA MATOS
42. JOAO BOSCO MONTEIRO DA TRINDADE
43. JOISSE DE ALBUQUERQUE BARROS
44. KHAYO GUSTAVUS DE DEUS PEREIRA
45. LAYSE NEDJMA GOMES FREITAS
46. LUCIANA BRIGIDA MACHADO FERNANDES
47. LUCIANA PEREIRA SILVA
48. LUCINDO DE SOUZA MARQUES
49. MARIA APARECIDA PENA MELO
50. MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO
51. MARIA DO SOCORRO SALDANHA
52. MARIA ELIZABETE MONTEIRO DOS SANTOS
53. MARIA JULIETE MORAES DE SOUZA
54. MARIZETE DA COSTA CARNEIRO
55. MONICA DE CASSIA DIAS MORAES
56. NADIA MARIA NASCIMENTO DE BARROS
57. NIVEA ALMEIDA RODRIGUES
58. RAFAEL DOS SANTOS FORMIGOSA
59. RISONILDA DO NASCIMENTO BARBOS
60. RISONILDE FREITAS DE CASTRO
61. ROSIANE CARDOSO BATISTA
62. ROSIANE GURJAO GARCA
63. RUTIANE DO SOCORRO MELO DAMASCENO
64. SOLANGE MARIA RODRIGUES REIS
65. TATIANE ALVES DOS SANTOS

66. VANDIR JOSE CHAGAS DA FONSECA
67. GUSTAVO PALHETA DIAS
68. JACKELYNE GONCALVES DE ALMEIDA
69. STELIO ALMEIDA MOURA
70. ELDER ROBERIO MORAES FAVACHO
71. EMANOEL DIRAELSON DE ALMEIDA ALVES
72. FRANCIENE DO SOCORRO MONTEIRO
73. HENRIQUE FAVACHO DE ALMEIDA
74. PEDRO EDISON FAVACHO DOS SANTOS
75. RAIMUNDO JOSE RODRIGUES
76. RONNY GLEYSON MACIEL DE MORAES

**AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE-PACS**

77. ACEBILDES PANTOJA SALDANHA
78. ADRIANA PEREIRA GAIA
79. AGRIMIALDO DOS SANTOS PEREIRA
80. ALAN DOS REIS LISBOA
81. ANA CRISTINA ATAIDE DA SILVA
82. ARLINDA BRITO DOS SANTOS
83. CARMEN DA CONCEICAO LACERDA MACIEL
84. CELSO GURJAO DOS SANTOS
85. CLEUDIOMAR CORDEIRO RIBEIRO
86. CRISTIANE MARQUES SANTA ROSA
87. CRISTIANE SANTOS LEAL
88. DIVANILDO COSTA CORREA
89. DORVALINA FERREIRA DA COSTA
90. DULCINEA DE OLIVEIRA SANTOS

91. EDIENE LEAL SOARES
92. EDILEUZA ALMEIDA DA SILVA
93. EDIVALDO FERREIRA PINHEIRO
94. EMERSON ALBUQUERQUE DOS SANTOS
95. EVANILSON SOARES PALHA
96. EVERTON ANTONIO SOARES DA SILVA
97. HELEN SUANE DA SILVA CORREA
98. IVANETE FIGUEREDO FARIAS
99. IVANILDO FERREIRA DE SOUZA
100. JACIELZA FAVACHO CHAGAS
101. JACIENIL CHAGAS DA PAIXAO
102. JAILSON LUIZ SANTA ROSA SOARES
103. JAIRO PEDRO VIEGAS DE GOES
104. JOAO ENOQUE DA S DUARTE
105. JOELMISON MELO DE SOUZA
106. JUSCILENE DO SOCORRO CARDOSO
107. LUCIA ANDREIA NAZARE BARROS
108. LUZIENE FARIAS FERREIRA DA CUNNA
109. MARIA DO CARMO DA SILVA SANTA
110. MARIA LENIL DOS SANTOS SOARES
111. MARIA NATALINA ALMEIDA BENTES
112. MARINILSON DA PIEDADE FERNANDE
113. MARLIENE FAVACHO PEREIRA
114. MERIAN DE LIRA CARDOSO
115. MILTON RODRIGUES RIBEIRO
116. MOISES DOS SANTOS PEREIRA

117. NELMA DOMINGAS RODRIGUES DOS SANTOS

118. NERY SOARES SOARES

119. RAIMUNDO LUCIO B. DE FREITAS

120. REGINA SOARES DE FARIAS

121. ROBSON LUIZ MACEDO GARCA

122. ROSANA DA CONCEICAO PEREIRA

123. ULDA BETHANIA FERNANDES DA SILVA

124. VALDILEIA DE SOUSA ATAIDE

125. VANIZE NAZARE CARDOSO

126. ZILDA DA SILVA RIBEIRO

**CENTRO DE REF.DA ASSIST. SOCIAL-CRAS**

127. DARCILENE DAS CHAGAS FERNANDES

128. ERIKA ELIZABETH MUNGUIA RODRIG

129. HOSANA SOARES DAS CHAGAS

130. JOSILENE BRITO DA SILVA SOUSA

131. MARIA DAS GRACAS COSTA SALDANHA

132. MARIA MADALENA SILVA SOARES

133. ROSALVA MOURA DE BRITO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

134. FABIO ANDRE GONCALVES RIBEIRO

135. NILCE CLEIA FERREIRA GOMES

136. ODILA FONSECA SALDANHA

137. ORIVALDO PEREIRA FERREIRA

**FMS/FUNCIONARIOS CEDIDOS DA PMSCO**

138. CLAUDIA LORRANY DE OLIVEIRA DAS CHAGAS

139. CLEDYR FAVACHO BARROS

140. DINA SOARES FAVACHO

141. JAILSON PEREIRA PINHEIRO

142. JOSE AUGUSTO FIGUEIREDO ALMEIDA

143. LAIS TRINDADE MALCHER CARDOSO

144. MARIA DE NAZARE DALMACIO DAS C

145. MARIA SIMONE SANTA ROSA SOARES

146. ROSIELE ALMEIDA DOS SANTOS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

147. ADELAIDE DE GOES PONTES SARMENTO

148. ADENILZA DE SOUSA LAGOIA

149. AILDA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE

150. AILTON SILVA LISBOA

151. ALICELMA PENA DA SILVA

152. ANA CELIA DA SILVA FERNANDES

153. ANA LETICIA SANTOS SARAIVA

154. ANA MARIA DA SILVA DOS SANTOS

155. ANDERSON GAIA RAMOS

156. ANDREIA DO SOCORRO SILVA DE JESUS

157. ANDREIA REGIANE SILVA LISBOA

158. ANDRELINA DO ROSARIO ALVES

159. ANDREUMA DO SOCORRO RODRIGUES

160. ANDREZA DA SILVA BRAGA

161. ANGELA CRISTINA BARROS CARDOSO

162. ANILTON SILVA LISBOA

163. ANTONIO MANOEL VIEGAS DE GOES

164. ARIANA CARLA SILVA PINHEIRO

165. ARIELA PEREIRA RODRIGUES
166. AURELIANA ELLEN RODRIGUES
167. BERNARDINA LUCIA SOARES PALHETA
168. CARMEM SILVA SIQUEIRA GUEDES
169. CEIDEANE PEREIRA BARROS
170. CELIA MARIA GONCALVES MARQUES
171. CIREMA MARIA DOS SANTOS ALVES
172. CIRLEI DO NASCIMENTO SOARES PEREIRA
173. CLAUDENILDO DA SILVA ZEFERINO
174. CLAUDIANE CARDOSO DOS SANTOS
175. CLAYTON SALDANHA RODRIGUES
176. CLEBER LUIZ SALDANHA LIMA
177. CLEONICE FAVACHO ALMEIDA
178. CRISANGELA SALDANHA RODRIGUES
179. CRISTIANE GALVAO CANTANHEDE
180. CRISTIANE MONTEIRO MESQUITA
181. CRISTIANE PEREIRA BORGES
182. CRISTIELE MARTINS DA SILVA
183. DENIS MORAES DA SILVA
184. DIENNE FERREIRA CORDEIRO
185. DILENE MACEDO DIAS
186. DJENANE SARMENTO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
187. DORIVANE PENA DA SILVA
188. EDER MARK DA SILVA ZEFERINO
189. EDIBERTO CARDOSO SOARES
190. EDILENE PINHEIRO MALCHER

191. EDILEUSA VILHENA LEAL
192. EDILEUZA RODRIGUES NEPONUCENO
193. EDINALDO RODRIGUES SOARES
194. EDINAMAR DE ASSIS MONTEIRO SILVA
195. EDIVALDO PEREIRA SOARES
196. EDIVALNEIDE DOS SANTOS MACHADO
197. EDNA MARIA CHAGAS FONSECA
198. EDUARDO LUIZ DE ALCANTARA GUIM
199. ELBA JOICE SILVA DE SOUSA
200. ELENIRA DE GOES AMIM
201. ELIELSON BOTELHO LEAL
202. ELIELZA DOS SANTOS RODRIGUES PEREIRA
203. ELIELZA FERREIRA SANTANA
204. ELIENAI DA SILVA SOARES
205. ELIENE GARCA BARBOSA
206. ELIERGE DA SILVA GOES RIBEIRO
207. ELIETE MARTINS MELO
208. ELINALVA DE JESUS DIAS
209. ELISANGELA CHAGAS CORDEIRO
210. ELISANGELA PENA DA SILVA
211. ELIZETE PEREIRA SOARES
212. EMANOEL DE JESUS DIAS
213. EMANUEL CARDOSO BARROS
214. EMIVALDO SANTOS DA SILVA
215. ERASMO SANTOS MACHADO
216. ERONILDE BORGES DA SILVA

217. ESTELIO DA SILVA
218. EULALIA MARIA FAVACHO BARROS
219. EUNICE FAVACHO SANTA ROSA
220. EVA VILMA FERREIRA MONTEIRO
221. EVERALDO DE SOUSA ATAIDE
222. FERNANDA AUGUSTA MELO CARDOSO
223. GERSON TADEU DA SILVA RODRIGUES
224. GILDA REIS SOARES
225. GILMARA GURJAO GARCA
226. GLEICE RUTH GOMES DOS SANTOS
227. GRISLENE DOS SANTOS RODRIGUES
228. HELBA CRISTINA PEREIRA DAS NEVES
229. HELIANA MARIA RODRIGUES BARROS
230. HELIELMA CAMPOS NAZARE
231. HELIELZA CAMPOS NAZARE
232. HELIODEIA DOS RAMOS CARDOSO PEREIRA
233. HELITA GREYCE DA SILVA CHAGAS
234. HIGINA PENA DA CONCEICAO
235. HILDACELI OLIVEIRA DE JESUS
236. IDA DA CONCEICAO MONTEIRO
237. IDALVA MONTEIRO RODRIGUES
238. IRAILDES FIGUEIREDO OLIVEIRA
239. IRIS PATRICIA RODRIGUES MORAES
240. ISAIAS CABRAL DA COSTA
241. ISANDRA FERREIRA CHAGAS
242. IVALDO FERREIRA DE SOUSA



243. IVANILDA DA SILVA ABREU
244. IVANILDA FERREIRA SANTOS
245. IVETE MARIA LOBATO DE OLIVEIRA
246. JACIMERE FAVACHO DAS CHAGAS
247. JAINA SOARES DO NASCIMENTO
248. JEONE COSTA DA SILVA
249. JOAO MARCELO GOMES MARECO
250. JOAO PAULO FERREIRA DE OLIVEIRA
251. JORGE ANDRE LAGOIA DE FARIAS
252. JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS SANTA
253. JOSE MARIA FERREIRA DA SILVA
254. JOSE NONATO CORREA GONCALVES
255. JOSENILSON DA COSTA SILVA
256. JOSIANE CRISTINA DE SANTANA GARÇA
257. JOVANILDO RODRIGUES MARTINS
258. JULIO RODRIGUES DO ESPIRITO SANTOS
259. KATIA CILENE MALCHER DE GOES
260. KATIELE NAZARE SOARES FERREIRA
261. KEULY JANE DIAS DOS SANTOS
262. LADIANY PINHEIRO FERREIRA
263. LAUDICEIA FAVACHO DA SILVA
264. LAURA VIEGAS SOARES
265. LECI DOS ANJOS LAGOIA
266. LEIDIANE LAGOIA PEREIRA
267. LEONICE SANTOS PEREIRA
268. LIELTON DANTAS DE SOUSA

269. LOURDES FAVACHO SILVA DO NASCIMENTO
270. LUCICLEIA BARROS NASCIMENTO
271. LUCIDALVA DE OLIVEIRA RAIOL
272. LUCIDALVA DO SOCORRO ALMEIDA RODRIGUES
273. LUCIENE CARDOSO
274. LUCIENE SOARES DE ALMEIDA
275. LUCILEIA LOUREIRO PINHEIRO
276. LUCILEIA OLIVEIRA DA SILVA
277. LUCINEIDE BRAGA DA COSTA
278. LUCIVETE DOS REIS FARIAS
279. LUIS AUGUSTO SOARES DA SILVA
280. LUIS GUSTAVO MONTEIRO DOS SANTOS
281. LUIZ ALBERTO PINHEIRO MARQUES
282. LUIZ OTAVIO BRAGA DIAS
283. LUZIA MONTEIRO ARMINIO
284. LUZIA SANTOS DOS ANJOS FERREIRIA
285. MANOEL EDIVALDO DA SILVA GONCALVES
286. MANOEL FERREIRA PINTO
287. MANOEL LEDIELSON FARIAS LAGOIA
288. MANOEL NAZARENO LEAL DE SOUSA
289. MANOEL SANTANA DE OLIVEIRA
290. MARA SOUSA CHAGAS
291. MARCIA CRISTINA LIMA
292. MARCIA GEANE DOS SANTOS OLIVEIRAS
293. MARCIA ROCHA CARVALHO
294. MARCILENE SIQUEIRA DALMACIO RE

295. MARGARETH DE OLIVEIRA SOUSA
296. MARGARIDA FIGUEIREDO BENTES
297. MARIA ALDILENE DALMACIO SARAIVA
298. MARIA BETANIA MONTEIRO ARMINIO
299. MARIA CARMEN PINHO FAVACHO
300. MARIA CLAUDETE DOS SANTOS FERNANDES
301. MARIA CLECIA DOS SANTOS MARQUES
302. MARIA DA CONCEICAO BRITO DIAS
303. MARIA DA CONCEICAO DA SILVA OLIVEIRA
304. MARIA DA SILVA SANTA ROSA
305. MARIA DAS GRACAS RODRIGUES DE
306. MARIA DE FATIMA ALVES DE OLIVEIRA
307. MARIA DE FATIMA MOREIRA GUEDES
308. MARIA DE LOURDES DA SILVA FERREIRA
309. MARIA DE LOURDES DE SOUSA DANTAS
310. MARIA DE NAZARE FERREIRA RODRIGUES
311. MARIA DE NAZARE PINTO SOARES
312. MARIA DO SOCORRO CARDOSO DA COSTA
313. MARIA DO SOCORRO RIBEIRO ALBUQUERQUE
314. MARIA DOMINGAS DIAS DOS SANTOS
315. MARIA DOMINGAS LEAL
316. MARIA EVANILDA FONSECA SALDANHA
317. MARIA GORETH FARIAS DOS SANTOS
318. MARIA LEIA ALBUQUERQUE DA SILVA
319. MARIA LEONILDES BATISTA DE AVIZ
320. MARIA NEUZA FERREIRA DOS ANJOS

- 321. MARIA NOEMIA SANTA ROSA DAS CH
- 322. MARIA TERESA DOS SANTOS SILVA
- 323. MARLI FAVACHO PEREIRA
- 324. MARTA EVANGELISTA DO LAGO
- 325. MERIAN CARDOSO SANTA ROSA
- 326. MERIAN CHAGAS FARIAS
- 327. MICHELI RAMOS SOARES
- 328. MIRIAM LUZ DA SILVA
- 329. NADIA MARIA DOS SANTOS FARIAS
- 330. NADIA MARIA NUNES FURTADO CARD
- 331. NADIR BRITO BARBOSA FILHA
- 332. NADIR DE NAZARE COSTA DA CRUZ
- 333. NADIRA KASSIA BRITO BARBOSA
- 334. NATALINA SOARES DE ARQUINO
- 335. NELZIANE MACIEL PINHEIRO
- 336. NEUSA BERNADETH PINTO DE SOUSA
- 337. NILDA DE FATIMA VIEGAS DE GOES
- 338. NIVALDO JOSE DE ALMEIDA MOURA
- 339. NORMA ELI NASCIMENTO BARROS
- 340. ODAIR JOSE ASSUNCAO
- 341. ODINEIA ALVES CARDOSO
- 342. OLGA JAMILA DUARTE
- 343. PAULO SOUSA DO NASCIMENTO
- 344. PEDRO MARCIO MOURA MARQUES
- 345. RAIMUNDA FAVACHO DE AL
- 346. MEIDA

- 347. RAIMUNDA LUCIA DA CONCEICAO SOARES
- 348. RAIMUNDO AFONSO DO E. SANTO SANTA ROSA
- 349. RAIMUNDO SILVA RIBEIRO
- 350. REGINA CARDOSO DOS REIS SOARES
- 351. REGINA DO SOCORRO SILVA DA SILVA
- 352. REGINA GOMES FERREIRA
- 353. REGINA LUCIA MARIGLIANI
- 354. REGINALDO SOARES BORCEM
- 355. REJANE DO SOCORRO DE SOUZA GEMAQUE
- 356. RENATA DO SOCORRO SANTA ROSA D
- 357. RISOLEIDE GUIMARAES PEREIRA
- 358. ROBERVAL JOSE NASCIMENTO COSTA
- 359. ROMULO PANTOJA DA COSTA
- 360. RONISON MATIAS FELICIO
- 361. ROSA MARIA FIEL SOUZA
- 362. ROSANGELA CRISTINA REIS FERREI
- 363. ROSEANE FERREIRA RODRIGUES
- 364. ROSELINA DA SILVA CHAGAS
- 365. ROSIENE ATAIDE DE CASTRO
- 366. ROSILENE FIGUEIREDO FARIAS
- 367. ROSILENE FROTA PEREIRA
- 368. ROSILENE MORAES DA SILVA
- 369. ROSIMERE SOUSA DOS SANTOS
- 370. ROSINEIDE LEAL DA SILVA
- 371. ROSINEIDE SOUSA DE SOUSA
- 372. ROSIVALDO DE ASSIS RODRIGUES

373. SAMAI PAIXAO PEREIRA
374. SANDRA MARIA CAMPOS MACEDO
375. SANDRA MARIA SOARES
376. SELMA MARIA DOS ANJOS PINHEIRO
377. SILVANDRO FERREIRA DE OLIVEIRA
378. SILVIA MARIA MORAES REIS
379. SIMEI DA SILVA TAVARES
380. SIMONE DA SILVA BARROS
381. SIMONE PALHA DOS SANTOS
382. SOLANGE CARDOSO BELEM
383. SONIA MARIA PEREIRA SOARES
384. SUELI DOS SANTOS SOARES
385. TANIA JARINA DE SOUSA DO ROSAR
386. TATIANA SIQUEIRA RAIOL
387. TATIANE RODRIGUES DOS REIS
388. TELMA DO SOCORRO MELO VALE
389. TELMA MARIA RODRIGUES DOS REIS
390. TEREZA CRISTINA PEREIRA RODRIGUES
391. VALDELICE DE JESUS DE SOUSA DO
392. VALDIRENE SOARES BARATA
393. VANDA SUELI DA SILVA C
394. VANDERLINO PINHEIRO M
395. VANUZA SALDANHA
396. VIVIAN NAZARE MORAES FAVACHO
397. WALDENICE ALBUQUERQUE GARCA
398. WELLINGTON JOSE ZEFERINO DE OLIVEIRA

399. WILIO JOSE DA SILVA RAMOS

400. AMARILDO DOS SANTOS CONCEICAO

401. ANTONIO LEAL DE ATAIDE

402. LAURA ASSUNCAO DA SILVA

403. MARCIO JOSE DO ROSARIO SILVA

404. SILVANA DE SOUZA RIBEIRO

Segue a transcrição dos artigos 436 a 446 do Código de Processo Penal, que tratam da Função do Jurado (art. 426, §2º, do CPP):

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

E para que chegue ao conhecimento de todos, salientando que não se possa alegar ignorância e desconhecimento, é expedido o presente Edital, que será afixado à porta do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, aos vinte dias do mês de outubro ano de dois mil e vinte e dois. Eu, ....., (Emanuele da Silva e Silva) Diretora de Secretaria, o digitei.

**ANA BEATRIZ GONÇALVES DE CARVALHO**

**Juíza de Direito da Vara Única de São Caetano de Odivelas**





**COMARCA DE MUANÁ**

**SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL DE MUANÁ**

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo: 0002914-10.2019.8.14.0033**

**Autor do Fato: Shilton Eldem Soeiro de Paiva**

**Vítima: A.C/O.E**

**Tipificação: Art. 28 da Lei de nº 11.343/06**

**SENTENÇA**

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de **Termo Circunstanciado de Ocorrência** que imputa a **Shilton Eldem Soeiro de Paiva** a prática do crime do Art. 28 da Lei de nº 11.343/06.

Na hipótese dos autos o prazo prescricional é de **02 (dois) anos**, conforme art. 30 da Lei de nº 11.343/06, o que importa na necessidade de reconhecimento da prescrição do presente caso, nos moldes do art. 107, IV, do CP.

Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.

Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional **de 02 (dois) anos** desde o fato narrado ocorrido em 22/04/2019 (fl. 07), sem recebimento da Denúncia.

Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao autor do fato **Shilton Eldem Soeiro de Paiva** (arts. 107, IV e 111, I, ambos do CP e art. 30 da Lei de nº 11.343/06).

Publique-se. **Ciência ao Ministério Público**. Intime-se o Autor do Fato da Sentença unicamente por publicação no Diário da Justiça, pois não possui interesse em recorrer.

**Determino a destruição do entorpecente apreendido à fl.09 Oficie-se a DEPOL.**

Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Cumpra-se.

**Muaná/PA, 13 de outubro de 2022.**

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

Termo Circunstanciado de Ocorrência

Processo: 0002721-58.2020.8.14.0033

Autor do fato: Carlos Augusto Nobre Caripunas

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 81, § 3º da Lei de nº 9.099/95. Decido.

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência que imputa a Carlos Augusto Nobre Caripunas a prática do crime do Art. 42, I e II do Decreto Lei 3.688/41 e art. 268 do CP.

Foi realizada a transação penal na audiência de **fl. 28**, cumprida integralmente, conforme certidão de **fl. 35**.

Ante ao exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO de **fl. 28** e julgo extinta a punibilidade de **a Carlos Augusto Nobre Caripunas**, pelo cumprimento da transação penal, com fulcro no art. 66, II, da Lei de Execuções Penais c/c o art. 84, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.

Intime-se o autor do fato unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer. Ciência ao Ministério Público. Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de lei.

Cumpra-se.

Muaná/PA, 19 de outubro de 2022

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo:** 0006626-42.2018.8.14.0033

**Autor do Fato:** Ezequias Barbosa Pinheiro

**Vítima:** C.M.M.

**Tipificação:** Art. 150§1º c/c art. 14, II do CP

## SENTENÇA

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência que imputa ao autor do fato **Ezequias Barbosa Pinheiro** a prática do crime do Art. 150§1º c/c art. 14, II do CP.

Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstracto do art. 147, caput do CP é de **02 (dois) anos**, logo, o prazo prescricional é de **04 (quatro) anos**, conforme art. 109, V, do CP.

Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.

Conforme se depreende dos autos a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 15/10/2022 (fl. 07), tendo prescrito o direito de punir do Estado **em outubro de 2022, conforme arts. 111, I e 109, V, todos do CP.**

Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional **(quatro) anos** desde o fato narrado, sem recebimento da denúncia.

Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao autor do fato **Ezequias Barbosa Pinheiro** (arts. 107, IV, 109, VI e 111, I, todos do CP).

Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se o Denunciado unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.

**Muaná/PA, 17 de outubro de 2022.**

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo: 0004684-72.2018.8.140033**

**Autores do Fato:** João Batista Teixeira Tenório, Natacha Ferreira de Souza, Raimundo Joel Monteiro Coutinho, Rodimar da Costa Pereira, Taitiane Ramos Gama, Reginaldo Matins Barbosa, João Carlos de Matos Negrão e Alexandre de Matos Costa.

**Vítima: O.E.**

**Tipificação:** Art. 310 CTB

**SENTENÇA**

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência que imputa aos autores do fato **João Batista Teixeira Tenório, Natacha Ferreira de Souza, Raimundo Joel Monteiro Coutinho, Rodimar da Costa Pereira, Taitiane Ramos Gama, Reginaldo Matins Barbosa, João Carlos de Matos Negrão e Alexandre de Matos Costa** a prática do crime do **Art. 310**, do CTB.

Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstracto do crime de maior pena previsto (art. 310 CTB) é de **01 (um) ano**, logo, o prazo prescricional é de **04 (quatro) anos**, conforme art. 109, V, do CP.

O fato teria ocorrido em 08/08/2018 (fl.03) tendo prescrito o direito de punir do Estado **em agosto de 2022, conforme arts. 109, V e 111, I, ambos do CP.**

Já o art. 61 do CPP, diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.

Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional **de 04 (quatro) anos** desde o fato narrado sem recebimento da denúncia.

Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação aos autores do fato **João Batista Teixeira Tenório, Natacha Ferreira de Souza, Raimundo Joel Monteiro Coutinho, Rodimar da Costa Pereira, Taitiane Ramos Gama, Reginaldo Matins Barbosa, João Carlos de Matos Negrão e Alexandre de Matos Costa** (arts. 107, IV, 109, V e 111, I, todos do CP).

Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se os Autores do Fato unicamente por publicação da Sentença no Diário da Justiça, pois não possui interesse em recorrer.

Oficie-se a Delegacia de Polícia à fim de que informe o local onde se encontra a motocicleta **Yamaha/Lander XTZ, RENAVAL 466460562, PLACA OBZ7553, CHASSI 9C6KG0210C0052657 apreendida à fl. 45 dos autos**, tendo em vista ser a única motocicleta sem auto de entrega.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.

**Muaná/PA, 13 de outubro de 2022.**

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

**Ação Penal****Processo:** 0006415-69.2019.814.0033**Autores do fato:** Tania França dos Anjos Cruz, Raiam da Silva Coelho, Francinete Magno Freitas, Rozilene Ferreira da Silva e Aline Freitas Castilho.**Vítima:** O.M**Tipificação:** art. 129 do CP**SENTENÇA**

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**Trata-se de Ação Penal que imputa os autores do fato **Tania França dos Anjos Cruz, Raiam da Silva Coelho, Francinete Magno Freitas, Rozilene Ferreira da Silva e Aline Freitas Castilho.**

com o objetivo de apurar a suposta prática do delito tipificado no art. 129 CP, cuja pena varia de detenção, de três meses a um ano.

**DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA**

A prescrição antecipada é também chamada de prescrição em perspectiva, projetada ou virtual e relaciona-se à prescrição retroativa, uma vez que consiste no reconhecimento antecipado da prescrição retroativa, com base na pena que seria imposta ao acusado, em hipotética sentença condenatória. Trata-se de tema que tem gerado controvérsia doutrinária e jurisprudencial, que está longe de ser dirimida.

Argumenta-se, na defesa da prescrição antecipada, na falta de interesse de agir, se, no caso concreto, concluir-se que eventual pena imposta será inevitavelmente atingida pela prescrição retroativa, resultando que a prestação jurisdicional buscada será inútil. E um processo inútil, porque sem nenhum resultado prático, constitui constrangimento ilegal que não pode ser tolerado num Estado Democrático de Direito. Os princípios da instrumentalidade do processo, da economia processual e da moralidade também são invocados pelos partidários da prescrição antecipada.

Os adversários dessa tese sustentam que ela implica na violação de diversos princípios: da legalidade, da obrigatoriedade, do devido processo legal e seus corolários (contraditório e ampla defesa) e da presunção de inocência. Também asseveram que o réu tem direito a uma sentença de mérito e, de outro lado, a vítima tem direito à constituição de um título executivo, via sentença penal condenatória. Aduzem, ainda,

que a prescrição antecipada despreza a possibilidade da *mutatio libelli*, que pode provocar o aumento do prazo prescricional.

A prescrição antecipada tem sido admitida por alguns tribunais estaduais, como se vê no seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: *“Ratifica-se o entendimento adotado pelo Juízo a quo, que extinguiu a punibilidade, com a adoção de uma forma de prescrição antecipada, atentando-se à real finalidade de um processo, o que envolve, necessariamente, o vislumbrar-se de eventuais conseqüências práticas do mesmo”* (2ª Câmara Criminal *Recurso de Apelação Criminal nº. 70009427998* *Relatora Desembargadora Laís Rogéria Alves Barbosa* *Acórdão de 30 de setembro de 2004* *Fonte: site do TJRS*).

Também tem sido admitida por alguns tribunais regionais federais, conforme este aresto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região: *“A prescrição pela pena em perspectiva, embora não prevista na lei, é construção jurisprudencial tolerada em casos excepcionalíssimos, quando existe convicção plena de que a sanção aplicada não será apta a impedir a extinção da punibilidade”* (8ª Turma *Habeas Corpus nº. 2004.04.01.049737-1* *Relator Élcio Pinheiro de Castro* *Acórdão de 16 de março de 2005, publicado no DJU de 30 de março de 2005*).

Essa modalidade prescricional, contudo, não encontra acolhida nos tribunais superiores. Do Supremo Tribunal Federal invoco esta decisão: *“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de não admitir a prescrição antecipada pela pena em perspectiva”* (2ª Turma *Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº. 728423/SP* *Relator Ministro Eros Grau* *Acórdão de 26 de maio de 2009, publicado no DJe de 18 de junho de 2009*).

E do Superior Tribunal de Justiça trago à colação este julgado: *“Não se admite o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva com base em pena virtual, a dizer, aquela que provavelmente seria fixada em caso de condenação, hipótese não contemplada na legislação de regência”* (5ª Turma *Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº. 22644/RJ* *Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho* *Acórdão de 29 de abril de 2009, publicado no DJe de 1º de junho de 2009*).

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, seguindo os tribunais superiores, não reconhece a prescrição antecipada: *“A prescrição antecipada da pena contraria o sistema legal vigente, pois tem como referência uma condenação hipotética que revela o prejulgamento da causa, em flagrante desrespeito às garantias constitucionais da presunção da inocência, do devido processo legal e da ampla defesa”* (Turma de Câmaras Criminais Reunidas *Ação Penal Originária nº. 93097/2007* *Relator Desembargador Paulo da Cunha* *Julgado de 02 de outubro de 2008* *Fonte: site do TJMT*).

Embora seja amplamente dominante a orientação jurisprudencial contrária, continuo defendendo a prescrição antecipada. Os argumentos a ela opostos não são suficientemente fortes para afastar as vantagens que essa solução propicia, desde que aplicada com ponderação, em casos excepcionalíssimos, como ressaltou o julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acima transcrito.

Trata-se de evitar o prosseguimento de um processo penal quando se pode afirmar, com segurança, que não levará um resultado útil, porque inevitável o reconhecimento da prescrição retroativa. Ao aplicar essa solução, o Estado economizará recursos que podem ser carreados aos casos que, por sua magnitude, merecem uma atuação efetiva dos órgãos encarregadas da persecução penal, sem mencionar os outros benefícios alcançados.

## CONCLUSÃO

No caso em apreço, como a pena mínima em abstrato cominada ao crime previsto no art. 129 é igual 03 (três) meses de prisão, a prescrição ocorre em três anos, o que já aconteceu, em 27/08/2022 o que gerará um custo financeiro e movimentação de pessoal desnecessário.

## III - DISPOSITIVO



DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal, decreto a extinção da punibilidade dos autores do fato **Tania França dos Anjos Cruz, Raiam da Silva Coelho, Francinete Magno Freitas, Rozilene Ferreira da Silva e Aline Freitas Castilho** pela ocorrência da prescrição.

Ciência ao Ministério Público.

Intimem-se os réus unicamente pela publicação no Diário da Justiça.

Arquivem-se os autos com as baixas necessárias.

Sem custas.

Cumpra-se.

Muaná, 13 de outubro de 2022.

**LUIZ TRINDADE JUNIOR**

Juiz de Direito

Processo nº: 0002561-33.2020.814.0033

Incidência Penal: art. 147, do CPB.

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: RAIMUNDO ANTONIO NEGRÃO MAGNO

Réu: ANDERSON MOREIRA MAGNO

Vítima: M.D.C.B.

**SENTENÇA**

Vistos etc.

O Ministério Público Estadual, através de seu Representante legal, denunciou os acusados RAIMUNDO ANTONIO NEGRÃO MAGNO e ANDERSON MOREIRA MAGNO, qualificado nos autos, como incurso nas sanções punitivas do art. 147 do Código Penal brasileiro.

A denúncia, datada de 04/03/2021, acompanhou o inquérito policial em anexo instaurado por portaria.

Recebidos os autos, foi designada audiência de Instrução e Julgamento (fl. 35).

A denúncia foi recebida em 13/04/2022 (fl. 38).

Audiência de instrução e julgamento às fls. 38-40, onde se ouviram as testemunhas, vítima e os acusados.

Em Alegações finais, o Ministério Público requereu a absolvição do acusado.

Relatei. Decido.

Trata-se de ação penal pública condicionada a representação com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do réu pela suposta prática de lesão corporal.

A testemunha de acusação Messias Oliveira da Silva em seu depoimento informou que em nenhum momento presenciou ameaças dos acusados contra vítima, ao contrário disso já viu a vítima ameaçando o acusado Raimundo, inclusive com um terçado.

A testemunha de Elias Souza dos Santos em seu depoimento informou que conhece os acusados há 15 anos e em nenhum momento presenciou ameaças dos acusados contra vítima ou qualquer agressão física ou verbal contra a vítima.

A vítima em seu depoimento em juízo informou que os acusados a ameaçaram e a ofenderam, que chegou até a delegacia pedindo providências, que existe uma ação possessória tramitando na justiça em face dos acusados.

Em seu interrogatório os acusados negaram os termos da denúncia, informando que a nunca ameaçaram a vítima.

Pois bem, pelo se extrai dos autos, não houve provas nos autos suficientes a comprovar a materialidade do crime vez que as testemunhas de acusação negam que tenha havido ameaças ou agressões verbais por partes dos acusados contra a vítima.

**ISTO POSTO, com fulcro no art. 386, VII, do CPP, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia e ABSOLVO os acusados RAIMUNDO ANTONIO NEGRÃO MAGNO e ANDERSON MOREIRA MAGNO das imputações que lhe foram feitas na denúncia.**

DOU POR TRANSITADA EM JULGADO A PRESENTE DECISÃO, em razão da falta de interesse em recorrer de ambas.

Intimação dos acusados e do Ministério Público por simples publicação no Diário da Justiça.

Arquive-se.

Muaná, 13 de outubro de 2022.

LUIZ TRINDADE JUNIOR

JUIZ DE DIREITO

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo:** 0008955-90.2019.814.0033

**Autores do fato:** Joao Augusto Fernandes Teixeira, Jonatas do Espírito Santo Furtado, Juscelim da Barra Fernandes Teixeira.

**Tipificação:** art. 129 do CP

## SENTENÇA

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de Ação Penal que imputa os autores do fato **Joao Augusto Fernandes Teixeira, Jonatas do Espírito Santo Furtado, Juscelim da Barra Fernandes Teixeira**, com o objetivo de apurar a suposta prática do delito tipificado no art. 129 CP, cuja pena varia de detenção, de três meses a um ano.

### DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA

A prescrição antecipada é também chamada de em perspectiva, projetada ou virtual e relaciona-se à prescrição retroativa, uma vez que consiste no reconhecimento antecipado da prescrição retroativa, com base na pena que seria imposta ao acusado, em hipotética sentença condenatória. Trata-se de tema que tem gerado controvérsia doutrinária e jurisprudencial, que está longe de ser dirimida.

Argumenta-se, na defesa da prescrição antecipada, na falta de interesse de agir, se, no caso concreto, concluir-se que eventual pena imposta será inevitavelmente atingida pela prescrição retroativa, resultando que a prestação jurisdicional buscada será inútil. E um processo inútil, porque sem nenhum resultado prático, constitui constrangimento ilegal que não pode ser tolerado num Estado Democrático de Direito. Os princípios da instrumentalidade do processo, da economia processual e da moralidade também são invocados pelos partidários da prescrição antecipada.

Os adversários dessa tese sustentam que ela implica na violação de diversos princípios: da legalidade, da obrigatoriedade, do devido processo legal e seus corolários (contraditório e ampla defesa) e da presunção de inocência. Também asseveram que o réu tem direito a uma sentença de mérito e, de outro lado, a vítima tem direito à constituição de um título executivo, via sentença penal condenatória. Aduzem, ainda, que a prescrição antecipada despreza a possibilidade da *mutatio libelli*, que pode provocar o aumento do prazo prescricional.

A prescrição antecipada tem sido admitida por alguns tribunais estaduais, como se vê no seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: *é* Ratifica-se o entendimento adotado pelo Juízo a quo, que extinguiu a punibilidade, com a adoção de uma forma de prescrição antecipada, atentando-se à real finalidade de um processo, o que envolve, necessariamente, o vislumbrar-se de eventuais conseqüências práticas do mesmo *é* (2ª Câmara Criminal *é* Recurso de Apelação Criminal nº. 70009427998 *é* Relatora Desembargadora Laís Rogéria Alves Barbosa *é* Acórdão de 30 de setembro de 2004 *é* Fonte: site do TJRS).

Também tem sido admitida por alguns tribunais regionais federais, conforme este aresto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região: çA prescrição pela pena em perspectiva, embora não prevista na lei, é construção jurisprudencial tolerada em casos excepcionalíssimos, quando existe convicção plena de que a sanção aplicada não será apta a impedir a extinção da punibilidadeç (8ª Turma ç Habeas Corpus nº. 2004.04.01.049737-1 ç Relator Élcio Pinheiro de Castro ç Acórdão de 16 de março de 2005, publicado no DJU de 30 de março de 2005).

Essa modalidade prescricional, contudo, não encontra acolhida nos tribunais superiores. Do Supremo Tribunal Federal invoco esta decisão: çA jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de não admitir a prescrição antecipada pela pena em perspectivaç (2ª Turma ç Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº. 728423/SP ç Relator Ministro Eros Grau ç Acórdão de 26 de maio de 2009, publicado no DJe de 18 de junho de 2009).

E do Superior Tribunal de Justiça trago à colação este julgado: çNão se admite o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva com base em pena virtual, a dizer, aquela que provavelmente seria fixada em caso de condenação, hipótese não contemplada na legislação de regênciaç (5ª Turma ç Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº. 22644/RJ ç Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho ç Acórdão de 29 de abril de 2009, publicado no DJe de 1º de junho de 2009).

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, seguindo os tribunais superiores, não reconhece a prescrição antecipada: çA prescrição antecipada da pena contraria o sistema legal vigente, pois tem como referência uma condenação hipotética que revela o prejulgamento da causa, em flagrante desrespeito às garantias constitucionais da presunção da inocência, do devido processo legal e da ampla defesaç (Turma de Câmaras Criminais Reunidas ç Ação Penal Originária nº. 93097/2007 ç Relator Desembargador Paulo da Cunha ç Julgado de 02 de outubro de 2008 ç Fonte: site do TJMT).

Embora seja amplamente dominante a orientação jurisprudencial contrária, continuo defendendo a prescrição antecipada. Os argumentos a ela opostos não são suficientemente fortes para afastar as vantagens que essa solução propicia, desde que aplicada com ponderação, em casos excepcionalíssimos, como ressaltou o julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acima transcrito.

Trata-se de evitar o prosseguimento de um processo penal quando se pode afirmar, com segurança, que não levará um resultado útil, porque inevitável o reconhecimento da prescrição retroativa. Ao aplicar essa solução, o Estado economizará recursos que podem ser carreados aos casos que, por sua magnitude, merecem uma atuação efetiva dos órgãos encarregadas da persecução penal, sem mencionar os outros benefícios alcançados.

## CONCLUSÃO

No caso em apreço, como a pena mínima em abstrato cominada ao crime previsto no art. 129 é igual 03 (três) meses detenção, a prescrição ocorre em três anos, o que já aconteceu, em setembro de 2022 o que gerará um custo financeiro e movimentação de pessoal desnecessário.

## III - DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal, decreto a extinção da punibilidade dos autores do fato **Joao Augusto Fernandes Teixeira, Jonatas do Espírito Santo Furtado, Juscelim da Barra Fernandes Teixeira** pela ocorrência da prescrição.

Ciência ao Ministério Público.

Intimem-se os réus unicamente pela publicação no Diário da Justiça.

Arquivem-se os autos com as baixas necessárias.

Sem custas.

Cumpra-se.

Muaná, 13 de outubro de 2022.

**LUIZ TRINDADE JUNIOR**

Juiz de Direito

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo:** 0007635-05.2019.8.14.0033

**Autor do fato:** Alessandro José de Oliveira

**Tipificação:** art. 147 do CP

**SENTENÇA**

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência que imputa ao autor do fato **Alessandro José de Oliveira**, com o objetivo de apurar a suposta prática do delito tipificado no art. 147 CP, caput do CP.

Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstracto do art. 147, caput do CP é de **06 (seis) meses**, logo, o prazo prescricional é de **03 (três) anos**, conforme art. 109, VI, do CP.

Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.

Conforme se depreende dos autos a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 25/09/2019 (fl. 04), tendo prescrito o direito de punir do Estado **em setembro de 2022, conforme arts. 111, I e 109, VI, todos do CP.**

Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional **(três) anos** desde o fato narrado, sem recebimento da denúncia.

Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao autor do fato **Alessandro José de Oliveira** (arts. 107, IV, 109, VI e 111, I, todos do CP).

Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se o Denunciado unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.

**Muaná/PA, 13 de outubro de 2022.**

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo:** 0007636-87.2019.8.14.0033

**Autor do Fato:** Alessandro José de Oliveira

Vítima: G.R.C.

Tipificação: Art. 147, caput do CP

## SENTENÇA

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência que imputa ao autor do fato **Alessandro José de Oliveira** a prática do crime do art. 147, caput do CP.

Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstracto do art. 147, caput do CP é de **06 (seis) meses**, logo, o prazo prescricional é de **03 (três) anos**, conforme art. 109, VI, do CP.

Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.

Conforme se depreende dos autos a Denúncia ainda não foi recebida e o crime se consumou em 02/10/2019 (fl. 02), tendo prescrito o direito de punir do Estado **em outubro de 2022, conforme arts. 111, I e 109, VI, todos do CP.**

Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional **(três) anos** desde o fato narrado, sem recebimento da denúncia.

Ante ao exposto, declaro por Sentença, extinto o direito de punir do Estado pela Prescrição em relação ao autor do fato **Alessandro José de Oliveira** (arts. 107, IV, 109, VI e 111, I, todos do CP).

Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se o Denunciado unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.



**Muaná/PA, 13 de outubro de 2022.**

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

**Termo Circunstanciado de Ocorrência**

**Processo:** 0001882-04.2018.8.14.0033

**Autor do fato:** Claudomiro Vales Vieira

**Tipificação:** art. 139 e 140 do CP

**SENTENÇA**

Vistos etc.,

**Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei nº 9.099/95.**

Trata-se de Queixa-Crime que imputa ao autor do fato Claudomiro Vales Vieira, com o objetivo de apurar a suposta prática do delito tipificado no art. 139 CP e 140, caput do CP.

Na hipótese dos autos, a pena máxima in abstracto do art. 140, caput do CP é de **06 (seis) meses**, logo, o prazo prescricional é de **03 (três) anos**, conforme art. 109, VI, do CP

Já o art. 61 do CPP diz que em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-la de ofício.

Conforme se depreende dos autos a Queixa Crime foi recebida em 18/09/2019 (fl. 39), tendo prescrito o direito de punir do Estado **em setembro de 2022, conforme arts. 111, I e 109, VI, todos do CP.**

Portanto, extinta está a punibilidade pela prescrição referente ao crime de injúria, conforme art. 107, IV do CP, eis que ultrapassado o prazo prescricional **(três) anos** desde o ultimo marco interruptivo.

Quanto ao delito do art. 139 do CP, verifica-se a aplicação da prescrição antecipada, senão vejamos.

### DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA

A prescrição antecipada é também chamada de em perspectiva, projetada ou virtual e relaciona-se à prescrição retroativa, uma vez que consiste no reconhecimento antecipado da prescrição retroativa, com base na pena que seria imposta ao acusado, em hipotética sentença condenatória. Trata-se de tema que tem gerado controvérsia doutrinária e jurisprudencial, que está longe de ser dirimida.

Argumenta-se, na defesa da prescrição antecipada, na falta de interesse de agir, se, no caso concreto, concluir-se que eventual pena imposta será inevitavelmente atingida pela prescrição retroativa, resultando que a prestação jurisdicional buscada será inútil. E um processo inútil, porque sem nenhum resultado prático, constitui constrangimento ilegal que não pode ser tolerado num Estado Democrático de Direito. Os princípios da instrumentalidade do processo, da economia processual e da moralidade também são invocados pelos partidários da prescrição antecipada.

Os adversários dessa tese sustentam que ela implica na violação de diversos princípios: da legalidade, da obrigatoriedade, do devido processo legal e seus corolários (contraditório e ampla defesa) e da presunção de inocência. Também asseveram que o réu tem direito a uma sentença de mérito e, de outro lado, a vítima tem direito à constituição de um título executivo, via sentença penal condenatória. Aduzem, ainda, que a prescrição antecipada despreza a possibilidade da *mutatio libelli*, que pode provocar o aumento do prazo prescricional.

A prescrição antecipada tem sido admitida por alguns tribunais estaduais, como se vê no seguinte julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: *“Ratifica-se o entendimento adotado pelo Juízo a quo, que extinguiu a punibilidade, com a adoção de uma forma de prescrição antecipada, atentando-se à real finalidade de um processo, o que envolve, necessariamente, o vislumbrar-se de eventuais conseqüências práticas do mesmo”* (2ª Câmara Criminal e Recurso de Apelação Criminal nº. 70009427998 e Relatora Desembargadora Laís Rogéria Alves Barbosa e Acórdão de 30 de setembro de 2004 e Fonte: site do TJRS).

Também tem sido admitida por alguns tribunais regionais federais, conforme este aresto do Tribunal Regional Federal da 4ª Região: *“A prescrição pela pena em perspectiva, embora não prevista na lei, é construção jurisprudencial tolerada em casos excepcionalíssimos, quando existe convicção plena de que a sanção aplicada não será apta a impedir a extinção da punibilidade”* (8ª Turma e Habeas Corpus nº. 2004.04.01.049737-1 e Relator Élcio Pinheiro de Castro e Acórdão de 16 de março de 2005, publicado no DJU de 30 de março de 2005).

Essa modalidade prescricional, contudo, não encontra acolhida nos tribunais superiores. Do Supremo Tribunal Federal invoco esta decisão: *“A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de não admitir a prescrição antecipada pela pena em perspectiva”* (2ª Turma e Agravo Regimental no

Agravo de Instrumento nº. 728423/SP ¿ Relator Ministro Eros Grau ¿ Acórdão de 26 de maio de 2009, publicado no DJe de 18 de junho de 2009).

E do Superior Tribunal de Justiça trago à colação este julgado: ¿Não se admite o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva com base em pena virtual, a dizer, aquela que provavelmente seria fixada em caso de condenação, hipótese não contemplada na legislação de regência¿ (5ª Turma ¿ Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº. 22644/RJ ¿ Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho ¿ Acórdão de 29 de abril de 2009, publicado no DJe de 1º de junho de 2009).

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, seguindo os tribunais superiores, não reconhece a prescrição antecipada: ¿A prescrição antecipada da pena contraria o sistema legal vigente, pois tem como referência uma condenação hipotética que revela o prejulgamento da causa, em flagrante desrespeito às garantias constitucionais da presunção da inocência, do devido processo legal e da ampla defesa¿ (Turma de Câmaras Criminais Reunidas ¿ Ação Penal Originária nº. 93097/2007 ¿ Relator Desembargador Paulo da Cunha ¿ Julgado de 02 de outubro de 2008 ¿ Fonte: site do TJMT).

Embora seja amplamente dominante a orientação jurisprudencial contrária, continuo defendendo a prescrição antecipada. Os argumentos a ela opostos não são suficientemente fortes para afastar as vantagens que essa solução propicia, desde que aplicada com ponderação, em casos excepcionalíssimos, como ressaltou o julgado do Tribunal Regional Federal da 4ª Região acima transcrito.

Trata-se de evitar o prosseguimento de um processo penal quando se pode afirmar, com segurança, que não levará um resultado útil, porque inevitável o reconhecimento da prescrição retroativa. Ao aplicar essa solução, o Estado economizará recursos que podem ser carreados aos casos que, por sua magnitude, merecem uma atuação efetiva dos órgãos encarregadas da persecução penal, sem mencionar os outros benefícios alcançados.

## CONCLUSÃO

No caso em apreço, como a pena mínima em abstrato cominada ao crime previsto no art. 139 é igual 03 (três) meses de detenção, da qual a pena definitiva se aproximaria, vez que o réu não apresenta antecedentes criminais com condenação transitado em julgada, ocorrendo a prescrição em três anos, o que já aconteceu, em setembro de 2022 o que gerará um custo financeiro e movimentação de pessoal desnecessário.

## III - DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal, decreto a extinção da punibilidade do autor do fato **Claudio Vales Vieira** pela ocorrência da prescrição.

Publique-se. Registre-se. Ciência ao Ministério Público. Intime-se o Denunciado unicamente pela publicação da Sentença no diário da justiça, pois não possui interesse em recorrer.

Sem custas finais.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Cumpra-se.

**Muaná/PA, 13 de outubro de 2022.**

LUIZ TRINDADE JUNIOR

**Juiz de Direito Titular**

**COMARCA DE AFUÁ****SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ**

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuãj, Estado do Parãj, no uso de suas atribuiãšmes legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraã-do dos autos do Processo n.ãº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAãÃO DE AUSãNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nã£o sabido, vem, em atenãšã£o ã Decisã£o Interlocutã³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaãšã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epã-grafe, que tramita neste Fã³rum da Comarca de Afuãj, sito na Praãsa Albertino Baraãna, s/n, centro, Afuãj (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Afuãj, Estado do Parãj, Repãblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mãas de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar Judiciãrio, o digitei. ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuãj CERTIDãO DE PUBLICAãÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epã-grafe, no mural do Fã³rum desta Comarca de Afuãj(PA). Afuãj (PA), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuãj, Estado do Parãj, no uso de suas atribuiãšmes legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraã-do dos autos do Processo n.ãº 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAãÃO DE AUSãNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e nã£o sabido, vem, em atenãšã£o ã Decisã£o Interlocutã³ria de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadaãšã£o dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epã-grafe, que tramita neste Fã³rum da Comarca de Afuãj, sito na Praãsa Albertino Baraãna, s/n, centro, Afuãj (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Afuãj, Estado do Parãj, Repãblica Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mãas de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar Judiciãrio, o digitei. ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ã ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuãj CERTIDãO DE PUBLICAãÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epã-grafe, no mural do Fã³rum desta Comarca de Afuãj(PA). Afuãj (PA), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA A??o: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE:JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO:RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuãj, Estado do Parãj, no uso de suas atribuiãšmes legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente

assinado, extraído dos autos do Processo n.º 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, vem, em atenção ao Decisão Interlocutória de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadação dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epígrafe, que tramita neste Fórum da Comarca de Afuã, sito na Praça Albertino Barãna, s/n, centro, Afuã (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Afuã, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mês de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar Judiciário, o digitei. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuã CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epígrafe, no mural do Fórum desta Comarca de Afuã (PA). Afuã (PA), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2021. Assinatura do servidor

RESENHA: 31/05/2021 A 31/05/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AFUA - VARA: VARA UNICA DE AFUA PROCESSO: 00071284020198140002 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTE(RIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Tipo: Declaração de Ausência em: 31/05/2021 AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERENTE: JOANA VAZ DA SILVA REQUERIDO: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA. EDITAL Prazo de 1 (um) ano Por ordem do Exmo. Dr. Erick Costa Figueira, Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuã, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. Pelo presente Edital, indo devidamente assinado, extraído dos autos do Processo n.º 0007128-40.2019.8.14.0002 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA, em que figura como requerido: RAIMUNDO BARBOSA DA SILVA que atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, vem, em atenção ao Decisão Interlocutória de fl. 13, ANUNCIAR a arrecadação dos bens do ausente supracitado e CHAMAR o mesmo a entrar na posse de seus bens, nos termos do Art. 745 do CPC, referente aos autos do processo em epígrafe, que tramita neste Fórum da Comarca de Afuã, sito na Praça Albertino Barãna, s/n, centro, Afuã (PA). Dado e passado nesta cidade e Comarca de Afuã, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, ao(s) vinte e oito (28) dia(s) do mês de maio de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Elimar de Lima Cardoso, Auxiliar Judiciário, o digitei. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuã CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO Certifico para os devidos fins, que, nesta data, publiquei o presente edital, referente aos autos em epígrafe, no mural do Fórum desta Comarca de Afuã (PA). Afuã (PA), \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2021. Assinatura do servidor

**COMARCA DE CAMETÁ****SECRETARIA DA 1ª VARA DE CAMETÁ**

PORTARIA Nº 013/2022

O Juiz de Direito MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, Titular DA 1ª Vara Cível e Criminal e Diretor do Fórum da Comarca de Cametá, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

CONSIDERANDO a reclamação disciplinar formulada pelo Dr. Diego Gilberto Martins Cintra, Juiz de Direito Titular da Vara Unica da Comarca de Limoeiro do Ajuru, processo de nº 0001940-41.2022.200.0814, tendo como Reclamado o Sr. Fortunato Aben Athar Fernandes, Oficial de Justiça Avaliador, lotado na Comarca de Cametá.

CONSIDERANDO as informações prestadas pelo Juiz , que em síntese o reclamante alegou que o meirinho permanece com diversos mandados expedidos sem o devido cumprimento devolução. Instado a manifestar-se, o Oficial de Justiça Avaliador apresentou manifestação, alegando, em síntese que a demora no cumprimento dos mandados está ocorrendo devido ao número excessivo de mandado, onde há mais de 10.000 processos em andamento para apenas 02 oficiais de justiça, onde antes éramos 05 oficiais, para cumprir a demanda, o que vem ocorrendo desde o ano de 2015 e o município tem grandes dimensões, com mias de 500 localidades e não contamos mais com a lancha desde o começo da pandemia de covid-19, o que torna o nosso trabalho mais difícil.

CONSIDERANDO o disposto no art. 101, III, da Lei Estadual 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará).

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 e S 1º c/c artigo 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 (Regime Jurídico único dos Servidores Públicos do Estado do Pará).

CONSIDERANDO a determinação da DESEMBARGADORA CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, publicada na Edição do Diário Oficial nº 7476/2022 ¿ Quarta ¿feira, 19 de a de 2022.

RESOLVE:

Constituir a Comissão de Sindicância Administrativa Apuratória, visando averiguação dos fatos apresentados em desfavor do Servidor Fortunato Aben Athar Fernandes Junior, Oficial de Justiça Avaliador, que será presidida pelo Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Criminal e Diretor do Fórum da Comarca de Cametá MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, tendo como demais membros os servidores TASSIO RAFAEL DA SILVA RODRIGUES, Analista Judiciário e DENILTON MUNIZ PINTO, funcionando também como Secretário.

MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá e

Diretor do Fórum

---

**COMARCA DE CURUÇÁ****SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURUÇÁ****EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA**

Processo nº 0000168-95.2011.8.14.0019 - Ação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO(S): **PEDRO GOMES DA SILVA**, brasileiro(a), paraense, filho(a) de Raimundo Freitas da Silva e de Luciana Gomes da Silva.

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** do RÉU acima mencionado **do inteiro teor da SENTENÇA** exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: **SENTENÇA** Vistos, Ressalta-se que uma vez ocorrida a prática delituosa, surge para o Estado o direito a pretensão punitiva. Todavia, tal direito deve ser exercido dentro de certo lapso de tempo. Decorrido este prazo, que pode está sujeito a suspensão ou interrupção, decorre a prescrição da pretensão punitiva. Sendo assim, a prescrição penal extingue diretamente o direito de punir, de que o Estado é titular, conforme preceitua o artigo 107, Código Penal dispondo que a punibilidade extingue-se, dentre outros casos, pela prescrição, decadência ou perempção. A prescrição punitiva antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 110, do Código Penal Brasileiro regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Os autos foram ao Ministério Público, que em parecer lógico e sucinto, manifesta-se pela extinção da punibilidade do autor do fato pela ocorrência da prescrição. Sendo assim, constato que no caso em questão a prescrição ocorreu, tendo em vista a pena máxima do presente delito ser de 02 (dois) anos. Diante do exposto, considerando que os fatos ocorreram no ano de 2011 e, considerando que o crime previsto no art. 43, da Lei 11.340/06, prescreve em 04 (quatro) anos, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal Brasileiro, decreto a *extinção da pretensão punitiva por parte do Estado e extingo a punibilidade do autor, em relação ao delito em apuração*, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. P. R. I. Sem custas. Curuçá, data e assinatura no sistema. **Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA**. Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá e Terra Alta/PA.

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ; CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 21.10.2022, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, \_\_\_\_\_ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº 06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA**

Processo nº 0000151-59.2011.8.14.0019 - Ação Penal



Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO(S): GABRIEL RODRIGUES LEAL, brasileiro(a), paraense, filho(a) de Eleniana Galvão Rodrigues e de Carlos Figueiredo Leal.

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** do RÉU acima mencionado **do inteiro teor da SENTENÇA** exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: **SENTENÇA Vistos, Ressalta-se que uma vez ocorrida a prática delituosa, surge para o Estado o direito a pretensão punitiva. Todavia, tal direito deve ser exercido dentro de certo lapso de tempo. Decorrido este prazo, que pode está sujeito a suspensão ou interrupção, decorre a prescrição da pretensão punitiva. Sendo assim, a prescrição penal extingue diretamente o direito de punir, de que o Estado é titular, conforme preceitua o artigo 107, Código Penal dispondo que a punibilidade extingue-se, dentre outros casos, pela prescrição, decadência ou perempção. A prescrição punitiva antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 110, do Código Penal Brasileiro regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Os autos foram ao Ministério Público, que em parecer lógico e sucinto, manifesta-se pela extinção da punibilidade do autor do fato pela ocorrência da prescrição. Sendo assim, constato que no caso em questão a prescrição ocorreu, tendo em vista a pena máxima do presente delito ser de 01 (um) ano. Diante do exposto, considerando que o fatos ocorreram no ano de 2011 e, considerando que o crime previsto no art. 309, da Lei 9.503/97, prescreve em 04 (quatro) anos, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal Brasileiro, decreto a extinção da pretensão punitiva por parte do Estado e extingo a punibilidade do autor, em relação ao delito em apuração, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. P. R. I. Sem custas. Curuçá, data e assinatura no sistema. Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA. Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá e Terra Alta/PA.**

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ı CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 21.10.2022, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, \_\_\_\_\_ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº 06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo nº 0000059-81.2011.8.14.0019 - Ação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO(S): KAIO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro(a), paraense, filho(a) de Nilza Rodrigues Miranda dos Santos e de Carlos Rodrigues dos Santos.

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** do RÉU acima mencionado **do inteiro teor da SENTENÇA** exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: **SENTENÇA Vistos, Ressalta-se que uma vez ocorrida a prática delituosa, surge para o Estado o direito a pretensão punitiva. Todavia, tal direito deve ser exercido dentro de certo lapso de tempo. Decorrido este prazo, que pode está sujeito a suspensão ou interrupção, decorre a prescrição da pretensão punitiva. Sendo assim, a prescrição penal extingue**

diretamente o direito de punir, de que o Estado é titular, conforme preceitua o artigo 107, Código Penal dispondo que a punibilidade extingue-se, dentre outros casos, pela prescrição, decadência ou perempção. A prescrição punitiva antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 110, do Código Penal Brasileiro regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Os autos foram ao Ministério Público, que em parecer lógico e sucinto, manifesta-se pela extinção da punibilidade do autor do fato pela ocorrência da prescrição. Sendo assim, constato que no caso em questão a prescrição ocorreu, tendo em vista a pena máxima do presente delito ser de 01 (um) ano. Diante do exposto, considerando que o fatos ocorreram no ano de 2011 e, considerando que o crime previsto no art. 180, do CPB, prescreve em 04 (quatro) anos, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal Brasileiro, decreto a *extinção da pretensão punitiva por parte do Estado e extingo a punibilidade do autor, em relação ao delito em apuração, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. P. R. I. Sem custas. Curuçá, data e assinatura no sistema. Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA. Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá e Terra Alta/PA.*

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ı CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 21.10.2022, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, \_\_\_\_\_ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº 06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo nº 0000005-86.2009.8.14.0019 - Ação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO(S): **JOSE NAZARE LIMA DIAS**, brasileiro(a), paraense, filho(a) de Evonete de Souza Lima e de Hamilton da Paixão Dias.

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** do RÉU acima mencionado **do inteiro teor da SENTENÇA** exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: **SENTENÇA Vistos, Ressalta-se que uma vez ocorrida a prática delituosa, surge para o Estado o direito a pretensão punitiva. Todavia, tal direito deve ser exercido dentro de certo lapso de tempo. Decorrido este prazo, que pode está sujeito a suspensão ou interrupção, decorre a prescrição da pretensão punitiva. Sendo assim, a prescrição penal extingue diretamente o direito de punir, de que o Estado é titular, conforme preceitua o artigo 107, Código Penal dispondo que a punibilidade extingue-se, dentre outros casos, pela prescrição, decadência ou perempção. A prescrição punitiva antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 110, do Código Penal Brasileiro regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Os autos foram ao Ministério Público, que em parecer lógico e sucinto, manifesta-se pela extinção da punibilidade do autor do fato pela ocorrência da prescrição. Sendo assim, constato que no caso em questão a prescrição ocorreu, tendo em vista a pena máxima do presente delito ser de 04 (quatro) anos. Diante do exposto, considerando que o fatos ocorreram no ano de 2008 e, considerando que o crime previsto no art. 14, do Estatuto do Desarmamento, prescreve em 04 (quatro) anos e, nos termos do art. 107 IV, do Código Penal Brasileiro, decreto a *extinção da pretensão punitiva por parte do Estado e extingo a***

*punibilidade do autor, em relação ao delito em apuração, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. P. R. I. Sem custas. Curuçá, data e assinatura no sistema. Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA. Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá e Terra Alta/PA.*

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ı CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 21.10.2022, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, \_\_\_\_\_ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº 06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

### **EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA**

Processo nº 0000001-49.2009.8.14.0019 - Ação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO(S): **RAIMUNDO NONATO TRINDADE NEVES** , brasileiro(a), paraense, filho(a) de Benedita Trindade Neves e de Venâncio da Costa Neves.

**FINALIDADE: INTIMAÇÃO** do RÉU acima mencionado **do inteiro teor da SENTENÇA** exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: **SENTENÇA Vistos, Ressalta-se que uma vez ocorrida a prática delituosa, surge para o Estado o direito a pretensão punitiva. Todavia, tal direito deve ser exercido dentro de certo lapso de tempo. Decorrido este prazo, que pode está sujeito a suspensão ou interrupção, decorre a prescrição da pretensão punitiva. Sendo assim, a prescrição penal extingue diretamente o direito de punir, de que o Estado é titular, conforme preceitua o artigo 107, Código Penal dispendo que a punibilidade extingue-se, dentre outros casos, pela prescrição, decadência ou perempção. A prescrição punitiva antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 110, do Código Penal Brasileiro regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Os autos foram ao Ministério Público, que em parecer lógico e sucinto, manifesta-se pela extinção da punibilidade do autor do fato pela ocorrência da prescrição. Sendo assim, constato que no caso em questão a prescrição ocorreu, tendo em vista a pena máxima do presente delito tipificado no art. 303, da Lei 9.503/97, é e seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. Diante do exposto, considerando que o fatos ocorreram no ano de 2008, atingindo o prazo prescricional de 04 anos. Logo, levando em consideração a presente data, podemos observar que o crime acima transcrito, já atingiu o prazo prescricional de 04 anos, nos termos do art. 107 IV, do Código Penal Brasileiro. Diante disso, decreto a *extinção da pretensão punitiva por parte do Estado e extingo a punibilidade do Autor, em relação ao delito em apuração, conseqüentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. P. R. I. Cumpra-se. Sem custas. Curuçá, data e assinatura no sistema. Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA. Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá e Terra Alta/PA.***

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ı CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 21.10.2022, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, \_\_\_\_\_ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº

06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

## COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

## SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

## EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **JOSE CHARLES LEITE DA SILVA**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de **CITAR e INTIMAR** da Decisão prolatada por este Juízo em 28/09/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0804434-85.2021.8.14.0005 e para que no prazo de 5 (cinco) dias, apresente contestação ao pedido inicial, devendo indicar a provas que pretende produzir em sua defesa, que, na íntegra, diz: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** Vistos etc. Recebi os presentes autos por declínio de competência (id. 35753288). A vítima TIANA DIAS DA SILVA, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que foi agredida fisicamente e ameaçada pelo seu então companheiro, o agressor JOSE CHARLES LEITE DA SILVA. Segundo a vítima, a mesma convivia maritalmente com o agressor por cerca de 11 (onze) anos, que em 09/08/2021, por volta das 06:00h da manhã, JOSE CHARLES começou um desentendimento por questões patrimoniais, ao qual o agressor proferiu os seguintes dizeres: **esse lote também é meu e eu vou te mostrar sua puta se a metade desse lote não é meu, e se tu vacilar comigo eu mato tu e esses teus dois filhos vagabundos, eu não abro mão do que é meu nunca, eu mato quem for.** De acordo ainda com a peça informativa, todo esse desentendimento gira em torno de um lote que a vítima comprou, ao qual o agressor alega ter direito a parte deste. A vítima foi orientada a se abrigar junto com seus filhos no Abrigo de Mulheres, mas se recusou, sendo então encaminhada para atendimento psicossocial no PARAPAZ. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de JOSE CHARLES LEITE DA SILVA, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. c) Afastamento do lar e recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio. d) Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida. e) Proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial, além da suspensão de procurações conferidas pela ofendida ao agressor. Em decorrência, cumram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 4) Comunique-se o Ministério Público. 5) Dê-se ciência à vítima. As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e a citação do agressor. Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

## EDITAL DE CITAÇÃO INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **ROMILDO FURTADO VILA - CPF: 547.839.172-72**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de **CITAR e INTIMAR** da Decisão prolatada por este Juízo em 08/12/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0800278-89.2021.8.14.0058 e para que no prazo de 5 (cinco) dias, apresente contestação ao pedido inicial, devendo indicar a provas que pretende produzir em sua defesa, que, na íntegra, diz: **¿ DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** Vistos etc. Recebi em plantão hoje, às 15h:31min. A vítima ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que foi ameaçada pelo seu então companheiro, o agressor ROMILDO FURTADO VILA. Segundo a vítima, a mesma convivia em regime de união estável com o agressor por cerca de 02 (dois) anos, que da relação possuem um filho de 02 (dois) anos de idade, que após o término do relacionamento de ambos, que já andava desgastado pois a vítima já fora agredida fisicamente pelo demandado, ao qual inconformado com o término, em 24.11.2021, a vítima acordou de madrugada e para a sua surpresa o agressor havia adentrado a sua residência sem permissão, proferindo os seguintes dizeres: **¿VOU TOCAR FOGO NESSA CASA. VOU TOCAR FOGO EM TU TAMBÉM¿**, momento em que a vítima ficou bastante assustada. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de ROMILDO FURTADO VILA, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 4) Comunique-se o Ministério Público. 5) Dê-se ciência à vítima. As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e a citação do agressor. Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.¿ Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **RAIMUNDO FREITAS DA SILVA**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias a fim de tomar ciência da sentença absolutória prolatada por este Juízo em 10/11/2021 nos autos da Ação Penal nº0011998-56.2018.14.0005, que, na íntegra, diz: ç PROCESSO Nº 0011998-56.2018.14.0005 SENTENÇA Vistos e etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra os acusados BENEDITO SALES FREITAS, RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA, imputando-lhes a conduta delituosa descrita no art. 14, do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Segundo narra a inicial, no dia 06 de setembro de 2018, por volta das 07h, a polícia civil se dirigiu até a região da Ressaca, neste município, a fim de apurar o crime de homicídio que teve como vítima o vereador Izoeldo Batista Guedes. Os policiais estavam à procura de Raimundo Freitas da Silva e Jose Ailton Bezerra, que ao serem localizados, confessaram o crime de homicídio e informaram a onde estava a arma de fogo utilizada no crime. A arma de fogo fora comprada por Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva, pela quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Após diligências, os policiais encontraram: 01 (uma) carabina, calibre 16; 52 (cinquenta e duas) munições, calibre 16; 02 (duas) luvas cirúrgicas e 01 (uma) luva cor laranja nas proximidades da propriedade de Benedito Freitas. Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18. Recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2018 (fls. 33/34). Resposta à Acusação dos acusados Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva oferecida às fls. 73/76, bem como a do acusado José Ailton Bezerra às fls. 78/81. Audiência de Instrução, na qual se colheu o depoimento das testemunhas Fernando Marcolino, Mhoabe Khayan Azevedo Lima e Hilder Alves da Silva, além do interrogatório do réu Benedito Sales Freitas (fls. 97/99). Memoriais Finais apresentadas pelo Ministério Público às fls. 100/102, em que se sustentou a absolvição dos denunciados José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva, além da condenação de Benedito Sales Freitas pelo crime de previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Às fls. 105/109, Memoriais Finais da defesa de José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva e Benedito Sales Freitas, requerendo a absolvição dos acusados, alegando-se a ausência de provas, outrossim, em caso de condenação, requereu-se a atenuante da confissão quanto ao réu Benedito Freitas, nos termos do art. 65, III, d do CPB. Brevemente relatado. Decido. A presente ação penal trata de acusação contra 3 (três) demandados como incurso as penas do crime previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003: Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido: Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena ç reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. A autoria e materialidade de porte ilegal de arma de fogo não restam devidamente comprovadas nos autos com relação aos réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva. Por outro lado, pende contra BENEDITO SALES a responsabilidade pelo delito. A materialidade do crime está demonstrada pelo Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18, onde consta a apreensão da arma de fogo, do tipo espingarda, munições e luvas, na ocorrência policial que resultou na prisão dos réus. Já a autoria, esta se perfaz pelos testemunhos colhidos e pela confissão. De acordo com o depoimento da testemunha policial Fernando Cesar Marcolino da Silva Júnior, conforme consta em termo de audiência (fls. 97/99), declarou: que tomou conhecimento do homicídio do vereador; que foram até o local dos fatos para investigar tal crime; que após diligências os policiais civis localizaram uma arma de fogo que fora utilizada para praticar o homicídio; que a espingarda estava escondida debaixo de uma árvore desmontada, próxima à propriedade de Benedito Sales.. De acordo com o depoimento da testemunha Mohab Khayan Azevedo Lima (fls. 97/99), o mesmo declara: que após o homicídio, foi montada uma equipe e foi até a região da Ressaca, neste município; que no local do crime, foram feitas diligências para identificar os autores do crime; que a polícia foi informada que um dos suspeitos era Benedito Freitas; que o acusado Raimundo revelou ter escondido a arma de fogo e levou a polícia até o local em que haviam escondido; que a arma estava enterrada à aproximadamente a 03 km de distância da residência de Benedito; que a arma de fogo era do tipo espingarda.. A testemunha Hilder Alves da Silva (fls. 97/99) afirmou em instrução: que José Ailton foi quem informou a polícia onde a arma de fogo estava escondida; que a arma de fogo estava na região dos fundos da casa do acusado Benedito. Em seu interrogatório (fls. 97/99), o réu Benedito Sales de Freitas afirma: que a arma de fogo do tipo espingarda era de sua propriedade; que haviam munições, mas não sabe precisar a quantidade; que comprou a espingarda em uma propriedade próxima de sua residência; que a arma estava escondida próxima aos fundos de sua residência; que a arma estava escondida debaixo de um pé de árvore; que o filho do acusado foi quem escondeu a arma; que os demais acusados moravam com Benedito; que não foram os acusados que esconderam a arma. José Ailton e Raimundo não foram localizados para interrogatório. Sendo assim,

observo do conjunto probatório e de tudo mais que compõe os autos, que não resta comprovado que os réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva concorreram para a infração penal prevista no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003. Quando ao acusado Benedito Sales de Freitas, está cristalino que praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. A autoria está demonstrada em razão dos depoimentos policiais, que foram unânimes em afirmar que o réu BENEDITO mantinha sob a sua guarda a arma de fogo que fora localizada nas imediações de sua propriedade. Durante o seu interrogatório, o réu BENEDITO confessou que a arma de fogo apreendida era sua, afirmando ainda que os demais acusados não esconderam a arma. Portanto, provada a autoria e materialidade da infração penal e não existindo justificativas ou dirimentes em favor do réu BENEDITO SALES FREITAS, há de lhe ser aplicada as reprimendas do crime do 14, da Lei nº 10.826/2003. Adentrando nas teses defensivas, não encontro amparo para seu acolhimento, vez que o conjunto probatório constante nos autos, especialmente a prova testemunhal e confissão colhidas em audiência, são suficientes para a condenação do demandado. DA REINCIDÊNCIA O réu BENEDITO SALES FREITAS tem contra si condenação criminal transitada em julgado, conforme processo nº 0003967-82.2018.8.14.0058, atualmente em execução definitiva de pena. Os fatos tratados naquele feito são contemporâneos a estes ora julgados, pelo que não se configura a reincidência prevista no art. 61, I do CP, que essencialmente tem aplicação para crimes cometidos após a condenação originária. Por outro lado, entendo que a presença de condenação transitada em julgado não apta a configurar reincidência ganha forma de Maus Antecedentes, a ser quantificado na dosimetria. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para condenar

BENEDITO SALES FREITAS, pelo crime do art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Absolvo RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA pela prática dos fatos ora tratado, com fundamento no art. 386, IV do CPP. I ç Da Dosimetria do réu BENEDITO SALES: Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do réu é normal à espécie. O réu é portador de Maus Antecedentes, conforme sentença condenatória transitada em julgado na ação nº 0003967-82.2018.8.14.0058, pelo que valoro negativamente a circunstância confirmada na fundamentação acima. Sua conduta social e personalidade não foram afetadas nos autos. O motivo é aquele previsto no próprio tipo legal, pelo que valoro de forma neutra. Nada a valorar quando as circunstâncias do crime. As armas e munições foram apreendidas pela polícia, nada havendo a valorar quanto as consequências do crime. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e multa. Não há agravante a ser valorada. Reconheço a atenuante descritas no art. 65, inciso III, d, do CPB, pelo que atenuo a pena para 2 (dois) anos de reclusão, em atenção a Súmula 231 do STJ. Não há circunstâncias de aumento ou diminuição de pena, pelo que fixo a pena em 2 (dois) anos de reclusão. Estabeleço a multa ao condenado no importe de 10 (dez) dias-multa fixada na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Considerando a quantidade de pena aplicada, entendo por fixar o regime aberto. Considerando o regime de pena aplicado, entendo que a detração não tem aptidão para beneficiá-lo. Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como o sursis, tendo em vista que o requerido é portador de Maus Antecedentes. Disposições finais. Defiro ao condenado BENEDITO SALES DE FREITAS o direito de recorrer em liberdade. Deixo de fixar indenização civil, nos termos do Art. 387, IV do Código de Processo Penal, devido ausência de contraditório específico. Após o trânsito em julgado da decisão, procedam-se as comunicações de praxe e expeça-se. Guia de Recolhimento Definitivo ao juízo das execuções penais. Certificado pelo diretor de secretaria a ausência de recolhimento da pena de multa após o decurso do prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a extração de certidão da sentença ç que deverá ser instruída com as seguintes peças: I - denúncia ou queixa-crime e respectivos aditamentos; II - sentença ou acórdão, com certidão do trânsito em julgado - e consequente encaminhamento em 05 (cinco) dias à Procuradoria Geral do Estado para fins de aplicação da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, consoante Provimento nº 006/2008- CJCI e art. 51, do Código Penal. Em virtude da situação econômica do acusado, deixo de condená-lo às custas processuais. Fixo honorários advocatícios à advogada Ruteia Emiliano de Freitas Tozetti, OAB/PA 25.676-A, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando que assumiu a defesa dos réus à partir da resposta à acusação, em razão da ausência da Defensoria Pública nesta comarca. Publique-se. Registre-se. Intime-se os condenados. Intime-se, pessoalmente, a defesa por se tratar de defensor dativo. Ciência ao Ministério Público. P.R.I. Senador José Porfírio-PA, 10 de novembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juíza de Direito. ç Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.



## E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **RAIMUNDO FREITAS DA SILVA**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias a fim de tomar ciência da sentença absolutória prolatada por este Juízo em 10/11/2021 nos autos da Ação Penal nº0011998-56.2018.14.0005, que, na íntegra, diz: ç PROCESSO Nº 0011998-56.2018.14.0005 SENTENÇA Vistos e etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra os acusados BENEDITO SALES FREITAS, RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA, imputando-lhes a conduta delituosa descrita no art. 14, do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Segundo narra a inicial, no dia 06 de setembro de 2018, por volta das 07h, a polícia civil se dirigiu até a região da Ressaca, neste município, a fim de apurar o crime de homicídio que teve como vítima o vereador Izoeldo Batista Guedes. Os policiais estavam à procura de Raimundo Freitas da Silva e Jose Ailton Bezerra, que ao serem localizados, confessaram o crime de homicídio e informaram a onde estava a arma de fogo utilizada no crime. A arma de fogo fora comprada por Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva, pela quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Após diligências, os policiais encontraram: 01 (uma) carabina, calibre 16; 52 (cinquenta e duas) munições, calibre 16; 02 (duas) luvas cirúrgicas e 01 (uma) luva cor laranja nas proximidades da propriedade de Benedito Freitas. Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18. Recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2018 (fls. 33/34). Resposta à Acusação dos acusados Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva oferecida às fls. 73/76, bem como a do acusado José Ailton Bezerra às fls. 78/81. Audiência de Instrução, na qual se colheu o depoimento das testemunhas Fernando Marcolino, Mhoabe Khayan Azevedo Lima e Hilder Alves da Silva, além do interrogatório do réu Benedito Sales Freitas (fls. 97/99). Memoriais Finais apresentadas pelo Ministério Público às fls. 100/102, em que se sustentou a absolvição dos denunciados José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva, além da condenação de Benedito Sales Freitas pelo crime de previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Às fls. 105/109, Memoriais Finais da defesa de José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva e Benedito Sales Freitas, requerendo a absolvição dos acusados, alegando-se a ausência de provas, outrossim, em caso de condenação, requereu-se a atenuante da confissão quanto ao réu Benedito Freitas, nos termos do art. 65, III, d do CPB. Brevemente relatado. Decido. A presente ação penal trata de acusação contra 3 (três) demandados como incurso as penas do crime previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003: Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido: Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena ç reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. A autoria e materialidade de porte ilegal de arma de fogo não restam devidamente comprovadas nos autos com relação aos réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva. Por outro lado, pende contra BENEDITO SALES a responsabilidade pelo delito. A materialidade do crime está demonstrada pelo Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18, onde consta a apreensão da arma de fogo, do tipo espingarda, munições e luvas, na ocorrência policial que resultou na prisão dos réus. Já a autoria, esta se perfaz pelos testemunhos colhidos e pela confissão. De acordo com o depoimento da testemunha policial Fernando Cesar Marcolino da Silva Júnior, conforme consta em termo de audiência (fls. 97/99), declarou: que tomou conhecimento do homicídio do vereador; que foram até o local dos fatos para investigar tal crime; que após diligências os policiais civis localizaram uma arma de fogo que fora utilizada para praticar o homicídio; que a espingarda estava escondida debaixo de uma árvore desmontada, próxima à propriedade de Benedito Sales.. De acordo com o depoimento da testemunha Mohab Khayan Azevedo Lima (fls. 97/99), o mesmo declara: que após o homicídio, foi montada uma equipe e foi até a região da Ressaca, neste município; que no local do crime, foram feitas diligências para identificar os autores do crime; que a polícia foi informada que um dos suspeitos era Benedito Freitas; que o acusado Raimundo revelou ter escondido a arma de fogo e levou a polícia até o local em que haviam escondido; que a arma estava enterrada à aproximadamente a 03 km de distância da residência de Benedito; que a arma de fogo era do tipo espingarda.. A testemunha Hilder Alves da Silva (fls. 97/99) afirmou em instrução: que José Ailton foi quem informou a polícia onde a arma de fogo estava escondida;

que a arma de fogo estava na região dos fundos da casa do acusado Benedito. Em seu interrogatório (fls. 97/99), o réu Benedito Sales de Freitas afirma: que a arma de fogo do tipo espingarda era de sua propriedade; que haviam munições, mas não sabe precisar a quantidade; que comprou a espingarda em uma propriedade próxima de sua residência; que a arma estava escondida próxima aos fundos de sua residência; que a arma estava escondida debaixo de um pé de árvore; que o filho do acusado foi quem escondeu a arma; que os demais acusados moravam com Benedito; que não foram os acusados que esconderam a arma. José Ailton e Raimundo não foram localizados para interrogatório. Sendo assim, observo do conjunto probatório e de tudo mais que compõe os autos, que não resta comprovado que os réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva concorreram para a infração penal prevista no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003. Quando ao acusado Benedito Sales de Freitas, está cristalino que praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. A autoria está demonstrada em razão dos depoimentos policiais, que foram unânimes em afirmar que o réu BENEDITO mantinha sob a sua guarda a arma de fogo que fora localizada nas imediações de sua propriedade. Durante o seu interrogatório, o réu BENEDITO confessou que a arma de fogo apreendida era sua, afirmando ainda que os demais acusados não esconderam a arma. Portanto, provada a autoria e materialidade da infração penal e não existindo justificativas ou dirimentes em favor do réu BENEDITO SALES FREITAS, há de lhe ser aplicada as reprimendas do crime do 14, da Lei nº 10.826/2003. Adentrando nas teses defensivas, não encontro amparo para seu acolhimento, vez que o conjunto probatório constante nos autos, especialmente a prova testemunhal e confissão colhidas em audiência, são suficientes para a condenação do demandado. DA REINCIDÊNCIA O réu BENEDITO SALES FREITAS tem contra si condenação criminal transitada em julgado, conforme processo nº 0003967-82.2018.8.14.0058, atualmente em execução definitiva de pena. Os fatos tratados naquele feito são contemporâneos a estes ora julgados, pelo que não se configura a reincidência prevista no art. 61, I do CP, que essencialmente tem aplicação para crimes cometidos após a condenação originária. Por outro lado, entendo que a presença de condenação transitada em julgado não apta a configurar reincidência ganha forma de Maus Antecedentes, a ser quantificado na dosimetria. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para condenar

BENEDITO SALES FREITAS, pelo crime do art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Absolvo RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA pela prática dos fatos ora tratado, com fundamento no art. 386, IV do CPP. I ¿ Da Dosimetria do réu BENEDITO SALES: Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do réu é normal à espécie. O réu é portador de Maus Antecedentes, conforme sentença condenatória transitada em julgado na ação nº 0003967-82.2018.8.14.0058, pelo que valoro negativamente a circunstância confirmada explanada na fundamentação acima. Sua conduta social e personalidade não foram afetadas nos autos. O motivo é aquele previsto no próprio tipo legal, pelo que valoro de forma neutra. Nada a valorar quando as circunstâncias do crime. As armas e munições foram apreendidas pela polícia, nada havendo a valorar quanto as consequências do crime. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e multa. Não há agravante a ser valorada. Reconheço a atenuante descritas no art. 65, inciso III, d, do CPB, pelo que atenuo a pena para 2 (dois) anos de reclusão, em atenção a Súmula 231 do STJ. Não há circunstâncias de aumento ou diminuição de pena, pelo que fixo a pena em 2 (dois) anos de reclusão. Estabeleço a multa ao condenado no importe de 10 (dez) dias-multa fixada na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Considerando a quantidade de pena aplicada, entendo por fixar o regime aberto. Considerando o regime de pena aplicado, entendo que a detração não tem aptidão para beneficiá-lo. Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como o sursis, tendo em vista que o requerido é portador de Maus Antecedentes. Disposições finais. Defiro ao condenado BENEDITO SALES DE FREITAS o direito de recorrer em liberdade. Deixo de fixar indenização civil, nos termos do Art. 387, IV do Código de Processo Penal, devido ausência de contraditório específico. Após o trânsito em julgado da decisão, procedam-se as comunicações de praxe e expeça-se. Guia de Recolhimento Definitivo ao juízo das execuções penais. Certificado pelo diretor de secretaria a ausência de recolhimento da pena de multa após o decurso do prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a extração de certidão da sentença ¿ que deverá ser instruída com as seguintes peças: I - denúncia ou queixa-crime e respectivos aditamentos; II - sentença ou acórdão, com certidão do trânsito em julgado - e conseqüente encaminhamento em 05 (cinco) dias à Procuradoria Geral do Estado para fins de aplicação da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, consoante Provimento nº 006/2008- CJCI e art. 51, do Código Penal. Em virtude da situação econômica do acusado, deixo de condená-lo às custas processuais. Fixo honorários advocatícios à advogada Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti, OAB/PA 25.676-A, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil

reais), considerando que assumiu a defesa dos réus à partir da resposta à acusação, em razão da ausência da Defensoria Pública nesta comarca. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os condenados. Intime-se, pessoalmente, a defesa por se tratar de defensor dativo. Ciência ao Ministério Público. P.R.I. Senador José Porfírio-PA, 10 de novembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juíza de Direito. ç Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

#### E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **JOSE AILTON BEZERRA**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias a fim de tomar ciência da sentença absolutória prolatada por este Juízo em 10/11/2021 nos autos da Ação Penal nº0011998-56.2018.14.0005, que, na íntegra, diz: ç PROCESSO Nº 0011998-56.2018.14.0005 SENTENÇA Vistos e etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra os acusados BENEDITO SALES FREITAS, RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA, imputando-lhes a conduta delituosa descrita no art. 14, do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Segundo narra a inicial, no dia 06 de setembro de 2018, por volta das 07h, a polícia civil se dirigiu até a região da Ressaca, neste município, a fim de apurar o crime de homicídio que teve como vítima o vereador Izoeldo Batista Guedes. Os policiais estavam à procura de Raimundo Freitas da Silva e Jose Ailton Bezerra, que ao serem localizados, confessaram o crime de homicídio e informaram a onde estava a arma de fogo utilizada no crime. A arma de fogo fora comprada por Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva, pela quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Após diligências, os policiais encontraram: 01 (uma) carabina, calibre 16; 52 (cinquenta e duas) munições, calibre 16; 02 (duas) luvas cirúrgicas e 01 (uma) luva cor laranja nas proximidades da propriedade de Benedito Freitas. Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18. Recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2018 (fls. 33/34). Resposta à Acusação dos acusados Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva oferecida às fls. 73/76, bem como a do acusado José Ailton Bezerra às fls. 78/81. Audiência de Instrução, na qual se colheu o depoimento das testemunhas Fernando Marcolino, Mhoabe Khayan Azevedo Lima e Hilder Alves da Silva, além do interrogatório do réu Benedito Sales Freitas (fls. 97/99). Memoriais Finais apresentadas pelo Ministério Público às fls. 100/102, em que se sustentou a absolvição dos denunciados José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva, além da condenação de Benedito Sales Freitas pelo crime de previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Às fls. 105/109, Memoriais Finais da defesa de José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva e Benedito Sales Freitas, requerendo a absolvição dos acusados, alegando-se a ausência de provas, outrossim, em caso de condenação, requereu-se a atenuante da confissão quanto ao réu Benedito Freitas, nos termos do art. 65, III, d do CPB. Brevemente relatado. Decido. A presente ação penal trata de acusação contra 3 (três) demandados como incurso as penas do crime previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003: Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido: Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena ç reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. A autoria e materialidade de porte ilegal de arma de fogo não restam devidamente comprovadas nos autos com relação aos réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva. Por outro lado, pende contra BENEDITO SALES a responsabilidade pelo delito. A materialidade do crime está demonstrada pelo Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18, onde consta a apreensão da arma de fogo, do tipo espingarda, munições e luvas, na ocorrência policial que resultou na prisão dos réus. Já a autoria, esta se perfaz pelos testemunhos colhidos e pela confissão. De acordo com o depoimento da testemunha policial Fernando Cesar Marcolino da Silva Júnior, conforme consta em termo de audiência (fls. 97/99), declarou: que tomou conhecimento do homicídio do vereador; que foram até o local dos fatos para investigar tal crime; que após diligências os policiais civis localizaram uma arma de fogo que fora

utilizada para praticar o homicídio; que a espingarda estava escondida debaixo de uma árvore desmontada, próxima à propriedade de Benedito Sales.. De acordo com o depoimento da testemunha Mohab Khayan Azevedo Lima (fls. 97/99), o mesmo declara: que após o homicídio, foi montada uma equipe e foi até a região da Ressaca, neste município; que no local do crime, foram feitas diligências para identificar os autores do crime; que a polícia foi informada que um dos suspeitos era Benedito Freitas; que o acusado Raimundo revelou ter escondido a arma de fogo e levou a polícia até o local em que haviam escondido; que a arma estava enterrada à aproximadamente a 03 km de distância da residência de Benedito; que a arma de fogo era do tipo espingarda.. A testemunha Hilder Alves da Silva (fls. 97/99) afirmou em instrução: que José Ailton foi quem informou a polícia onde a arma de fogo estava escondida; que a arma de fogo estava na região dos fundos da casa do acusado Benedito. Em seu interrogatório (fls. 97/99), o réu Benedito Sales de Freitas afirma: que a arma de fogo do tipo espingarda era de sua propriedade; que haviam munições, mas não sabe precisar a quantidade; que comprou a espingarda em uma propriedade próxima de sua residência; que a arma estava escondida próxima aos fundos de sua residência; que a arma estava escondida debaixo de um pé de árvore; que o filho do acusado foi quem escondeu a arma; que os demais acusados moravam com Benedito; que não foram os acusados que esconderam a arma. José Ailton e Raimundo não foram localizados para interrogatório. Sendo assim, observo do conjunto probatório e de tudo mais que compõe os autos, que não resta comprovado que os réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva concorreram para a infração penal prevista no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003. Quando ao acusado Benedito Sales de Freitas, está cristalino que praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. A autoria está demonstrada em razão dos depoimentos policiais, que foram unânimes em afirmar que o réu BENEDITO mantinha sob a sua guarda a arma de fogo que fora localizada nas imediações de sua propriedade. Durante o seu interrogatório, o réu BENEDITO confessou que a arma de fogo apreendida era sua, afirmando ainda que os demais acusados não esconderam a arma. Portanto, provada a autoria e materialidade da infração penal e não existindo justificativas ou dirimentes em favor do réu BENEDITO SALES FREITAS, há de lhe ser aplicada as reprimendas do crime do 14, da Lei nº 10.826/2003. Adentrando nas teses defensivas, não encontro amparo para seu acolhimento, vez que o conjunto probatório constante nos autos, especialmente a prova testemunhal e confissão colhidas em audiência, são suficientes para a condenação do demandado. DA REINCIDÊNCIA O réu BENEDITO SALES FREITAS tem contra si condenação criminal transitada em julgado, conforme processo nº 0003967-82.2018.8.14.0058, atualmente em execução definitiva de pena. Os fatos tratados naquele feito são contemporâneos a estes ora julgados, pelo que não se configura a reincidência prevista no art. 61, I do CP, que essencialmente tem aplicação para crimes cometidos após a condenação originária. Por outro lado, entendo que a presença de condenação transitada em julgado não apta a configurar reincidência ganha forma de Maus Antecedentes, a ser quantificado na dosimetria. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para condenar

BENEDITO SALES FREITAS, pelo crime do art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Absolvo RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA pela prática dos fatos ora tratado, com fundamento no art. 386, IV do CPP. I *¿* Da Dosimetria do réu BENEDITO SALES: Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do réu é normal à espécie. O réu é portador de Maus Antecedentes, conforme setença condenatória transitada em julgado na ação nº 0003967-82.2018.8.14.0058, pelo que valoro negativamente a circunstância confirmada na fundamentação acima. Sua conduta social e personalidade não foram afetadas nos autos. O motivo é aquele previsto no próprio tipo legal, pelo que valoro de forma neutra. Nada a valorar quando as circunstâncias do crime. As armas e munições foram apreendidas pela polícia, nada havendo a valorar quanto as consequências do crime. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e multa. Não há agravante a ser valorada. Reconheço a atenuante descritas no art. 65, inciso III, d, do CPB, pelo que atenuo a pena para 2 (dois) anos de reclusão, em atenção a Súmula 231 do STJ. Não há circunstâncias de aumento ou diminuição de pena, pelo que fixo a pena em 2 (dois) anos de reclusão. Estabeleço a multa ao condenado no importe de 10 (dez) dias-multa fixada na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Considerando a quantidade de pena aplicada, entendo por fixar o regime aberto. Considerando o regime de pena aplicado, entendo que a detração não tem aptidão para beneficiá-lo. Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como o sursis, tendo em vista que o requerido é portador de Maus Antecedentes. Disposições finais. Defiro ao condenado BENEDITO SALES DE FREITAS o direito de recorrer em liberdade. Deixo de fixar indenização civil, nos termos do Art. 387, IV do Código de Processo Penal, devido ausência de contraditório específico. Após o trânsito em julgado da decisão, procedam-se as comunicações de praxe e expeça-se. Guia de

Recolhimento Definitivo ao juízo das execuções penais. Certificado pelo diretor de secretaria a ausência de recolhimento da pena de multa após o decurso do prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a extração de certidão da sentença e que deverá ser instruída com as seguintes peças: I - denúncia ou queixa-crime e respectivos aditamentos; II - sentença ou acórdão, com certidão do trânsito em julgado - e conseqüente encaminhamento em 05 (cinco) dias à Procuradoria Geral do Estado para fins de aplicação da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, consoante Provimento nº 006/2008- CJCI e art. 51, do Código Penal. Em virtude da situação econômica do acusado, deixo de condená-lo às custas processuais. Fixo honorários advocatícios à advogada Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti, OAB/PA 25.676-A, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando que assumiu a defesa dos réus à partir da resposta à acusação, em razão da ausência da Defensoria Pública nesta comarca. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os condenados. Intime-se, pessoalmente, a defesa por se tratar de defensor dativo. Ciência ao Ministério Público. P.R.I. Senador José Porfírio-PA, 10 de novembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juíza de Direito. Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **JOSE AILTON BEZERRA**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias a fim de tomar ciência da sentença absolutória prolatada por este Juízo em 10/11/2021 nos autos da Ação Penal nº0011998-56.2018.14.0005, que, na íntegra, diz: e PROCESSO Nº 0011998-56.2018.14.0005 SENTENÇA Vistos e etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra os acusados BENEDITO SALES FREITAS, RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA, imputando-lhes a conduta delituosa descrita no art. 14, do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Segundo narra a inicial, no dia 06 de setembro de 2018, por volta das 07h, a polícia civil se dirigiu até a região da Ressaca, neste município, a fim de apurar o crime de homicídio que teve como vítima o vereador Izoeldo Batista Guedes. Os policiais estavam à procura de Raimundo Freitas da Silva e Jose Ailton Bezerra, que ao serem localizados, confessaram o crime de homicídio e informaram a onde estava a arma de fogo utilizada no crime. A arma de fogo fora comprada por Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva, pela quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Após diligências, os policiais encontraram: 01 (uma) carabina, calibre 16; 52 (cinquenta e duas) munições, calibre 16; 02 (duas) luvas cirúrgicas e 01 (uma) luva cor laranja nas proximidades da propriedade de Benedito Freitas. Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18. Recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2018 (fls. 33/34). Resposta à Acusação dos acusados Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva oferecida às fls. 73/76, bem como a do acusado José Ailton Bezerra às fls. 78/81. Audiência de Instrução, na qual se colheu o depoimento das testemunhas Fernando Marcolino, Mhoabe Khayan Azevedo Lima e Hilder Alves da Silva, além do interrogatório do réu Benedito Sales Freitas (fls. 97/99). Memoriais Finais apresentadas pelo Ministério Público às fls. 100/102, em que se sustentou a absolvição dos denunciados José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva, além da condenação de Benedito Sales Freitas pelo crime de previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Às fls. 105/109, Memoriais Finais da defesa de José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva e Benedito Sales Freitas, requerendo a absolvição dos acusados, alegando-se a ausência de provas, outrossim, em caso de condenação, requereu-se a atenuante da confissão quanto ao réu Benedito Freitas, nos termos do art. 65, III, d do CPB. Brevemente relatado. Decido. A presente ação penal trata de acusação contra 3 (três) demandados como incurso as penas do crime previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003: Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido: Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena e reclusão, de 2 (dois) a 4

(quatro) anos, e multa. A autoria e materialidade de porte ilegal de arma de fogo não restam devidamente comprovadas nos autos com relação aos réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva. Por outro lado, pende contra BENEDITO SALES a responsabilidade pelo delito. A materialidade do crime está demonstrada pelo Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18, onde consta a apreensão da arma de fogo, do tipo espingarda, munições e luvas, na ocorrência policial que resultou na prisão dos réus. Já a autoria, esta se perfaz pelos testemunhos colhidos e pela confissão. De acordo com o depoimento da testemunha policial Fernando Cesar Marcolino da Silva Júnior, conforme consta em termo de audiência (fls. 97/99), declarou: que tomou conhecimento do homicídio do vereador; que foram até o local dos fatos para investigar tal crime; que após diligências os policiais civis localizaram uma arma de fogo que fora utilizada para praticar o homicídio; que a espingarda estava escondida debaixo de uma árvore desmontada, próxima à propriedade de Benedito Sales.. De acordo com o depoimento da testemunha Mohab Khayan Azevedo Lima (fls. 97/99), o mesmo declara: que após o homicídio, foi montada uma equipe e foi até a região da Ressaca, neste município; que no local do crime, foram feitas diligências para identificar os autores do crime; que a polícia foi informada que um dos suspeitos era Benedito Freitas; que o acusado Raimundo revelou ter escondido a arma de fogo e levou a polícia até o local em que haviam escondido; que a arma estava enterrada à aproximadamente a 03 km de distância da residência de Benedito; que a arma de fogo era do tipo espingarda.. A testemunha Hilder Alves da Silva (fls. 97/99) afirmou em instrução: que José Ailton foi quem informou a polícia onde a arma de fogo estava escondida; que a arma de fogo estava na região dos fundos da casa do acusado Benedito. Em seu interrogatório (fls. 97/99), o réu Benedito Sales de Freitas afirma: que a arma de fogo do tipo espingarda era de sua propriedade; que haviam munições, mas não sabe precisar a quantidade; que comprou a espingarda em uma propriedade próxima de sua residência; que a arma estava escondida próxima aos fundos de sua residência; que a arma estava escondida debaixo de um pé de árvore; que o filho do acusado foi quem escondeu a arma; que os demais acusados moravam com Benedito; que não foram os acusados que esconderam a arma. José Ailton e Raimundo não foram localizados para interrogatório. Sendo assim, observo do conjunto probatório e de tudo mais que compõe os autos, que não resta comprovado que os réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva concorreram para a infração penal prevista no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003. Quando ao acusado Benedito Sales de Freitas, está cristalino que praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003. A autoria está demonstrada em razão dos depoimentos policiais, que foram unânimes em afirmar que o réu BENEDITO mantinha sob a sua guarda a arma de fogo que fora localizada nas imediações de sua propriedade. Durante o seu interrogatório, o réu BENEDITO confessou que a arma de fogo apreendida era sua, afirmando ainda que os demais acusados não esconderam a arma. Portanto, provada a autoria e materialidade da infração penal e não existindo justificativas ou dirimentes em favor do réu BENEDITO SALES FREITAS, há de lhe ser aplicada as reprimendas do crime do 14, da Lei nº 10.826/2003. Adentrando nas teses defensivas, não encontro amparo para seu acolhimento, vez que o conjunto probatório constante nos autos, especialmente a prova testemunhal e confissão colhidas em audiência, são suficientes para a condenação do demandado. DA REINCIDÊNCIA O réu BENEDITO SALES FREITAS tem contra si condenação criminal transitada em julgado, conforme processo nº 0003967-82.2018.8.14.0058, atualmente em execução definitiva de pena. Os fatos tratados naquele feito são contemporâneos a estes ora julgados, pelo que não se configura a reincidência prevista no art. 61, I do CP, que essencialmente tem aplicação para crimes cometidos após a condenação originária. Por outro lado, entendo que a presença de condenação transitada em julgado não apta a configurar reincidência ganha forma de Maus Antecedentes, a ser quantificado na dosimetria. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para condenar

BENEDITO SALES FREITAS, pelo crime do art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Absolvo RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA pela prática dos fatos ora tratado, com fundamento no art. 386, IV do CPP. I - Da Dosimetria do réu BENEDITO SALES: Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do réu é normal à espécie. O réu é portador de Maus Antecedentes, conforme sentença condenatória transitada em julgado na ação nº 0003967-82.2018.8.14.0058, pelo que valoro negativamente a circunstância confirmada na fundamentação acima. Sua conduta social e personalidade não foram afetadas nos autos. O motivo é aquele previsto no próprio tipo legal, pelo que valoro de forma neutra. Nada a valorar quando as circunstâncias do crime. As armas e munições foram apreendidas pela polícia, nada havendo a valorar quanto as consequências do crime. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e multa. Não há agravante a ser valorada. Reconheço a atenuante descritas no art. 65, inciso III, d, do CPB, pelo que atenuo a pena para 2 (dois) anos de reclusão, em atenção a Súmula 231 do

STJ. Não há circunstâncias de aumento ou diminuição de pena, pelo que fixo a pena em 2 (dois) anos de reclusão. Estabeleço a multa ao condenado no importe de 10 (dez) dias-multa fixada na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Considerando a quantidade de pena aplicada, entendo por fixar o regime aberto. Considerando o regime de pena aplicado, entendo que a detração não tem aptidão para beneficiá-lo. Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como o sursis, tendo em vista que o requerido é portador de maus antecedentes. Disposições finais. Defiro ao condenado BENEDITO SALES DE FREITAS o direito de recorrer em liberdade. Deixo de fixar indenização civil, nos termos do Art. 387, IV do Código de Processo Penal, devido ausência de contraditório específico. Após o trânsito em julgado da decisão, procedam-se as comunicações de praxe e expeça-se. Guia de Recolhimento Definitivo ao juízo das execuções penais. Certificado pelo diretor de secretaria a ausência de recolhimento da pena de multa após o decurso do prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a extração de certidão da sentença e que deverá ser instruída com as seguintes peças: I - denúncia ou queixa-crime e respectivos aditamentos; II - sentença ou acórdão, com certidão do trânsito em julgado - e conseqüente encaminhamento em 05 (cinco) dias à Procuradoria Geral do Estado para fins de aplicação da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, consoante Provimento nº 006/2008- CJCI e art. 51, do Código Penal. Em virtude da situação econômica do acusado, deixo de condená-lo às custas processuais. Fixo honorários advocatícios à advogada Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti, OAB/PA 25.676-A, no importe de R\$ 3.000,00 (três mil reais), considerando que assumiu a defesa dos réus à partir da resposta à acusação, em razão da ausência da Defensoria Pública nesta comarca. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os condenados. Intime-se, pessoalmente, a defesa por se tratar de defensor dativo. Ciência ao Ministério Público. P.R.I. Senador José Porfírio-PA, 10 de novembro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juíza de Direito. Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

60 (SESSENTA) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, faz saber ao nacional MAURICIO PAULINO DA SILVA, filho de José Angelo da Silva e Rosangela Paulino da Silva, natural de Vitória do Xingu-PA, CPF: Nº 00416950205, nascido em 04/07/1985, ROSANGELA PAULINO DA SILVA, brasileira, natural de São Gonçalo do Amarante, filha de Maria do Carmo Alves Paulino e Manoel Francelino Paulino, CPF: Nº 726.555.422-15, JOSÉ ANGELO DA SILVA, brasileiro, natural de Altamira-PA, filho de Osmarina Oliveira da Silva, CPF: Nº 647.119.432-34, que devidos não ter sido localizados para serem intimados pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 11/01/2022, nos autos do processo nº 0000061-16.2020.8.14.0058 e Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) Criminal (1268) que, na íntegra, diz: **PROCESSO Nº. 0000061-16.2020.8.14.0058 SENTENÇA** ROSANGELA PAULINO DA SILVA e JOSÉ ANGELO DA SILVA, devidamente qualificados nos autos, alegando serem vítimas de violência doméstica e familiar, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressaram com pedido de medidas protetivas de urgência em face de MAURICIO PAULINO DA SILVA. Em decisão liminar foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente às fls. 13/14. O requerido apresentou contestação às fls. 21/24. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência sofrida pelas vítimas, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando-se até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia

de vítimas que se encontram em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu), como é o caso do requerido, que é prole das vítimas. Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contrária pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. **DISPOSITIVO** Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, deverá ser comunicada à autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as comunicações necessárias. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Senador José Porfírio, 11 de janeiro de 2022. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2022. (dois mil e vinte e dois) Eu, Mario Lima de Oliveira) Auxiliar de Secretaria, digitei.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

60 (SESSENTA) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, faz saber ao nacional MAURICIO PAULINO DA SILVA, filho de José Angelo da Silva e Rosangela Paulino da Silva, natural de Vitória do Xingu-PA, CPF: Nº 00416950205, nascido em 04/07/1985, ROSANGELA PAULINO DA SILVA, brasileira, natural de São Gonçalo do Amarante, filha de Maria do Carmo Alves Paulino e Manoel Francelino Paulino, CPF: Nº 726.555.422-15, JOSÉ ANGELO DA SILVA, brasileiro, natural de Altamira-PA, filho de Osmarina Oliveira da Silva, CPF: Nº 647.119.432-34, que devidos não ter sido localizados para seres intimados pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 60 (sessenta) dias, a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 11/01/2022, nos autos do processo nº 0000061-16.2020.8.14.0058 ç Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) Criminal (1268) que, na íntegra, diz: **PROCESSO Nº. 0000061-16.2020.8.14.0058 SENTENÇA** ROSANGELA PAULINO DA SILVA e JOSÉ ANGELO DA SILVA, devidamente qualificados nos autos, alegando serem vítima de violência doméstica e familiar, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressaram com pedido de medidas protetivas de urgência em face de MAURICIO PAULINO DA SILVA. Em decisão liminar foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente às fls. 13/14. O requerido apresentou contestação às fls. 21/24. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a



causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência sofrida pelas vítimas, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando-se até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia de vítimas que se encontram em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu), como é o caso do requerido, que é prole das vítimas. Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contrária pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. **DISPOSITIVO** Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, deverá ser comunicada à autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as comunicações necessárias. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Senador José Porfírio, 11 de janeiro de 2022. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2022. (dois mil e vinte e dois) Eu, Mario Lima de Oliveira) Auxiliar de Secretaria, digitei.

#### E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **EDENILSON LIMA DA TRINDADE** - CPF: 011.327.752-05, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 27/07/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0000501-12.2020.8.14.0058, que, na íntegra, diz: **SENTENÇA/MANDADO** Trata-se de requerimento de Medidas Protetivas com fundamento na ocorrência de situação fática que, em tese, configurou violência doméstica e familiar contra a mulher. Inicialmente, o magistrado que me antecedeu no feito deferiu medidas protetivas em favor da vítima, a teor da decisão de id nº 51584165 - Págs. 5/6. Posteriormente, a requerente compareceu perante a Secretaria da 2ª Vara Criminal de Altamira/PA, para informar que não possui mais interesse no prosseguimento das medidas protetivas, visto que retomou o convívio pacífico com o requerido, reatando a relação amorosa que mantinham, conforme termo de declarações assinado de próprio punho acostado aos autos no id nº 56007543 - Pág. 2. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou favoravelmente à revogação das medidas protetivas com o consequente arquivamento do feito, ante à expressa manifestação da vítima por sua desnecessidade (id nº 59732905 - Pág. 1). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. A Lei nº 11.340/06, que trata da

violência doméstica e familiar contra a mulher, estabeleceu medidas protetivas em face das vítimas dos delitos nela previstos. Cabe ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência, que poderão ser deferidas de imediato sem oitiva das partes ou do Ministério Público. Para tanto, como medida cautelar, basta que se verifiquem os requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. A medida foi deferida liminarmente, já que, naquele momento, verificava-se a presença dos requisitos. Agora, temos de verificar a necessidade de sua conservação. As Medidas Protetivas são deferidas para resguardar a integridade física e psicológica da ofendida em razão do *periculum in mora*, que, no caso em tela, entendo já ter se esvaído, sobretudo pelas declarações firmadas pela própria requerente, tal como consta no termo de declarações acostado aos autos no id nº 56007543 - Pág. 2, porquanto relatou ter reatado o relacionamento amoroso que mantinha com o requerido, informando não ter mais interesse na manutenção das medidas que haviam sido deferidas em seu favor. Dessa forma, torna-se desnecessária a tramitação destes autos, tendo em vista já ter atingido seu objetivo imediato. Com efeito, inexistindo razões que justifiquem a manutenção das restrições impostas ao requerido, as medidas protetivas devem ser revogadas, a fim de que não se perpetuem no tempo. Ressalta-se, por oportuno, que esta decisão não impede que, em havendo novo fato que viole a integridade física ou psicológica da ofendida, esta venha a requer outras Medidas Protetivas para que tenha os seus direitos resguardados. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, VI, do CPC, revogando as medidas protetivas deferidas liminarmente. Intimem-se requerente e autuado pessoalmente. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado. Outrossim, caso o requerido e/ou a requerente não sejam intimados pessoalmente, por não residirem mais no endereço constate nos autos, que a intimação ocorra por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e archive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ênio Saraiva Maia Juiz de Direito. 27 de setembro de 2022. Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **TIANA DIAS DA SILVA**, filha de Maria Lúcia Dias e Antônio Francisco da Silva, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da Decisão prolatada por este Juízo em 28/09/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0804434-85.2021.8.14.0005, que, na íntegra, diz: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** Vistos etc. Recebi os presentes autos por declínio de competência (id. 35753288). A vítima TIANA DIAS DA SILVA, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que foi agredida fisicamente e ameaçada pelo seu então companheiro, o agressor JOSE CHARLES LEITE DA SILVA. Segundo a vítima, a mesma convivia maritalmente com o agressor por cerca de 11 (onze) anos, que em 09/08/2021, por volta das 06:00h da manhã, JOSE CHARLES começou um desentendimento por questões patrimoniais, ao qual o agressor proferiu os seguintes dizeres: *esse lote também é meu e eu vou te mostrar sua puta se a metade desse lote não é meu, e se tu vacilar comigo eu mato tu e esses teus dois filhos vagabundos, eu não abro mão do que é meu nunca, eu mato quem for*. De acordo ainda com a peça informativa, todo esse desentendimento gira em torno de um lote que a vítima comprou, ao qual o agressor alega ter direito a parte deste. A vítima foi orientada a se abrigar junto com seus filhos no Abrigo de Mulheres, mas se recusou, sendo então encaminhada para atendimento psicossocial no PARAPAZ. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de JOSE CHARLES LEITE DA SILVA, as medidas protetivas de urgência listadas

abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. c) Afastamento do lar e recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio. d) Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida. e) Proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial, além da suspensão de procurações conferidas pela ofendida ao agressor. Em decorrência, cumram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 4) Comunique-se o Ministério Público. 5) Dê-se ciência à vítima. As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e a citação do agressor. Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito.ζ Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

## **EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **TIANA DIAS DA SILVA**, filha de Maria Lúcia Dias e Antônio Francisco da Silva, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da Decisão prolatada por este Juízo em 28/09/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0804434-85.2021.8.14.0005, que, na íntegra, diz: ζ **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** Vistos etc. Recebi os presentes autos por declínio de competência (id. 35753288). A vítima TIANA DIAS DA SILVA, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que foi agredida fisicamente e ameaçada pelo seu então companheiro, o agressor JOSE CHARLES LEITE DA SILVA. Segundo a vítima, a mesma convivia maritalmente com o agressor por cerca de 11 (onze) anos, que em 09/08/2021, por volta das 06:00h da manhã, JOSE CHARLES começou um desentendimento por questões patrimoniais, ao qual o agressor proferiu os seguintes dizeres: ζ esse lote também é meu e eu vou te mostrar sua puta se a metade desse lote não é meu, e se tu vacilar comigo eu mato tu e esses teus dois filhos vagabundos, eu não abro mão do que é meu nunca, eu mato quem forζ. De acordo ainda com a peça informativa, todo esse desentendimento gira em torno de um lote que a vítima comprou, ao qual o agressor alega ter direito a parte deste. A vítima foi orientada a se abrigar junto com seus filhos no Abrigo de Mulheres, mas se recusou, sendo então encaminhada para atendimento psicossocial no PARAPAZ. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de JOSE CHARLES LEITE DA SILVA, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da

mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. c) Afastamento do lar e recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio. d) Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida. e) Proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial, além da suspensão de procurações conferidas pela ofendida ao agressor. Em decorrência, cumram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 4) Comunique-se o Ministério Público. 5) Dê-se ciência à vítima. As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e a citação do agressor. Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. ç Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

#### E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber à nacional **ANA MARIA SOUZA BARBOSA**, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 18/04/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0800017-90.2022.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ç **SENTENÇA/MANDADO** Trata-se de autos de **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** requeridas por meio da Autoridade Policial e concedidas em favor da vítima **ANA MARIA SOUZA BARBOSA** em desfavor do agressor **BENEDITO FLAVIO SOUTO**, todos qualificados nos autos, por fato caracterizador de violência doméstica. Em decisão proferida por este juízo, foram deferidas liminarmente Medidas Protetivas de Urgência (fls. 13/15 ç id n º 47380432). Decorrido o prazo legal, embora o requerido tenha sido regularmente citado, não contestou o pedido (fl. 20 ç Id nº 48016448). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Depreende-se do art. 335, II, do CPC que o juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido quando ocorrer a revelia. Assim, decreto a revelia do réu e reputo como verdadeiros os fatos declarados pela ofendida, na forma do art. 334 do CPC. Dessa forma, entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação das medidas protetivas de urgência. Por essa razão, tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do art. 355, I, do CPC. Esclareço, por oportuno, que o presente feito não visa a apuração do fato delituoso, mas sim de medidas protetivas, em decorrência de agressão psicológica sofrida pela vítima. A medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06, como é sabido, visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando-lhe, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Informo, outrossim, que a presente sentença não faz coisa julgada material, mesmo porque as lides domésticas e familiares configuram relações jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Seja: se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se

aproximar, ou de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **MANTER** as medidas protetivas de urgência deferidas em decisão liminar supracitada e **DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO** com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado. Outrossim, caso o requerido e/ou a requerente não sejam intimados pessoalmente, por não residirem mais no endereço constate nos autos, determino, desde logo, que a intimação ocorra por edital **com prazo de 20 (vinte) dias**. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Cumpra-se. Assinado e datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva** Juiz de Direito.ζ Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

#### E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **BENEDITO FLAVIO SOUTO** - CPF: 033.521.862-86, com endereço desconhecido, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 18/04/2022 nos autos da MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA nº 0800017-90.2022.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ζ **SENTENÇA/MANDADO** Trata-se de autos de **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** requeridas por meio da Autoridade Policial e concedidas em favor da vítima **ANA MARIA SOUZA BARBOSA** em desfavor do agressor **BENEDITO FLAVIO SOUTO**, todos qualificados nos autos, por fato caracterizador de violência doméstica. Em decisão proferida por este juízo, foram deferidas liminarmente Medidas Protetivas de Urgência (fls. 13/15 ζ id nº 47380432). Decorrido o prazo legal, embora o requerido tenha sido regularmente citado, não contestou o pedido (fl. 20 ζ Id nº 48016448). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Depreende-se do art. 335, II, do CPC que o juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido quando ocorrer a revelia. Assim, decreto a revelia do réu e reputo como verdadeiros os fatos declarados pela ofendida, na forma do art. 334 do CPC. Dessa forma, entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação das medidas protetivas de urgência. Por essa razão, tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do art. 355, I, do CPC. Esclareço, por oportuno, que o presente feito não visa a apuração do fato delituoso, mas sim de medidas protetivas, em decorrência de agressão psicológica sofrida pela vítima. A medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06, como é sabido, visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando-lhe, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Informo, outrossim, que a presente sentença não faz coisa julgada material, mesmo porque as lides domésticas e familiares configuram relações jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Seja: se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar, ou de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **MANTER** as medidas protetivas de urgência deferidas em decisão liminar supracitada e **DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO** com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado. Outrossim, caso o requerido e/ou a requerente não sejam intimados pessoalmente, por não residirem mais no endereço constate nos autos, determino, desde logo, que a intimação ocorra por edital **com prazo de 20 (vinte) dias**. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Cumpra-se. Assinado e datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva** Juiz de Direito.ζ Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Natália Franklin Silva e Carvalho, Analista Judiciária, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO

Com prazo de 15 dias

Processo: 0000014-33.2006.8.14.0058

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC...

...

FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo(a) Nobre Representante do Ministério Público Estadual nos autos da ação penal o réu JOSÉ RAIMUNDO ALVES MARQUES, VULGO RAIMUNDINHO, brasileiro, natural de Senador José Porfírio-PA, solteiro, bitoneiro, nascido em 07.07.1983, filho de José Valter de Carvalho e de Maria Madalena Alves, Residente na Rua Edson, s/nº, próximo do Sapolândia, Bairro Encantado na cidade de Senador José Porfírio-PA. E como não foi encontrado(a) para ser e intimado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze dias) nos termos do art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC, PROCESSO Nº: 0000014-3.2006.8.14.0058 **SENTENÇA** Vistos e examinados os autos eletrônicos. Trata-se de Execução Penal dos reeducandos **JOSÉ RAIMUNDO ALVES MARQUES E JOSENILDO DOS SANTOS VIERIRA**, condenando-os pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro, à pena de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, a qual foi substituída pela pena restritiva de direito consistente em 790 (setecentas e noventa horas) de prestação de serviços à comunidade. A certidão de id nº 38080741 - Pág. 2, atesta que a sentença condenatória transitou livremente em julgado em 24/06/2014. Audiência admonitória do reeducando José Raimundo foi realizada no dia 26/08/2014 (id nº 38080741 - Pág. 11/12), porém este não deu início ao cumprimento da pena. O reeducando Josenildo, por seu turno, cumpriu integralmente a pena que lhe foi imposta, razão pela qual teve extinta a punibilidade, por força da sentença proferida no id nº 38080743 - Pág. 9. Sentença de extinção da execução por cumprimento de pena em face JOSENILDO DOS SANTOS VIERIRA repousa no 38080743, fl. 09. Decorrido significativo lapso temporal, os autos foram remetidos ao Ministério Público que pugnou pela extinção da punibilidade do reeducando José Raimundo, face ao reconhecimento da prescrição da pretensão executória (id nº 59749596 - Págs. 1/2). **É a síntese do necessário. Doravante, decido.** Considerando que a pena imposta ao reeducando é 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, prescreve em 8 (oito) anos, conforme disposto no art. 109, inciso IV, do Código Penal, sem que, desde o trânsito em julgado da sentença condenatória (24/06/2014 e id nº 38080741 - Pág. 2), tenha havido quaisquer das causas interruptivas ou suspensivas da contagem do prazo prescricional (art. 116 e 117 do CP), inquestionável a impossibilidade de se pretender executar a sentença agora, quando já esgotado o prazo prescricional da pretensão executória. Ante o exposto, considerando tudo o que mais consta dos autos, reconheço a prescrição da pretensão executória, **declarando EXTINTA A PUNIBILIDADE** de **JOSÉ RAIMUNDO ALVES MARQUES**, com fulcro no art. 107, inciso IV c/c art. 109, inciso IV, ambos do Código Penal Brasileiro. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se o reeducando **JOSÉ RAIMUNDO por edital**. Revogo eventual mandado de prisão preventiva outrora decretada. Ciência ao Ministério Público via PJE. Após o trânsito em julgado, proceda-se as anotações necessárias e arquivem-se os autos, dando baixa no sistema eletrônico (PJE). Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. **Ênio Maia Saraiva** Juiz de Direito. Assim, para que chegue ao conhecimento do réu e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois). Mario Lima de Oliveira) Auxiliar de Secretaria, digitei, subscrevi

## EDITAL DE INTIMAÇÃO

Com prazo de 15 dias

Processo: 0000014-33.2006.8.14.0058

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC...

...

FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo(a) Nobre Representante do Ministério Público Estadual nos autos da ação penal o réu JOSÉ RAIMUNDO ALVES MARQUES, VULGO RAIMUNDINHO, brasileiro, natural de Senador José Porfírio-PA, solteiro, bitoneiro, nascido em 07.07.1983, filho de José Valter de Carvalho e de Maria Madalena Alves, Residente na Rua Edson, s/nº, próximo do Sapolândia, Bairro Encantado na cidade de Senador José Porfírio-PA. E como não foi encontrado(a) para ser e intimado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze dias) nos termos do art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC, PROCESSO Nº: 0000014-3.2006.8.14.0058 **SENTENÇA** Vistos e examinados os autos eletrônicos. Trata-se de Execução Penal dos reeducandos **JOSÉ RAIMUNDO ALVES MARQUES E JOSENILDO DOS SANTOS VIERIRA**, condenando-os pela prática do crime previsto no art. 155, §4º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro, à pena de 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, a qual foi substituída pela pena restritiva de direito consistente em 790 (setecentas e noventa horas) de prestação de serviços à comunidade. A certidão de id nº 38080741 - Pág. 2, atesta que a sentença condenatória transitou livremente em julgado em 24/06/2014. Audiência admonitória do reeducando José Raimundo foi realizada no dia 26/08/2014 (id nº 38080741 - Pág. 11/12), porém este não deu início ao cumprimento da pena. O reeducando Josenildo, por seu turno, cumpriu integralmente a pena que lhe foi imposta, razão pela qual teve extinta a punibilidade, por força da sentença proferida no id nº 38080743 - Pág. 9. Sentença de extinção da execução por cumprimento de pena em face JOSENILDO DOS SANTOS VIERIRA repousa no 38080743, fl. 09. Decorrido significativo lapso temporal, os autos foram remetidos ao Ministério Público que pugnou pela extinção da punibilidade do reeducando José Raimundo, face ao reconhecimento da prescrição da pretensão executória (id nº 59749596 - Págs. 1/2). **É a síntese do necessário. Doravante, decido.** Considerando que a pena imposta ao reeducando é 2 (dois) anos e 2 (dois) meses de reclusão e 15 (quinze) dias-multa, prescreve em 8 (oito) anos, conforme disposto no art. 109, inciso IV, do Código Penal, sem que, desde o trânsito em julgado da sentença condenatória (24/06/2014 e id nº 38080741 - Pág. 2), tenha havido quaisquer das causas interruptivas ou suspensivas da contagem do prazo prescricional (art. 116 e 117 do CP), inquestionável a impossibilidade de se pretender executar a sentença agora, quando já esgotado o prazo prescricional da pretensão executória. Ante o exposto, considerando tudo o que mais consta dos autos, reconheço a prescrição da pretensão executória, **declarando EXTINTA A PUNIBILIDADE** de **JOSÉ RAIMUNDO ALVES MARQUES**, com fulcro no art. 107, inciso IV c/c art. 109, inciso IV, ambos do Código Penal Brasileiro. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se o reeducando **JOSÉ RAIMUNDO por edital**. Revogo eventual mandado de prisão preventiva outrora decretada. Ciência ao Ministério Público via PJE. Após o trânsito em julgado, proceda-se as anotações necessárias e arquivem-se os autos, dando baixa no sistema eletrônico (PJE). Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. **Ênio Maia Saraiva** Juiz de Direito. Assim, para que chegue ao conhecimento do réu e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois). Mario Lima de Oliveira) Auxiliar de Secretaria, digitei, subscrevi

PROCESSO Nº 0800206-68.2022.8.14.0058. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) CRIMINAL. POLO ATIVO: Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. POLO PASSIVO: Nome: THACISIO DA SILVA SANTOS. SENTENÇA-MANDADO. O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais THACISIO DA SILVA SANTOS (CPF nº 610.395.043-02) e MÔNICA MIRANDA DOS SANTOS (COF nº 067.714.262-54), com endereço declarado nos autos como sendo Rua São Jorge, n 820, bairro Linhares, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal, pois encontrando-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomarem ciência da sentença prolatada por este Juízo em 20/09/2022, nos autos do pedido de medidas protetivas de urgência nº 0800206-68.2022.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ç Trata-se de autos de MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA requeridas por meio da Autoridade Policial e concedidas em favor da vítima MONICA MIRANDA DOS SANTOS em desfavor do agressor THACISIO DA SILVA SANTOS, ambos qualificados nos autos, por fato caracterizador de violência doméstica. Em decisão proferida por este juízo, foram deferidas liminarmente medidas protetivas de urgência. O requerido devidamente citado, NÃO contestou. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Depreende-se do art. 335, II, do CPC que o juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido quando ocorrer a revelia. Assim, decreto a revelia do réu e reputo como verdadeiros os fatos declarados pela ofendida, na forma do art. 334 do CPC. Dessa forma, entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação das medidas protetivas de urgência. Por essa razão, tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do art. 355, I, do CPC. Esclareço, por oportuno, que o presente feito não visa a apuração do fato delituoso, mas sim de medidas protetivas, em decorrência de agressão psicológica sofrida pela vítima. A medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06, como é sabido, visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando-lhe, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Informo, outrossim, que a presente sentença não faz coisa julgada material, mesmo porque as lides domésticas e familiares configuram relações jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Seja: se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar, ou de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para MANTER as medidas protetivas de urgência deferidas na decisão liminar supracitada e, por conseguinte, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado. Outrossim, caso o requerido e/ou a requerente não sejam intimados pessoalmente, por não residirem mais no endereço constate nos autos, que a intimação ocorra por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Cumpra-se. Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito. ç. Aos 19 (dezenove) dias do mês outubro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L INTIMAÇÃO DE SETENTEÇA

20 (VINTE) DIAS

O Doutor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito do Estado do Pará, Titular pela Vara Única da Comarca de



Senador José Porfírio, faz saber ao nacional **JOSE DA SILVA LEAL**, nascido na cidade de Breves-PA, filho de José da Silva dos Anjos e Raimunda da Silva Leal, residente e domiciliado, Rua Henrique Dias s/nº, Bairro Linhares, que devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de **20 (vinte)** dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em **14/10/2022**, nos autos Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) (1268) nº 0800176-67.2021.8.14.0058, que, na íntegra, diz: **SENTENÇA/MANDADO** Trata-se de autos de **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** requeridas por meio da Autoridade Policial e concedidas em favor da vítima **MARIA LINDALVA DA SILVA LEAL** em desfavor do agressor **JOSE DA SILVA LEAL**, todos qualificados nos autos, por fato caracterizador de violência doméstica. Em decisão proferida por este juízo, foram deferidas liminarmente medidas protetivas de urgência em favor da ofendida (id nº 30563559). Esgotadas todas as possibilidades de localização pessoal do agressor, determinou-se a sua citação/intimação por edital com prazo de 20 (vinte) dias (id nº 38366462). Instado a se manifestar, o órgão ministerial se manifestou pela desnecessidade de produção de provas em audiência, e pela estabilização dos efeitos da tutela de urgência deferida por este juízo, com a conseqüente extinção do processo sem resolução do mérito (id nº 46676852). Decorrido o prazo legal, o requerido não se manifestou nos autos e nem constituiu defesa, razão pela qual foi a **Dra. Sandra Lorrany Pereira Carvalho** **ζ OAB/PA nº 28.662**, foi nomeada como curadora especial do requerido (id nº 47550887). A curadora especial apresentou contestação requerendo a revogação das medidas protetivas deferidas em favor da ofendida, e, por conseguinte, o arquivamento do presente procedimento (id nº 51904115). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Depreende-se do art. 335, I, do CPC, que o juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido, quando não houver necessidade de produção de outras provas. No caso em tela, entendo ser desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação das medidas protetivas de urgência. Diante disso, tenho que a presente causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do art. 355, I, do CPC. Esclareço, por oportuno, que o presente feito não visa a apuração do fato delituoso, mas sim de medidas protetivas, em decorrência de agressão psicológica sofrida pela vítima. A medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06, como é sabido, visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando-lhe, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Informo, outrossim, que a presente sentença não faz coisa julgada material, mesmo porque as lides domésticas e familiares configuram relações jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Seja: se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar, ou de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para **MANTER** as medidas protetivas de urgência deferidas em decisão liminar supracitada e, por conseguinte, **DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO** com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC. Intime-se a requerente pessoalmente e o requerido por edital com prazo de 20 (vinte) dias. Todavia, caso a ofendida não venha ser encontrada no endereço constante nos autos, autorizo, desde logo, a sua intimação por edital no mesmo prazo retro consignado. Arbitro honorário em favor da **Dra. Sandra Lorrany Pereira Carvalho** **ζ OAB/PA nº 28.662**, no valor de **R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, em razão de sua atuação como curadora especial do requerido, ante a ausência de Defensoria Pública nesta Comarca. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Cumpra-se. SERVIRÁ a cópia da presente como MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Provimento de nº 003/09 **ζ CJCI**. Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. **Énio Maia Saraiva** Juiz de Direito. Senador José Porfírio-PA, 19 de outubro de 2022. **Énio Maia Saraiva** Juiz de Direito da Comarca de Senador José Porfírio-PA.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito ELAINE GOMES NUNES DE LIMA, faz saber ao sentenciado nos autos da ação penal em trâmite no juízo da vara única da comarca de Senador José Porfírio-PA sob o nº 0000013-58.2000.8.14.0058 ILMO RAIMUNDO QUINTINO PRATA, nascido em 02/10/1969, portador do CPF N 374.530.762-34 e do Título Eleitoral 27524031350, filho de Adeilma Quintino Prata, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Ituqui, nº 15, bairro Amparo, Santarém-PA, sendo que não tendo sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL para que o sentenciado ao norte identificado tome ciência da sentença prolatada em 03/08/2022, a qual, na íntegra, diz: SENTENÇA. I ¿ RELATÓRIO. Adoto como relatório o da decisão de Pronúncia, acrescido da instrução procedida neste plenário. II ¿ RESUMO DA INSTRUÇÃO PLENÁRIA. Na fase dos debates, o ilustre representante do Ministério Público Paraense, sustentou sua pretensão em plenário, pleiteando a condenação do pronunciado, nas sanções inculpidas art. 121, caput, do Código Penal Brasileiro. A Defesa do réu, a seu turno, representada pelo ilustre Defensor Público, sustentou em plenário a tese negativa de autoria e, subsidiariamente, a desclassificação para homicídio culposo ou, ainda, a absolvição por clemência ou por legítima defesa. Observadas as formalidades processuais à espécie, transcorreu sem anormalidades a sessão do Colendo Pretório Popular, que respondeu aos quesitos propostos, os quais restaram aprovados pelas partes, não registrando em ata qualquer irresignação. III ¿ RESULTADO DA VOTAÇÃO. Formulados os quesitos, conforme termos próprios, o Conselho de Sentença, reunido em ambiente sigiloso, assim respondeu: Ao responder ao primeiro quesito, foi reconhecida a materialidade delitiva, por maioria de votos. No segundo quesito, também por maioria de votos, o douto Conselho de Sentença reconheceu que o réu Ilmo Raimundo Quintino Prata foi o autor do disparo de arma de fogo que ocasionou a morte da vítima Ademario Pena de Sousa. No terceiro quesito, o Conselho de Sentença, igualmente por maioria de votos, não reconheceu a tese desclassificatória sustentada pela Defensoria Pública. Por fim, no quesito obrigatório, o Douto Conselho de Sentença, por maioria de votos, não absolveu o acusado. IV - CONCLUSÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA: Como se vê, o Conselho de Sentença reconheceu, por maioria de votos, a responsabilidade criminal do réu ILMO RAIMUNDO QUINTINO PRATA pelo crime de Homicídio Simples praticado em face da vítima ADEMARIO PENA DE SOUSA, previsto no artigo 121, caput, do Código Penal, em razão dos fatos ocorridos no dia 17 de dezembro de 2000, na cidade e comarca de Senador José Porfírio/PA. V ¿ DISPOSITIVO. Ante o exposto, atendendo à SOBERANA decisão dada pelo Colendo Conselho de Sentença, julgo procedente o pedido formulado na denúncia para CONDENAR ILMO RAIMUNDO QUINTINO PRATA, qualificado nos autos, pelo crime de homicídio simples, previsto no artigo 121, caput, do Código Penal, praticado em face da vítima ADEMARIO PENA DE SOUSA, na cidade e comarca de Senador José Porfírio/PA. Passo a dosimetria da pena. VI ¿ DOSIMETRIA DE PENA, Todas as circunstâncias que envolvem o fato imputado ao réu e reconhecidos pelo Conselho de Sentença, recomendam uma resposta penal suficiente e necessária para a reprovação e prevenção de crimes, consoante preconiza o Código Penal Brasileiro. Atendendo às normas dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal Pátrio e à decisão do Conselho de Sentença, fixo a pena na forma que segue, atendendo à decisão soberana do Conselho de Sentença: PRIMEIRA FASE: PENA-BASE. 1) CULPABILIDADE ¿ circunstância DESFAVORÁVEL: o réu agiu com culpabilidade acentuada, uma vez que na época dos fatos exercia a função pública de policial militar, agente público treinado para atuar em defesa da população e garantir a segurança de todos, tendo agido, na ocasião, de modo totalmente contrário ao que legalmente se espera dos referidos agentes públicos, após ter publicamente consumido bebidas alcoólicas, de modo que essa circunstância será valorada negativamente; 2) ANTECEDENTES CRIMINAIS ¿ circunstância FAVORÁVEL: o réu não possui condenação criminal transitada em julgado; 3) CONDUTA SOCIAL ¿ circunstância NEUTRA: considerada como o comportamento do agente nas esferas social (comunidade em que vive), familiar e profissional, a conduta social é, no caso dos autos, circunstância judicial neutra ao acusado, pois inexistem no feito em curso dados suficientes para aferir este elemento; 4) PERSONALIDADE ¿ circunstância NEUTRA: no caso dos autos, circunstância judicial neutra ao acusado, pois inexistem no feito em curso dados suficientes para aferir este elemento; 5) MOTIVO ¿ circunstância NEUTRA: não ficou suficientemente claro o motivo do cometimento do delito pelas provas produzidas nos autos, tendo havido menção à tentativa de dispersar uma briga generalizada e à de defender amigos que estavam na confusão, não havendo provas contundentes de qual tenha sido o motivo do delito, razão pela qual, deixo de valorar este elemento; 6) CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME ¿ circunstância DESFAVORÁVEL: comprovou-se nos autos que o réu disparou contra a vítima em meio a várias outras pessoas, colocando em risco todos que estavam no local, inclusive há relatos de que outras pessoas foram atingidas, de forma que valorarei negativamente este elemento; 7) CONSEQUÊNCIAS ¿ circunstância FAVORÁVEL: revelam-se próprias do tipo penal; 8) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA ¿ circunstância NEUTRA: não ficou suficientemente claro se a vítima contribuiu ou não para o cometimento do delito, entretanto, com

base no pacífico entendimento jurisprudencial, isso não pode ser considerado em desfavor do réu. Tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas individualmente e, considerando a presença de duas circunstâncias desfavoráveis, fixo a pena-base em 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão. SEGUNDA FASE: AGRAVANTES E ATENUANTES. No caso presente, inexistem circunstâncias atenuantes ou agravantes, razão pela qual mantenho a pena no patamar inicialmente fixado. TERCEIRA FASE: CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA. Inexistem causas de diminuição aumento de pena. Portanto, fica o réu condenado à pena definitiva 09 (nove) anos e 06 (seis) meses de reclusão. VII - DETRAÇÃO PENAL. Deixo de promover a detração penal, nos termos do artigo 387, §2º, do CPP, haja vista a inexistência de certidão carcerária nos autos, de forma que a detração deverá ser realizada pelo Juízo da Vara de Execuções Penais. VIII - REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. O regime inicial de cumprimento de pena imposto ao condenado, em atenção ao artigo 33, §2º, alínea *ç* do Código Penal Brasileiro, e considerando as circunstâncias do artigo 59, inciso III, comb. c/ art. 68 do mesmo diploma legal, será inicialmente FECHADO, a ser cumprido em uma das Casas Penais da SEAP/PA, onde houver vaga. IX - SUBSTITUIÇÃO DA PENA. Deixo de converter a pena privativa de liberdade aplicada em desfavor do condenado em pena restritiva de direitos ante o quantum da pena ora aplicado impossibilitar tal conversão e/ou substituição, nos termos do art. 44, inciso I do Código Penal Brasileiro. X - REPARAÇÃO CIVIL DE DANOS. Deixo de fixar valor mínimo para reparação dos danos ocasionados à vítima uma vez que não existe pedido nesse sentido. XI - DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. Concedo ao réu o direito de recorrer desta sentença em liberdade, tendo em vista que respondeu o processo em liberdade, bem como que não estão presentes nos autos os requisitos ensejadores de um decreto de prisão preventiva entabulados nos artigos 312 e 313 do Código Penal Brasileiro. XII - DISPOSIÇÕES FINAIS. Realizado o julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Altamira, cumprindo a determinação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, determino a imediata devolução dos autos ao Juízo de Senador José Porfírio/PA. Deixo dar qualquer determinação em relação à arma do crime, por se tratar de processo desmembrado e, em seguida, desafortado, não havendo informação sobre a situação atual do processo originário e dos possíveis objetos apreendidos nos referidos autos. Condene o réu nas custas e encargos processuais, nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal. Intime-se o réu por edital. Após o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes providências: a. Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados, atendendo ao disposto do art. 393, inciso II, do CPP c/c art. 5º, inciso LVII, da Carta Magna de 1988, fazendo-se as comunicações necessárias, inclusive aquelas de interesse estatístico; b. Expeça-se mandado de prisão, com as devidas anotações no BNMP; c. Após o cumprimento do mandado de prisão, expeçam-se as peças necessárias do processo referente ao condenado para a Vara das Execuções Penais para as medidas cabíveis e adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza; d. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, dando-lhe ciência da presente sentença, para que sejam suspensos os direitos políticos do condenado, nos termos do art. 15, III, da Constituição Federal. Sentença lida e publicada em plenário e partes intimadas neste ato. Registre-se e cumpra-se. 30ª Sessão da 2ª Reunião Periódica do Tribunal do Júri da 2ª Vara Criminal da Comarca de Altamira/PA, realizado no Salão do Júri, aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 19h24. ELAINE GOMES NUNES DE LIMA. Juíza de Direito. Presidente do Tribunal do Júri da 2ª vara criminal da comarca de Altamira. Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano 2022 (dois mil e dezessete). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, digitei, subscrevo e assino conforme Provimento nº 006/2009-CJCI.

## EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação Penal *ç* Receptação, sob o nº 0000161-44.2015.8.14.0058, movido MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ em face de

EZEQUIAS SANTANA DA CONCEICAO e ARNEY MAIA TEIXEIRA, ambos atualmente com paradeiro incerto e não sabido, do que, como não há como serem encontrados para serem intimados pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual INTIMA-SE os réus EZEQUIAS SANTANA DA CONCEICAO e ARNEY MAIA TEIXEIRA plenamente capazes, do inteiro teor da SENTENÇA JUDICIAL que, na íntegra, diz: *¿*Sentença. 3. DISPOSITIVO Ante o exposto e, considerando tudo o mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE em parte a denúncia para CONDENAR o acusado ARNEY MAIA TEIXEIRA, pela prática do crime previsto no art. 180, § 2º, do CP (receptação dolosa qualificada) e EZEQUIAS SANTANA DA CONCEICAO, pela prática do crime previsto no art. 180, caput, do CP (receptação dolosa). DOSIMETRIA DA PENA A) QUANTO AO RÉU ARNEY MAIA TEIXEIRA A culpabilidade do agente restou evidenciada; antecedentes imaculados (49633114 - Pág. 19); sobre a conduta social, e a personalidade do agente, não se tem notícia, em razão do que presume ser boa; O motivo, as consequências do crime e suas circunstâncias são normais ao tipo, não havendo nada a valorar. Por fim, o comportamento da vítima não pode influir negativamente na pena dos réus, nada tendo a valorar. Em vista de tais circunstâncias, fixo a pena-base em 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES Na segunda fase, restam ausentes as circunstâncias agravantes e atenuantes, razão pela qual mantenho a pena-base inalterada nesta fase. CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DA PENA Na terceira fase da pena, inexistem causas de aumento ou de diminuição da pena. Assim, fixo a pena definitiva para o acusado em 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. A) QUANTO AO RÉU EZEQUIAS SANTANA DA CONCEICAO A culpabilidade do agente restou evidenciada; antecedentes merecem ser considerados, visto que o réu possui condenação transitada em julgado nos autos do Proc. nº 0003222-27.2013.814.0075, consoante certidão de antecedentes criminais no id. 49633099, fl.04. No entanto, deixo de valorar a reincidência porque será valorada na segunda fase, sob pena de incidir em bis in idem; sobre a conduta social, e a personalidade do agente, não se tem notícia, em razão do que presume ser boa; O motivo, as consequências do crime e suas circunstâncias são normais ao tipo, não havendo nada a valorar. Por fim, o comportamento da vítima não pode influir negativamente na pena dos réus, nada tendo a valorar. Em vista de tais circunstâncias, fixo a pena-base em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES Na segunda fase da dosagem, não há atenuantes. No entanto há a agravante da reincidência, pois consta contra o condenado sentença penal condenatória referente ao Proc. nº 0003222-27.2013.814.0075, consoante certidão de antecedentes criminais, cuja sentença condenatória transitou em 26/11/2014. Assim, no momento da prática delitiva em 07/02/2015, verifica-se a reincidência do réu, devendo ser aplicada a agravante prevista no artigo 61, I, do Código Penal, motivo pelo qual agravo a pena, alcançando a pena intermediária em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa. CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DA PENA Na terceira fase da pena, inexistem causas de aumento ou de diminuição da pena. Assim, fixo a pena definitiva para o acusado em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa. REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Fixo o REGIME INICIAL ABERTO, na forma do art. 33, alínea *¿c¿* do Código Penal. VALOR DO DIA-MULTA Deve o dia-multa ser fixado no seu patamar legal mínimo, qual seja, de 1/30 do salário mínimo, nos termos do art. 49, §1º, CP. DETRAÇÃO (art. 387, §2º, do CPP) Foi fixado o regime mais brando de cumprimento de pena, sendo inaplicável o disposto no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal. SUBSTITUIÇÃO DA PENA E SUSPENSÃO CONDICIONAL Não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, uma vez que os réus não atendem aos critérios do Art. 44, I e III do CP. Por este mesmo motivo, não cabe a aplicação do benefício do sursis (art. 77, inciso III, do CP). DA INDENIZAÇÃO À VÍTIMA À luz do inciso IV do art. 387 do Código de Processo Penal, o juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, desde que expressamente requerido por esta ou pelo Ministério Público, bem como de dilação probatória a respeito do seu quantum, para que se possa viabilizar o contraditório e a ampla defesa. Verifica-se, no caso, que não há nos autos pedido de reparação e informações aptas a demonstrar o quantum a ser reparado, bem como não houve a necessária instrução probatória a fim de quantificá-lo. Portanto, eventual reparação de dano moral deve observar todas as exigências legais para ofendida demonstrar efetivamente a quantificação do seu dano, o que não ocorreu neste processo. Assim sendo, deixo de fixar indenização mínima para a vítima. DAS CUSTAS Isento os réus das custas processuais, por não terem condições financeiras, conforme preceitua o art. 40, inciso VI da Lei 8.328/2015, Regimento das Custas do Pará (*¿*São isentos do pagamento das custas processuais: ... VI *¿* o réu pobre nos feitos criminais*¿*). DO RECURSO Considerando o regime de cumprimento da pena aplicado (aberto) e a inexistência de fato novo, não há fundamento para determinar a prisão preventiva dos requeridos, que devem continuar em liberdade. Determino à Secretaria Judicial que, independentemente do trânsito em julgado desta decisão,

que cumpra as seguintes diligências: 1. Intime-se o Ministério Público, por meio do sistema eletrônico PJE; 2. Intimem-se os réus pessoalmente da sentença, conferindo-lhe o direito de apelar no prazo legal; 3. Intime-se a Defesa, pessoalmente, por meio do sistema eletrônico PJE;] 4. Autue-se a defensora dativa de EZEQUIAS, dra. RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI - OAB PA25676-A. Certificado o trânsito em julgado: a) Lance-se o nome dos réus no rol dos culpados; b) Expeça-se a Guia de execução da pena; c) Encaminhe-se os réus para estabelecimento prisional compatível com o regime aberto fixado na sentença; c) Comunique-se à Justiça Eleitoral (art. 15, III, CF); d) Comunicações e anotações de estilo, inclusive para fins estatísticos; e) Dê-se baixa nos apensos (se houver); Publique-se, em resumo. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Senador José Porfírio (PA), data e hora registradas pelo sistema. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois. Eu, \_\_\_\_ (Áurea Lima mendes de Sousa) Auxiliar de Secretaria, digitei e subscrevi.